

JORNAL DO BRASIL

PRESIDÊNCIA

MARCUS IANONI

BRASIL.

em transe (2016-2018)



BRASIL.

em transe (2016-2018)

Reitor

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor

Fábio Barboza Passos

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF)

Coordenador

Marcus Ianoni

Professores

Adriano Freixo

Brand Arenari

Carlos Henrique Aguiar Serra

Carlos Sávio

Cesar Kiraly

Christy Pato

Cláudio de Farias Augusto

Eduardo Rodrigues Gomes

Gisálio Filho

Luís Alves Falcão Luís Alves Falcão

Marcial Alécio Garcia Suarez

Marcus Ianoni

Maria Antonieta Leopoldi

Roberta R. Marques da Silva

Soraia Marcelino Vieira

Secretário

Manoel Joaquim Pereira Filho

MARCUS IANONI

BRASIL.

em transe (2016-2018)



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Kdu Sena|

Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Glaucio Coelho | Victória Sacagami

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil

Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil

Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil

Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique

Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia

Luciano Brito | UFRB | Brasil

Maria Alice Resende | UFRB | Brasil

Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona

Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil

Sidimara de Souza | UFF | Brasil

Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

MC&G Editorial

Diagramação e capa

Glaucio Coelho

Maria Clara Costa

Revisão de texto

Thaís Souza

Fotografia da capa banco imagem Shutterstock

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas Alegreya Sans e Recluta

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

I11 Ianoni, Marcus.
Brasil em transe II (2016-2018) [recurso eletrônico] / Marcus
Ianoni – Rio de Janeiro : UFF : MC&G, 2023.
Dados eletrônicos (e-Book) .

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-89369-46-2

1. Ciência política 2. Brasil - Política e governo - 2016-2018.
3. Rousseff, Dilma, 1947- - Impeachment. 4. Brasil - Política econômica.
5. Temer, Michel, 1940-. I. Ianoni, Marcis. II. Título.

CDD23: 320 . 981

Biblioteca Priscila Pena Machado – CRB - 7/6971

Direitos desta edição cedidos à Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9 - Icaraí - Niterói - RJ

CEP 24.220-008 - Brasil

Tel.: +55 21 2629-5000

www.uff.br

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	7
CONSERVADORISMO E PROGRESSISMO	11
COALIZÕES E POLÍTICA MACROECONÔMICA	15
LULA, LIDERANÇA POLÍTICA	21
RETOMADA DO DIÁLOGO SOCIAL	25
OPERAÇÃO LAVA JATO, ESTADO E LIBERALISMO ECONÔMICO	29
QUE MÍDIA É ESSA?	33
COLETÂNEA CONTRA O AUSTERICÍDIO	39
REAÇÃO DO PT	45
PARTIDO OPERAÇÃO LAVA JATO (POLJ)	49
CRISE DE LIDERANÇA E LULA	53
SOS, DEMOCRACIA, SALVE O BRASIL DO NOVO AUTORITARISMO	57
POLÍTICA DO NARCISISMO PERVERSO	61
IMPEACHMENT EM DISSENSÃO	67
ATORES POLÍTICOS E O IMPEACHMENT	71
GOLPE PSEUDOCONSTITUCIONAL E NEOLIBERAL CONTRA O DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA	77
INTERESSES E DEMOCRACIA NO IMPEACHMENT	81
TRAGÉDIA E FARSA EM DOIS GOLPES DE ESTADO	85
PLANO TEMER DE ESTADO MÍNIMO E MERCADO MÁXIMO	91
ESQUERDA NAS RUAS E EXPECTATIVAS	97
DUPLA CAPTURA DO ORÇAMENTO PÚBLICO	101
A PROPOSTA DE PLEBISCITO SOBRE NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	105
CRISE PIORA A DEMOCRACIA FALHA	107
CENTRAIS SINDICAIS NÃO QUEREM QUE TRABALHADORES PAGUEM O PATO	111
A DEMOCRACIA E O PETRÓLEO SÃO NOSSOS?	115
CHORO DA DEMOCRACIA PRENUNCIA SEU GRITO	119
BOLSA FAMÍLIA E BOLSA EMPRESÁRIO? NÃO, BOLSA BANQUEIRO	123
GOVERNO PÕE O TRABALHO NO BANCO DOS RÉUS	127
PARTIDO OPERAÇÃO LAVA JATO QUER CONDENAR LULA	131
RETROCESSO NOS DOIS ADJETIVOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	135
URNAS LIBERAL-CONSERVADORAS E ALIENAÇÃO ELEITORAL	139
GOVERNO E EMPRESÁRIOS UNIDOS NO APOIO À PEC 241 (OU 171?)	143
DIREITA DOMINA AS ARENAS DE DISPUTA	147
TENSÃO ENTRE NAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO AUMENTA	151
GOVERNO DA PONTE À DIREITA PARA O FUTURO PERENIZA A CRISE NACIONAL	155
O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	161
A CORROSÃO DO GOVERNO TEMER	167
CRISE DE LEGITIMIDADE E O BONAPARTISMO JURÍDICO-POLICIAL	171
NOVA DIREITA, ESQUERDA E O CAPITALISMO DEMOCRÁTICO	177
O PT E AS ELEIÇÕES PARA AS MESAS DO CONGRESSO NACIONAL	181

MERCADO VERSUS DEMOCRACIA NA CRISE ATUAL	185
A MIGRAÇÃO DOS CONSERVADORES PARA A REFORMA POLÍTICA DOS PROGRESSISTAS	189
PROTESTOS DE RUA MOTIVAM MAIS A ESQUERDA QUE A DIREITA	193
DESORDEM E REGRESSO	197
SECTARISMO OU COMPROMISSO?	203
ALIANÇA NA SOCIEDADE CIVIL PARA A GREVE GERAL DE 26 DE ABRIL	207
QUEM (NÃO) PRECISA DA DEMOCRACIA?	211
TEMER AGONIZA	215
TRÊS CENÁRIOS DA CRISE PRESIDENCIAL	219
DIRETAS E CONSTITUINTE: A DEMOCRACIA E A NAÇÃO	223
CENTRAIS SINDICAIS PARALISARÃO SUAS BASES SEXTA, DIA 30	227
POR QUE OS PROTESTOS DA DIREITA DESAPARECERAM?	231
A CONDENAÇÃO POLÍTICA DE LULA	235
TEMER E A LEI DE GERSON	239
MERCADO MANDA, GOVERNO OBEDECE, ELEITORES CHORAM	243
'DISTRITÃO' ARRUINARÁ OS PARTIDOS	247
LULA E O ANTI-LULA	251
A NAÇÃO DAS OLIGARQUIAS	255
O DIREITISMO BONAPARTISTA CONTRA A DEMOCRACIA	261
A CÂMARA SALVARÁ TEMER NOVAMENTE!?	265
QUARTETO EM SI DE DIREITA INEXPERIENTE	267
ANTICIDADANIA E DESDEMOCRATIZAÇÃO	271
BRASIL DO 1% MAIS RICO	275
QUEM REINA E QUEM GOVERNA?	279
O INCÓGNITO 2018 (COM FELIPE MARUF QUINTAS)	283
A POLÍTICA NO JULGAMENTO DE LULA	287
A CRISE DA DIREITA E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL	291
DIA D DA DEMOCRACIA: TRF-4 <i>VERSUS</i> LULA	295
TRF-4 APROFUNDA A CONQUISTA DO ESTADO PELA DIREITA	301
ESTADO PROTEGE PRIVILÉGIOS DE JUÍZES & CIA. LTDA	305
POR QUE A LIDERANÇA DO PT NA PREFERÊNCIA DO ELEITORADO PERSISTE?	309
PT LIDERA PREFERÊNCIA DO ELEITORADO	315
A ESTRELA SOBE?	317
A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA REGISTRA CHAPA ELEITORAL COMPETITIVA	321
POR UM PACTO PLURIPARTIDÁRIO EM DEFESA DA DEMOCRACIA	325
O DIA D BRASILEIRO: DEMOCRACIA OU DITADURA	329
DIREITA, ESQUERDA E GRAMSCI NA CENA HISTÓRICA	333

APRESENTAÇÃO

Os fatos e processos abordados nestas duas coletâneas de artigos referem-se a um período histórico recente, que gestou a emergência de um Brasil simultaneamente profundo e surpreendente. Quase todos os textos do primeiro volume, referente aos idos de 2014 e 2015, salvo duas exceções, foram publicados no *Jornal do Brasil*. No segundo volume, sobre o período de 2016 a 2018, dez artigos não foram publicados no referido jornal.

Em alguma medida, os avanços democráticos promovidos nos governos federais encabeçados pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff haviam alterado a paisagem política nacional. Respirava-se um ar de renovação, de participação, de inclusão social, por meio do mercado de trabalho e das políticas públicas, em um contexto de maior protagonismo do Estado nas arenas interna e internacional. Esses governos tentaram encontrar brechas de ação para não serem exclusivamente reprodutores da disciplina dos mercados.

Até 2013, o cenário internacional de boom das commodities favoreceu as apostas da esquerda petista, que liderava um governo de coalizão com o PMDB e com partidos e parlamentares do chamado Centrão. No entanto, uma reviravolta começou a germinar nas manifestações de junho de 2013. Uma inesperada e inusual apropriação política das cores verde e amarela da bandeira nacional manifestou-se nas ruas, colocando-se contra as bandeiras vermelhas dos partidos e movimentos sociais de esquerda. Entre as palavras de ordem desses novos manifestantes, destacou-se um slogan: “O gigante

voltou!”. Mas não foi imediatamente que se revelou quem exatamente era esse suposto gigante.

Após breve intervalo, retomou-se, ao longo de 2014, em um contexto que aproximava, com claras intenções políticas, o escândalo midiático de corrupção em torno da Operação Lava Jato e as eleições presidenciais, a paulatina continuidade da conformação do conteúdo do gigante, de perfil monstruoso, efetivamente profundo e surpreendente. Cada vez mais, ele revelava anti-herói antipetista. Profundo por exibir velhas raízes do Brasil, entranhadas nas relações sociais brasileiras, como o autoritarismo, o punitivismo, o ódio, a violência, o preconceito social e racial, a intolerância, a desigualdade política entre quem tem privilégios e entre quem não tem direitos. E surpreendente pela força e rapidez com que começou a ser parido, como se estivesse apressado e determinado a remover um obstáculo político que, mais e mais, passou a ser visto como o inimigo público número um.

Logo após ser derrotado nas eleições presidenciais, no segundo turno, para Dilma Rousseff, Aécio Neves afirmou que havia perdido o pleito para uma organização criminosa, e não para um partido político.

O gigante veio das profundezas e surpreendeu, devido à imensa tarefa a que se propôs a executar, sem perda de tempo: desdemocratizar o país, livrar-se do PT, sobretudo, de imediato, de Dilma Rousseff, e, em seguida, de Lula; manter as direitas emergentes nas ruas, para mudar a relação de forças, depor a presidente, submeter a política fiscal à austeridade, jogar o custo da crise nas costas dos trabalhadores, abrir novas oportunidades de negócios para as multinacionais estrangeiras e para os bancos brasileiros, criminalizar a política econômica de inspiração social-desenvolvimentista etc.

Em 2015, as tendências acima delineadas se aprofundaram. Em julho, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), rompeu com o governo Dilma. Em setembro, já havia 37 pedidos de *impeachment* protocolados. Em outubro, o PMDB, partido cujo presidente, Michel Temer, ocupava a vice-presidência da República, publicou o documento *Ponte para o Futuro*, de conteúdo neoliberal. Em dezembro, Cunha aceitou um dos pedidos de deposição presidencial mantido em sua gaveta e, rapidamente, recebeu apoio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para levá-lo adiante.

Na verdade, em 2016, houve um golpe de Estado, fantasiado juridicamente de processo de impeachment, no mínimo, pelo seu caráter altamente duvidoso. Nas eleições gerais de 2018, o monstro gigantesco foi para cima dos

dirigentes, militantes e eleitores petistas, com o apoio do grande empresário de todos os setores de atividade, incluindo a mídia. Hoje, oito anos após, o gigante verde-amarelo está cada vez mais monstruoso. Os ataques contra a democracia tornaram-se moeda corrente e, nesses dias de maio de 2022, concentram-se no questionamento infundado da urna eletrônica e na capacidade do TSE realizar eleições confiáveis. Embora sejam ataques de Bolsonaro e de seus apoiadores, entre eles estão as Forças Armadas, que, no mínimo, colocam-se com muita ambiguidade e falta de clareza em relação às acusações de intuito golpista do presidente da República contra a lisura do pleito eleitoral. Enfim, vários militares graduados ocupando postos no governo compartilham as dúvidas que o bolsonarismo produz artificialmente contra as urnas eletrônicas.

Enfim, o absurdo banalizou-se na política brasileira. Voltar às origens do caos político, econômico e social nacional é um exercício mais que necessário. Os artigos deste livro, escritos no calor dos acontecimentos, permitem revisitar a fabricação do gigante neofascista que o país precisa derrotar para sair do transe e voltar a transitar no desenvolvimento democrático.

Marcus Ianoni
15 de maio de 2022.

CONSERVADORISMO E PROGRESSISMO

Jornal do Brasil - 05/01/2016

O 2015 temporal já se foi. Resta agora superar 2015 enquanto conjuntura histórica regressiva, liderada politicamente pela reação conservadora contra o movimento sociopolítico progressista que impulsionou as transformações no país desde a posse de Lula em 2003. A mudança de ministro da Fazenda, que abre a chance de superar a exclusiva e contraproducente ênfase na austeridade fiscal, responsável por retroceder o desempenho da economia brasileira do regular ao péssimo, pode vir a ser uma luz no fim do túnel da recessão. O progressismo conseguirá desbancar o conservadorismo e recuperar a iniciativa perdida na dinâmica da crise?

Conservadorismo diz respeito às ideias, ações e forças sociais e históricas que visam manter a ordem política existente, o *status quo*, em especial as desigualdades de poder, riqueza, renda, status, participação, informação, conhecimento etc. Seu oposto é o progressismo, força propulsora que opera no sentido de diminuir a desigualdade dos referidos fatores, para que as condições nas quais os cidadãos atuam fiquem mais equitativas. Em certa medida, essa dicotomia pode abrigar algo de simplista em função da heterogeneidade e das contradições no interior das forças que compõem um e outro lado da oposição, mas também devido à possibilidade de arranjos e acomodações de interesses entre as partes. Não obstante, a emergência do progressismo, sobretudo a partir

da Revolução Francesa, que inaugurou a nova ordem política moderna, baseada no protagonismo dos cidadãos livres, fez com que o conservadorismo passasse a ser o contraponto ideológico e político às tendências autonomistas dos homens em relação aos determinismos transcendentais e ao imobilismo social. Dado o caráter dinâmico do progressismo, o conservadorismo, seu freio histórico, é induzido a renovar-se para se fazer presente com mais êxito. Sua máxima foi consagrada por Giuseppe Tomasi di Lampedusa, em obra literária ambientada no *Risorgimento*, o movimento de unificação da Itália: “Algo deve mudar para que tudo continue como está”.

Já no século XIX, o conservadorismo despiu-se de seus antigos trajes religiosos, aristocráticos e rurais, substituindo-os por indumentárias laicas, científicas, burguesas e urbanas. A modernização do conservadorismo acompanha sua adesão ao desenvolvimento capitalista, impregnando de conteúdos conservadores e de mudanças controladas pelo alto o processo de transformações inerente à industrialização. Assim se deu no caso paradigmático da Alemanha, onde proprietários de terra e burguesia se aliaram contra as forças que alimentaram a Revolução de 1848-1949, mas também em outros momentos, como na recessão da década de 1880, com a coalizão protecionista entre o ferro e o centeio, no período de Bismarck, descrita por Gerschenkron, quando também os socialistas foram submetidos a duras restrições de ação política pelo Estado. O conservadorismo burguês carrega em seu embrião um caráter autoritário, demofóbico, e até mesmo, em certos casos, totalitário, como foi o caso do fascismo na Itália e Alemanha, onde elites do Estado mobilizaram as massas para respaldar a dizimação de socialistas, comunistas, judeus etc.

Embora o liberalismo tenha surgido com componentes progressistas – em especial o questionamento do conservadorismo tradicionalista das monarquias absolutistas, a imposição de limites à ação do Estado e a delimitação dos direitos civis, a começar pelo direito de propriedade –, rapidamente várias forças liberais se metamorfosearam em agentes conservadores modernos, desta feita contra a extensão do regime representativo, ou seja, contra a democracia política, o sufrágio universal, os direitos políticos e, em seguida, contra os direitos sociais, uns e outros obtidos apenas por meio das lutas de classes entre burgueses e proletários.

Tocqueville denominou o movimento histórico no sentido da igualdade de condições de revolução democrática. Ele receava que certos desdobramentos do inevitável processo democrático motivado pela igualdade comprometessem a liberdade, mas, ao mesmo tempo, achava possível conciliar uma e outra. Ao

observar o caso dos EUA, em meados do século XIX, o intelectual francês constata que liberdade e igualdade não são necessariamente excludentes, desde que certas instituições operem. A preocupação de Tocqueville com eventuais ameaças da democracia à liberdade tem sido interpretada como conservadora. Seja como for, a história promoveu um casamento entre liberalismo e conservadorismo, resultando no conservadorismo liberal, distinto do aristocrático, pois aceita a economia de mercado, a propriedade privada e o Estado da Lei, mas concebe a desigualdade como intrínseca à natureza humana. Enquanto o liberalismo clássico foi progressista em seu tempo histórico, o conservador não o foi, embora haja autores liberais progressistas, como John Stuart Mill, que defenderam o sufrágio universal, o voto feminino, o sistema eleitoral proporcional etc.

Na crise brasileira, uma das principais clivagens separa (neo)liberais conservadores e o progressismo social-desenvolvimentista. Se ambos são democratas, não há dúvida de que o teor democrático dos últimos é maior. No campo liberal conservador, há forças que, embora minoritárias, defendem a volta do regime autoritário. Há também entre os conservadores uma seletividade oligárquica no combate à corrupção. No limite, para muitos conservadores, o combate à corrupção deve ser mais rigoroso contra os petistas do que quando ela é praticada pelos seus pares políticos e ideológicos. Além disso, o conservadorismo liberal tem demonstrado que não quer apenas atribuir maior teor criminal ao PT, mas, mais que isso, quer destruir esse partido, sobretudo, sua maior liderança, Lula, para evitar sua eventual volta ao governo por meio de vitória eleitoral em 2018. Há um ódio conservador contra o PT, que, na verdade, é ódio contra a igualdade que os governos petistas promoveram em termos sociais, raciais, de gênero e em termos de inclusão política pela via das políticas de participação que o conservadorismo liberal rejeita e denomina de bolivarianismo, comunismo etc. O avanço da modernização capitalista por meio da diminuição do histórico divórcio entre Estado e sociedade não serve aos interesses neoliberais em relação às políticas fiscal e trabalhista, em relação aos meios de exploração dos recursos naturais, como o pré-sal etc. e nem serve às forças sociais conservadoras, que querem manter-se na posição de privilégio oligárquico que uma sociedade profundamente desigual propicia.

O país está dividido entre conservadorismo e progressismo. A política econômica de austeridade enfraqueceu bastante a base social de sustentação do progressismo. Por outro lado, essa mesma política econômica, além da corrupção na qual forças do campo progressista lamentavelmente se envolveram, forneceram munição pesada para a ofensiva conservadora. A recuperação das posições

progressistas e, sobretudo, a melhora do país, com a retomada do curso de inclusão econômica, social e política iniciado em 2003, passa pela retomada da atividade econômica e pela luta democrática contra o golpismo e a afirmação dos direitos de cidadania, que o conservadorismo não aceita, pois, por definição, eles defendem o status quo da desigualdade social. Sendo a desigualdade vista por eles como intrínseca à natureza humana, vetam que o Estado, com o dinheiro dos impostos que eles supostamente pagam (na verdade, também sonégam muito), implemente políticas de inclusão social e de desenvolvimento, consideradas como artefatos demagógicos a serviço da preservação de um partido político no poder. O conservadorismo é simplista, mesquinho e reducionista. É uma das ideologias dos ricos e demais defensores das desigualdades contra a evolução da democracia na sociedade brasileira.

Por fim, a esquerda progressista não cumpriu o dever de recusar a apropriação dos velhos métodos de reprodução política que garantiram a sobrevivência secular das oligarquias. E esse dever não se funda meramente em motivo pragmático, dada a vista grossa que a grande mídia e algumas elites da Justiça, Polícia Federal etc. tendem a fazer em relação à corrupção das forças políticas que lhe são aliadas, ao passo que olham com lente de aumento e holofotes a corrupção em que os petistas se envolvem. O importante mesmo é o motivo programático. A força do progressismo é a mesma da revolução democrática, a igualdade, ou seja, a justiça, portanto, a ética. Na medida que as lideranças da causa da igualdade ferem a ética, estão traindo a maior força da política após a violência legítima que lhe é inerente: a anuência, a legitimidade, o consenso. Liderança política sem legitimidade é como terra infértil para a sementeira. O PT, como primeira agremiação realmente significativa na história da esquerda brasileira, errou feio ao perder a bandeira da ética. Seu desafio agora é recuperá-la. As eleições municipais desse ano serão o primeiro grande teste após a tragédia da Operação Lava Jato. Os conservadores liberais, tendo à frente Aécio Neves e o PSDB, empurrados à direita pela história recente, estão se fantasiando de arautos da esperança popular.

COALIZÕES E POLÍTICA MACROECONÔMICA

Jornal do Brasil - 19/01/2016

Segundo a PNAD Contínua, feita pelo IBGE, a taxa de desemprego do terceiro trimestre de 2015 foi de 8,9%. Em dezembro de 2014, esse indicador estava em 4,3%, ano em que o desemprego médio foi de 4,8%, o menor nível desde 2002. Previsões negativas, que oxalá não se confirmem, são de que a referida taxa alcançará 10% em 2016. Não se pretende aqui discutir as explicações do desemprego em geral e nem do existente no Brasil desde 2015. Partindo do pressuposto de que a política macroeconômica tem relação com variáveis reais, como crescimento, desenvolvimento e igualdade, esse artigo aborda a dificuldade que o projeto social-desenvolvimentista, implementado em Lula 1 e 2 e em Dilma 1, teve para constituir uma coalizão mais consistente, entre classes e frações, na referida área fundamental de ação técnico-política, para fazer frente ao modelo conservador, que foca na austeridade monetária e fiscal de um modo que tem sido altamente custoso, do ponto de vista social, e contraproducente em termos econômicos.

Em obra de 2006, denominada *Stability with growth: macroeconomics, liberalization and development* (Estabilidade com crescimento: macroeconomia, liberalização e desenvolvimento), Stiglitz *et alli* argumentam que “o objetivo da política econômica é maximizar o bem-estar societal de uma maneira equitativa e sustentável”. Ainda segundo essa obra, apesar de crescimento e estabilidade

serem muito importantes para a sociedade, há sérias divergências entre os economistas sobre como alcançá-los e as decisões governamentais são escolhas políticas. O foco estreito na estabilidade de preços, perspectiva dos economistas que seguem as diretrizes do Consenso de Washington, tem sido implementado de uma maneira prejudicial ao desenvolvimento sustentável de longo prazo. A questão central é que a política econômica implica em *trade-offs* (situação em que há conflito de escolha, por exemplo: menos inflação e mais desemprego ou, inversamente, mais inflação e menos desemprego). Mas, como o título da referida obra propõe, pode-se buscar um equilíbrio entre estabilidade e crescimento. As políticas neoliberais têm desequilibrado essa equação em nome de uma visão restritiva de estabilidade, centrada extremamente na inflação e na austeridade fiscal. É a situação em que o Brasil ora se encontra.

Em 2002, devido a um ataque especulativo, o então candidato Lula publicou a “Carta ao povo brasileiro”, na qual se comprometia a manter o tripé de estruturação da política macroeconômica: metas de inflação, arrecadação de superávit primário e câmbio flutuante. Escrevendo em 2010, o hoje ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, distinguia, em relação à política macroeconômica dos governos Lula 1 e 2, o arranjo institucional do direcionamento. Segundo ele, o arranjo institucional da política macroeconômica foi mantido, mas o governo alterou o seu direcionamento, “dando mais importância ao combate à pobreza, à redução da desigualdade na distribuição de renda, e ao crescimento do emprego e dos salários nas decisões”.

Essa nova síntese entre arranjo institucional e direcionamento da política econômica implicou em um significativo avanço na sua capacidade de ser uma alavanca desenvolvimentista, embora não o suficiente para superar efetivamente os entraves da macroeconomia neoliberal ao crescimento e ao fortalecimento da industrialização brasileira. Ao longo dos dois mandatos de Lula, caíram a inflação, a taxa de juros e a dívida pública, enquanto a taxa de câmbio se apreciou. Sua equipe econômica adotou uma estratégia gradualista de mudança na política macroeconômica, sobretudo a partir de 2006, quando Guido Mantega substituiu Antonio Palocci. A principal escolha governamental para compatibilizar inflação e crescimento foi perseguir o cumprimento da meta de inflação em um ritmo nem muito acelerado e nem muito lento.

Em tese, os mais interessados em uma macroeconomia desenvolvimentista são os setores vinculados ao capital produtivo e os trabalhadores. Desde a campanha eleitoral de 2002, essa aliança foi sendo, por um lado, objetivamente induzida e, por outro, politicamente costurada, ainda que com limitações, como

será visto. A incapacidade de as políticas neoliberais viabilizarem o cumprimento das promessas de crescimento e justiça social, que seus defensores nos governos FHC (1995-2002) haviam feito, foi deixando o empresariado industrial descontente.

Desde Lula 1, várias ações e pronunciamentos dos industriais focaram na crítica à política monetária, cujos juros altos sufocam duplamente o setor produtivo, tanto pelo encarecimento do crédito para pequenos empresários e consumidores – os grandes contam com o BNDES – quanto pelo aumento do endividamento público, que pressiona no sentido da elevação da carga tributária. Em 2005, Fiesp, CNI e CUT lançaram uma campanha pela ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN), cuja composição, desde o Plano Real, é altamente insulada, embora as instituições financeiras tenham canais de contato com o Banco Central (BCB) no processo de implementação da política monetária, como se dá no caso da coleta de dados para a pesquisa Focus de expectativas de mercado. A demanda social-desenvolvimentista para ampliar a autoridade monetária chegou ao CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) em março daquele ano. A proposta era que o CMN passasse a ter nove membros. Ao invés de apenas três componentes, os ministros da Fazenda e Planejamento e presidente do BCB, como é até hoje, contaria com os ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia e com o presidente do BNDES, além de três representantes da sociedade civil, indicados pelo empresariado, trabalhadores e setor acadêmico.

Em maio daquele ano, o CDES aprovou a moção de apoio à ampliação do CMN e a enviou ao presidente Lula, mas a proposta não prosperou. Assim se referiu à questão, em 2008, o então presidente da CUT e membro do Conselho, Arthur Henrique: “A ampliação do Conselho Monetário Nacional teve grande aceitação no conselho e achamos que passaria com facilidade. Não vi no conselho ninguém contra a ideia. Mas o governo não encaminhou”. Esse parece ser um daqueles casos que levaram alguns críticos do método pluralista de investigação da influência dos grupos de interesse nas decisões políticas a se referirem à “dupla face do poder”, a explícita e a oculta. A hipótese aqui, a ser devidamente analisada, é que o setor financeiro, cuja força é tão grande que não precisa se expor publicamente para manifestar suas preferências, vetou a implementação da ampliação do CMN e a proposta, então, foi abandonada pelo governo Lula 1. Não nos esqueçamos, por exemplo, que o então presidente do BCB era Henrique Meirelles, homem de confiança do setor financeiro e, em 2005, Palocci ainda estava à frente da Fazenda.

Em maio de 2011, no início do governo Dilma 1, capital produtivo e trabalho assalariado tentaram novamente influenciar a política macroeconômica. Fiesp, CUT, Força Sindical, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizaram conjuntamente o seminário “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”. O evento contou com a participação dos ministros da Fazenda, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ciência e Tecnologia, debateu a política macroeconômica e a política industrial e aprovou um documento intitulado “Acordo pela Produção e Emprego”, assinado conjuntamente pelas organizações promotoras. Em outubro, essa iniciativa desdobrou-se no “Movimento por um Brasil com juros baixos: mais empregos e maior produção”, que realizou uma passeata conjunta, promovida por Fiesp, Abimaq, CUT e Força Sindical, dirigida à sede do BCB, em São Paulo, para pressionar contra eventual alta da taxa Selic pela reunião do Copom, que ocorreria no dia seguinte a esse evento da coalizão social-desenvolvimentista. O BCB, que acabara de iniciar, em agosto daquele ano, aquilo que ficaria configurado como um ciclo inédito de redução da taxa básica de juros, baixou-a, então, de 12% para 11,5%. Após sucessivas quedas, em outubro de 2012, a Selic foi reduzida para 7,25%, patamar que foi mantido até a reunião do Copom de abril de 2013, quando foi majorada para 7,5% e, desde então, não parou de subir, estando hoje em 14,25%, sendo que os cívicos e populares banqueiros apostam que, nessa semana, ela será elevada em mais 0,5%.

Para compensar a elevação dos juros, Dilma estimulou a economia com desonerações tributárias, financiamentos do BNDES etc. O ciclo de alta da taxa Selic fez parte da derrubada da Nova Matriz Econômica, de Mantega e Dilma, pela coalizão neoliberal, liderada pelas instituições financeiras e grande mídia. Hoje, a persistente austeridade monetária une-se à austeridade fiscal, em plena conjuntura de recessão.

Ao que tudo indica, as instituições financeiras derrubaram tanto a proposta de ampliação do CMN quanto a tentativa de Dilma 1, implementada de agosto de 2011 a abril de 2013, de colocar os juros brasileiros, inclusive os spreads bancários, em um patamar civilizado.

De Lula para Dilma, o Conselho teve seu peso reduzido, o que não ajudou na construção institucional da coalizão social-desenvolvimentista. Porém, como mencionado, o presidente Lula engavetou uma proposta que teve respaldo do empresariado industrial e do CDES e, talvez, se tivesse sido objeto de um debate público, poderia ter ganho mais adeptos. Dilma, por sua vez, tentou implementar, de modo voluntarista, sem a devida concertação política, medidas cujas

consequências os próprios beneficiados, os empresários do setor produtivo, passaram depois a criticar, pulando para o barco da austeridade fiscal, desde que executada por meio de redução de despesas governamentais, e não por aumento dos impostos.

Por um lado, Lula teve apoio para avançar em uma configuração institucional de formulação da política macroeconômica mais favorável ao crescimento, mas não aproveitou a oportunidade, nem sequer levando a questão ao debate público para politizar o debate. Se o líder petista foi prudente e cauteloso no gradualismo, foi também tímido na organização dos recursos de poder que poderia ter mobilizado para a ação desenvolvimentista. Por outro, Dilma reduziu seu campo de apoio sociopolítico, mas tentou avançar, com passos mais largos, por meio da Nova Matriz Econômica e das políticas anticíclicas.

Como teria sido a história se Lula tivesse sido mais ousado, com base no apoio que teve, em lançar a política macroeconômica no debate público e no Legislativo, por meio da proposta de ampliação do CMN, e se Dilma, por sua vez, fosse menos voluntarista, mais preocupada em fazer as devidas alianças para fortalecer sua convicção desenvolvimentista? Lição da história: a coalizão social-desenvolvimentista, no que diz respeito à política macroeconômica, careceu de um melhor equilíbrio entre liderança, ação, organização do campo de forças e disputa política e ideológica direcionada a essa frente fundamental de alavancagem do crescimento com justiça social. Todos esses recursos não faltam à coalizão neoliberal, embora seu objetivo final seja outro, sendo ele sua maior fraqueza: concentrar renda e riqueza nas mãos dos ricos.

LULA, LIDERANÇA POLÍTICA

Jornal do Brasil - 26/01/2016

Dois meses após ter concedido a primeira grande entrevista depois de um longo período de relativo afastamento da imprensa nacional na condição de entrevistado, o ex-presidente Lula, na semana passada, novamente colocou-se perante jornalistas para responder perguntas, mas desta vez em um encontro que durou mais de três horas e os entrevistadores foram vários blogueiros da imprensa alternativa, com perfil mais de esquerda. Entre as evidências mais fortes que uma análise das respostas de Lula propicia, destaca-se, novamente, tal como feito nessa coluna em novembro, que abordou a entrevista anterior, a sua qualidade de liderança política.

A própria entrevista, concedida no Instituto Lula para a imprensa aliada, já é uma iniciativa política. Ao invés de ficar restrito à condição de vidraça, alvo de pedradas e submetido à pauta imposta pelo adversário, o ex-presidente, atento à delicada conjuntura em que o país, o governo Dilma, ele próprio e seu partido estão inseridos, partiu para a ofensiva. Dois elementos básicos de uma liderança política, que pode ser um líder individual, uma organização, um partido, são, por um lado, a posse de um programa e o estabelecimento de metas, e, por outro, a capacidade de ação, para a qual a vontade de agir e motivar os liderados são fundamentais. Lula mostrou possuir essas duas virtudes, ideias e ação, que a coalizão neoliberal, sobretudo seu braço sociopolítico, nucleado por instituições

financeiras privadas, rentistas e grande mídia, também possuem.

As duas virtudes servirão aqui como roteiro. Diante da conjuntura recessiva, que comprometeu 2015 e prossegue nesse ano novo, parece evidente que o mais importante tema programático a abordar, entre as diversas matérias incluídas na entrevista, é a questão da economia. Lula deixou claro que o enfrentamento da crise econômica é um desafio político. Segundo ele, “Dilma tem que ter como obsessão a retomada do crescimento econômico a geração de emprego e a redução da inflação”. Não há conserto para a economia que não seja pelo crescimento. Se os aumentos dos impostos não são possíveis, os recursos do Estado dependem da recuperação da principal fonte de arrecadação, a atividade produtiva, a ser tributada com base na estrutura tributária existente. O governo, sobretudo a presidente e o ministro da Fazenda, precisam esclarecer o que acontecerá daqui para a frente, apresentar um projeto crível e, assim, reconquistar a confiança perdida após a vitória eleitoral da chapa petista em 2014. O mal humor não pode prevalecer, a esperança precisa ser resgatada.

O governo tem que acreditar no que quer fazer, dar o exemplo e ser o indutor. A alavanca é a retomada dos investimentos, nos setores público e privado. Para tanto, a principal política é a oferta de crédito, o recurso de financiamento dos investimentos. Entre as fontes para os investimentos privados, Lula destacou a liberação do depósito compulsório dos bancos pelo Banco Central, política que foi implementada em 2008, resultando no ingresso de quase R\$ 100 bilhões no sistema financeiro, para empréstimos. Uma eventual liberação de recursos para financiar a retomada da atividade econômica não pode servir à compra de títulos públicos pelos bancos. Retomou a proposta, formulada na entrevista de novembro, que, nas cadeias produtivas, as grandes empresas devem ser avalistas das menores, que lhes são fornecedoras, para estas obterem crédito com taxas de juros mais baixas.

A área-chave da retomada é a infraestrutura. Obras inconclusas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa de Investimento em Logística (PIL) precisam ser encaminhadas. As concessões de portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica ao setor privado devem andar. “O Tribunal de Contas não pode demorar dois anos para dar parecer sobre a política de concessão de portos”. Sugeriu também a realização de algum projeto estratégico de investimento em infraestrutura com a China.

Outro crédito complementar deve ser para o consumo. Defendeu a ampliação do crédito consignado para os trabalhadores da indústria. O foco, segundo ele, é o mercado interno, que qualificou como extraordinário. “Exportação é

muito importante, mas, em época de crise, todo mundo quer vender e ninguém quer comprar, e não temos condições de competir com quem tem produtos de alta sofisticação tecnológica”. Por outro lado, sem ignorar a necessidade de construção da mudança da estrutura produtiva, considera muito importante “investir em inovação, para se exportar conhecimento e tecnologia”.

Enfatizou que as decisões têm que ser precedidas pela discussão entre as partes envolvidas. Essa arte da negociação é uma das principais virtudes de Lula, desenvolvida desde a sua experiência como sindicalista, quando também liderou greves históricas. Em alguns casos, essa virtude parece ser exagerada, ao bloquear a disposição para o enfrentamento político necessário à adoção de medidas de conteúdo menos gradualista, como talvez tenha sido o caso da política macroeconômica de seus governos, com Henrique Meirelles presidindo o Banco Central. Disse que governou para todos, mas, ao mesmo tempo, teve e tem lado, o dos pobres, vistos por ele como força socioeconômica importante para impulsionar uma estratégia de desenvolvimento. Avalia que há uma nítida oposição das elites contra a redução das desigualdades. O preconceito e a intransigência estão nos que habitam o andar de cima, os de baixo são tolerantes. Ademais, denominou-se liberal e pragmático, embora de esquerda. Considera que Dilma é mais de esquerda que ele próprio. Por outro lado, embora não tenha dito, sua sucessora é menos dotada de capacidade de diálogo.

Propõe que Dilma projete a imagem de sua saída do governo, que, obviamente, não deve ser negativa, e se engaje ferrenhamente na mudança da situação atual, para que termine o mandato de cabeça erguida, saindo pela porta da frente. De sua parte, afirmou que gosta de uma briga e está disposto para ela. A política tem altos e baixos. Enunciou um lema, que provavelmente define seu caráter aristotélico de animal político: “Desistir, jamais, perseverar, sempre!” Acredita que, apesar da inaceitável criminalização do PT pela grande mídia, a agremiação errou, sim, adaptando-se à lógica dos partidos tradicionais ao ingressar nas instituições representativas, mas ressurgirá das cinzas, podendo surpreender até mesmo nas eleições de 2016. Seu propósito é motivar o PT. Convidou os jornalistas a imaginarem o que seria o Brasil e a política brasileira sem o Partido dos Trabalhadores.

Por fim, Lula deixou claro que a continuidade do projeto iniciado em 2003, norteado pela inclusão econômica, social e política, mas imerso em crise em 2015, depende de o governo virar o jogo e abrir caminho para um candidato viável, seja ele do PT, incluindo, eventualmente, seu nome, ou da base político-partidária de sustentação de Dilma. Pensando nas lideranças políticas que emergiram

desde a transição do autoritarismo para a democracia, o principal fundador do PT está no pódio, na condição de amado ou odiado. Não à toa, o grande objetivo de algumas elites do Estado, que trabalham nas instituições públicas relacionadas à Operação Lava Jato, é pescar peixe grande, Lula, ex-retirante nordestino, que se tornou presidente da República e liderança do social-desenvolvimentismo.

RETOMADA DO DIÁLOGO SOCIAL

Jornal do Brasil - 02/02/2016

Após um ano e meio de interrupção de suas atividades, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), apelidado de Conselhão, reuniu-se para discutir propostas de enfrentamento da crise, rumo à retomada do desenvolvimento, apresentadas pelo governo. Assim que foi reeleita, em 2014, Dilma prometeu priorizar o diálogo com os atores, mas, diante da importância do CDES, criado por Lula em 2003, como espaço privilegiado para a concertação social, só agora, com sua ativação, pode-se avaliar que só agora a promessa da presidenta começa a ser cumprida.

Uma das explicações para o Conselhão ser desengavetado está na reforma ministerial de setembro de 2015, quando Jacques Wagner saiu da Defesa e foi para a Casa Civil, até então comandada por Aloísio Mercadante. Além de ser um quadro político próximo a Lula e ex-governador da Bahia por dois mandatos consecutivos (2007-2014), Jacques Wagner esteve à frente do CDES em 2004-2005, quando formulações importantes, como a Agenda Nacional de Desenvolvimento, foram elaboradas e aprovadas. Na nova pasta, ele tem desempenhado um papel importante na retomada do CDES. Obviamente, essa explicação da reforma ministerial é apenas uma mediação para o objetivo maior por trás da volta do Conselhão à cena política: enfrentar a crise, pela via da concertação, de modo a tentar minimizar os problemas enfrentados pelo governo e

pelo país desde o início do segundo mandato da presidenta. Há ainda três anos pela frente e o projeto petista está tão em crise quanto a sociedade brasileira, sendo que haverá eleições em 2018 e a oposição, fora do governo federal desde 2002, vem se apresentando ao eleitorado, como observado no pleito de 2014, sedenta para retornar ao Palácio do Planalto.

O desenvolvimento é um processo complexo de transformações para o qual é fundamental haver liderança, estratégia e coalizão sociopolítica e político-institucional. Diante da complexidade da formação social capitalista brasileira, com sistemas econômico e de classe diversificados, a concertação política entre os atores-chave vinculados aos interesses envolvidos se faz necessária para a construção de consensos que maximizem denominadores comuns e minimizem vetos, paralisa decisória e crises. Embora o CDES não seja composto por representantes de organizações corporativas de patrões e trabalhadores e nem tenha caráter rigorosamente deliberativo, ele pode ajudar, se politicamente valorizado, na legitimação das propostas nele acordadas, a serem posteriormente encaminhadas diretamente pelo Executivo ou, quando requerer mudança legislativa, enviadas para a apreciação do Congresso Nacional.

A disputa de fundo, no Brasil e principais países, é entre modelos de capitalismo, neoliberal ou desenvolvimentista. Isso não significa existir apenas, no mundo globalizado atual, de intensa pressão por mercados desregulamentados, por um lado, o neoliberalismo puro e, por outro, a alternativa essencialmente desenvolvimentista. Há nuances entre esses tipos-ideais, conforme se observou nos governos Lula 1 e 2 e Dilma 1, que não chegaram a consolidar um cabedal social-desenvolvimentista de políticas públicas em várias áreas de ação estatal, embora tenham se distanciado significativamente da mera continuação do que estava sendo feito nos anos FHC.

Na atual crise brasileira, a agenda neoliberal, focada nas austeridades fiscal e monetária, tomou a dianteira e impôs ao governo Dilma 2, eleito com um programa social-desenvolvimentista, um conjunto de políticas conservadoras. Sobretudo desde a retomada da participação mais direta de Lula na política nacional, em meados de 2015, forças petistas, com respaldo no movimento sindical e outros atores da sociedade civil organizada, inclusive entidades empresariais da indústria, vêm tentando superar a agenda restritiva, substituindo-a por um plano de ação contra a recessão. A retomada do CDES tem a ver com essa reação petista, liderada por Lula, maior liderança social-desenvolvimentista, que os conservadores querem criminalizar (mas isso é outra questão).

O CDES passará a ter 92 conselheiros, dois a mais que na composição anterior, basicamente empresários, trabalhadores e outros atores da sociedade civil, além de membros do governo federal. Na coletiva dada ao final da reunião, o ministro Nelson Barbosa, após argumentar que a desvalorização cambial propiciou melhoras mais rápidas do que se esperava na balança comercial e no déficit em conta corrente, esclareceu as propostas apresentadas pelo governo, basicamente nas áreas fiscal e de incentivo ao crescimento. Para aperfeiçoar e reformar as regras fiscais, o governo pretende colocar em discussão um limite para o crescimento do gasto público, adotar uma margem no resultado primário e enfrentar o que denominou de sustentabilidade da previdência social, devido às previsões de evolução da população brasileira nos próximos 35 anos. Esse tema será enfrentado pelo Fórum da Previdência e, ainda no primeiro semestre, pretende-se enviar uma proposta de reforma para o Congresso Nacional. Enquanto as mudanças com efeito de longo prazo não forem implementadas, o governo lançará mão de duas propostas legislativas, o retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a renovação da DRU (Desvinculação de Receitas Financeiras), vencida no final do ano passado.

Quanto ao crescimento da economia, o governo quer aumentar a oferta de crédito, devido à queda em todas as linhas de empréstimo em 2015, disponibilizando R\$ 83 bilhões, basicamente através do melhor uso da liquidez já existente no mercado financeiro. A intenção é liberar mais recursos para crédito rural e habitacional, infraestrutura, capital de giro para pequenas e médias empresas e exportações, refinanciamento de linhas de bens de capital e crédito consignado para os trabalhadores.

No contexto do encontro, conselheiros do meio empresarial, pertencentes tanto ao capital produtivo como ao financeiro, deram depoimentos otimistas, manifestando um voto de confiança na presidenta, no diálogo e na superação da crise, como os presidentes da Anfavea, Luiz Moan, do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, do Itaú, Roberto Setúbal, e da TAM, Cláudia Sender. O presidente da CUT, Vagner Freitas, por sua vez, disse o seguinte: “nenhum lado sozinho resolve os problemas do país. Aqui estão os representantes dos setores que podem fazer a mudança”.

Obviamente, há interesses contraditórios entre banqueiros, empresários do setor produtivo e trabalhadores. No entanto, diante da gravidade dos problemas existentes na conjuntura nacional e do insuficiente diálogo com as forças da sociedade civil que, em boa medida, caracteriza o modo Dilma de governar, por

assim dizer, a retomada do Conselho pode representar uma porta de entrada para amenizar aspectos políticos e econômicos da crise. Vamos ver.

OPERAÇÃO LAVA JATO, ESTADO E LIBERALISMO ECONÔMICO

Jornal do Brasil - 09/02/2016

Na cobertura que a grande mídia tem feito da Operação Lava Jato, as relações do Estado com as grandes empreiteiras, nos sucessivos governos de presidentes petistas, têm sido exclusivamente enquadradas como espúrias. Trata-se de uma abordagem liberal das relações entre Estado e economia que, além de não corresponder aos fatos históricos, visa combater a estratégia social-desenvolvimentista posta em prática no Brasil, ainda que com limitações, desde o primeiro governo de Lula.

Na verdade, ao longo da história do capitalismo, as corporações empresariais e o Estado, através dos políticos, burocracia e instituições, mantêm vínculos estruturais permanentes. O objetivo dos investidores capitalistas é alcançar lucro, que propicia acumulação de capital. Sem lucro, não há crescimento econômico, assim como o pagamento dos salários aos trabalhadores e os próprios empregos ficam ameaçados. Do ponto de vista do Estado, não há arrecadação tributária sem acumulação de capital. O Estado, no capitalismo, é constrangido a garantir as condições de existência das relações capitalistas de produção. Na verdade, o Estado, de um modo geral, faz muito mais do que meramente regular aspectos formais e de procedimentos da economia de

mercado. O Leviatã, frequentemente, envolve-se em matérias substantivas, como a política industrial e a internacionalização. O Japão é um caso clássico nesse sentido.

Na verdade, não teria havido acumulação primitiva de capital nas nações europeias sem as políticas mercantilistas de protecionismo comercial, que beneficiaram a agricultura capitalista e a produção manufatureira anterior à Revolução Industrial. A Companhia das Índias Orientais, para citar um exemplo importante, foi uma sociedade anônima britânica de mercadores, existente entre os séculos XVI e XIX, à qual a Rainha Elizabeth I concedeu o monopólio da navegação comercial no oceano Índico. Essa política foi amplamente utilizada no quadro do mercantilismo, por diversos estados. Durante todo o Brasil Colônia, a Monarquia portuguesa e os empreendedores privados a ela associados beneficiaram-se do exclusivo comercial, pelo qual todo o fluxo de comércio era controlado pela metrópole.

O liberalismo econômico surgiu criticando, pela pena de Adam Smith, as práticas mercantilistas. Mas a pátria do liberalismo econômico, a quem a família real portuguesa concedeu a abertura dos portos, em 1808, pouco antes da Independência do Brasil, manteve o Império Britânico durante quase todo o século XX, embora em crescente decadência desde o final da Segunda Guerra Mundial e a Independência da Índia. A começar pelo hemisfério norte, sempre houve um casamento entre, por um lado, interesses políticos dos Estados nas cenas internacional e nacional e, por outro, interesses econômicos das grandes corporações empresariais, antes e após o início da competição industrial.

Sem a proteção do Estado alemão, no governo de Bismarck, à indústria pesada e à agricultura, o país dificilmente teria sido capaz de resistir ao impacto da Longa Recessão (1873-1879) sobre a economia. Nesse contexto, emergiu a chamada “coalizão do ferro e do centeio”, de natureza sociopolítica e político-institucional, unindo industriais e grandes agricultores, analisada pelo historiador econômico Alexander Gerschenkron. Se não fosse o apoio do Estado não haveria internacionalização das mercadorias e serviços e do próprio capital. As multinacionais não se espalharam pelo mundo por obra meramente das leis da economia, mas muito também em função das ações e interesses políticos e geopolíticos dos Estados nacionais do mundo desenvolvido, frequentemente impostos através de guerras, como ocorreu internacionalmente entre 1914 e 1918. O que teria sido da recuperação econômica da Europa, após 1945, sem o Plano Marshall, depois também estendido ao Japão? A corrida pela industrialização

da Coreia, para citar outro exemplo, iniciada a partir do final dos anos 1950, tem profunda relação com interesses geopolíticos dos EUA. Em todos esses exemplos, o Estado nacional e/ou estrangeiro alavanca as corporações capitalistas, que são as principais unidades econômicas consolidadas ao longo do século XX.

Por outro lado, como explicar o relativo sucesso do modelo agroexportador, na Primeira República brasileira, sem as políticas governamentais de valorização do café, defesa da renda do setor cafeeiro e imigração? E como o Brasil, país retardatário, com escassez de capital, teria se industrializado, em diversas áreas, sem o suporte do Estado, por exemplo, sem o protecionismo comercial e a política cambial do modelo de substituição de importações implementado a partir da Revolução de 1930? O que teria sido do desenvolvimento de vários setores industriais brasileiros de capital privado, nacional e multinacional, sem que o Estado, com seus recursos, tivesse criado a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobras? Como teria havido a indústria metalúrgica de capital nacional (Villares, Metal Leve etc.) ou como Juscelino Kubitschek teria atraído as montadoras estrangeiras se não tivéssemos contado antes com a decisão política de Getúlio Vargas de criar uma corporação gigante na indústria siderúrgica? Como teríamos uma indústria nacional de autopeças sem que o Estado tivesse planejado uma indústria automobilística? Como teríamos financiado grandes projetos de impacto nos setores de energia, sobretudo elétrica, e de transporte, se em 1952 não tivesse sido criado o BNDES?

Em 2009, o então presidente francês Nicolas Sarkozy, após várias gestões diplomáticas e comerciais de seu país, veio ao Brasil para assinar o acordo de cooperação na área da Estratégia Nacional de Defesa, para reequipar as forças armadas brasileiras com submarinos e helicópteros produzidos pela indústria francesa, mas com exigência brasileira de transferência de tecnologia. O Estado chinês intermedeia vários acordos na área de infraestrutura portuária, por exemplo, com governos latino-americanos, como é o caso do Suriname, todos envolvendo investimentos das corporações chinesas.

Enfim, os exemplos do papel desenvolvimentista dos Estados, aqui e acolá, são muitos. No entanto, o olhar que foca apenas na corrupção pressupõe a ilusão liberal da separação entre Estado e classes sociais, política e economia, interesse público e interesse privado. Nessa perspectiva, o Estado deveria ser mínimo para evitar irregularidades, capturas etc. Se, por um lado, há que se combater os crimes contra a administração pública – e os governos federais, desde 2003, estão avançando bastante nesse sentido, ao ponto de os problemas virem à tona com muito maior frequência, ao invés de serem relativamente mais engavetados,

como acontecia antes –, por outro, não se pode jogar fora o bebê e a água do banho. Não há desenvolvimento capitalista sem Estado. E o fortalecimento de grupos empresariais nacionais é importante para não se cair na armadilha da prioridade à atração de poupança externa, que pressiona no sentido da valorização cambial, prejudica as exportações e acaba resultando na entrega de porções generosas do mercado interno para as multinacionais, como tem argumentado o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. Note-se que uma das consequências da condução dada à Operação Lava Jato e do tratamento midiático do caso tem sido o início da abertura dos serviços das empreiteiras ao capital estrangeiro, como é o caso da espanhola Duro Felguera, que, em maio de 2015, assinou um contrato para construir duas termelétricas no Brasil.

Além do combate à corrupção estar sendo seletivo, evidenciando sua intencionalidade política, há uma outra seletividade, a que olha o Estado com lentes da ideologia econômica liberal, enxergando apenas defeitos onde há também virtudes fundamentais para a alavancagem do desenvolvimento. Não à toa, esse mesmo foco liberal, no qual se abrigam interesses da financeirização, não abre a boca para contestar a transferência obscena, extremamente imoral, embora legal, de recursos públicos para os ricos, detentores dos títulos públicos de renda fixa mais bem remunerados do mundo, indexados à elevada taxa básica de juros implementada no Brasil. Trata-se de um caso aberrante de captura da política monetária. Destruir o PT, Lula, empresas nacionais e o papel social-desenvolvimentista do Estado serve ao rentismo e à dependência do país.

QUE MÍDIA É ESSA?

Jornal do Brasil - 16/02/2016

O que a grande mídia, porta-voz e holofote da coalizão conservadora oposta ao social-desenvolvimentismo, vem fazendo com o PT, Dilma e, recentemente, com Lula é uma ação política organizada e destrutiva de grande envergadura. Essa ação fornece base empírica para responder à pergunta do título nos seguintes termos: a mídia brasileira é altamente concentrada, não plural e partidária. Tal estrutura do sistema de mídia prejudica o desenvolvimento da democracia no que ela tem de mais essencial, a igualdade de condições.

Para mencionar apenas um exemplo, entre tantos outros que têm inundado quase que diariamente a radiodifusão e a imprensa desde as eleições de 2014, a ombudsman da Folha de S. Paulo, Vera Guimarães Martins, avaliou em sua coluna, no último dia 7, que o jornal não deu o merecido destaque à menção, no depoimento do delator Fernando Moura à Justiça Federal, na Operação Lava Jato, de que, ao menos desde 2002, Aécio Neves e o PSDB estariam envolvidos em um esquema de corrupção, na Furnas Centrais Elétricas, semelhante ao existente na Petrobras, tendo como mediador o diretor Dimas Toledo. Referindo-se ao rateio tucano da propina do esquema, Fernando Moura afirmou: “um terço São Paulo, um terço nacional e um terço Aécio”.

Formalmente, corporações de mídia são empresas, e não partidos políticos. No entanto, devido à natureza de sua atividade, a informação e a comunicação,

que abrange a opinião e o noticiário políticos, essas empresas são peças-chave na comunicação política e na formação da opinião pública. Além disso, quando extrapolam o campo meramente opinativo e partem para a ação, tornam-se partidos políticos no sentido amplo do termo. Havendo oligopólio na estrutura de mídia, a posse desigual de recursos de informação, comunicação, opinião e ação desequilibra a competição político-democrática cotidiana e compromete a diversidade opinativa.

A concentração da propriedade da mídia tem sido uma das principais portas de entrada dos interesses econômicos na esfera política. O ideal neoliberal da primazia do mercado sobre o Estado, portanto, sobre a política, tem na ação da grande mídia concentrada, que desempenha papel estruturante na comunicação política, sua principal vanguarda material de efetivação. A macroeconomia neoliberal, para citar um exemplo especial, embora seja apenas uma visão entre outras, é propalada na grande mídia como se fosse o elixir da longa vida. Atacar a política, considerando-a unilateralmente como ineficiente e corrupta, é a principal plataforma dos ideólogos do partido neoliberal, agremiação sociopolítica na qual a grande mídia se insere como liderança, pelos recursos de poder que possui e mobiliza.

No que diz respeito ao suposto combate à corrupção, tem sido mais do que visível a política de dois pesos e duas medidas da grande mídia, que vem se tornando, com intensidade crescente, desde as eleições presidenciais de 1989, passando pelas de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014, um partido antipetista. Além disso, esse partido conservador, vem, também nos períodos não eleitorais, cada vez mais revelando sua seletividade, conforme verifica-se na sua postura tolerante em relação a casos como a compra de votos parlamentares para a aprovação da emenda constitucional da reeleição, o Mensalão e “Tremسالão” tucanos, o aeroporto de Claudio etc. Por outro lado, não há notícia alguma de jornalismo investigativo, mesmo que de média envergadura, sobre o esquema de propina em Furnas, supramencionado.

Para um lado, tolerância e favores, para o outro, intolerância e lei. Essa polarização ideológica é o principal propulsor da onda autoritária e até de comportamentos sociopolíticos protofascistas em setores do eleitorado, tendo à frente estratos sociais mais abastados, desde a conjuntura aberta pelos protestos de rua, em 2013. O andamento da cena política induz a imaginarmos o que acontecerá com a liberdade de expressão se a oposição neoliberal vencer em 2018. Não haverá, caricaturalmente, um coeso bloco governamental-midiático, em um contexto no qual as empresas de comunicação, conformando uma

estrutura proprietária sem pluralidade, e o Estado a elas associado, inclusive, mas não só, pelo generoso gasto público com publicidade, além de outras capturas, configurarão um regime político semi-totalitário, coeiro da efetiva diversidade de opinião?

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) tem se preocupado com a liberdade de expressão, que, segundo ela, depende muito da existência “de um sistema midiático livre, plural, independente e diverso”. O acesso à mídia é tão importante quanto a sua independência. No trabalho “Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação”, essa organização afirma: “Não é apenas a ausência de restrições na mídia que interessa, mas também saber em que medida todos os setores da sociedade, sobretudo os mais marginalizados, são capazes de ter acesso à mídia para obter informações e fazer com que suas vozes sejam ouvidas”. O trabalho sugere que o desenvolvimento da mídia deve ser avaliado com base em cinco categorias principais: 1) se o sistema regulatório é favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade da mídia; 2) o nível de pluralidade e diversidade da mídia, com igualdade de condições no plano econômico e transparência da propriedade; 3) o papel da mídia como uma plataforma para o discurso democrático; 4) a capacitação profissional e apoio às instituições que embasam a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade; 5) a (in)suficiente capacidade infraestrutural para sustentar uma mídia independente e pluralista.

O sistema de comunicações no Brasil, altamente concentrado e carente de regulamentação das diretrizes elencadas na Constituição de 1988, não garante adequadamente as cinco características supramencionadas. Uma proposta alternativa foi formulada, a partir de 2012, por organizações democráticas da sociedade civil, resultando no “Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica”, também denominado de Lei da Mídia Democrática. Trata-se de uma iniciativa popular legislativa, encaminhada por um movimento social que coleta assinaturas de adesão à campanha por uma nova regulamentação da comunicação social no Brasil. Nos seus princípios e objetivos, lê-se: “O novo marco regulatório deve garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão de todos os cidadãos e cidadãs, de forma que as diferentes ideias, opiniões e pontos de vista, e os diferentes grupos sociais, culturais, étnico-raciais e políticos possam se manifestar em igualdade de condições no espaço público midiático. Nesse sentido, ele deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e basear todos os processos regulatórios no interesse público”.

Seguem-se 20 diretrizes fundamentais: arquitetura institucional democrática; participação social; separação de infraestrutura e conteúdo; garantia de redes abertas e neutras; universalização dos serviços essenciais; adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional; regulamentação da complementaridade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação; fortalecimento das rádios e TVs comunitárias; democracia, transparência e pluralidade nas outorgas; limite à concentração nas comunicações; proibição de outorgas para políticos; garantia da produção e veiculação de conteúdo nacional e regional e estímulo à programação independente; promoção da diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de classes sociais e de crença; criação de mecanismos de responsabilização das mídias por violações de direitos humanos; aprimoramento de mecanismos de proteção às crianças e aos adolescentes; estabelecimento de normas e códigos que objetivem a diversidade de pontos de vista e o tratamento equilibrado do conteúdo jornalístico; regulamentação da publicidade; definição de critérios legais e de mecanismos de transparência para a publicidade oficial; leitura e prática críticas para a mídia; e, por fim, acessibilidade comunicacional. Ou seja, há alternativas.

Nada é mais valioso para alcançar paz, desenvolvimento e justiça social na complexa sociedade moderna que a democracia. Esta, por sua vez, requer igualdade de condições, especialmente na esfera da liberdade de expressão, que depende de meios de concretização material, e não de mera formalização normativa. Uma ordem legal que enuncia a liberdade de expressão sem propiciar o acesso, em mínimas condições de igualdade, à mídia é tão retoricamente vazia nesse quesito fundamental quanto aquela que verbaliza o direito à vida sem garantir, na prática, recursos básicos ao saciamento da fome para milhões de pessoas excluídas ou mal incluídas no mercado.

Se, ao invés de prevalecer a força livre da opinião pública, predominar, sobretudo em algumas conjunturas, como a atual, a pujança da opinião publicada pelo poder econômico midiático ou se, ao invés da liberdade de imprensa, prevalecer a liberdade de empresa dos oligopólios de comunicação, o imenso potencial dos atores sociais, na democracia brasileira, conduzirão a igualdade de condições a degraus mais elevados seguirá represado. A reforma da estrutura de mídia é um imperativo democrático. Assim como há várias possibilidades de política macroeconômica, há diversos meios de regulamentar a comunicação social, conforme mostram a experiência internacional e as investigações da Unesco. Não à toa, os mesmos atores que propagandeiam

na esfera pública a ideologia de que só há uma política macroeconômica, a da austeridade fiscal e monetária, propalam também que só há uma estrutura de mídia, essa concentrada, partidarizada e excludente que existe no Brasil.

COLETÂNEA CONTRA O AUSTERICÍDIO

Jornal do Brasil - 23/02/2016

Após mais de um ano de aperto fiscal e monetário, a retomada do desenvolvimento não veio e parece distante. Nesse cenário, é muito bem-vindo o livro “Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff”, coletânea organizada por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Pedro Paulo Zahluth Bastos, ambos do Instituto de Economia da Unicamp, e publicada pela Carta Maior e Fundação Friedrich Ebert. Trata-se de uma obra do pensamento desenvolvimentista, reunindo 26 autores, sendo a grande maioria economistas das principais universidades do país, mas participam também dois diplomatas, Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães, o ex-governador Tarso Genro e o sociólogo e membro do “Conselhão”, Clemente Ganz Lúcio. Ela possui uma introdução e 23 capítulos (disponível para download em bit.ly/1L3KfTp).

Segundo previsão do Banco Central, o PIB de 2015, a ser oficialmente divulgado pelo IBGE em março, recuou 4,08%. O país passa pela pior recessão desde a de 1990, quando o produto caiu 4,08%. Como se não bastasse, o FMI prevê queda de 3,5% do PIB em 2016 e crescimento zero em 2017. Diante de uma crise dessa envergadura, para a qual contribuem muito as dificuldades nas relações entre Executivo e Legislativo, a coletânea coloca em xeque a política econômica de austeridade implementada pelo governo Dilma. Que resultados ela tem produzido e a quem ela serve? O limite de espaço não permite abordar

todos os trabalhos e temas do livro. Para construir uma breve visão da obra, priorizarei quatro temas, a política macroeconômica, inserindo-a no contexto da financeirização, as políticas industrial e social e a economia política dos protestos de rua. Mencionarei algumas contribuições, mas, infelizmente, não todas

Os organizadores abrem a obra com uma avaliação crítica incisiva: “A economia brasileira caminha para o abismo”. A austeridade, que pretende diminuir a dívida pública, produz o oposto, seu agravamento, uma vez que, por um lado, a recessão derruba a arrecadação tributária e, por outro, a elevação dos juros, além de inibir a atividade econômica, aumenta a relação entre o endividamento do Estado e a renda nacional. Questionando enfaticamente o mantra neoliberal de ausência de alternativa à austeridade, formulam várias propostas, que sintetizam contribuições dos capítulos do livro: rigor no combate à sonegação fiscal; regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e aumento do imposto sobre grandes heranças; diminuição da carga tributária para trabalhadores e camadas médias e sua elevação para os mais ricos; redução dos juros; maior flexibilidade na implementação e gestão do regime de metas de inflação; incentivos à agricultura familiar, para reduzir a alta de preços dos alimentos, e “formação de mecanismos públicos amplos de estocagem e regulação de preços agrícolas”; controle, democraticamente definido, da “importação da inflação de commodities com impostos reguladores”; política que evite “deixar a determinação da taxa de câmbio ao sabor de operações especulativas no mercado”; reativação da “economia com investimentos públicos que atendam à carência de bens públicos e infraestrutura social”, estimulando o crescimento, o investimento privado e a arrecadação tributária; aumento do gasto social, que “alarga a renda disponível e estimula o gasto de seus beneficiários, com vantagens para todos”; “política industrial que [...] tenha metas concretas de incorporação de novos ramos de atividade e recriação de cadeias produtivas vazadas por importações subsidiadas, anos a fio, pelo Real forte”; negociação soberana “com filiais estrangeiras que, deixadas a seu próprio arbítrio, podem preferir substituir parte da produção local por importações subsidiadas e registradas em paraísos fiscais”; rejeição das “exigências liberalizantes feitas pelos EUA e a União Europeia” e qualificação da “pauta de comércio exterior com a China, evitando os riscos de velhas e novas relações Norte-Sul”.

Leda Maria Paulani avalia que o terrorismo de mercado partiu para a ofensiva nas eleições de 2002 e de 2014 e sua receita de política macroeconômica acabou prevalecendo no andamento das duas conjunturas, primeiro com

a “Carta ao povo brasileiro”, publicada por Lula durante sua primeira campanha eleitoral vitoriosa, depois na decisão do governo Dilma, de implementar, desde o início de 2015, o receituário ortodoxo. Ela não acredita que, ao final de 2014, havia um descalabro das contas públicas, avaliando que os indicadores macroeconômicos estavam “muito melhores que em 2002”. A postura de Dilma de enfrentar os interesses financeiros, entre 2011 e 2013, explicaria a ofensiva do terrorismo de mercado. A autora avalia que há dois graves problemas de ordem macroeconômica, o déficit em transações correntes, promovido por anos seguidos de valorização cambial, e a questão “da retomada do crescimento e da recuperação do nível de investimento”. Mas as políticas da austeridade compõem os fatores causais desses dois problemas, ao invés de solucioná-los.

Nesse sentido, Laura Carvalho questiona “a ideia de contração fiscal expansionista, qual seja, a de que a austeridade resgataria a confiança dos empresários e assim levaria à retomada do investimento privado”. Argumenta que “uma expansão dos gastos públicos, e não uma contração, seria a melhor forma de levar uma economia estagnada de volta a uma trajetória de crescimento e de sustentabilidade da dívida”. Por outro lado, Luiz Fernando de Paula e Paulo José Saraiva discutem o regime de metas de inflação (RMI), de matriz ortodoxa, cuja implementação pelo BCB tem apresentado nítida tendência decisória pró-alta dos juros, com impacto negativo sobre o PIB e a dívida pública. Diferentemente da grande maioria dos países que adotam o RMI, nos quais prevalece uma perspectiva de dois anos ou mais para o alcance da meta, no Brasil o horizonte é anual, demandando mais contração monetária. E em relação à política cambial, Pedro Rossi argumenta que uma taxa de câmbio competitiva é um elemento necessário, mesmo que não suficiente “para uma estrutura produtiva diversificada e um projeto de desenvolvimento soberano e social”. Para ele, a desvalorização cambial não vai resolver todos os problemas da estrutura produtiva e “a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva depende da regulação do mercado de câmbio”, ou seja, de mudança institucional.

A crítica à acomodação do Estado às demandas dos interesses da financeirização capitalista é uma unanimidade. Rosa Maria Marques destaca “o aumento da fragilidade da economia brasileira frente ao movimento do capital fictício internacional”. Ladislau Dowbor critica o padrão de intermediação financeira em vigor e, como alternativa, destaca os “interesses comuns entre empresários efetivamente produtivos, situados na economia real, e os trabalhadores”. Bruno De Conti argumenta que, como o FMI não é mais credor do Brasil, quem

mais impõe a disciplina da austeridade são as agências de rating. “Sob o olhar dos mercados, são elas que dão o selo de qualidade a um país, indicativo de sua atratividade para o capital internacional”.

Outro tema central do livro é a indústria. Luiz Gonzaga Belluzzo e Júlio Gomes de Almeida quantificam o problema: “A participação da indústria no PIB caiu de 35,8% em 1984 para 15,3% em 2011, sendo atualmente de 13%”. Mas também o qualificam: ela provém da “inserção desastrada” do país na globalização, operada a partir dos anos 1990, uma opção falsamente competitiva, pois se apoiou em políticas que “entendiam que bastava expor a economia à concorrência externa e privatizar para lograr ganhos de eficiência micro e macroeconômica”. Defendem uma estratégia de desenvolvimento com uma política industrial que realize a reindustrialização e seja apoiada “no potencial do mercado interno brasileiro, nas vantagens competitivas do agronegócio e da indústria e na preservação de seu sistema público de financiamento”.

Fernando Augusto M. de Mattos aborda a desindustrialização em termos teóricos e aplicados ao Brasil. Segundo ele, os indicadores evidenciam que o país está passando pela desindustrialização precoce, diferente da que ocorre em países com um estágio maduro de desenvolvimento econômico, onde esse fenômeno não prejudica o crescimento da renda per capita. A saída depende do papel ativo do Estado, passando pelo estabelecimento de “condições políticas para a criação de um arco de alianças de classe em torno de um projeto nacional de desenvolvimento que tenha a indústria no centro da discussão”.

Em relação à política social, Celia Lessa Kerstenetzky parte da rejeição a que a ação governamental se apoie no ascetismo filosófico da austeridade. O governante democrático é incumbido de cumprir objetivos delegados pelos eleitores. Ao invés de austeridade ascética, o austericídio, propõe a perspectiva da “viabilidade”. A autora resgata o papel da política social na economia política do desenvolvimento, mostrando seu nexos com o surto de crescimento econômico no período aberto em 2003, quando, alavancando o consumo, via valorização do salário-mínimo e transferências de renda, impulsionou o produto e a arrecadação tributária e, assim, viabilizou seu próprio financiamento. Entre outras propostas alternativas à austeridade fiscal na política social, defende a tributação progressiva, a começar sobre a renda.

Lena Lavinias e Ana Carolina Cordilha abordam o papel do sistema tributário na promoção da equidade, considerando essencial reformar essa área, praticamente intocada. “O ajuste fiscal que se delineia, em lugar de diversificar o mix de medidas para ampliar a arrecadação, como por exemplo, demandando maior

esforço fiscal dos mais ricos, insiste em cortes de gastos através da mudança da regra de acesso a direitos sociais, mantendo e alargando desonerações que favorecem o capital”.

Com base na mobilidade social no período seguinte ao Plano Real, Marcio Pochmann distingue dois momentos: 1995-2003 e 2004-2013. O primeiro período foi marcado pela “polarização na distribuição da renda, uma vez que poucos segmentos sociais ampliaram os seus ganhos, enquanto a maior parte reduziu sua participação relativa”. No segundo momento, a polarização deu vez à “acomodação dos ganhos distributivos”, ocorrendo “melhora simultânea em praticamente todos os segmentos sociais”. Então, ele formula uma interpretação de economia política para a conjuntura aberta com os protestos de rua, em 2013, que se desdobrará na austeridade conservadora. De um lado, haveria uma demanda pela continuidade da ascensão socioeconômica em curso desde 2003. De outro, estaria a pressão de estratos sociais contrários à mobilidade social ascendente. Dessa contradição, resultaria “a constante defesa de políticas de austeridade voltadas para a contenção do gasto público e ostentação da moralidade como indícios proibitivos do maior impulsionamento do potencial dos que vem debaixo”. Essa ideia pode ser enriquecida se pensarmos na reaproximação entre as diferentes frações de classe do capital, desde meados de 2012.

Enfim, além dos autores já mencionados, a coletânea tem criteriosos capítulos dos pesquisadores Alexandre de Freitas Barbosa, Antônio Carlos Diegues, Carlos Pinkusfeld Bastos e Fernando Maccari Lara, Fernando Rugitsky e Maria de Lourdes Rollemberg Mollo. Democracia requer diversidade de opiniões. Como a estrutura de propriedade do sistema de mídia não é pluralista, mas concentrada, impõe-se a quem se identifica com a igualdade de oportunidades abrir canais de expressão para que o leitor e os atores progressistas esclareçam-se com a visão alternativa formulado pelo pensamento social-desenvolvimentista para a compreensão e superação da crise brasileira. Muito dificilmente essa visão aparecerá e menos ainda será enfatizada positivamente nos mais poderosos veículos de comunicação, comprometidos que estão com a austeridade, custosa para pobres e trabalhadores, benéfica para rentistas e financistas.

REAÇÃO DO PT

Jornal do Brasil - 01/03/2016

Governo e partido governista não são a mesma coisa, sobretudo em contexto de disfunção do presidencialismo de coalizão, uma característica da crise brasileira em curso desde 2015. Embora o PT seja o principal partido governista, a política econômica de austeridade fiscal e monetária, iniciada na gestão fazendária de Joaquim Levy, tem gerado desconforto entre o partido e o Executivo ou, mais amplamente, entre a base social de suporte a Dilma e o programa governamental, implementado sob forte ofensiva neoliberal e conservadora. Para tentar alterar a relação de forças desfavorável, o PT, que completa 36 anos de existência, acaba de propor à nação um programa econômico emergencial, de conteúdo social-desenvolvimentista. A agremiação considera que a troca do ministro da Fazenda desinterditou o debate sobre os rumos da economia.

O Programa Nacional de Emergência foi aprovado pelo Diretório Nacional, que também discutiu a conjuntura. Avalia-se que a ofensiva conservadora, apoiada na Operação Lava Jato, plena de procedimentos de legalidade duvidosa, compromete o ambiente democrático e o Estado de Direito. Em uma das resoluções, que critica as tentativas de depor Dilma, criminalizar Lula e o partido, lê-se o seguinte: “para barrar de vez a ofensiva antidemocrática, o governo e o PT precisam recompor laços políticos e sociais com nosso bloco histórico de sustentação, formado centralmente pelos trabalhadores do campo e da cidade, setores

médios da sociedade, empresários em contradição com o grande capital internacional, a intelectualidade progressista e a juventude”. Ou seja, o PT está tentando reorganizar as forças da coalizão sociopolítica de conteúdo social-desenvolvimentista entre trabalho e capital produtivo que, em certa medida, suportaram as transformações realizadas a partir de 2003.

O programa alternativo, na contracorrente neoliberal, é peça-chave da iniciativa de reação petista. Ele possui três pilares: redução das transferências financeiras do Estado para grupos privados; mudanças tributárias progressivas; ousado plano de investimentos públicos e expansão dos gastos sociais. No primeiro pilar, a política mais importante é a redução da taxa de juros, uma vez que seu elevadíssimo patamar resulta em imensa transferência de recursos para rentistas e instituições financeiras e inibe a atividade produtiva.

Em relação à tributação progressiva, a ideia geral visa “associar a higidez fiscal do Estado com aumento de impostos sobre o capital e os cidadãos mais ricos, desonerando relativamente os salários, o consumo essencial, os brasileiros mais pobres e as camadas médias”. É amplamente sabido que, no Brasil, a incidência de impostos sobre o consumo é bem maior do que sobre a renda, respectivamente, 43% e 21% do total arrecadado, o que difere bastante da estrutura tributária dos países ricos. Nas nações que compõem a OCDE, a taxa média de tributação sobre o consumo é de 33%. Quem mais se prejudica com isso são os situados abaixo do topo da pirâmide social. Essa injustiça precisa ser revertida. Obviamente, o bloco neoliberal e o conjunto das elites econômicas não tocam nesse tema. O PT propõe também a retomada da cobrança de impostos sobre a distribuição de lucros e dividendos das empresas, eliminada em 1995, no governo FHC, a regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas e a progressividade na cobrança do Imposto Territorial Rural.

Em relação ao pilar do investimento público, o programa evoca o papel histórico do Estado brasileiro de vanguarda da formação bruta de capital fixo, seja como investidor direto, parceiro minoritário ou majoritário ou na condição de agente indutor da inversão privada, nacional, estrangeira ou associada, ao tomar decisões e viabilizar projetos. O documento propõe “recuperar a geração de emprego e renda, especialmente com a aceleração de planos para infraestrutura, habitação e saneamento”. Uma pré-condição para a viabilização de recursos financeiros para investimentos é a mudança nas políticas monetária e tributária. O partido admite, polemizando com a perspectiva da austeridade fiscal, que sua proposta pode implicar em “alguns anos de aumento programado e transparente da dívida interna, desde que o destino de novos déficits seja a recuperação

econômica do país”. Sugere também, a partir da melhoria nas contas externas, “a utilização de parcela das reservas internacionais em investimentos públicos, associada a recursos do orçamento corrente e créditos internacionais”. Em linhas gerais, o modelo retoma características fundamentais da política de desenvolvimento implementada no governo Lula, que combinou estabilidade, crescimento, aumento da taxa de investimento e da oferta de crédito, dinamização do mercado interno e políticas sociais. Em relação a esse último ponto, o partido propõe reajuste de 20% nos benefícios do Bolsa-Família.

O grande problema do PT é ser efetivamente capaz – na atual conjuntura de crise e ofensiva conservadora multidirecionada, nas frentes econômica, política, jurídica e ideológica – de colocar em movimento forças sociais e institucionais que banquem seu esboço de reação. A disputa é entre dois modelos de capitalismo. A crise brasileira já é um fato histórico marcante, mas ainda está em curso. Partidos têm feito a história nas democracias, até mesmo na contracorrente, como a própria trajetória do aniversariante PT exemplifica. Mas eles também têm entrado em crise em muitos países. A saída do impasse em que o PT se envolveu parece ser difícil, ao menos em curto prazo, mas depende da retomada do bloco social-desenvolvimentista, para que a demanda por um novo padrão de políticas governamentais penetre, com participação social e organicidade, as instituições do Estado (Presidência, ministérios, Conselho, Legislativo etc) e se converta em decisões anticíclicas. Desempregados, mal remunerados, aposentados, empresários em dificuldade, endividados, enfim, anseiam uma situação melhor.

PARTIDO OPERAÇÃO LAVA JATO (POLJ)

Jornal do Brasil - 08/03/2016

Fatos recentes esclarecem ainda mais que um dos mais importantes grupos de interesse em ação na crise brasileira é o Partido Operação Lava Jato (POLJ). Ele não possui registro eleitoral, mas tenta influenciar as próximas eleições, principalmente a de 2018, com o mesmo espírito de soberania que uma corte de magistrados clericais, autoridade decisória máxima em uma teocracia, tem sobre os destinos das nações onde o povo e seus direitos estão subordinados à liderança religiosa, proprietária monopolista da moralidade nacional. O POLJ, braço investigativo-jurídico da coalizão neoliberal-conservadora, quer expelir, de fato, seu principal adversário da competição política democrática e abrir caminho para seus aliados no sistema partidário stricto sensu, a começar pelo PSDB, que é a vanguarda institucional dos interesses do modelo financeirizado e excludente de capitalismo que a oposição deseja restabelecer no Brasil. Aliás, o PSDB já solicitou à Procuradoria Eleitoral a cassação do registro de direito do PT. O braço de comunicação política do POLJ e da coalizão neoliberal como um todo é a grande mídia oligopolizada.

Os líderes do referido grupo de interesse são uma pequena minoria organizada, uma elite dotada de recursos de poder e disposição de luta. Consideram-se semelhantes aos clérigos das teocracias em sua missão purificadora e atuam organizadamente no aparato do Estado: Justiça Federal, Procuradoria Geral da

República, Polícia Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo. Possuem canal de TV e outras mídias. Como encarnações de emanção divina portadora de pureza moral e zelo pelos bons costumes, usam a força, a autodenominada força-tarefa, com seus instrumentos coercitivos, para implementar um programa de uma nota só: combater a corrupção nos governos petistas com a intensidade necessária para que Dilma seja deposta, por *impeachment*, cassação ou renúncia, e Lula seja impedido de concorrer ao próximo pleito presidencial.

O combate à corrupção é importantíssimo para a melhorar a qualidade da democracia e a Lava Jato possui aspectos inovadores e salutareos, a começar por ser a maior operação já realizada na história do Brasil, tendo na linha de frente judicial uma Justiça Federal de primeira instância, no Paraná, que condenou empresários de grande porte, ex-diretores e ex-gerentes da Petrobras, entre outros réus. Ademais, 53 políticos estão sob investigação da PGR e o STF acaba de tornar Eduardo Cunha réu. Aparentemente, a operação caminharia no sentido de avançar no caráter cego justiça e, portanto, na igualdade democrática perante a lei.

No entanto, cada vez mais a operação explicita a subordinação da repressão aos crimes contra a administração pública ao objetivo político, saindo da esfera do interesse público e ingressando no campo dos grupos de interesse. Exemplos: ao menos em dois acordos de delação premiada, os de Carlos Alexandre de Souza Rocha e Fernando Moura), o nome de Aécio Neves foi citado e associado a propinas volumosas, mas, até agora, ele não é objeto de investigação e nem do denunciamento midiático; as mesmas empresas envolvidas na Lava Jato, que contribuíram para a campanha de Dilma, financiaram também a do PSDB, mas a investigação é exclusivamente focada no campo petista; ex-diretores da Petrobras, condenados, declararam que o esquema de pagamento de propinas das empreiteiras remonta ao governo FHC, mas o POLJ não se importa com isso etc.

As evidências da partidarização do combate à corrupção já apareceram no contexto das eleições de 2014. Ao se olhar para as ações da coalizão conservadora-neoliberal como um todo, há tempos salta aos olhos que o objetivo maior de seu braço policial-jurídico-midiático, no qual o juiz Sérgio Moro e outros líderes do POLJ participam com suas supostas mãos limpas, é capturar Lula. Trata-se de um programa de justiça seletiva quanto aos fins e aos meios, portanto, não universal, partidária; enfim, é um programa político. Assim, os méritos da Lava Jato vão descendo pelo ralo do interesse político casuístico, conforme demonstram os últimos acontecimentos.

Com um programa conservador e onipotente, as lideranças lavajatistas pelem o quanto podem para transformar o semblante do Estado de Direito em sua própria imagem e semelhança, metamorfoseando-o, portanto, em Estado da Direita, ao jogar na lata do lixo a igualdade perante a lei, a isonomia política, o direito à ampla defesa e ao contraditório, a presunção de inocência, o habeas corpus, o respeito à imagem dos investigados, alguns deles escolhidos a dedo etc. Na ação penal 470, seus aliados pioneiros nesse sectarismo puritana e seletivo lançaram mão, casuisticamente, da teoria do domínio de fato para pescar peixe grande. Entre os excessos atuais, há abuso em prisões preventivas e buscas e apreensões, vazamentos seletivos de informações, inclusive as obtidas em delação premiada, criação de um clima de pré-julgamento por meio da espetacularização midiática das investigações etc. O país vive um clima autoritário de linchamento, induzido pelo POLJ, e o maior alvo são os petistas.

O ápice das violações aos direitos civis foi a condução coercitiva do ex-presidente Lula, demandada pela PGR, autorizada por Moro e executada pela PF, tudo com uma justificativa completamente *nonsense*: evitar tumultos. Além de sua questionadíssima legalidade – por contrariar o disposto no Art. 260 do Código do Processo Penal e o Art. 5º da Constituição Federal –, a condução coercitiva não evitou tumultos, pelo contrário, acirrou os ânimos no país. Alguns falam até em venezuelização, referindo-se à disputa entre atores políticos que perdura há vários anos no país do falecido Hugo Chávez. Ademais, ao menos por ora e em certa medida, o tiro saiu pela culatra, pois a desastrosa operação vem recebendo críticas em uma dimensão até então inédita.

Enquanto jornais e jornalistas comprometidos com a coalizão conservadora apregoam que a condução coercitiva de Lula atesta que o Brasil possui Estado de Direito e ninguém está acima da lei, o ministro do STF, Marco Aurélio Mello, disse que ela foi um “ato de força”, um atropelamento das regras. José Gregori, ex-ministro da Justiça de FHC, viu exagero na medida. O investigado nem sequer havia sido intimado para o interrogatório. Ademais, Lula nem precisaria ter falado diante da PF, poderia ter permanecido calado. O ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira afirmou que o STF deve intervir na Operação Lava Jato, que está violando direitos fundamentais. Enfim, Lula sofreu restrição em sua liberdade por parte do Estado, uma violência entre tantas que estruturaram a realidade brasileira, mas que, pelo sectarismo dos clérigos da anticorrupção seletiva, atingiu um dos principais ex-presidentes da história desse país, de modo absolutamente desnecessário, a não ser para armar o vergonhoso espetáculo midiático previamente organizado entre o grupo de interesse aqui

denominado de POLJ e seus aliados nas corporações de comunicação. Como disse o professor Wanderley Guilherme dos Santos, é hora de dar um basta aos abusos da Lava Jato. Política para quem precisa de política. O Estado Democrático de Direito precisa dela.

CRISE DE LIDERANÇA E LULA

Jornal do Brasil - 15/03/2016

A crise brasileira é multidimensional. Um de seus componentes é a crise de liderança política, em vários sentidos. Crise da coalizão que sustenta o governo Dilma em termos sociopolíticos e político-institucionais. Crise dos partidos, quase todos eles envolvidos no escândalo da Lava Jato, com vários de seus líderes questionados pelo descrédito popular. Crise presidencial, cuja função requer legitimidade, governabilidade e capacidade de implementação de políticas para se sustentar perante o conjunto do sistema político e da sociedade, sobretudo, como agora, quando esses requisitos são imprescindíveis para se atravessar tempestade em mar agitado, com ondas gigantescas, recessão histórica, envolvimento das forças governistas, embora não só elas, com corrupção, e uma ofensiva golpista dos conservadores, dentro e fora do aparato de Estado, associada a protestos de rua pedindo a deposição da chefe do Executivo.

A crise multidimensional coloca em xeque os atributos da liderança de Dilma, de perfil muito mais tecnocrático e insulado que político. O país requer, como nunca, liderança em todos os sentidos mencionados, a começar por um timoneiro que, com mais recursos para se lançar como uma força centrípeta contra a dispersão política, tenha melhores condições de tentar conduzir a grande nau nacional para a superação da crise. Mas, para o bem do Estado Democrático e de Direito, essa nova liderança não poderia resultar de um

golpe, a partir de um ambiente político de vulgarização do *impeachment*, como a revolução liberal-conservadora tenta fazer. Nesses termos, o ingresso de Lula no ministério de Dilma, aventado ao longo da semana passada por ela própria e outras lideranças petistas, é uma alternativa urgida pela conjuntura.

Durante alguns meses, entre fins de 2013 e início de 2014, quando os primeiros grandes protestos de rua já haviam acontecido, políticos e empresários de todos os setores defenderam o “volta, Lula!”, alternativa que não foi acionada, pois o ex-presidente não concordou com ela, tendo optado pela candidatura de Dilma à reeleição. Esse fato mostra que, em um primeiro momento, a rejeição das elites econômicas à presidente Dilma não se aplicava a Lula. Obviamente, a situação piorou para o PT, Dilma e Lula, devido à sinergia negativa entre crise econômica, corrupção e insatisfação popular com o governo. No entanto, os discursos de Lula após sua condução coercitiva para interrogatório no dia 4 e o apoio sociopolítico que ele recebeu contra a violência que sofreu do Estado mostram tanto que o ex-presidente continua afiado para a disputa democrática da política competitiva, como que suas bases, a começar pelos sindicatos e movimentos sociais, passando por amplos setores da intelectualidade progressista, funcionários públicos, enfim, são ainda muito sensíveis à sua liderança e vão às ruas no dia 18 contra o *impeachment*, os abusos policial-jurídicos e a crise econômica, fazendo contraponto de esquerda às ruas da direita. Ou seja, Lula possui um inegável capital político.

Por outro lado, as manifestações do dia 13 mostraram que, nas massas das ruas, está aumentando o contingente de eleitores que rejeitam a corrupção de todos, embora lideranças com influência na sociedade civil, como as corporações midiáticas, e outras situadas no aparato estatal policial-jurídico atuem seletivamente contra o PT. A necessidade de reforma no sistema político, especialmente no fragmentado sistema partidário, e de uma solução negociada para a crise é urgente. A economia é também peça-chave do quebra-cabeças. Considerando que os três principais partidos são PT, PMDB e PSDB, para que o drama brasileiro não vire tragédia, há que se buscar um consenso mínimo entre as principais lideranças dessas legendas partidárias. A entrada de Lula no ministério de Dilma, por exemplo, na Casa Civil, facilitaria muito a construção do caminho para esse consenso.

A solução racional mais rápida e menos dolorosa para o casamento perverso entre crise política e crise econômica seria um acordo de união nacional entre os principais atores políticos e sociais, baseado no respeito ao Estado Democrático de Direito e na primazia das instituições do sistema representativo e demais

mecanismos participativos previstos na Constituição Federal. Não é prendendo e condenando Lula, com base em denúncia frágil e politizada, como quer o inconsequente governo dos juízes, que a nação vai reencontrar seu rumo, pelo contrário, é hora de colocar o capital político de uma das maiores lideranças da história desse país a serviço da superação da crise e do clima de ódio que se vê nas ruas. A rota de saída da crise brasileira depende da democracia, e não de medidas de exceção. No atual estágio de organização do campo democrático-popular no Brasil, o oxímoro da democracia-autoritária ou restrita, menos ainda o autoritarismo puro, tal qual ocorre nos países de todo o mundo onde há uma forte esquerda partidária, não tem viabilidade, além de ser normativamente inaceitável, sobretudo levando-se em conta que Dilma, apesar de estar implementando uma política econômica de austeridade fiscal e monetária, foi eleita pelas bases do referido espectro ideológico e de seus aliados institucionais no centro político.

Em 28 de janeiro, após longa interrupção de suas atividades, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado por Lula em 2003, reuniu-se e discutiu propostas de enfrentamento da crise, tendo motivado várias lideranças empresariais lá presentes, como os presidentes da Anfavea, Bradesco, Itaú e TAM. No entanto, a postura golpista da pela coalizão da deposição de Dilma, que também quer criminalizar o PT e Lula, tem jogado combustível na chama da crise, ao apostar incansavelmente no quanto pior melhor, o que reduz a efetividade política do enfraquecido governo eleito democraticamente e também impacta negativamente no conjunto do setor privado.

Por outro lado, a convenção do PMDB acaba de adiar para daqui a 30 dias a decisão sobre a permanência ou não na coalizão governista. Não há mais tempo a perder, é hora de tomar uma decisão de impacto. Lula pode ser a peça-chave no complicadíssimo jogo de xadrez da crise. Como argumentou Aristóteles, o homem é um animal social e Lula é um exemplar raro dessa espécie de ser político. Mas não o único, obviamente. Em 1993, o país estava imerso em imensa crise, que durava mais de uma década. Em maio daquele ano, Fernando Henrique Cardoso (FHC) ingressou na pasta da Fazenda, após reforma ministerial de Itamar Franco. Como ministro, conseguiu estruturar a estratégia e os recursos humanos para formular e implementar o plano de estabilização que lhe rendeu a vitória nas eleições de 1994 e abriu o caminho para as demais reformas neoliberais, inclusive para a reeleição, em 1998. Apesar do autor dessas linhas discordar das políticas radicalmente orientadas para o mercado, é inegável o papel de liderança exercido então por FHC, em meio a uma crise multidimensional,

inflacionária, de crescimento, de Estado, de hegemonia, ideológica e de governabilidade. A crise das políticas neoliberais e a vitória do PT em 2002 deu vez ao social-desenvolvimentismo, que avançou em Lula 1 e Lula 2, enfrentou dificuldades em Dilma 1 e sumiu do mapa em Dilma 2 enquanto norte das políticas públicas do governo federal. Há novamente uma crise nos rumos do Estado no Brasil, pontuada pela disputa entre os dois grandes projetos da era pós-estabilização monetária. Devido à ruptura da coalizão social-desenvolvimentista, Dilma implementa a política que foi derrotada nas urnas. Mesmo assim, os liberal-conservadores querem destruir o PT, que reage contra essa ofensiva de direita. Todo esse quid pro quo evoca direção política. Sem liderança democrática, não há saída. Concordo com Leonardo Boff, que, em carta a Lula, pediu seu ingresso no ministério. Lula lá, já!

SOS, DEMOCRACIA, SALVE O BRASIL DO NOVO AUTORITARISMO

Jornal do Brasil - 23/03/2016

A ofensiva golpista de direita despiu-se de toda a máscara e expôs nua e desavergonhadamente sua ousadia. Enquanto a ideia de que a cor da bandeira nacional corre o risco de se tornar vermelha não corresponde aos fatos, sendo um dos absurdos da emergência do novo autoritarismo, o movimento de subversão da ordem democrática é real. O golpe parte de algumas elites burocráticas de instituições do Estado responsáveis pela defesa da ordem jurídica e da lei penal: juízes, procuradores, policiais federais e um ministro do STF explicitamente partidário. Tais atores da superestrutura jurídica não estão sozinhos, mas aliados a forças posicionadas nos partidos de oposição e na estrutura socioeconômica, visando subverter o regime democrático brasileiro, convertendo-o, pelo golpe político do *impeachment* sem base jurídica, em uma democracia-autoritária, irmã gêmea de um capitalismo excludente, que tornará perene a instabilidade social.

O objetivo do golpe é amplamente antipetista: depor a presidente Dilma, condenar Lula, para inviabilizar sua candidatura em 2018, e criminalizar o PT. O combate à corrupção é ou foi a farsa. Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados e um dos maiores líderes do partido golpista, cujo mandato está para ser cassado há vários meses, é aliado do PSDB e demais partidos de oposição na

defesa do *impeachment*. Caso fosse concretizada, o que não é fácil, a marginalização de Lula e do maior partido de trabalhadores do mundo da política nacional não excluiria suas bases da sociedade brasileira, mas acirraria as lutas sociais.

A divulgação ilegal para a grande mídia de escutas telefônicas envolvendo Dilma e Lula foi, até agora, o ápice da violência golpista contra a ordem jurídica, autorizada e defendida pelo juiz Sergio Moro, para atingir os líderes petistas. Tal abuso gravíssimo contra o Estado da Lei ocorreu às vésperas da posse de Lula como novo titular da Casa Civil, com o objetivo de influenciar a opinião pública e instigar a oposição social e institucional contra o governo eleito por 54,5 milhões de votos. Por trás da máscara do combate à corrupção, ocultava-se e hoje explicita-se plenamente uma intensa ofensiva política das forças capitaneadas pelo conservadorismo de direita, liberal apenas na economia, contra as transformações implementadas pelos governos federais encabeçados pelo PT, de 2003 a 2014, que estavam promovendo, também, o fortalecimento das instituições do Estado Democrático de Direito.

O retrocesso real e virtual embutido na ofensiva de direita é imenso. Começa pela política econômica, já capturada pelos interesses neoliberais, que impuseram ao governo Dilma 2 a austeridade fiscal e monetária. Prossegue nas políticas trabalhista (como a lei da terceirização), previdenciária, social, racial, de gênero e por aí vai. Contudo, pior é o mecanismo de reversão dos ganhos na cultura política democrática desde 2003, acionado pela emergência de um novo autoritarismo em instituições do Estado e na sociedade.

A estratégia golpista da direita tem produzido e disseminado na sociedade civil, via grande mídia, uma protoideologia de massa autoritária, intolerante, justiceira e mobilizadora contra o PT e o governo Dilma, que instrumentaliza seletivamente a corrupção como meio de ignição política. O ódio antivermelho dos protestos de rua opera como fator de legitimação da violência material contra as normas do Estado de Direito no plano institucional para, de modo irresponsável e inconsequente, tentar massacrar a “raça” petista, com respaldo da “lei” e do “povo”. Por outro lado, o enfoque sensacionalista e justiceiro da corrupção também tem gerado uma rejeição à política em geral, que, para alguns, se faz acompanhar da demanda por um regime autoritário e, provavelmente para um número maior de pessoas, por um salvador da pátria ilusoriamente apolítico, acima dos partidos, puramente verde e amarelo, uma espécie de alto clérigo de um poder teocrático ascético, popular e nacional. Na perspectiva política dessa ofensiva conservadora, se algum gigante acordou, foi o Leviatã, monstro evocado por Thomas Hobbes para defender o Estado absolutista.

Moro, apesar de sua investidura burocrática, racional-legal, vem ascendendo, nessa onda autoritária, ao posto simbólico de liderança carismática do sectarismo de massa. Enquanto a ditadura militar não foi mobilizadora e a Operação Bandeirantes se deu na sombra dos porões da ditadura, o novo autoritarismo emanado da jurídico-midiática Operação Lava Jato, que se vale do regime democrático para subvertê-lo, arregimenta, com propaganda política obscurantista, rebanhos do eleitorado conservador e de outros matizes de opinião como suporte fundamental de sua estratégia política de poder. Há semelhanças com o fascismo, como a propaganda e a mobilização de massas contra um inimigo construído arbitrariamente. Trata-se de um protofascismo, que a grande mídia incentiva sua manifestação de baixo para cima e os justiceiros da Lava Jato, no que depende de seu poder institucional, promovem de cima para baixo, por meio de abusos na implementação de prisões preventivas, delações premiadas e conduções coercitivas, vazamentos seletivos de informações, escutas telefônicas duvidosas e ilegais e assim por diante.

Diante do avanço do golpe, a principal reação das forças democráticas da sociedade civil foi a presença massiva nas manifestações do dia 18, reunindo centenas de milhares de participantes nos centros urbanos de todo o país. Outra grande manifestação nacional está, a princípio, agendada para 31 de março, data que, em 1964, os golpistas de então partiram para a ofensiva militar. Obviamente, a resistência democrática escolheu essa data para afirmar o valor da liberdade, que os liberais oligárquicos brasileiros, na verdade, desprezam. A restrição jurídica à posse de Lula na Casa Civil, arbitrada liminarmente por Gilmar Mendes muito com base em escutas telefônicas tornadas públicas ilegalmente por Sergio Moro, é um atentado contra o Estado da Lei. Enquanto isso, a oposição parlamentar acelera a tramitação do *impeachment*. Ocorrerá aqui o que houve no Paraguai contra Fernando Lugo? SOS, democracia e todas as gerações de direitos!

POLÍTICA DO NARCISISMO PERVERSO

Jornal do Brasil - 29/03/2016

Se concretizada, a aventura inconsequente do *impeachment*, mais provável agora devido ao aprofundamento do desembarque do PMDB da coalizão de governo, será a completude da farsa narcísica que embala o comportamento político da elite rica e liberal-conservadora na crise brasileira. No narcisismo perverso, a face explícita, o falso-eu, é um simulacro de perfeição, a máscara que oculta o verdadeiro-eu, vazio em conteúdo ético e beleza psíquica, retendo apenas, devido às sequelas da ferida originária estruturalmente destrutiva, baixa-estima, inveja e ódio. Mas, incapaz de lidar com suas dores, temores e impotência, o narcisista lança-se, pelo pensamento mágico, ao reino subjetivo da superioridade, poder e controle, partindo para ações, sem limites morais, que buscam iludir a si mesmo e aos outros de que possui perfeita natureza. A sinergia entre veredas principais da Operação Lava Jato, histeria coletiva – embora principalmente seletiva – contra a corrupção e sede de *impeachment* das forças de oposição pode ser iluminada reportando-se ao narcisismo perverso da minoritária elite rica, força social motriz e vanguarda política do ódio contra Dilma, Lula e o PT.

Apesar dos avanços internacionalmente reconhecidos no combate à miséria extrema e na queda da desigualdade na distribuição de renda, ainda que em ritmo lento, ocorridos desde o primeiro governo Lula, o Brasil ainda é

muito injusto socialmente. No Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, calculado a partir de 2010 com uma metodologia diferente em relação ao IDH tradicional, enquanto a média da América Latina é de 0,570, a pontuação do Brasil é 0,557, ou seja, inferior. Os governos petistas, até 2014, priorizaram o combate a essa realidade trágica, em um país campeão em concentração de renda, onde o 1% mais rico embolsou, em 2013, o inigualável 27% da renda nacional, segundo estudo de Marc Morgan Milá, orientado por Thomas Piketty, na Escola de Economia de Paris. E segundo dados do IBGE referentes a 2013, os 10% mais ricos detinham 41,7% da renda familiar per capita nacional.

Como argumentou o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, a “preferência forte e clara pelos trabalhadores e pelos pobres”, de governos de centro-esquerda, que procuraram manter seu compromisso sociopolítico com os de baixo, foi colocada em xeque, na primeira oportunidade – ensejada já no governo Dilma 1, devido ao crescimento baixo, inflação e escândalos de corrupção –, por um ódio coletivo da classe alta, algo inédito no Brasil, não à toa emergido em um momento histórico ímpar da democracia brasileira. Esse ódio é a fúria narcísica, invejosa, que está sempre cobiçosamente prestes a projetar seu próprio fracasso no outro; vingança oportunista e política e economicamente desastrosa do egoísmo-mor contra o partido político que, no governo, ousou, em alguma medida, não reproduzir, por meio das políticas públicas, as relações sociais à imagem e semelhança do falso-eu narcisista dos ricos, alucinadamente perfeito, mas, na verdade, apenas na construção da ordem social oligárquica e na acumulação capitalista selvagem.

Como podem governos de esquerda, justamente na pátria do autoritarismo social mantenedor das desigualdades, ousarem dificultar o secular vampirismo narcisista da elite rica (e com complexo de vira-latas) sobre os pobres, pelos quais não nutre nenhuma empatia, considerando-os apenas meros objetos a seu dispor? Como essa “raça” pode ter regulamentado o trabalho doméstico se sua condição de contratação precária era um direito adquirido dos tempos da escravidão? Como pode o populacho, ao invés de prosseguir reverenciando barões e madames, ingressar nas universidades públicas frequentadas pelos filhos da elite e começar a embarcar em aviões, meio de transporte até então exclusivo dos privilegiados? Como a plebe pode envolver-se com irregularidades no financiamento empresarial de campanhas eleitorais se esse artifício era até então de propriedade dos partidos da preservação da ordem desigual? Como pode essa “horda de comunistas” – segundo a invenção da paranoia narcisista,

que projeta de modo invertido seu espírito capitalista selvagem – lograr que o STF tenha proibido o financiamento eleitoral empresarial, imensa fonte dos crimes de corrupção ativa e passiva identificados na Operação Lava Jato? Que coerência há na iniciativa das forças político-partidárias, a começar pelo PSDB, defensoras com unhas e dentes da fonte empresarial de fundos eleitorais – cronicamente contabilizados no caixa dois e derivados de barganhas em contratação de obras públicas e compras e vendas governamentais e das estatais (de nafta para a Braskem, por exemplo) – recorrerem ao TSE para tentar impugnar a prestação de contas da campanha presidencial de Dilma? Ora, petralhas, vocês só podem fazer o que os *coxinhas*, avalistas do sistema político plutocrático, permitem que seja feito, mas não o que eles fazem por prerrogativa oligárquica!

O desempenho positivo dos governos Lula na economia propiciou que uma parcela da elite rica valorizasse o presidente, mas apenas circunstancialmente, pois a inevitável desvalorização e descarte do ciclo narcisista não tardou a chegar com Dilma, que desafiou o rentismo e não propiciou suprimentos narcísicos suficientes para entorpecer a frustração da burguesia semiperiférica com o país que ela tem, expressão aterrorizante de seu verdadeiro-eu, de baixíssimo teor nacional, pois governado pelo ultra-egoísmo de classe, e consequentemente sem projeto de Brasil melhor. Além disso, como o narcisista odeia intimidade, sobretudo com quem tem certa autonomia em relação à sua voracidade de poder e controle, quatro governos consecutivos encabeçados pelo PT é algo insuportável e ameaçador. Novamente, a democracia brasileira está ameaçada pelo reino da hipocrisia perversa dos ricos, especializada em produzir bodes expiatórios, como fez em 1954 e 1964.

Desde o pedido de condução coercitiva de Lula, a Operação Lava Jato passou a explicitar claramente seu enraizamento no narcisismo perverso da elite rica, que, não por mera coincidência, é onde se situa socialmente o juiz Sergio Moro. Embora empresários de peso tenham sido presos e condenados, o foco maior da grande mídia e da força-tarefa está em Lula, Dilma e no PT, visando arruinar a candidatura do primeiro às eleições de 2018, depor o governo da segunda, não sem antes enfraquecê-lo o quanto possível para facilitar o abate psicopata, e varrer do mapa o maior partido de esquerda.

O vazamento criminoso e politicamente orientado das escutas telefônicas envolvendo Lula e Dilma foi o clímax da estratégia de difamação destruidora típica do narcisismo perverso contra suas vítimas. Recentemente, o vazamento obscuro da lista, assumidamente não divulgada pelo Jornal Nacional, com 316 políticos de 24 partidos que receberam contribuições eleitorais da Odebrecht,

cuja maioria defende o *impeachment*, seguido pela decisão de Moro sobre seu sigilo, mostra a farsa da oposição sociopolítica e parlamentar, que está à caça de um bode expiatório, a presidente Dilma. Segundo se desenha, após o almejado *impeachment*, o próximo passo seria esvaziar a Lava Jato, dela protegendo os políticos interessados no governo pós-deposição, e a desmobilização dos *coxinhas* das ruas. Evoca à lembrança o escândalo da parabólica, em 1994, quando o então ministro da Fazenda, a serviço do conservadorismo-liberal, afirmou: «Eu não tenho escrúpulos; o que é bom a gente fatura, o que é ruim a gente esconde».

A fúria narcísica das elites ricas e de seus pares nas instituições públicas é destrutiva, mas a reação das forças politicamente saudáveis da sociedade civil veio vigorosa nas manifestações do dia 18, motivadas pelo pedido de prisão preventiva de Lula e pelo veto provisório do STF à sua posse na Casa Civil, e prossegue até hoje com diversos posicionamentos de juristas, jornalistas da imprensa nacional e internacional, intelectuais e artistas, movimentos sociais, enfim, em defesa das instituições do Estado Democrático de Direito. Reação salutar contra a política de terra arrasada do narcisismo perverso, que afunda a economia e violenta a democracia, cujo centro nevrálgico é a vingança da minoria rica contra o governo que se preocupou com os pobres.

Não se trata de aprovar a política econômica dos dois mandatos de Dilma, muito menos a corrupção, endêmica ao capitalismo e moeda corrente nas relações entre Estado e grupos empresariais no Brasil, onde também está muito próxima do arraigado clientelismo no sistema político. Mas juízes, procuradores e policiais federais instrumentalizarem politicamente o combate à corrupção e violarem direitos civis, organizações de mídia promoverem um imenso bullying contra um partido e suas lideranças, cidadãos colocarem dedo em riste na cara de quem defende o governo, mesmo não concordando com seus erros, pessoas serem agredidas nas ruas por usarem roupa vermelha e todos os demais tipos de violência, intolerância e ameaças, inclusive contra o ministro Teori Zavascki e sua família, isso tudo é expressão do novo autoritarismo que coloca em risco o desenvolvimento da democracia.

Diante de tantos problemas que o Brasil possui, a começar pela gigantesca desigualdade social, passando pela violência criminosa das polícias militares contra os pobres, por que motivo os holofotes foram colocados na corrupção, sobretudo aquela em que uma parte específica, ainda que a mais importante, de uma coalizão partidária se envolveu, o PT, principal partido governista? Uma explicação, não a única, pode estar na perversão da política, um tema da obra de Maquiavel, a serviço do poder socioeconômico narcisista da elite rica.

“Narciso acha feio tudo que não é espelho”, diz a canção. Para os ricos, pobres e negros são feios. Sim, os ricos, que, além de corromperem agentes públicos, são especialistas em sonegação e evasão fiscal, estão cinicamente liderando a campanha antipetista. Segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, a sonegação somou, em 2013, R\$ 415 bilhões e R\$ 501 bilhões em 2014. Mas a Operação Zelotes da Polícia Federal, que investiga montantes de sonegação de valor maior que o desviado na Lava Jato, envolvendo grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, vai sendo levada no banho-maria, a não ser quando se trata de tentar capturar Lula e familiares. Aí, então, a mídia divulga, mas jamais para tornar público, por exemplo, que a RBS, afiliada da Globo no Rio Grande do Sul, é uma das principais investigadas.

Enfim, se confirmada, a autorização de processo de *impeachment* por pedalada fiscal, com Eduardo Cunha na presidência da Câmara, será a maldade final da farsa golpista. Mas o custo dessa inconsequência terá nome ou já tem: instabilidade social.

IMPEACHMENT EM DISSENSÃO

Jornal do Brasil - 05/04/2016

Nas crises multidimensionais, tudo que é sólido se desmancha no ar, principalmente quando o conflito paroxístico hipertrofia o campo da política. Essa ideia da volatilidade gerada pela crise está em Marx e Engels, em obra na qual, ao analisarem a revolução burguesa na Europa e as contradições do capitalismo explicam a história pela luta de classes. Controvérsias à parte sobre as classes sociais, há acentuadas clivagens políticas delineadas na aguda crise brasileira, como as que opõem governistas e opositoristas, petralhas e coxinhas – entre os últimos, muitos empresários – e contrários e favoráveis ao *impeachment*. O que está em jogo no Brasil não é a revolução burguesa pioneira e nem o socialismo, mas a disputa entre modelos de capitalismo, marcada pela agressiva ofensiva das forças e interesses neoliberais contra a experiência social-desenvolvimentista e sua liderança política. Por outro lado, a resistência democrática está crescendo. No centro da disputa está não apenas o governo Dilma, mas a redefinição das bases sociopolíticas e institucionais de sustentação do poder de Estado.

Em relação ao impedimento da presidente Dilma Rousseff – emergido como a principal clivagem conflitante e impactante na conjuntura, mais ampla que as duas primeiras –, o entendimento da aplicabilidade desse dispositivo constitucional à crise atual, pelos atores políticos da trincheira opositorista, está sob intensa volatilidade interpretativa. Mas uma novidade muito importante é

que vozes dissonantes na opinião pública, predominantemente informada pela grande mídia golpista, vêm trazendo pluralismo a um campo temático até então intoxicado pelo monólogo conservador e direitista a favor do golpe parlamentar. Um pluralismo que reforça o respeito às regras da democracia.

Pela Lei nº 1.079/1950, do *impeachment*, a aprovação dessa medida, decisão política extrema tomada pelo Poder Legislativo, deve alicerçar-se em um elemento jurídico, o crime de responsabilidade. O impedimento tem um duplo e inseparável caráter, político e jurídico. O pedido de *impeachment* em tramitação na comissão especial da Câmara dos Deputados se baseia em três pontos: decretos orçamentários, pedaladas fiscais e corrupção na Petrobras e no governo. Ambos os lados formulam argumentos para sustentar sua posição e defendê-la contra a do adversário.

Falando a favor do governo na Comissão do *Impeachment*, o ministro Nelson Barbosa esclareceu os dois primeiros pontos. Os decretos de crédito suplementar estavam previstos no Art. 4º da lei orçamentária nº 13.115/2015 e não alteraram as medidas de contingenciamento então em vigor. Em relação às pedaladas fiscais, Barbosa argumentou que, uma vez estabelecido o acórdão do TCU sobre as contas de Dilma de 2014, o governo mudou imediatamente as metodologias de pagamento de equalização de taxas de juros e de reembolso do FGTS e pagou todos os valores de exercícios fiscais anteriores apontados pelo órgão de controle. Cabe acrescentar que, apesar do TCU ter sugerido, em outubro de 2015, que o Congresso Nacional rejeitasse as contas de 2014 do governo federal, o relatório da Comissão Mista do Orçamento, assinado pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), propõe sua aprovação com ressalvas. Em relação à corrupção, o pedido é genérico: “a responsabilidade da denunciada quanto à corrupção sistêmica de seu Governo é inegável”. Na verdade, Dilma não está sequer sendo investigada, muito menos denunciada por envolvimento com corrupção.

No mínimo, há uma crescente divergência entre os especialistas sobre a existência de crime de responsabilidade que dê base legal ao processo de *impeachment*. Editorial da Folha de S. Paulo do último domingo considera que nenhum motivo para o impedimento é irrefutável, pois “falta, até agora, comprovação cabal”. A politização da interpretação da aplicabilidade do impedimento à presidente Dilma é a expressão político-parlamentar de toda uma ampla politização em curso no Brasil, que tem tornado voláteis direitos civis, procedimentos como condução coercitiva e prisão preventiva, lei da escuta telefônica etc. O Estado da Lei está sob pressão autoritária de massas, apoiada na parceria jurídico-midiática de combate seletivo e espetacular à corrupção, que se desdobra na

convocação e divulgação televisivas dos protestos de rua promovidos por uma nova direita organizada, que clama por uma justiça justiceira.

Está em curso, por um lado, uma reação termidoriana que, visando frear e derrotar a revolução democrática que ocorria dentro da lei, pisoteia a ordem legal com as patas do autoritarismo. Dois braços, o da Lava Jato e o da deposição da mandatária eleita, por *impeachment*, cassação de mandato ou renúncia, fazem parte do mesmo corpo, cuja cabeça-síntese é a coalizão neoliberal. Por outro lado, a resistência democrática vem emergindo.

O pleno do STF, por exemplo, aprovou a liminar acatada pelo ministro Teori Zavascki, referente a uma reclamação da AGU contra as irregularidades nas escutas telefônicas de Lula e Dilma. Cabe agora ao STF decidir se se encarregará da investigação sobre Lula ou ela prosseguirá com o juiz Sergio Moro. Em sua decisão, Zavascki criticou com vigor a divulgação dos grampos telefônicos. O juiz esperto pediu desculpas ao STF pelo ato ilegal, mas aumenta a percepção de que sua atuação é partidarizada e pleiteia-se sua punição. Em 31 de março, centenas de milhares de manifestantes foram novamente às ruas, nas principais cidades do país. E não só convocados pelo PT e PCdoB, mas também pelo PSOL, por intelectuais, artistas, ativistas de redes sociais, movimentos sociais de esquerda e assim por diante. Há reações internacionais de jornalistas, intelectuais e políticos contra o risco à democracia existente no país. Além disso, Lula tem atuado nas frentes social e institucional para derrotar o *impeachment*, mais provável de acontecer devido à saída do PMDB da base governista.

Uma frente-chave da disputa política diz respeito à legitimidade das ações dos atores, estrategicamente orientadas visando fortalecer seus interesses e posições de poder através do convencimento, da hegemonia ideológica. Na terminologia de Gramsci, o país está, como nunca em sua história, em “guerra de posição”. Legitimidade é um elemento fundamental da dominação política. O fato de defensores do golpe parlamentar pseudo-constitucional buscarem legitimação para sua ofensiva autoritária em manifestações de rua frequentadas majoritariamente por brancos com renda alta, muitos dos quais desdenham dos direitos civis e apoiam Eduardo Cunha e outras lideranças envolvidas em escândalos, desde que seja para “derrotar o PT”, mostra muito de seu caráter oligárquico-urbano e permite projetar o modelo de ordem social e política que vislumbram no horizonte. Outros tantos, também defensores do golpe, rejeitam todos os partidos e políticos e evocam salvadores da pátria, como Moro ou algum oficial militar. Uns e outros têm destilado o ódio e a intolerância, estimulam a reversão da revolução democrática pela contrarreforma conservadora.

Na polarizada batalha do *impeachment*, além da volatilidade das instituições democráticas, também está em jogo o estancamento ou não da volatilidade regressiva dos pobres, já em andamento com a crise. Aumentará a miséria? Além disso, está em questão o quanto a sociedade brasileira quer volatilizar valores como estabilidade e tolerância políticas. Cresce o contingente dos que avaliam que o maior bem-estar para a maioria das pessoas aponta para a fidelidade às instituições do Estado Democrático de Direito e para o urgente fortalecimento da dissensão contra a volatização do *impeachment*, bomba já acionada, ora em contagem regressiva.

ATORES POLÍTICOS E O *IMPEACHMENT*

Jornal do Brasil - 12/04/2016

Na semana em que a Comissão do *Impeachment* votará e muito provavelmente aprovará o relatório do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), favorável a que o pedido de afastamento da presidente Dilma seja submetido ao plenário da Câmara, a quem caberá a autorização ou rejeição da matéria, a profunda e duradoura crise política ingressa em um momento decisivo. Nesse contexto, é relevante identificar os principais atores intervindo na crise, seus interesses e recursos de poder, suas ações e o ambiente institucional em que elas ocorrem, bem como sua influência imediata ou mediata sobre as decisões públicas.

Entre os principais atores organizados na cena política, dotados de recursos de poder e iniciativa, estão, no plano das instituições do Estado, os partidos e parlamentares e elites da burocracia pública; e na sociedade civil, o empresariado – através de suas associações de interesse ou diretamente por meio das empresas, como, por exemplo, as da grande mídia –, além de outras forças contrárias ou favoráveis ao *impeachment*, cassação ou renúncia do mandato presidencial, sobretudo os novos movimentos de rua oposicionistas, os ativistas das redes sociais, os movimentos sociais e sindicais de esquerda, intelectuais, artistas e associações profissionais. Em um outro plano de influência, difuso, mas impactante no comportamento dos atores e vice-versa, há a opinião pública.

Nos partidos e parlamentares, a oposição cresceu substantivamente. Nas informações a seguir, entre parênteses está o tamanho das bancadas, segundo o sítio da Câmara dos Deputados (bit.ly/1sDbXHB). Além do PSDB (51), DEM (28), PPS (9) e SD (14), a frente do golpe engordou com a decomposição e esvaziamento da antiga base aliada e o aumento da volatilidade em sua lealdade interna. Esse desgaste governista propiciou à frente parlamentar do *impeachment* a adesão de PSB (31), PTN (13), PV (7) e da maioria da bancada do PMDB (67), PTB (19) e PSC (9). PR (40), PSD (36) e PRB (22) estão em disputa. Lula tem se empenhado em rearticular uma base de sustentação desde que o PMDB desembarcou do apoio à presidente Dilma, embora seus ministros não abandonaram os cargos políticos que ocupam.

Contra o *impeachment*, além do que sobrou da base governista – basicamente PT (57), Pcdob (11), a maioria do PP (47) e do PR, o semi-independente PDT (20), que tem Ciro Gomes como presidenciável em 2018, e o PROS (6) –, está também o oposicionista PSOL (6). A Rede (4) dividiu-se. Há uma disputa acirrada pelo voto dos indecisos. Segundo o levantamento mais recente do Mapa da Democracia (bit.ly/1MvUWP8), iniciativa das forças contra o golpe parlamentar, há 253 favoráveis, 133 indecisos e 127 contrários ao *impeachment*, faltando 45 posicionamentos para barrá-lo. A Câmara possui 513 parlamentares. A autorização do *impeachment*, ainda mais exigente que os três quintos necessários para aprovação de emenda constitucional, requer dois terços do total das cadeiras, ou seja, 342. Dilma precisará de 172 votos para não ser afastada e julgada pelo Senado, onde a batalha decisiva seria travada.

Nas elites burocráticas, destacam-se juízes, magistrados, procuradores e policiais federais envolvidos na Lava Jato e nas decisões de justiça eleitoral. De um modo geral, os protagonistas desse segmento estão na campanha antipetista e *pró-impeachment*, com destaque para o juiz Sergio Moro, o ministro Gilmar Mendes e o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot. Nesse último caso, talvez, principalmente, conforme argumentação recente de Luis Nassif, por fidelidade corporativa à sua base organizacional no Ministério Público Federal, que escolhe uma lista tríplice de nomes para comandar a instituição. Desde 2003, essa lista passou efetivamente a ser respeitada pelo presidente da República. Em um contexto de crise e enfraquecimento da liderança presidencial, além de se redefinirem alianças e interesses, exacerbam-se forças centrípetas, tendências autonomistas, a balcanização e a politização de aparelhos do Estado, como o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal, todos situados na esfera da União, embora o Ministério Público de São Paulo também tenha protagonizado episódios de agressão ao Estado da Lei.

Em relação ao empresariado, é de se destacar a posição de duas das mais importantes organizações representativas da indústria, a Fiesp (SP) e a Firjan (RJ), ambas favoráveis ao *impeachment*, posição seguida por suas congêneres do ES, PA e PR. A Fiesp, desde dezembro de 2015, quanto tomou posição sobre a questão, compõe a vanguarda dos que querem depor uma presidente basicamente por motivo de pedalada fiscal, prática da qual não escapam inúmeros governadores e prefeitos e que foi também observada em governos federais não petistas. Das cinco confederações patronais, duas se posicionaram, embora de modo diferente. A Confederação Nacional da Indústria não aderiu formalmente ao *impeachment*, apenas manifestou preocupação com a crise, mas a Confederação Nacional da Agricultura acaba de se colocar favoravelmente ao golpe e avalia que sua presidente licenciada, a ministra da Agricultura Kátia Abreu, se afastou dos interesses do setor. Em março, a Associação Comercial de São Paulo, a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e a Associação Paulista de Supermercados aderiram ao *impeachment*. O Instituto para o Desenvolvimento do Varejo, cujo presidente também preside a Riachuelo também se alinhou ao golpe. Por outro lado, na linha de frente do golpismo, como é público e notório, estão as grandes corporações da mídia. Mas não só elas. Segundo a imprensa, a Ambev, por exemplo, por meio da Fundação Estudar, financiada também pelo BTG Pactual e Falconi Consultoria, cedeu o domínio que abrigou o sítio vemprarua.org, depois alterado para vemprarua.org, para evitar a explicitação do comprometimento com um dos grupos que lideram os protestos opositores de rua.

Entre as forças da sociedade civil defensoras do *impeachment*, destacam-se o MBL (Movimento Brasil Livre), o Vem Pra Rua e o Revoltados On Line, todos com orientação ideológica liberal e combatentes da corrupção, mas na perspectiva que tem sido chamada de seletiva. Líderes do MBL já afirmaram claramente: “O principal objetivo do movimento, no momento, é derrubar o PT”. Um baluarte neoliberal, o jornal semanal *The Economist*, pertencente a uma empresa britânica multinacional de mídia, afirmou que o MBL foi “fundado [...] para promover as respostas do livre mercado para os problemas do país”. Segundo a imprensa, é possível encontrar áreas fronteiriças entre o MBL e empresários norte-americanos de direita, sobretudo por meio da filial brasileira da organização *Students for Liberty*, financiada pela Koch Industries, que explora atividades na cadeia do petróleo e gás. A Fiesp tem fornecido recursos logísticos e de alimentação para manifestantes *pró-impeachment*, que têm acampado em frente à sua sede, na Av. Paulista. Recentemente, até mesmo a grande mídia divulgou que os três principais grupos mencionados não informam a origem e o montante de recursos que financiam suas atividades.

Entre as associações profissionais defensoras do *impeachment*, destaca-se a OAB, que também apoiou o golpe de 1964, assim como ele também foi apoiado por empresários da cidade e do campo, forças partidárias liberais, os ricos e a classe média tradicional. Não à toa, as mesmas forças sociais vinculam-se às duas ondas autoritárias, passada e presente. A diferença agora é que o atentado contra a legalidade não vem dos quartéis, mas da versão mobilizadora, discricionária e de direita sobre o que é corrupção, Lei do *Impeachment*, direitos civis e democracia. Não há elo jurídico entre os crimes contra a administração pública investigados na Lava Jato e o *impeachment* de Dilma, apenas o vínculo político arbitrário entre uma coisa e outra, construído no imaginário popular da oposição de rua e em uma parcela da opinião pública ideologicamente conservadora, pelo modo como vem sendo implementado o movimento golpista jurídico-político-midiático. Esse elo politizado se fez presente na avaliação do TCU sobre as pedaladas fiscais, um dos principais elementos do pedido de *impeachment*, no qual consta, também, um argumento puramente retórico, sem nenhum fundamento factual, de que Dilma é a responsável pela corrupção sistêmica supostamente existente em seu governo.

Contrários ao *impeachment* estão, em primeiro lugar, seis centrais sindicais: CUT, UGT, CTB, Força Sindical, CSB e NCST, que publicaram um documento em março afirmando que crime sem responsabilidade é golpe. Em segundo, destacaria a Frente Brasil Popular, que reúne 68 organizações do campo democrático-popular, ou seja, de perfil ideológico de esquerda, como MST, Contag, CPT, UNE e vários outros movimentos sociais. Inúmeros intelectuais, como juristas, advogados, cientistas sociais e cientistas políticos, historiadores, professores universitários, pesquisadores de diversas áreas, reitores de universidades públicas, artistas, jornalistas, entre outros, estão no campo da legalidade constitucional. Mas há também um segmento de intelectuais, artistas e profissionais liberais investindo no *impeachment*. Importante também é a Frente Povo Sem Medo, na qual PT e PCdoB, enquanto tais, não participam. Em seu perfil em uma das redes sociais, ela se define como “uma frente de mobilização composta por mais de 30 movimentos nacionais, [...] contra o ajuste fiscal e o conservadorismo”. Tal frente é mais à esquerda nas propostas e ações que a mencionada anteriormente. Esses atores têm tradição de participação democrática e recursos de ação.

As variadas organizações pró e contra a deposição da presidente Dilma Rousseff alimentam boa parte do ativismo nas redes sociais, embora este seja mais amplo, pois abre novos canais de participação para o público em geral. Por outro lado, são as lideranças dos movimentos, com seus recursos institucionais

e iniciativa, que viabilizam elos entre as ruas e o Congresso Nacional. Desde o ano passado, os deputados federais estão sob intensa pressão dos movimentos favoráveis e contrários ao *impeachment*, seja pela internet ou no corpo a corpo das ruas e de outros eventos.

Quanto à opinião pública, o mais recente levantamento do Datafolha indica, em relação aos dados de março, queda no apoio à renúncia, no suporte ao *impeachment* e na avaliação negativa do governo Dilma, respectivamente de 65% para 60%, de 68% para 61% e de 69% para 63%. Um ponto relevante é o perfil ideológico e sociológico similar entre uma parcela dos insatisfeitos com o governo e os participantes dos protestos oposicionistas de rua. Como disse Renato Meirelles (Valor Econômico, 29/3/2016), do Instituto Data Popular, em um momento em que a avaliação negativa de Dilma era maior que a atual, “existe uma dificuldade de alguns agentes políticos entenderem as diferenças dos 80% da população que avaliam o governo como ruim ou péssimo. Desses, 36% não gostam da Dilma, tampouco do Prouni, do Fies, do Mais Médicos, das cotas nas universidades, ou seja, de um conjunto de políticas públicas que fizeram na última década o Brasil viver um processo de redução da desigualdade”. O mesmo Meirelles complementa: “quem foi às manifestações a favor do *impeachment*, claramente tinha um perfil mais rico, mais escolarizado, mais masculino e mais velho que a média da população. Sete de cada dez pessoas que foram às manifestações não votaram na presidente Dilma no segundo turno”. As referidas elites da burocracia pública engajadas na campanha antipetista pertencem a esses estratos sociopolíticos. (Em artigo recente o jornalista Jânio de Freitas contribuiu para evidenciar empiricamente, citando o discurso do procurador comunicador da Operação Lava Jato, que o principal alvo é o PT.) Por outro lado, “o estrato social intermediário, onde se encontram 54% dos brasileiros, se ressentido de ‘um passo atrás’ nas conquistas e exige justamente o aprofundamento dessas políticas”.

Há um divórcio entre o que querem as elites econômicas, sociais e políticas alinhadas à deposição do governo e o desejo da maioria dos descontentes, situados nas categorias C, D e E de estratificação social, que não estão presentes nas ruas da direita. Esse divórcio tenderá a aumentar se houver o golpe parlamentar, uma vez que ele é liderado pela coalizão neoliberal, que reúne parcelas expressivas do empresariado, dos ricos, classes médias tradicionais e partidos de oposição a Dilma, inclusive, agora, a maioria do PMDB, orientada por um programa de austeridade fiscal e monetária e guiado para o mercado, formulado pela Fundação Ulysses Guimarães. Enquanto os estratos de renda média e baixa querem mais Estado e políticas sociais, os ricos, trazendo a

reboque os que se identificam com eles, querem reforma da previdência, cortes nas políticas sociais, terceirização das relações de trabalho, contenção salarial e juros altos para conter até mesmo pressões inflacionárias de custos, não de demanda. Esse programa neoliberal, conforme a história internacional nos últimos trinta anos tem demonstrado, é incompatível com uma plena experiência democrática e de avanço nas diversas dimensões da igualdade de oportunidades. Trata-se de um programa não nacionalista, que tem como principal obstáculo as classes trabalhadoras e populares, que demonstraram, entre 2003 e 2014, sua potencialidade de avançar na construção da nação e dos direitos de cidadania. Elas precisam ser enquadradas pelo business de um modelo selvagem de capitalismo, que requer um Estado forte, a serviço das corporações, sem distinção de nacionalidade, e dos privilegiados, começando pelos rentistas. O *impeachment* visa destruir uma tentativa, liderada pelo PT, de construir um modelo de capitalismo diferente, de perfil social-desenvolvimentista. Mas a luta continua.

GOLPE PSEUDOCONSTITUCIONAL E NEOLIBERAL CONTRA O DESENVOLVIMENTO DA DEMOCRACIA

Jornal do Brasil - 19/04/2016

A autorização do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, por 367 votos a favor e 137 contra, fecha, com um conteúdo decisório ameaçador à democracia, um capítulo político da longa crise brasileira. Enquanto o pedido de *impeachment* aprovado pelo plenário considera, sem prova cabal, que a presidente cometeu crime de responsabilidade pela prática de pedaladas fiscais e emissão de decretos de crédito suplementar, os deputados defensores do *impeachment* justificaram seu voto por motivos políticos que nada têm a ver com as inconsistentes alegações técnicas da denúncia. Esse desencontro entre razões jurídicas e motivações políticas elucida o grave erro cometido contra o regime democrático, ao se volatilizar, irresponsavelmente e sem medir as consequências, a lei do *impeachment*, assim como permite identificar os interesses que alimentaram o golpe pseudoconstitucional.

Entre as principais justificativas de voto, destacam-se sete: a rejeição à corrupção, crime pelo qual a presidente não está sendo acusada; a fidelidade aos eleitores, como se estes estivessem induzindo a um voto de desconfiança de seus representantes contra o mandato de um gabinete ministerial em sistema parlamentarista; a bandeira “fora PT”, costurada com o tecido desfigurado

da ordem legal, democrática, pluralista e republicana; a superação da crise econômica, questão pertinente às políticas governamentais; a crítica às políticas sociais, em nome de uma quimérica meritocracia demandada pelos que sustentam a ordem social dos privilégios oligárquicos; em nome da família, leia-se, a de casais heterossexuais e patriarcais, e de familiares, o que expressa o caráter conservador e a indistinção entre os espaços público e privado existente na mentalidade dos impeachmentistas; e a necessidade de se formar um governo com maioria parlamentar, que garanta a governabilidade.

Essa confusão motivacional é uma evidência ímpar de que a frente do *impeachment* organiza uma coalizão de interesses institucionais e sociais que, para implementar sua vontade política de deposição de um governo eleito por 54,5 milhões de eleitores, instrumentalizou e desfigurou o crime de responsabilidade visando forjar um caráter jurídico-formal a um golpe político contra o regime democrático. Tão grande é a inconsistência e a falta de importância real da acusação formal que, não à toa, os impeachmentistas praticamente a ignoraram.

Os motivos alegados desnudam os atores e os interesses da coalizão do *impeachment*, vista sob uma perspectiva não meramente político-partidária da crise. São eles as elites burocráticas envolvidas na partidarização da Operação Lava Jato; a grande mídia golpista e a oposição institucional, ambas apostando no quanto pior melhor para incutir na opinião pública uma indistinção entre corrupção, crise econômica e deposição do governo, quid pro quo já evidenciado nas demandas dos protestos oposicionistas de rua, desde março de 2015; e o empresariado que, devido à crise internacional e à recessão no país, busca uma rota de saída que jogue a conta nos trabalhadores e pobres, o que demanda, previamente, desrespeitar as regras da democracia e restringi-la, tanto devido à urgência da situação econômica como pelo caráter antipopular do projeto em vias de aprofundamento, pois as políticas de austeridade governamental, implementadas por Dilma, sob pressão rentista, em contexto de instabilidade política, não foram satisfatórias aos propósitos dessa perspectiva neoliberal e conservadora.

Desde que o amoral Eduardo Cunha conquistou a presidência da Câmara, no início da atual legislatura, foi se organizando e consolidando uma coalizão de veto ao governo, armada com pautas bombas e outros dispositivos de sabotagem da governabilidade, para exacerbar a crise e, perversa e cinicamente, atribuir a responsabilidade ao governo. Ao mesmo tempo, a aprovação de leis como a da terceirização pavimentava o arrocho aos direitos trabalhistas, conforme demandam os empresários, haja vista a importância do custo direto e indireto

do salário no sistema capitalista, sobretudo em contexto de exacerbação da competição decorrente da globalização comercial, produtiva e financeira. Em outro plano, a partidarização da Operação Lava Jato fornecia os componentes jurídicos, por meios politicamente orientados, para, através da grande mídia, desgastar, em uma tacada só, o PT, Lula e a presidente Dilma, consolidando assim o casamento deliberadamente forçado e semeador de confusão entre investigação de crimes contra a administração pública e *impeachment*.

O processo está agora no Senado, casa legislativa que sofrerá intensa pressão para consolidar o golpe parlamentar baseado em muita motivação política e duvidosíssima sustentação jurídica. Pedaladas fiscais vinham sendo feitas por governos anteriores e aceitas pelo TCU. Como disse na Folha de S.Paulo o especialista em direito constitucional, Virgílio Afonso da Silva, professor da USP, considerar as pedaladas, “de uma hora para outra, crime de responsabilidade é um problema sério”.

O esvaziamento da base governista, aprofundado de março para cá, obviamente impacta no Senado, embora essa casa seja mais elitizada e composta por apenas 81 membros. Em todo o caso, a fase de aceitação do processo de *impeachment* requererá maioria simples de votos (42), ao passo que a definição do mérito do crime de responsabilidade demandará dois terços (54).

Os erros do PT e do governo Dilma, mas também os acertos dos petistas, que venceram quatro eleições presidenciais consecutivas, forneceram à coalizão neoliberal e conservadora, recomposta desde as eleições de 2014, o pretexto e a força de vontade para macular a trajetória progressista que as instituições democráticas vinham seguindo para tentar, por um lado, isolar e destruir a mais significativa esquerda partidária com vocação para o poder até agora existente na história do Brasil e, por outro, avançar na gestão rentista dos recursos públicos e das empresas.

Mas há uma sociedade civil organizada, progressista e plural, emergida desde a década de 1970, que se renovou e se fortaleceu desde 2003 e se mobilizou bastante, sobretudo de março para cá, contra o golpe, por valorizar a democracia e os direitos civis, políticos, sociais e assim por diante. A aventura do *impeachment* embute um grande risco, pois atenta contra essas forças da revolução democrática, ao mesmo tempo em que seu vir-a-ser governamental tem pouco a oferecer, muito pelo contrário, em matéria de serviços públicos de qualidade, conforme demandam os pobres, trabalhadores e estratos sociais de renda média. Ao que tudo indica, a clivagem dos interesses, as lutas sociais e a instabilidade política prosseguirão. (Volto em 15 dias.)

INTERESSES E DEMOCRACIA NO *IMPEACHMENT*

Jornal do Brasil - 03/05/2016

Na locomotiva da poderosa ofensiva da coalizão oposicionista que apoiou a aprovação da autorização do *impeachment* está o grande capital, ou seja, a alta burguesia, através de suas várias frações, estabelecidas nos setores primário, secundário e terciário da economia, a começar no último, onde operam as finanças e a grande mídia, baluartes dos interesses neoliberais. Mas o maquinista da locomotiva burguesa são seus representantes políticos nas instituições do Estado, principalmente no Legislativo e no Judiciário, embora também no Executivo, como o vice-presidente Michel Temer. As ações oposicionistas da coalizão burguesa (sociopolítica e político-institucional) são a principal força-motriz da “reação termidoriana” contra a revolução democrática aberta em 2003. Mas, entre a ofensiva capitalista e o processo de *impeachment*, ora no Senado, está a democracia, prato principal que os apetitosos interesses capitalistas, reconfigurados em uma conjuntura de correlação das crises brasileira e internacional, vai devorando sem-cerimônia, visando dar seguimento à via conservadora de saída do impasse nacional.

Considerando apenas o período seguinte às últimas eleições presidenciais, a oposição ativa dos interesses capitalistas aos rumos da experiência social-desenvolvimentista em vigor até 2014 passa por dois momentos: a imposição da política de austeridade monetária e fiscal ao governo Dilma 2 e o plano de ação

do aguardado governo Temer, cujo caráter neoliberal é explícito.

Em 2014, não houve superávit primário, mas déficit de 0,57% do PIB. Somado à conta de juros, de 6,07% do PIB, chegou-se a um déficit nominal de 6,7% do PIB, o maior desde 2007. Embora esses dados indicassem a necessidade de um ajuste fiscal, haveria, como ainda há, diversos modos de se fazer isso. A escolha do governo, por pressão intensa do grande capital (também chamado de “mercado”), foi ortodoxa, visando enfrentar, em curto prazo, não apenas o aumento da dívida bruta, mas também a inflação – com várias elevações na taxa de juro –, que em 2015 foi de 10,67% (IPCA). Essa política de austeridade fiscal e monetária derrubou a economia nacional. O PIB de 2015 recuou 3,8%. Consequentemente, a receita caiu e, ainda por cima, o governo, por determinação do TCU, precisou pagar R\$ 55,8 bilhões em dívidas com bancos públicos e FGTS. O déficit primário do último ano foi de 1,88% do PIB, ou seja, mais de três vezes maior que o de 2014. A previsão para esse ano é de outro déficit nas despesas não financeiras.

O ajuste fiscal de 2015 começou a cortar direitos trabalhistas e previdenciários relacionados ao abono salarial, seguro-desemprego, seguro-defeso (recebido pelos pescadores em período de proibição da pesca), pensão por morte e auxílio-doença. Além disso, partiu da Câmara dos Deputados, presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a ofensiva contra a legislação trabalhista, com a aprovação do PL 4330, da terceirização, ainda em trâmite no Senado. Segundo o DIAP, há 55 ameaças a direitos dos trabalhadores em tramitação no Congresso Nacional. 42 são de 2012 para cá, 20 deles referentes a 2015, quando cresceram as demandas por políticas neoliberais em relação aos termos dos contratos de trabalho e aos recursos públicos destinados a gastos sociais. Ou seja, a onda conservadora visa reduzir tanto os direitos associados à inserção no mercado de trabalho como os de desmercantilização, para que trabalhadores e pobres paguem a conta da crise econômica. Ademais, impedindo o Estado de fazer política anticíclica, a austeridade fiscal joga para baixo a taxa de investimento público, desestimulando também o privado.

Dilma ainda não foi afastada, inexistindo oficialmente o plano para o governo Temer. No entanto, o vice-presidente deverá ser empossado na presidência em torno da primeira quinzena de maio e, segundo as informações disponíveis, a orientação é aprofundar o receituário neoliberal, na linha do documento “Uma ponte para o futuro”, divulgado em outubro pela Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB.

Na área social, propõe-se a desvinculação de receitas constitucionais

obrigatórias com gastos em saúde e educação e fala-se em desinchar o Bolsa Família, programa que não representa sequer 1% do PIB. Essa tendência abrangeria, inclusive, a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário-mínimo. Em relação aos investimentos em infraestrutura, a perspectiva é de reforçar privatizações, concessões e parcerias público-privadas, por exemplo, por meio de leilões no setor de transporte, como rodovias, portos e aeroportos, que atraem, inclusive, investidores internacionais. O nome cotado para assumir a Fazenda é outra evidência do caráter neoliberal do projeto que pretende governar o Palácio do Planalto e a Esplanada dos Ministérios: Henrique Meirelles. Pode-se replicar dizendo que ele presidiu o Banco Central nos dois mandatos de Lula. Mas o contexto era outro, a começar pela relação de forças diferente da de agora, induzindo o governo, então, a buscar maximizar as possibilidades de uma gestão do tripé macroeconômico mais favorável ao crescimento e à justiça social, sobretudo após a substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega na Fazenda, em 2006.

O importante é observar que a pavimentação do caminho de aposta na retomada plena do controle do Estado pelos interesses neoliberais pisoteia as instituições democráticas. Considerar pedaladas fiscais crime de responsabilidade é um casuísmo político para criar artificialmente um motivo jurídico para o impedimento. A mídia internacional já observou isso e tem feito inúmeras críticas.

Em obra de 1991, que pesquisou relações entre democracia e mercado no âmbito das reformas neoliberais na Europa do Leste e América Latina, Adam Przeworski recorre a um argumento importante, útil para avaliar o que está ocorrendo no Brasil. Na democracia, há vencedores e perdedores. Por que os últimos respeitam ou deveriam respeitar o resultado eleitoral? Devido ao benefício de longo prazo que as instituições democráticas propiciam aos atores. A democracia abre um horizonte de previsibilidade de regras, visto com um valor superior ao de se apostar na imposição do interesse de curto prazo que o desrespeito ao veredito das urnas poderia, eventualmente, propiciar.

A coalizão neoliberal está optando por impor à democracia brasileira um caminho conservador e de grande risco à estabilidade institucional e social, em nome de um modelo de capitalismo que, no mundo todo, tem exacerbado as crises cíclicas e promovido o aumento da desigualdade. A soberania dos representados está sendo subvertida pelo elitismo da maioria circunstancial dos representantes, mesmo que estes possuam respaldo em correntes de opinião pública, sob forte influência da grande mídia, componente fundamental da

coalizão do *impeachment* casuístico. O pacto democrático, sobretudo em contexto de presença de um forte partido de trabalhadores, com competitividade eleitoral e experiência de governo, revela-se, novamente, um estorvo aos interesses rentistas e financistas no Brasil, país emergente com a principal economia da América Latina. O horizonte de desejo neoliberal precisa livrar-se do governo Dilma, de Lula e do PT.

TRAGÉDIA E FARSA EM DOIS GOLPES DE ESTADO

Jornal do Brasil - 17/05/2016

Com a aprovação pelo Senado da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, afastada até a conclusão do julgamento do mérito, o país possui um novo presidente, Michel Temer, de caráter interino, que já empossou seu ministério pluripartidário. A democracia está de luto para os brasileiros que não legitimam o *modus operandi* politicamente arbitrário que fundamenta a investidura governamental desse presidente e da coalizão entre PMDB-PSDB-DEM-PP-PPS-PR-PRB-PSB-PSD-PTB-PV, muito mais de direita que de centro, devido à forma e ao conteúdo de suas ações e posturas.

Mais uma vez, a soberania do voto estorvou interesses econômicos, políticos e ideológicos conservadores, havendo semelhanças, mas também diferenças, com o ocorrido em 1964. Em ambas as situações, a crise econômica pesou, mas agora o sistema representativo não foi abolido ou regressivamente reformado. Haverá eleições municipais em outubro desse ano e gerais em 2018 e o mesmo sistema partidário continua em vigor. Mas, casuisticamente, decepcionou-se a cabeça presidencial para, a fórceps, dar-se à luz um mostrengo governamental fantasiado com a indumentária da legalidade, embora explicitamente desprovido da ficha limpa do chefe do Executivo e de vários ministros, e buscando legitimidade, sobretudo, pela via da economia, como no golpe de outrora.

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”, diz a clássica frase. Em 1964, o golpe civil-militar, que depôs o governo João Goulart, veio à história na crueza da tragédia, recorrendo ilegalmente à força para se livrar da legitimidade fundada na democracia e, enquanto fosse possível, reconstruí-la pelo crescimento econômico concentrador de renda e promotor da desigualdade.

O golpe em curso, conduzido por uma ampla coalizão conservadora, desinteressado – ao menos até aqui, e oxalá também no porvir – de mobilizar os quartéis, abriu seu caminho de afastamento da presidente eleita pelo trato discricionário da Constituição e de outros dispositivos legais, instrumentalizando seletiva e politicamente o combate à corrupção, subvertendo direitos civis em nome de ações jurídico-investigativas, criando, com respaldo de massa, um inimigo público (o PT e suas lideranças) midiaticamente construído e, por fim, produzindo uma maioria parlamentar, primeiro na Câmara e, agora, no Senado, que politizou a lei do *impeachment*, forjando, arbitrariamente, um crime de responsabilidade, no mínimo, altamente controverso e que coloca em risco o reencontro da estabilidade política e social perdida ao longo da crise.

A economia, novamente, é a principal razão de fundo desse golpe latino-americano do século XXI, mas a ela se chega por procedimentos jurídicos e políticos hipócritas, disfarçados, por um lado, no combate à corrupção. A motivação assentada na aliança entre o interesse econômico do grande capital, nacional e estrangeiro, e o oportunismo político elitista, indiferente à fidelidade à democracia, também se desnuda no argumento golpista da superação da ingovernabilidade, situação que os próprios subversivos de terno e gravata se esforçaram para produzir, por exemplo, com pautas-bomba e vários tipos de veto ao governo objeto da ação orquestrada de deposição. Com moralismo hipócrita e militante e boicote à governabilidade foi sendo pavimentado o acesso da ampla coalizão golpista ao Palácio do Planalto e à Esplanada dos Ministérios. A subversão da direita segue seu curso como se se tratasse da condenação da presidente por efetivos crimes na política fiscal e de uma fatalidade necessária devido às circunstâncias da crise. Suas lideranças se dizem circunscritas à ordem institucional, quando se trata de um golpe de Estado de novo tipo, sofisticado, executado sob o manto da Constituição, respaldado nos representantes do povo e na mobilização popular, para se passar por democrático, mas ardiloso e fraudulento. A imprensa internacional está percebendo a farsa.

O golpe civil-militar resultou de uma conspiração, mas partiu para a ação de modo explícito, chamou a si próprio de “revolução”, colocou tanque nas ruas,

rasgou a Constituição de 1946, decretou atos institucionais, conferiu poderes autoritários aos novos donos do poder, definiu os crimes contra a segurança nacional, cassou parlamentares, perseguiu, prendeu e torturou inimigos internos, destinando muitos deles ao rol dos mortos e desaparecidos, impôs o bipartidarismo, fechou o Congresso quando precisou etc. Tudo isso foi executado com a lamentável bênção das bases sociais do autoritarismo de então, como a CNBB (ora progressista), a OAB, o empresariado, incluindo a imprensa mercantil, e a classe média. Além disso, a aliança golpista civil-militar, costurada em contexto de Guerra Fria, teve o respaldo estratégico do governo Kennedy-Johnson.

O golpe das oligarquias latino-americanas do século XXI, caso do Brasil atual, implementa-se com várias ousadias: combate seletivo à corrupção, aliança partidarizada entre Judiciário e mídia, fabricação de uma opinião pública *pró-impeachment*, alavancagem de protestos de rua pelo poder econômico, através da disponibilização às suas lideranças de vários tipos de recursos, abusos jurídico-investigativos – como na implementação e uso da delação premiada e escuta telefônica – e volatilização da lei do *impeachment*, para considerar crime de responsabilidade práticas fiscais recorrentes no Brasil. Ademais, a subversão de direita conta com a omissão ou conivência da Suprema Corte, mas alguns de seus ministros, como Gilmar Mendes, não hesitam em expor seu golpismo.

Está um curso o golpe da regressão do desenvolvimento democrático, não necessariamente o retorno a um regime autoritário, mas a diminuição do teor de democracia nas instituições públicas e nas relações sociais, pois, além da seletividade partidarizada do Estado de Direito, mobilizam-se subculturas políticas de intolerância e ódio contra adversários ideológicos, preconceitos dirigidos a mulheres, negros, pobres e beneficiários de programas sociais. Criam-se fantasmas, também imaginados em 1964, como o comunismo, hoje chamado de bolivariano ou petismo. Tal como há vários tipos de regimes autoritários, há também várias democracias, passando pelas semidemocracias. Os sistemas políticos podem aumentar ou diminuir seus níveis de autoritarismo e democracia. Na ditadura brasileira, por exemplo, ocorreu o “golpe dentro do golpe”, que promoveu aumento do autoritarismo.

A qualidade das crenças e ações das elites políticas e o respaldo social ao golpe mostram como os valores políticos das lideranças e cidadãos são importantes para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento da democracia, que não deveria ser concebida pelas ciências sociais como um mero regime, e sim como um tipo de sociedade, a sociedade democrática, erguida sobre uma cultura democrática.

Trata-se também do retrocesso nas políticas públicas social-desenvolvimentistas. A ponte para o futuro do PMDB conduz, na verdade, à retomada do passado neoliberal, dos tempos de Fernando Collor de Mello e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso, com recessão ou crescimento baixo, desemprego, juros elevadíssimos, imensa captura da política fiscal pelos credores da dívida pública, privatizações e aumento da dependência nacional em relação ao capital estrangeiro, ávido por aprofundar sua presença no mercado nacional e por botar as mãos nos recursos naturais do Brasil, a começar pelo pré-sal.

Por fim, o caráter de farsa do golpe atual – retrocesso democrático sofisticado, operado ao arrepio da ordem legal, pretense berço esplêndido de União Nacional de um suposto gigante despertado, mas, na verdade, carente congênito de legitimidade – não exclui sua dimensão trágica. Ou não será tragédia o resultado da mobilização de um conjunto de farsas? Combate à corrupção com corruptos e fichas sujas? Diminuição do clientelismo no sistema político com o partido que mais o encarna comandando a caneta do Estado? Democracia com mobilização de comportamentos políticos de tipo fascista nas ruas e em líderes institucionais, empenhados em criminalizar o maior partido de trabalhadores surgido no mundo desde o Segundo Pós-guerra? Justiça cega, mas que, na realidade, enxerga e tem partido? União Nacional, mas contra os direitos populares e a serviço da plutocracia brasileira e internacional?

Talvez pior do que o golpe nu e cru, o golpe atual – por ser malicioso e enganador, construído entre contradições que vão dos anseios dos privilegiados, avessos aos direitos de cidadania, pela tradicional hierarquização em classes sociais, responsável pela delimitação de papéis e lugares distintos e estáticos aos brasileiros, passando pela mobilização de eleitores vestidos de verde e amarelo nas ruas, desejando políticas sociais – seja mais munido, ao menos no curto prazo, do poder de iludir, ao passo que o militarismo impôs o medo das baionetas prontamente nos trabalhadores. Mas não é uma tragédia anunciada acreditar que políticas orientadas para o mercado possam ser o caminho capaz de elevar a renda média e o padrão de vida do conjunto da nação? Justo no Brasil o neoliberalismo vai vingar, um país emergente, profundamente desigual, com uma economia altamente oligopolizada, pouco competitiva, carente de um modelo de desenvolvimento nacional independente da poupança externa e de um Estado republicano que implemente políticas de bem-estar e direitos de cidadania? Basta olhar para o que a austeridade fiscal e monetária e os interesses mesquinhos, que norteiam a lógica dos agentes de mercado, estão propiciando em matéria de recessão, desemprego, afora o arrocho que está por vir, para se ter

uma ideia do tempo obscuro e regressivo ao qual a reação conservadora contra a revolução democrática está conduzindo o país. Mas a resistência progressista está viva e não aceita a farsa do governo interino de Temer, como não aceitou a tragédia do golpe de 1964. Desde as eleições de 2014, os golpistas escolheram o caminho da polarização política.

PLANO TEMER DE ESTADO MÍNIMO E MERCADO MÁXIMO

Jornal do Brasil - 31/05/2016

Nunca na história do Brasil, de 2003 para cá, mercado e democracia se desconstruíram tanto como agora, após a posse do governo Temer, não eleito, resultante de um golpe contra o Estado Democrático de Direito, tese cuja pertinência os áudios de Sérgio Machado ajudam ainda mais a sustentar. Enquanto nos dois mandatos de Lula e no primeiro de Dilma, apesar de alguns erros cometidos, as políticas públicas avançaram significativamente na difícil perspectiva, devido à globalização, de compatibilizar virtuosamente mercado e democracia, o tempo histórico obscuro e intensamente conservador em curso, que a coalizão neoliberal está determinada a descortinar ainda mais, usando a regressão democrática como meio, aponta para o Estado mínimo, por um lado, e capitalismo selvagem, por outro.

A coalizão do golpe no Congresso Nacional aprovou a toque de caixa o aumento da previsão de déficit primário de 2016, que era de até R\$ 96,6 bilhões, passando agora para R\$ 170,5 bilhões. Quando, em março, o ex-ministro Nelson Barbosa solicitou a ampliação do montante de déficit que poderia ocorrer, o bombardeio midiático afirmou que o governo queria “aval para rombo fiscal”. Agora, com a autorização para um déficit até 76,5% maior, a grande mídia,

pertencente ao estado-maior da coalizão do golpe, se refere à nova meta fiscal positivamente, como sendo a primeira vitória do governo Temer para evitar a paralisia do país e alavancar a recuperação da economia. Além do oportunismo casuísta no trato da política orçamentária, esse posicionamento é um endosso ao papel anticíclico do Estado, negado à presidente Dilma, mas ora permitido ao governo interino. A professora de economia da USP, Laura Carvalho, formulou também uma explicação política: “O déficit maior permite um acerto de contas com todos os apoiadores do golpe, os ministros recebem o ministério com orçamento maior, os impostos não serão aumentados, o Judiciário garante seu reajuste”.

De qualquer modo, no horizonte não está o keynesianismo, e sim o Estado mínimo, conforme mostram as propostas do Plano Temer, formuladas segundo o entendimento neoliberal de como deve ser o mecanismo de redução da dívida pública. Enquanto a política monetária ortodoxa implementa recorrentemente, desde o início do Plano Real, a taxa básica de juros mais alta do mundo (há dez meses está em 14,25%), que resulta em volumosa transferência de renda para uma ínfima minoria de grandes rentistas credores da dívida pública, a política de austeridade fiscal visa não apenas cortar ao extremo recursos do orçamento da União destinados às políticas sociais, direitos trabalhistas e a um modelo de desenvolvimento alternativo ao parasitismo da financeirização, mas também bloquear estruturalmente a mobilização dessas verbas nos próximos anos. Nem uma palavra é dita sobre a busca da justiça tributária, via tributação progressiva, como caminho de reforma fiscal e muito menos sobre a política perversa de juros altos.

Segundo o Tesouro Nacional (STN), foram pagos R\$ 367,6 bilhões em juros da dívida pública em 2015. Generosa fatia desse valor é proveniente de captura bilionária das políticas monetária e fiscal. Há duas explicações da ideologia econômica conservadora para o assalto dos ricos ao erário público: o Banco Central (BCB) implementa elevadas taxas de juros para combater a inflação e a dívida é custosa pela falta de credibilidade do governo. As mesmas raposas que formulam alto e bom som esse dilema do ovo e da galinha tomam conta do galinheiro. Tira-se o sangue do Estado perversamente e quando, devido aos seus compromissos democráticos e nacionais, ele ousa honrar elementares ações de promoção de igualdade social e desenvolvimento, é acusado de cometer excessos populistas que comprometem sua vitalidade. Para disfarçar seu caráter capitalista selvagem, os críticos neoliberais dizem que o populismo é ainda mais destinado ao empresariado nacional, com os subsídios do BNDES,

por exemplo, do que às famílias beneficiadas com políticas de transferência de renda mediante condicionalidades. Mas citarei apenas um exemplo entre tantos: através das gerências de relacionamento com investidores do BCB e do STN as forças da financeirização influenciam efetivamente a política macroeconômica. A proposta de formalização da autonomia do BCB visa aprofundar a garantia institucional da captura já existente. O elitismo da macroeconomia neoliberal é muitíssimo mais nocivo às finanças públicas do que o suposto “populismo” das políticas social-desenvolvimentistas. O elitismo provou que leva à mudança social regressiva, ao passo que o “populismo”, de 2003 a 2014, promoveu inúmeros avanços progressivos no modelo de capitalismo brasileiro.

O Estado só merece a credibilidade dos rentistas se, doando absurdamente o sangue nosso de cada dia aos Dráculas do rentismo, mantiver sempre seu corpo fiscal em condições de nutrir a captura privatista, propiciando assim confiança aos credores. Essa exploração só será possível se o Poder Público se tornar um Robin Hood às avessas, tirando dos pobres para dar aos ricos, residentes ou não no país. Isso explica o Plano Temer e a necessidade de refrear a revolução democrática. A insuspeita *The Economist*, em edição recente, afirmou que o *impeachment* foi autorizado com base no “jeitinho” brasileiro. Só por meio de um golpe de centro-direita um programa impopular e rejeitado em quatro eleições presidenciais pode ser imposto. Por pressões dos rentistas, o governo Dilma vinha implementando, desde o início de 2015, políticas de austeridade fiscal e monetária, mas as forças que induziram ao golpe e o dirigiram precisavam tirá-la da presidência para dar pleno acesso à retomada do programa neoliberal e antinacionalista no país e tentar salvar a pele de vários políticos de centro e direita envolvidos na Operação Lava Jato e outras irregularidades. Os agentes do mercado financeiro estão esperançosos com o governo interino.

Entre as propostas do Plano Temer, a mais polêmica é o estabelecimento de um teto anual para o crescimento dos gastos públicos não financeiros (pessoal, custeio, investimentos e programas sociais), baseado na inflação do ano anterior. Essa medida, uma mudança estrutural de grande envergadura, depende de emenda constitucional, pois altera vinculações de receitas destinadas à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), direitos trabalhistas e educação. O governo Temer quer reverter a trajetória de elevação dos gastos públicos acima da inflação e em relação ao PIB. Segundo cálculo da Folha de S. Paulo, se o teto ora proposto tivesse vigorado em 2015, o gasto federal contabilizado de R\$ 1,16 trilhão teria sido de R\$ 600,7 bilhões. Aprovado o novo teto pelo Congresso, o que pode não ser fácil, os pobres e assalariados pagarão ainda

mais do que hoje a conta do controle do Estado pelos investidores financeiros, ao perderem recursos para os direitos sociais e trabalhistas; ficará para a história a mobilidade social ascendente observada na Era Lula e os avanços na redução da desigualdade. Aliás, as tendências regressivas nesses fatores já estão em curso.

Ademais, o governo do “golpe para controlar o Estado”, quer que o BNDES liquide, em três anos, contratos no montante de R\$ 100 bilhões que possui com o Tesouro. Além de comprimir a atividade produtiva, essa proposta é juridicamente polêmica, pois pode contrariar dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a relação entre a União e os bancos públicos. Outra proposta é a extinção do Fundo Soberano do Brasil (FSB), fundo de investimento criado em 2008, pela Lei 11.887, para servir de colchão de cobertura contra crises. Uma das medidas práticas é o resgate de R\$ 2 bilhões em ações do Banco do Brasil (BB) em mãos do FSB, que seriam usados para resgatar títulos da dívida pública. A notícia provocou uma queda de 4% no valor das ações do BB na semana passada. Por fim, mas não menos importante, pretende-se proibir a criação e renovação de subsídios, reformar a previdência social, fixando a idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres, respectivamente 65 e 60 anos, e diminuir a presença da Petrobras na exploração das reservas de pré-sal, altamente cobiçadas pelas multinacionais do petróleo. Mas vêm mais medidas por aí, como a flexibilização da CLT e o aprofundamento de políticas privatizantes.

O governo Temer quer minimizar o Estado e maximizar o mercado. Isso significa minimizar a democracia e maximizar o controle da esfera política pelos interesses dos investidores financeiros. Significa aprofundar a transformação da política em apêndice do cálculo econômico do grande capital rentista e financeiro. O objetivo é retomar o modelo neoliberal de capitalismo, que falhou nos governos federais do PSDB e levou o mundo à crise de 2008. Esse modelo tem sido responsável por baixas taxas de crescimento, aumento da desigualdade, redução drástica das políticas de bem-estar social, inclusive na Suécia, instabilidade política, guerras e pela emergência das forças de direita, algumas delas com discursos nacionalistas neofascistas, como se observa em vários países da Europa.

Apesar de ser um direito democrático questionar erros na política econômica de Dilma, sobretudo o exagero nas desonerações e certo intervencionismo nos preços dos derivados de petróleo e no setor elétrico, o fato é que governar o capitalismo, sobretudo na atual crise internacional, não é fácil para progressistas ou conservadores. As medidas anticíclicas da presidente afastada

visaram estimular a atividade econômica, manter o nível de emprego, controlar a inflação e preservar as políticas sociais. Muitos empresários contemplados com desonerações criticaram o elevado déficit nominal de 2014, que a renúncia fiscal ajudou a acumular.

Mas, ao invés do necessário ajuste nas contas públicas ter sido implementado por uma lógica pluriclassista e de maior teor nacional, através de uma estratégia gradualista, preocupada com o nível de produção e emprego, renda e bem-estar, a opção dos capitalistas e líderes políticos do golpe foi sabotar a governabilidade de Dilma, afastá-la casuisticamente e abrir o caminho para a política impiedosa de choque fiscal e recessivo, contra os trabalhadores.

O compromisso do mandato democrático tem uma dupla lógica, política (eleições) e econômica (o Estado e a sociedade dependem do capital). A aposta neoliberal em uma saída da crise pelo equacionamento desequilibrado da balança de forças entre democracia e mercado é econômica e eleitoralmente duvidosa, de alto risco à estabilidade política e social e muito custosa ao povo e à soberania nacional.

ESQUERDA NAS RUAS E EXPECTATIVAS

Jornal do Brasil - 14/06/2016

Há um mês, quando o Senado autorizou o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e o governo interino de Temer tomou posse, as forças sociais até então na oposição, enraizadas nos ricos e na classe média tradicional, aquietaram-se, interromperam as manifestações de rua e os painéis das varandas. Desde então, o espaço político de protesto público vem sendo ocupado pela resistência democrática, liderada pela esquerda partidária (PT, PCdoB, PDT, PSOL e PCO) e social (frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo). No dia 10, ocorreram manifestações de abrangência nacional, em 24 estados e no Distrito Federal. Segundo a Frente Brasil Popular, São Paulo reuniu 100 mil participantes, Minas Gerais, 40 mil e Rio de Janeiro e Pernambuco, 30 mil cada um.

As bandeiras foram duas: contra o *impeachment* (pela volta de Dilma ao governo) e contra as políticas públicas de austeridade fiscal e pró-mercado da administração federal interina, que colocam em risco direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, inviabilizam a ação desenvolvimentista do Estado contra a recessão e visam retomar medidas privatizantes nas empresas públicas, a começar na estratégica Petrobras. A composição social dos manifestantes abrangiu trabalhadores dos setores privado e público, liderados pelas centrais sindicais, além de camponeses pobres, os sem-terra e sem-teto, a

juventude estudantil e estratos ideológicos progressistas das classes médias, como intelectuais e artistas.

Três ministros já caíram: Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência) e Fábio Medina Osório (AGU). Os áudios do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, revelaram conteúdos inaceitáveis para qualquer pessoa efetivamente comprometida com o Estado de Direito. Em decorrência disso e de outros fatos, a PGR pediu a prisão de quatro líderes do primeiro escalão do PMDB (presidido por Temer até licenciar-se dessa função em abril): Romero Jucá (atual presidente da legenda), Renan Calheiros (presidente do Senado Federal), José Sarney (ex-presidente da República e do Senado) e Eduardo Cunha (presidente afastado da Câmara dos Deputados), que continua interferindo na Casa, inclusive no Conselho de Ética que aprecia sua cassação. Esses fatos e o esvaziamento das ruas pelo MBL e conservadores afins comprovam, como tem ficado cada vez mais claro, que os protestos em massa e a campanha moralista da grande mídia não eram, na perspectiva das lideranças conservadoras, contra a corrupção em geral, mas contra tudo que fosse associado ao PT, começando por seus principais expoentes, a presidente eleita por 54,5 milhões de cidadãos, e o ex-presidente Lula.

A coalizão neoliberal-conservadora, constituída na crise, está apostando em um modelo de capitalismo com teor mais baixo de democracia (haja vista a emergência de forte intolerância política e a correspondente partidarização nas práticas institucionais) e mais alto de mercadocracia. Nenhuma demanda de esquerda cabe nessa equação logicamente coerente e explicativa da atual onda de retrocesso na política e na economia, mas dialeticamente plena de contradições, pelo seu caráter excludente. O lema distributivo no horizonte da utopia socialista diz: “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”. No extremo oposto, o lema do extrativismo distributivo insolidário, que orienta a ação ultraliberal do Estado implementador da política de austeridade fiscal, parece ser: “dos despossuídos, segundo o limite de sua capacidade, aos possuidores, segundo suas necessidades”. A estrutura regressiva do sistema tributário mostra-se insuficiente para o modelo de sociedade e economia que motiva a reação contra a revolução democrática. É preciso também minimizar o modesto Estado de bem-estar resultante da Constituição de 1988, estruturado em torno da Seguridade Social (SUS, previdência e assistência social) e da educação pública. O Estado mínimo para os pobres e máximo para os ricos é visto como a salvação da lavoura pelos defensores do capitalismo neoliberal, sistema que em todas as partes tem se mostrado

incapaz de promover o crescimento econômico e a redução das desigualdades, indo, portanto, no sentido oposto ao do propósito da democracia.

Por outro lado, parece ser mais fácil para a esquerda, estando na oposição, unificar-se na luta contra o neoliberalismo e contra o *impeachment* do que na aceitação de que a alternativa governista mais viável ao Estado mínimo é o social-desenvolvimentismo, e não um esquerdismo isolacionista sem efetivo apoio do eleitorado. Note-se que, apesar de serem expressivos, os protestos da esquerda não atraíram amplas massas, e sim os estratos sociais organizados, liderados pelos seus principais baluartes, o PT, a CUT e o MST. Por outro lado, apesar de massivos, os protestos que a direita realizou até março desse ano foram acentuadamente elitizados em termos do perfil socioeconômico do público presente.

Por outro lado, segundo pesquisa da CNT/MDA, o governo interino é avaliado positivamente por apenas 11,3% dos eleitores, sendo que 40,4% desaprovam o desempenho pessoal de Temer. 62,4% consideram que o afastamento de Dilma foi correto e que o *impeachment* precisa ser confirmado. 54,8% acham que o governo Temer é igual ao de Dilma, não perceberam nenhuma mudança no país, e 46,6% avaliam que a corrupção continuará no mesmo nível. As duas ações governamentais prioritárias são a geração de emprego (57%) e a melhora da saúde (41,4%). Em relação às reformas, as mais importantes são a trabalhista (35%) e a política (31,7%). Em média, apenas 26,5% apoiam o governo de seu estado e 26,6%, o de sua cidade. 33,4% acham que o desemprego vai piorar e 37,5% acham que ele vai ficar como está, ou seja, alto. Também não há expectativa otimista para renda, saúde, educação e segurança pública.

Os dados mostram que a maioria do eleitorado possui demandas social-desenvolvimentistas, de emprego, retomada da economia e melhores políticas sociais, assim como espera um sistema político com menos corrupção, mas não bota fé no governo Temer. Será que um projeto neoliberal conduzido por PMDB-PSDB-DEM-PP etc., portador de maioria no Congresso, dará conta dessas expectativas? Não parece provável, dado o caráter excludente de seu ideário econômico e político, esfera na qual reproduz práticas oligárquicas, não participativas (basta ver os erros em relação às áreas de gênero, raça, direitos humanos e cultura), clientelistas e de corrupção, conforme a própria mídia internacional vem apontando, haja vista, por exemplo, a extinção da CGU. Ademais, cresce a oposição organizada do campo democrático-popular ao governo interino, apontando para um quadro perseverante de instabilidade política e social. Mas aguardemos os próximos capítulos do drama nacional.

DUPLA CAPTURA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Jornal do Brasil - 21/06/2016

O governo interino aguarda a conclusão do processo de *impeachment* para enviar ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que visa limitar, por duas décadas, o montante de gasto público de cada exercício anual à variação da inflação do ano anterior. Além disso, a nova gestão federal está implementando uma política de redução de despesas em várias áreas de políticas públicas, de modo que, caso aprovada a referida PEC ainda esse ano, o reajuste do gasto de 2017 pela inflação será feito sobre um montante orçamentário comprimido pelos cortes em curso. Ademais, o ministro Henrique Meirelles pretende reformar a Previdência Social, sobretudo pela introdução da idade mínima para a aposentadoria, direito que não mais se vincularia ao tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens). Atualmente, a regra de idade mínima (48 anos para mulheres e 53 para homens) só existe para os pedidos de aposentadoria proporcional. O que significam essas medidas fiscais?

Durante todo o Estado moderno uma questão fundamental é a do orçamento público. Quem paga imposto para prover receita pública e a quem se destina a despesa do Estado? Na Revolução Americana contra o Império Britânico, por exemplo, emergiu o seguinte lema dos colonos insurretos: “nenhuma taxaço sem representação”. Os colonos não eram representados no

parlamento Britânico que os taxava e, entrando em guerra contra os ingleses, conquistaram a Independência dos EUA.

Quanto à disputa em torno do destino da despesa pública, pode-se saltar alguns séculos à frente e exemplificar recorrendo ao livro “A crise fiscal do Estado”, de James O’Connor, publicado em 1973. Sobretudo nos regimes democráticos, o Estado enfrenta um conflito entre as necessidades de acumulação e legitimação. Esse autor argumenta: “Um estado capitalista que usa abertamente suas forças coercivas para ajudar uma classe acumular capital às expensas de outras classes perde a sua legitimidade e prejudica, portanto, a sua base de apoio”. Ao cumprir funções sistêmicas da sociedade capitalista democrática de gastos com capital social (investimento social e consumo social) e despesas sociais (que, segundo ele, não são necessariamente diretamente produtivas, mas importantes para manter a harmonia social), dispêndios inteligíveis na dupla lógica de acumulação e legitimação, o Estado está diante de uma crise fiscal em potencial. Há uma forte tendência de descompasso entre receitas e despesas, inclusive para propiciar as condições necessárias à expansão dos monopólios, que o setor privado não propicia.

O’Connor escreveu pouco antes do final do período histórico chamado por Eric Hobsbawm de “Era de Ouro” do capitalismo, que antecedeu a globalização. A despesa pública crescente se destinava tanto às classes proprietárias como aos trabalhadores. O neoliberalismo é, por um lado, uma ofensiva dos ricos e estratos das camadas médias das democracias desenvolvidas contra os impostos necessários para o Estado cumprir suas mencionadas funções sistêmicas e contraditórias de provisão de infraestrutura, segurança, educação, bem-estar etc. Por outro lado, o neoliberalismo é uma reação das grandes corporações dos países de renda alta contra o aumento da concorrência internacional, a partir do final dos anos 1970, causado pela industrialização dos países emergentes. Outros determinantes do neoliberalismo não poderão ser aqui mencionados.

A questão formulada na introdução pode ser assim respondida: a política fiscal neoliberal do governo interino visa responder à crise econômica, ao aumento do déficit público e da dívida pública e à queda dos investimentos públicos e privados desequilibrando a equação entre acumulação e legitimação em benefício dos ricos. Mas, mais que isso, em benefício de um modelo de acumulação capitalista chamado “financeirização”, definido por Gerald A. Epstein como “o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações das economias nacionais e internacionais”.

Do ponto de vista da despesa pública, esse regime de acumulação tem significado no Brasil, mas também em outros países, a sua captura pelos ricos, sobretudo na sua condição de portadores dos títulos da dívida pública, remunerados aqui com a taxa de juros real mais alta do mundo. O economista Pedro Rossi assim se referiu à PEC da limitação do gasto público à variação da inflação, que, aprovada, bloqueará o crescimento real do gasto primário: “Ganham os menos dependentes dos serviços públicos, avessos a financiá-los com impostos e os grupos econômicos que enxergam o Estado como concorrente e desejam apropriar-se dos espaços econômicos na saúde, na educação, e drenar a renda dos trabalhadores para fundos de previdência e escolas privadas”. Nessa mesma fonte de pesquisa (bit.ly/28JaPSO), o empresário industrial Mário Bernardini, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, afirmou, em relação às atuais medidas fiscais: “São providências exclusivamente fiscalistas e isso, num primeiro momento, não ajuda a retomada da economia, nem no curto nem no médio prazo”. Sublinhe-se “não ajuda a retomada da economia”. Em relação à inexistente política de redução da taxa básica de juros, ele disse: “Seria uma boa sinalização, perfeitamente viável, pois a inflação cairá de 10% para 7% este ano e os juros reais continuariam em 4%, uma loucura no mundo de hoje”.

Além da corrupção, há uma dupla captura do orçamento público, que está embutida na política macroeconômica neoliberal, uma pela via monetária, outra pela fiscal. Juros altos para prover os ricos de bolsa rentismo e corte de despesas sociais para trabalhadores e pobres. É muito importante que o país modernize suas práticas orçamentárias, não desperdice dinheiro público, debata mais sobre o orçamento e mantenha a saúde fiscal. Mas a hegemonia da condução da política macroeconômica pelo enfoque fiscalista não corresponde aos anseios da população por crescimento econômico, geração de emprego, renda salarial e melhores serviços públicos. A financeirização tem sido uma causa fundamental do crescimento baixo e das crises.

A saída mais racional para a crise da economia brasileira seria prosseguir no caminho, por si só já difícil, dada a irracionalidade do capitalismo globalizado, de buscar o melhor equilíbrio, para o conjunto da nação, entre acumulação e legitimação, perspectiva que gerou importantes frutos nos dois mandatos de Lula e no primeiro de Dilma, mas que falhou ao não fortalecer a industrialização. Porém, os erros cometidos, principalmente por Dilma, na tentativa de manter o equilíbrio mencionado, inspiraram uma ofensiva neoliberal que, apostando na acumulação financeirizada e na dependência do Brasil, em detrimento da

legitimação e de um projeto nacionalista, tende a perseverar no percurso do túnel escuro que o país trafega, sem qualquer luz distante a animar a cabeça dos brasileiros, a não ser, no momento, a convicção das organizações populares de rejeitar a contraproducente austeridade.

A PROPOSTA DE PLEBISCITO SOBRE NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Jornal do Brasil - 28/06/2016

Após o Senado Federal aceitar o pedido de *impeachment*, resultando no afastamento de Dilma e na posse do governo interino, alguns parlamentares e atores da sociedade civil, preocupados com o motivo formal duvidoso em que se baseia o afastamento da presidenta (irregularidades fiscais), com suas consequências negativas para a democracia brasileira e com a insatisfação generalizada da população com as instituições representativas, têm defendido a proposta de realização de um plebiscito para a população decidir se quer realizar novas eleições presidenciais. Mas essa proposta estaria condicionada à não condenação de Dilma pelo Senado. Ela voltaria ao governo, mas comprometida com o plebiscito.

A viabilidade prática dessa proposta de plebiscito parece remota, pois, na perspectiva dos agentes econômicos, prolongaria a manutenção do país em estado de espera, e, em relação aos atores políticos, precisaria ser aprovada pelo Congresso Nacional, onde a coalizão de sustentação do presidente interino possui ampla maioria, sendo que a ideia em questão não é apoiada pela base governista, pelo contrário, ela a rejeita. Porém, há um atenuante importante. Se, em decorrência do acordo do plebiscito, o *impeachment* não passasse no Senado, restaria aos parlamentares deixarem Dilma governar até 2018 ou convocarem a consulta ao eleitorado.

Mesmo assim, defender o plebiscito pode ser uma perspectiva de ação para o campo progressista, direcionada aos senadores, tanto a Renan Calheiros, que já admitiu essa opção, como à minoria que tem dúvida sobre o *impeachment*. Em tese, a proposta sintetiza uma resposta virtuosa à conjuntura política: o reconhecimento da crise de legitimidade que corroeu o governo Dilma, vazou para o governo Temer e há alguns anos atinge o Legislativo e os partidos; evitaria a percepção de que houve um uso casuístico da Lei do *Impeachment* e remetaria ao soberano, o povo que elegeu a presidenta, a decisão sobre o futuro de seu governo. Isso é muito melhor do que trocar a preciosíssima regra da maioria, a contagem dos votos nas urnas, por um *impeachment* duvidoso, iniciado e conduzido, até sua autorização, por um presidente da Câmara dos Deputados altamente envolvido em corrupção, fato que seria inaceitável em qualquer democracia séria.

A ideia seria realizar o plebiscito junto com as eleições municipais desse ano. Segundo a última pesquisa da CNT/MDA, 62,4% defendem o *impeachment* em curso. Provavelmente a maioria do eleitorado votaria a favor de novas eleições em 2017. A Folha de S. Paulo noticiou que, após conversar com Lula, Vagner Freitas, presidente da CUT, organização que rejeitou o plebiscito, vai recolocar a proposta em discussão na entidade.

Como diz o aforismo popularizado por Voltaire, o perfeito é inimigo do bom. Defensores envergonhados do *impeachment*, como é o caso de alguns intelectuais, prefeririam que tivesse havido renúncia ou cassação de Dilma pelo TSE. Por outro lado, pelo andar da carruagem, os contrários ao afastamento dificilmente conseguirão reverter a tendência predominante de aprovação do *impeachment* pelo Senado. Só com um milagre a presidenta poderá voltar ao Palácio do Planalto. O acordo do plebiscito seria esse feito extraordinário.

Entre a imperfeição de um *impeachment* duvidoso – muito aquém do bom e bem na fronteira entre o ruim e o péssimo – e o ideal de um mandato eleitoral presidencial sem interrupção, a conjuntura sugere um equacionamento intermediário. Para tirar a democracia brasileira do risco de retrocesso, pela infidelidade às regras do jogo, e instabilidade institucional perseverante, a defesa do plebiscito pelos progressistas pode ser uma última tentativa de sinalização no sentido de salvar o regime popular tão caro à nação do relativo naufrágio prematuro de sua legitimidade. Que os progressistas mostrem aos vivos e à história terem ido até o limite para evitar a mácula conservadora na bandeira da democracia, produzida em pleno século XXI, no país com a principal economia e sociedade civil da América Latina.

CRISE PIORA A DEMOCRACIA FALHA

Jornal do Brasil - 05/07/2016

Qual é o momento experimentado pela democracia brasileira? Devido à polarização da disputa política entre conservadores e progressistas, simplificando o mapeamento das forças em luta, as respostas minimamente mais elaboradas a essa questão, extraídas de fontes jornalísticas, por exemplo, passariam pelo crivo das perspectivas ideológicas conjunturalmente sobresalientes, principalmente a primeira das duas mencionadas, por predominar na grande mídia. Para contornar esse problema, consultar pesquisas internacionais e nacionais com indicadores sobre a qualidade da democracia e dados de opinião pública pode contribuir para desintoxicar e ampliar a reflexão, inclusive em termos comparados, ainda que essas fontes empíricas também não sejam isentas de ideologia.

Em março desse ano, Reinaldo Azevedo, jornalista conservador e favorável ao *impeachment* de Dilma, publicou em seu blog na revista Veja um artigo intitulado “O PT e o comprovado ódio à democracia”. Dois meses após, em matéria escrita quando o governo interino já havia tomado posse, ele exaltou as ações da “democracia de farda” contra os movimentos sociais então acampados em frente à residência de Temer. Para esse jornalista da direita, a esquerda brasileira diz respeito aos “inconformados com o regime democrático”. Certamente, Azevedo considera que a democracia brasileira se livrou de um

obstáculo ao seu desenvolvimento com a saída do PT do governo.

No espectro ideológico progressista, Jânio de Freitas, da Folha de S.Paulo, escrevendo sobre as primeiras medidas do governo Temer em várias áreas, afirma: “a busca e a perseguição como política e prática geral, vista agora, só teve um precedente no Brasil: o poder instalado pelo golpe de 1964”. E em artigo bem recente, ele diz: “Apesar de imprensa e TV não o noticiarem, coros de “Fora, Temer” estão pelo país todo”. Esse jornalista não atribui legitimidade ao atual governo. Fica implícita sua insatisfação com a trajetória da democracia.

Vejamos as referidas fontes empíricas. Na última classificação do Índice de Democracia, elaborado pela *Economist Intelligence Unit* (EIU) e divulgado no início desse ano, o Brasil caiu sete posições em relação à pesquisa de 2014. Considerando 167 países, a pátria brasileira recebeu em 2015 a nota geral 6,96, descendo do lugar 44º para o 51º. Motivos: corrupção, tramitação do *impeachment* e pessimismo geral com a situação política. Desde a crise de 2008, a democracia vem apresentando sinais de retrocesso também nos EUA e Europa, mas, até 2014, sua trajetória no Brasil era de progresso.

A pesquisa da EIU trabalha com quatro categorias de regimes políticos: democracias plenas, democracias falhas, regimes híbridos e regimes autoritários. O Brasil está incluído na categoria “democracia falha” (com notas entre 6 e 8). Para a classificação geral, examinam-se cinco fatores: eleições e pluralismo, liberdades civis, funcionalidade governamental, participação política e cultura política. As democracias falhas têm eleições livres e liberdades civis, mas deixam a desejar nos demais quesitos. Chama a atenção a nota atual do Brasil em cultura política, 3,75, a mais baixa entre os cinco fatores. Em 2014, essa pontuação havia sido 6,25, ou seja, a queda em 2015 foi grande. Os dados foram coletados ao final do ano.

Desde as eleições de 2014 e sobretudo durante 2015, principalmente no âmbito das manifestações pelo *impeachment*, emergiram preocupantes expressões de ódio contra o PT e outras organizações de esquerda e demandas pela volta da ditadura, estas últimas minoritárias. O relatório de 2014 da EIU afirma: “Uma cultura política democrática bem-sucedida implica que as partes perdedoras e os seus apoiadores aceitem o julgamento dos eleitores e permitam a transferência pacífica do poder”. Embora não tenha havido intervenção militar na recente mudança de governo, o ódio contra o adversário político, os apelos a um regime autoritário, a seletividade da mídia e das instituições jurídicas no combate à corrupção e o motivo no mínimo altamente

controverso em que se baseia o processo de *impeachment* compõem um conjunto coerente de cultura política que pode ajudar a compreender a queda da avaliação do país nesse quesito.

A democracia conservadora ou de direita em nada contribui para que a democracia falha avance rumo à democracia plena, pelo contrário, opera no sentido do retrocesso desse regime. Como muitos têm observado, se a indignação da classe média tradicional contra a corrupção tivesse realmente sido o principal motivo das manifestações de rua contra Dilma, que havia presidido o Conselho de Administração da Petrobras, as vias públicas deveriam estar ainda ocupadas pelos protestos, pois diariamente surgem fatos novos envolvendo membros do governo interino e do principal partido que o sustenta. A vista grossa da direita, esteja ela na grande mídia, em elites econômicas, nos partidos, nas instituições jurídicas, na polícia federal ou nas ruas, em relação à corrupção no governo interino e sua intolerância em relação à mesma irregularidade praticada pelos seus adversários ideológicos é um elemento limitador da democracia. Além disso, a participação é vital para a democracia, mas cabe também observar seu conteúdo, os valores e demandas que a motivam. Para citar um exemplo crítico, o fascismo é um regime político mobilizador, mas plenamente antidemocrático.

Em dezembro de 2014, uma pesquisa do Ibope detectou crescimento de 13 pontos no índice de satisfação dos brasileiros com a democracia, que passou de 26% em 2013 para 39% naquele ano. Mas, enquanto esse índice era de 50% no Nordeste, no Sudeste era de apenas 32%. Essa mesma pesquisa traçou um perfil do indivíduo antidemocrático: classe média, jovem, residente no Sudeste, com níveis médios de instrução e renda. Naquela ocasião já havia manifestantes em São Paulo pedindo a volta dos militares. A taxa dos “nada satisfeitos” com a democracia era, então, 22%. No levantamento mais recente do Ibope, de abril desse ano, esse último indicador mais do que dobrou, alcançando 49%, enquanto os “muito satisfeitos” ou “satisfeitos” caíram ladeira abaixo, para 12%. Nesse levantamento, 62% queriam que Dilma e Temer saíssem do governo e houvesse novas eleições presidenciais. A insatisfação com a democracia tornou-se a percepção majoritária.

Por outro lado, apesar da blindagem oferecida pela grande mídia aos novos mandatários de Brasília, a última pesquisa nacional de opinião pública feita pelo Ibope, por encomenda da CNI, mostra que apenas 13% dos brasileiros qualificam o governo Temer como sendo bom ou ótimo, ou seja, sua popularidade é negativa. 39% consideram o governo interino ruim ou péssimo.

53% desaprovam a maneira de Temer governar e 66% não confiam nele. Esses dados ruins são um pouco melhores que os obtidos por Dilma em março. Mas as expectativas dos entrevistados em relação ao restante do governo são negativas.

Provavelmente apenas uma minoria de intelectuais das principais universidades brasileiras veja o *impeachment* de Dilma como expressão de um fortalecimento da democracia. Entre a intelligentsia, predomina uma ideologia progressista, cética em relação ao atual estágio da democracia brasileira e aos propósitos do governo Temer. A maioria do eleitorado também está cética. Por mais que índices da democracia feitos por agências do mundo desenvolvimento possam ser objeto de crítica ideológica e metodológica, a inclusão do Brasil na condição de democracia falha diz muito mais sobre a realidade nacional do que frases da onda participativa conservadora, como “o gigante acordou”.

CENTRAIS SINDICAIS NÃO QUEREM QUE TRABALHADORES PAGUEM O PATO

Jornal do Brasil - 02/08/2016

Há uma semana, as 6 maiores centrais sindicais do Brasil, CUT, CTB, CSB, Força Sindical, Nova Central e UGT, promoveram a “Assembleia Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras pelo Emprego e Garantia de Direitos”. Essas organizações sindicais abrangem um amplo espectro político-ideológico, da esquerda à direita, incluindo forças que apoiam e rejeitam o *impeachment* de Dilma Rousseff e o governo interino, mas que decidiram se unir em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, ameaçados pelos interesses dos empregadores, por projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e pela própria agenda legislativa do Executivo Federal.

O impacto da crise internacional sobre o país, por um lado, cujo sistema econômico possui limites, como a dependência da exportação de commodities, e o conflito distributivo, por outro, são duas faces da mesma moeda. A questão que emerge é quem paga a crise. Considerando a importância das decisões governamentais sobre a economia e a sociedade, as políticas públicas escolhidas como resposta à crise delimitam quem ganha e quem perde, em um contexto no qual os interesses estão à flor da pele. As decisões do Estado expressam relações de poder. Em síntese, os três principais atores são o governo, os capitalistas e os trabalhadores.

O governo interino encarna uma aliança entre elites políticas não eleitas, alojadas no Poder Executivo, forças partidárias e parlamentares no Congresso Nacional e as principais frações de classe da grande burguesia. Apesar das contradições e diferenças internas, o que essa coalizão quer? Retomar a perspectiva de construção de um padrão de capitalismo capitaneado pelos agentes do mercado, para o qual o Estado deve ser um serviçal, tanto priorizando a distribuição de recursos do orçamento público para os investidores financeiros credores do Tesouro Nacional como aprovando leis que beneficiem os interesses do capital, em detrimento do trabalho assalariado. Em suma, a coalizão que sustenta o governo interino quer uma gestão neoliberal dos recursos do Estado e das relações de mercado entre capital e trabalho.

As demandas das centrais sindicais opõem-se a uma coisa e outra. Rejeitam a política econômica de juros altos – que, em nome do combate à inflação, inibe a atividade produtiva e o crescimento, favorecendo os rentistas –, a reforma da previdência e a eliminação ou redução de direitos trabalhistas, através da reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Entre os principais custos de produção estão os salários e os encargos trabalhistas e sociais (férias, 13º, previdência, FGTS, salário-educação etc.) inseridos nas relações de contratação formal da mão de obra. Os empresários da indústria de transformação (ou seja, não extrativa) queixam-se que, entre 2010 e 2014, houve crescimento dos salários acima da produtividade do trabalho e avaliam esse fator como uma causa importante da perda de competitividade do setor. O desemprego, cuja taxa que o mensura chegou, ao final do segundo trimestre, aos 11,3%, encarrega-se de rebaixar os salários. Desde 2015, as campanhas salariais vêm resultando em uma menor quantidade de reajustes acima do INPC e em redução do ganho real.

Mas, para garantir de modo permanente condições de contratação de força de trabalho mais favoráveis aos interesses capitalistas, a coalizão entre grandes empresários e governo interino defende a perspectiva de que a negociação direta entre capital e trabalho prevaleça sobre o legislado (a CLT). Ou seja, se um acordo ou convenção coletiva limitasse os direitos legais, a CLT não prevaleceria. Essa orientação é muito polêmica, a começar por contrariar o estabelecido no Art. 7º da Constituição: os “direitos dos trabalhadores urbanos e rurais” devem visar a “melhoria de sua condição social”. Os empresários estão indo com muita sede ao pote. Recentemente Robson Braga de Andrade, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), defendeu que a jornada de trabalho, atualmente já alta, mas limitada constitucionalmente em 44 horas semanais, seja expandida 80 horas.

O desenvolvimento da nação é um processo político, pois os atores, posicionados nos aparelhos do Estado, na sociedade e nos partidos, mediados por instituições e dotados de recursos de poder, organizam-se, associam-se, entram em conflito e tomam decisões sobre os rumos da economia, da estrutura tributária, do gasto público, do posicionamento internacional do país, do regime institucional e assim por diante. Diante da ofensiva política do governo interino e dos empresários contra direitos trabalhistas e previdenciários, e preocupados com a escalada de desemprego, as organizações dos trabalhadores vão realizar, em 16 de agosto, um Dia Nacional de Mobilização.

A luta de classes está impregnada na conjuntura brasileira, assim como em outros países onde as políticas de ajuste da crise adotadas pelos governos beneficiam o capital e prejudicam o trabalho assalariado, seja retirando direitos legais inseridos na contratação de mão de obra ou reduzindo recursos do orçamento público destinados a contrabalançar injustiças do mercado, como se observa na França, Uruguai e Argentina. Desde os anos 1990, a flexibilização das relações de trabalho e outras políticas neoliberais, no mundo todo, não têm implicado em crescimento econômico e redução das desigualdades, pelo contrário, há uma piora generalizada nos indicadores dessas duas variáveis.

A DEMOCRACIA E O PETRÓLEO SÃO NOSSOS?

Jornal do Brasil - 09/08/2016

Primeiro ato. Apoiado em uma coalizão entre classes e frações (nucleada por setores da burguesia produtiva e pelos trabalhadores) e partidos, os governos Lula e Dilma implementam políticas social-desenvolvimentistas em várias áreas, algumas delas destinadas à indústria e tecnologia. Essas políticas induzem transformações, como a retomada do protagonismo da Petrobras, que em 2006 descobre o maior campo petrolífero encontrado no terceiro milênio (objeto da cobiça de petroleiras estrangeiras protegidas por seus Estados, como os EUA) e, já em 2016, passa a produzir um milhão de barris por dia.

Segundo ato. No início de 2014, investigações da Operação Lava Jato passam a evidenciar o envolvimento de diretores da Petrobras em crimes, que passavam pela movimentação de propinas milionárias em um circuito relacional constituído por doleiros, grandes empresários, políticos do Congresso Nacional e dirigentes de partidos. Lamentavelmente, elites do PT se envolveram nessas irregularidades, apesar do partido continuar lutando pela reforma política para mudar o padrão empresarial de financiamento eleitoral (fator-chave dos crimes contra a administração pública), a elevadíssima fragmentação partidária no Poder Legislativo e o excessivo grau de personalismo dos representantes proporcionais, características alimentadas pelo sistema eleitoral de lista aberta e pelas coligações nas eleições para a Câmara

dos Deputados, que tendem a maximizar os custos de transação do presidencialismo de coalizão.

Terceiro ato. Durante e muito mais ainda após a disputadíssima última eleição presidencial, vai se constituindo, por convergência sistêmica combinada, uma poderosa coalizão de atores de oposição ao governo da então presidente Dilma Rousseff e ao PT, incluindo a grande mídia (na TV, rádio e imprensa escrita), o PSDB de Aécio Neves, lideranças parlamentares então na oposição, como Eduardo Cunha e seu séquito, grupos de interesse rentista e financeiro de grande porte, empresários do setor produtivo, estratos ideológicos liberal-conservadores das classes médias tradicionais. Essa aliança move-se pela apropriação seletiva das irregularidades evidenciadas na Lava Jato e pelo ódio político. O crescimento baixo também abre uma fértil janela de oportunidade para motivar a ofensiva oposicionista, que, por sua vez, engendra um círculo vicioso entre crise econômica e crise política.

Quarto ato. A coalizão sociopolítica e político-institucional contra o PT e o governo Dilma – mandatária eleita por 54,5 milhões de votos e empossada em 2015 –, inconformada com a quarta vitória eleitoral consecutiva do principal partido popular da história do país, apoia-se em seu erro de reproduzir o *modus operandi* de financiamento político empresarial e nas dificuldades da economia nacional (imersa em contexto de crise internacional), para, na verdade, subverter seus acertos na transformação democrática social-desenvolvimentista da sociedade e do Estado, contraposta ao padrão neoliberal. Essa poderosa coalizão, após demandar vários meios de deposição da presidente, como a renúncia ou a cassação de seu mandato pelo TSE, finalmente alcança o governo por um *impeachment* politizado, sem fundamento claro em crime de responsabilidade. Estabelecida até o momento interinamente no Palácio do Planalto e com respaldo no Congresso Nacional, onde só na Câmara dos Deputados há 298 representantes do povo que ou já foram condenados ou estão sendo processados na Justiça ou em órgãos de controle, a ampla coalizão, de conteúdo neoliberal, passa a implementar um programa antipopular que, entre outras ações regressivas, inicia a privatização do pré-sal, entregando a exploração de um recurso natural estratégico para grupos multinacionais e revertendo o papel ativo da Petrobras na política industrial e tecnológica.

O combate à endemia da corrupção é fundamental. Segundo dados recentes do Datafolha, 32% dos eleitores veem-na como o principal problema do país. Mas a Lava Jato, ao invés de abrir um horizonte republicano de combate a esse crime, opera, sob a guarida da toga e aliada ao sensacionalismo partidarizado da

grande mídia, como arma de infantaria da coalizão neoliberal, seja politizando à direita a implementação das normas do Estado de Direito ou enfraquecendo a economia nacional e a Petrobras, a serviço do aprofundamento da desnacionalização do mercado interno e da estrutura produtiva e de uma política fiscal pró-financeirização. Ademais, as forças sociais e políticas que estão liderando o apoio ao novo governo, como os movimentos liberais que desapareceram das ruas quando haveria ainda muita irregularidade em Brasília a ser objeto de repúdio, não estão vestindo a camisa republicana e universal do combate à corrupção.

Várias petroleiras do mundo estão em dificuldade, devido à abismal queda do preço internacional do barril de petróleo, entre outros motivos, devido à elevada e mais barata produção de xisto nos EUA. No Brasil, os preços dos combustíveis não caíram tanto nos últimos dois anos, pois a estatal tem mecanismos para administrá-los. A produção da Petrobras inclusive aumentou em 2015 e, em relação ao pré-sal, passamos a produzir esse ano, apenas uma década após sua descoberta, um milhão de barris por dia. Outro problema foi o impacto da desvalorização cambial sobre a dívida da empresa em moeda nacional.

Por outro lado, o modo politizado e irresponsável de encaminhamento e divulgação do combate às irregularidades na Petrobras pela aliança Lava Jato-grande mídia prejudicou a imagem pública da companhia, servindo aos interesses dos que, sob o pretexto de incentivar que seja jogada fora a água suja do banho (corrupção), querem mesmo, na verdade, se apropriar do nobre bebê, para interromper o protagonismo nacionalista e desenvolvimentista da estatal e vesti-lo com a indumentária financista de Wall Street.

A palavra de ordem da gestão neoliberal das corporações é “todo poder aos acionistas, aos investidores”. Essa mentalidade rentista e imediatista e os interesses a ela correspondentes não aceitam que o governo federal, na condição de acionista controlador da maior empresa brasileira, procure administrá-la não apenas sob a lógica de mercado, mas também pelo enfoque estratégico, estimulando a industrialização em toda a cadeia produtiva de petróleo e gás, através da política industrial de conteúdo local. A condução antidesenvolvimentista e historicamente liberal da Lava Jato também prejudicou as grandes empreiteiras nacionais, abrindo espaço político e de mercado para a abertura desse setor de atividade.

O novo presidente da Petrobras, Pedro Parente, é tucano. Já na cerimônia de sua posse, no início de junho, além de criticar a política de conteúdo local, defendeu a revisão urgente, pela Câmara dos Deputados, da Lei 12.351/2010, do pré-sal, aprovada no governo Lula, que instituiu o regime de partilha. Em

fevereiro, o Senado, por iniciativa legislativa do então senador José Serra (PSDB) e substitutivo de Romero Jucá (PMDB), aprovou a não obrigatoriedade de que a Petrobras seja a operadora única do pré-sal, participando com pelo menos 30% em todos os consórcios de exploração. Jucá, como se sabe, abandonou o posto de ministro do Planejamento do governo interino por ter sido vazada gravação de diálogo seu com Sérgio Machado, ex-diretor da Transpetro (subsidiária da Petrobras e maior processadora de gás natural no país) por indicação do PMDB e investigado pela Lava Jato. Na conversa, Jucá associou a troca do governo Dilma pelo de Michel Temer (PMDB), caracterizado por ele como aliadíssimo de Eduardo Cunha (PMDB), a um grande acordo nacional, envolvendo inclusive o STF, para conter o avanço da Lava Jato.

Na coalizão neoliberal, o necessário combate à corrupção está inserido em uma manipulação dessa bandeira para derrotar adversários ou inimigos, poupar aliados e reverter o padrão social-desenvolvimentista de capitalismo que os governos federais do PT procuraram implementar, apesar das limitações.

Após a venda recente, pela Petrobras, de sua participação em 66% no campo Carcará de pré-sal, na bacia de Santos, para a norueguesa Statoil, inclusive por apenas US\$ 2,5 bilhões, lideranças da Fundação Única dos Petroleiros estão chamando o presidente interino de “MiShell Temer”, fiador da política governamental de entrega da riqueza natural do país às petroleiras multinacionais. Esse campo foi leiloado em 1999 e está fora da lei da partilha. Sua venda faz parte da política de desinvestimento da companhia, que está endividada. O horizonte do governo é a desnacionalização do pré-sal.

Enfim, um governo não eleito, cuja investidura alimenta uma séria querela jurídico-política sobre sua legitimidade institucional, avança na transferência de um símbolo natural da soberania nacional e de um recurso econômico estratégico a grupos estrangeiros. Nesse contexto, hoje não dá efetivamente para dizer que a democracia e o petróleo são nossos, da maioria dos eleitores que elegeram a presidente e da nação, entendida como uma comunidade autônoma em relação a outras congêneres situadas em territórios alhures. São de quem? Da coalizão neoliberal, defensora de um modelo de capitalismo que, no mundo todo, tem gerado baixo crescimento e aumento das desigualdades.

CHORO DA DEMOCRACIA PRENUNCIA SEU GRITO

Jornal do Brasil - 30/08/2016

A virtual decisão do Senado Federal a favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, apoiada na atribuição casuística a ela de cometimento de crime de responsabilidade por medidas fiscais praticadas por outros governos e até então abonadas pelo TCU, embute grande chance de consolidar a manutenção da instabilidade política iniciada na crise de 2015. A banalização do impedimento – patrocinado por uma coalizão sistêmica de elites políticas, da burocracia pública e econômicas, incluída a estratégica grande mídia oligopolizada, aliança respaldada em setores sociais conservadores e desprovidos de suficiente cultura democrática –, abre uma fenda estrutural na democracia brasileira.

Enquanto o desenvolvimento democrático inaugurado em 2003, com a posse do governo Lula, e mantido até o final das eleições de 2014, fortaleceu duplamente a democracia, como regime político e processo igualitário, o impedimento de Dilma tende a aprofundar a reversão dessa trajetória virtuosa. Segmentos representativos e organizados da sociedade civil brasileira, como a CUT, o MST e a UNE –, movimentos sociais de várias outras áreas de atuação, ativistas das redes sociais, blogueiros e mídia independente, intelectuais e artistas progressistas, os principais partidos de centro-esquerda e esquerda, veículos de comunicação estrangeiros e jornalistas importantes da mídia

internacional, acadêmicos e políticos de várias partes do mundo, enfim, não reconhecem a lisura do mecanismo que as forças de oposição à presidenta eleita em 2014 utilizaram para chegar ao governo.

Os contrários à deposição entendem que as forças *pró-impeachment*, por razões políticas associadas ao mundo dos negócios, fabricaram um pretexto para chegar ao governo pela via não eleitoral. Só assim, ignorando a preciosa regra do respeito ao resultado do pleito eleitoral, podem implementar um programa, já em execução e derrotado nas urnas de 2014, a serviço dos interesses dos agentes dos mercados desregulados, centrado no Estado mínimo, na gestão financeirizada do orçamento público e das grandes empresas, na supressão de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, nas privatizações e na abertura ilimitada do espaço econômico e dos recursos naturais do país aos investidores estrangeiros, em prejuízo da nação e do próprio desenvolvimento.

O *impeachment* é peça-chave da ofensiva do neoliberalismo contra a política econômica social-desenvolvimentista, possibilitada pelo impacto da crise internacional no Brasil, por erros dos governos Dilma 1 e 2 e pela apropriação seletiva da necessária luta contra a corrupção. Na pavimentação do caminho rumo à conquista do Estado, o rótulo contra a corrupção, levantado pelos mesmos que eram contra o fim do financiamento empresarial das eleições e dos partidos, e o pretexto de crimes fiscais serviram, respectivamente, de embalagem motivacional e causa formal a serviço de um conteúdo claro e cristalino: propiciar, novamente, que os interesses da coalizão neoliberal, parcialmente contidos pelo maior equilíbrio de classes entre capital e trabalho existente nos governos de Lula e Dilma, pudessem se livrar das amarras e reinar sem obstáculos, retomando a obra econômica e social regressiva executada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. A democracia é corrompida em nome da financeirização e da abertura do país ao capital global.

As primeiras medidas da nova coalizão deixam claro seu intuito: entregar a gestão do orçamento público ao rentismo, retroceder nas políticas públicas de saúde e educação, destinadas, sobretudo, aos mais pobres, cortar direitos dos trabalhadores ativos e inativos, entregar as reservas do pré-sal ao grande capital estrangeiro etc.

Para tentar desfrutar de um futuro mais longo, a coalizão neoliberal acionou – e ainda está em vigor – uma espécie de macartismo antipetista, dispositivo necessário para a reversão do duplo desenvolvimento democrático mencionado. Não basta impedir Dilma. Há que se criminalizar o PT como um todo, para o que é necessária a condenação de Lula.

Esse caminho de atropelamento de um governo eleito e de criminalização do partido que liderou, até 2014, com acertos e erros, o fortalecimento da democracia e a implementação das transformações social-desenvolvimentistas é muito arriscado, vai no sentido da instabilidade institucional em todas as unidades federativas do país, da indeterminação das regras do jogo político, da perda de credibilidade no Brasil e nas elites e gera profundos descontentamentos em atores organizados imprescindíveis para a efetividade do pacto democrático entre os cidadãos. Para se impor com mais certeza um projeto de país, assalta-se a salutar incerteza da ordem democrática. Mas só com exclusão social, repressão e aniquilação da esperança esse projeto pode evoluir. Apesar de se encontrar sob intensa pressão, a resistência democrática está se reorganizando para enfrentar a nova etapa histórica; e seria bom se ela se reinventasse. Enfim, mau agouro...

BOLSA FAMÍLIA E BOLSA EMPRESÁRIO? NÃO, BOLSA BANQUEIRO

Jornal do Brasil - 06/09/2016

A conclusão do *impeachment* de Dilma Rousseff vira uma página da história política brasileira aberta pela vitória eleitoral de Lula nas eleições presidenciais de 2002. O PT, mediante coalizões eleitorais, venceu também os três pleitos seguintes para o Executivo Federal, em 2006, 2010 e 2014.

Os agentes de mercado reconquistam, com o governo Temer, não eleito pelo voto popular, o controle do Estado. Por agentes de mercado, leia-se, em primeiro lugar, a banca nacional e internacional e os que nela aplicam seus recursos, os rentistas. A Febraban e o conjunto dos rentistas e financistas nacionais e internacionais, que, na campanha eleitoral de 2002, levaram, por meio de ataque especulativo reverberado pelo alarmismo aliado da grande mídia, o líder petista a tornar pública a “Carta ao povo brasileiro”, de compromisso com o tripé que estrutura a política macroeconômica, não aceitam mudança nas políticas monetária, fiscal e cambial. O *impeachment* coroa a ferrenha oposição que a coalizão neoliberal foi construindo contra Dilma, desde que ela, com a chamada Nova Matriz Econômica, colocou em risco, na perspectiva dos interesses do bloco da financeirização da economia, o compromisso de manutenção da política macroeconômica ortodoxa selado com a banca na referida carta.

Não à toa, o principal argumento formal do controverso *impeachment* foi de natureza fiscal. Afinal, no orçamento público concentra-se um dos interesses essenciais que constituem a disputa política nacional: quem fornece receita tributária e a quem as despesas orçamentárias destinam-se. Enquanto Dilma, ao tentar equacionar o complexo equilíbrio entre acumulação e legitimação, posto diante de todo o governo democrático, pendeu a balança, até 2014, para o segundo aspecto, as frações de classe rentistas e financistas, que reconquistam mais solidamente o poder político com o *impeachment*, não hesitam em reformular a equação em benefício da financeirização, ao submeter o tripé macroeconômico, pelas mãos de Henrique Meirelles, à mais rígida gestão ortodoxa desde sua institucionalização, na crise cambial de 1999. Perde a democracia.

Em uma acepção profunda, formulada por Alexis de Tocqueville, democracia diz respeito a um processo secular igualitário, de nivelamento das condições a partir das quais os cidadãos ingressam na ordem social competitiva. O *impeachment* significa reversão democrática pelo fato dele ser uma das faces da moeda da mudança governamental, a face que desrespeita o resultado das urnas sem que, quando muito, um claro crime de responsabilidade de Dilma tenha sido identificado. A outra face são as políticas de austeridade fiscal e monetária que, para fazer uma caricatura, vão tirar recursos da Bolsa Família, saúde, educação e demais políticas sociais para disponibilizá-los para a Bolsa Banqueiro (via títulos públicos e juros e tarifas altíssimas nos serviços bancários) e para a Bolsa Capital Estrangeiro (que deseja aprofundar sua presença no mercado interno, por exemplo, na exploração do pré-sal, nas obras de infraestrutura, na compra de títulos públicos remunerados pela mais altas taxas de juros do mundo) etc.

Mas a implementação ultra-ortodoxa do tripé macroeconômico, além de aprofundar a desnacionalização, também opera no sentido da desindustrialização, ou seja, da regressão da estrutura produtiva. O desenvolvimento é um processo complexo, mas passa pela transferência da mão de obra para setores mais sofisticados tecnologicamente, com maior valor adicionado per capita e maior produtividade. O Brasil não vai sair da condição de renda média para a de renda alta sem a reindustrialização, que depende de estímulos macroeconômicos e microeconômicos que conduzam à superação dos atuais déficits em tecnologia e competitividade. Em 1985, a participação da indústria de transformação no PIB era de 21,6%, indicador que em 2014 foi de 10,4%. A tendência geral de queda é clara, embora em um ou outro período, como no governo Itamar Franco e no início do governo Lula, a produção industrial reagi.

Com a política econômica de Temer-Meirelles, a regressão produtiva vai se aprofundar. A taxa Selic está nos 14,5%, mantendo o país na costumeira e lamentável posição de campeão mundial em taxa real dos juros básicos (7,59% ao ano, segundo a *MoneYou* e a *Infinity Asset Management*), para o deleite dos rentistas, que mamam nas tetas do Tesouro Nacional, enquanto a imensa maioria dos contribuintes paga a conta. Ademais, o governo está cortando até investimentos, sendo que o contexto é de recessão; despreza-se também a importância de uma política cambial favorável à indústria. Temer aposta na atração de investimentos estrangeiros, ou seja, na poupança externa, a começar pelo capital especulativo. O presidente quer um país sem projeto econômico nacional.

Mas os países que alcançaram o desenvolvimento e que ainda se esforçam para que seu sistema produtivo continue fortalecido preocupam-se com sua indústria, como demonstram, entre tantos, a Alemanha em 2003 e na crise de 2008 e, nos últimos anos, Barack Obama. No Brasil, a coalizão neoliberal, ao ver o BNDES oferecendo crédito subsidiado para as indústrias, através do PSI (Programa de Sustentação dos Investimentos), segundo critérios técnicos rigorosos e obtendo lucros (o de 2015 ficou em R\$ 6,2 bilhões), chama isso de Bolsa Empresário e de irresponsabilidade com o Tesouro, pelo impacto na dívida pública. Subsídios ocorrem, por exemplo, na indústria química da Alemanha, Coreia do Sul e Japão. A Alemanha está subsidiando a produção de carros elétricos. A conta alcança 1,2 bilhão de euros e será dividida entre o governo federal e a indústria automobilística. O Japão subsidia também a fabricação de jatos por uma rival da Embraer, entre tantos outros produtos industriais estimulados pelo governo daquele país. A Coreia do Sul formou grandes conglomerados industriais com muito estímulo estatal. Os que acreditam que o país deve abandonar a indústria e se dedicar à sua vocação agrícola, o que seria lamentável, precisariam conseguir a difícil proeza de derrubar os subsídios à agricultura nos EUA e na União Europeia.

Uma coisa foram alguns erros cometidos na política econômica de Dilma, como as excessivas desonerações, outra foi o investimento dos neoliberais na crise política e econômica para desfazer uma experiência social-desenvolvimentista e substituí-la por completo por um modelo de capitalismo que está falhando em várias partes do mundo.

Qual política? A financeirização, prática capitaneada pelos grandes bancos e multinacionais. Os bancos brasileiros estão entre os mais lucrativos do mundo e, ao mesmo tempo, são ineficientes em termos do custo de

seus produtos e do papel prestado à economia nacional. Em 2014, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos brasileiros foi de 18,23%. O mesmo indicador para os bancos americanos foi menos que a metade disso, 7,68%, segundo a Economatica. Os bancos brasileiros oferecem pouco crédito e a juros altíssimos. No ano passado, os empréstimos para pessoas físicas, excluindo o crédito habitacional, rural e o BNDES, chegaram a 63,7% ao ano. As famílias e indústrias do país afundam na recessão, mas os bancos surfam no paraíso da superfície oceânica.

O JB informou, há pouco tempo, que, ao se referir ao processo de *impeachment*, o economista canadense Michael Chossudovsky afirmou, em artigo: “O controle sobre a política monetária e a reforma macroeconômica eram os objetivos últimos do golpe de Estado. As nomeações principais do ponto de vista de Wall Street são o Banco Central, que domina a política monetária e as operações de câmbio, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil”. Lá e cá querem um Brasil menor, sem indústria, sem emprego, sem renda do trabalho, sem serviços públicos de qualidade, sem direitos trabalhistas e previdenciários, sem BNDES e sem a Petrobras controlada pelo Estado, mas muito bom para os muito ricos.

GOVERNO PÕE O TRABALHO NO BANCO DOS RÉUS

Jornal do Brasil - 13/09/2016

O neoliberalismo é a fase do capitalismo global de vitória das cigarras sobre as formigas e sobre as políticas keynesianas e de bem-estar social do Estado. Como a dominação neoliberal é grávida de contradições e instável, a subordinação das segundas depende de contínuos esforços e lutas das primeiras.

As cigarras são o reino da financeirização, da especulação com instrumentos financeiros, como ações, títulos públicos e privados, mercados futuros de commodities, moedas, juros, índices de preços etc. Os insetos que gostam de cantar, ou seja, da vida boa segundo a fábula de Esopo, são os jogadores do cassino global, sistema econômico que institucionaliza a aposta em lucros financeiros meramente através de movimentos de preços, com pouco lastro nos investimentos na economia real e, portanto, na acumulação de capital fixo produtivo.

As formigas são o reino da produção, basicamente o capital produtivo e o trabalho assalariado. Se pensarmos em um modelo econômico e social simplificado, a hierarquia da pirâmide da sociedade neoliberal é a seguinte: rentistas (investidores em instrumentos financeiros) e financistas (intermediários financeiros, sobretudo bancos), depois a grande indústria e a produção agrícola em larga escala e, por fim, os trabalhadores. Além do Estado, na condição de provedor de direitos sociais, o trabalho, pelo direito a ele vinculado, mesmo

ocupando a posição mais desfavorável no sistema de classes, é o novo denunciado posto no banco dos réus. Acusação: causador da crise econômica.

O governo Temer, que, no plano da concepção de Estado, retoma a ofensiva contrarreformista do minimalismo neoliberal, orchestra politicamente essa hierarquia na qual os trabalhadores são as classes dominadas e os especuladores e o grande capital produtivo, a classe dominante. Como diante da crise as frações produtivas dos capitalistas resolveram aliar-se ao reino das cigarras, na condição de sócias menores da financeirização, pois, por falta de estímulo macroeconômico e microeconômico à produção, são também induzidas à jogatina no reino do cassino, resta-lhes a adesão ao programa neoliberal de reforma trabalhista, como estratégia de alavancagem de suas atividades produtivas debilitadas nos mercados interno e externo.

Os empresários precisam de mercado e preço competitivo para investir. Para tentar conseguir isso, em contexto de globalização, ao invés das elites políticas e econômicas apostarem no círculo virtuoso de busca do fortalecimento da nação, dos direitos de cidadania e do sistema produtivo, sobretudo da indústria, da ampliação do emprego, da renda salarial e do mercado interno, mas também do externo, por meio de desvalorização do câmbio, baixa dos juros e política fiscal de estímulo da demanda, a opção do novo bloco no poder é viciosa, pró-cíclica, recessiva, visa cortar salários e aumentar o desemprego, para reduzir os custos do trabalho sem alterar a política macroeconômica promotora da estagnação e sem sequer compensar a produção manufatureira com política industrial etc. Trata-se de uma opção socialmente excludente, concentradora de renda e riqueza, a serviço de um hipotético protagonismo das forças de mercado (leia-se especulação e multinacionais), na verdade ilusório, pois essa via de política econômica tem falhado no mundo todo enquanto estratégia de crescimento e de melhoria do bem-estar. Enfim, busca-se ampliar mercados e diminuir os preços dos bens e serviços com o aumento da exploração do trabalho, justamente em um país onde há uma imensa disparidade entre o custo de vida e a renda ou o poder aquisitivo de grande parte dos trabalhadores. A ONU calcula que em 2020, ou seja, daqui há menos de quatro anos, 25% da população ou 55 milhões de brasileiros viverão em favelas.

Mas além da recessão, do elevado desemprego, da financeirização (que prejudica a produção e corrói a renda das famílias endividadas) e da desvalorização interna (redução dos salários reais para compensar a opção pela manutenção da taxa de câmbio nominal), a ofensiva contra o trabalho quer a reforma da legislação trabalhista.

A Constituição de 1988 estabelece o seguinte: “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”. No entanto, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que o governo pretende ampliar a jornada de trabalho para 12 horas e a semana de trabalho para 48 horas, incluindo as horas extras. Nogueira recuou, mas é público que a questão está na agenda governamental. O regime de contratação atual é por jornada de trabalho. A reforma pretende incluir duas novas modalidades de contrato, por produtividade e por horas trabalhadas. No primeiro caso, o profissional seria contratado para executar uma atividade específica. No segundo caso, o contrato seria conforme a quantidade de horas necessárias para uma determinada atividade.

No ano passado, por iniciativa de Eduardo Cunha (cuja cassação os democratas exigem), a Câmara dos Deputados aprovou o PL 4330, da terceirização, que está agora no Senado. O governo apoia essa matéria, que pretende terceirizar não só a atividade-meio, mas também a atividade-fim, precarizando ainda mais o trabalho no país. Além disso, para dar maior estabilidade jurídico-institucional ao almejado ambiente de eliminação dos direitos trabalhistas do mercado de trabalho, o governo e os empresários defendem a primazia do negociado sobre o legislado. O que é isso? Significa que a negociação direta entre capital e trabalho passa a ser mais forte juridicamente que os direitos trabalhistas. E o que isso visa? Visa facilitar que os contratos de trabalho, nas categorias profissionais menos organizadas, com sindicatos fracos, sejam mais favoráveis aos empregadores, que poderiam, por exemplo, modificar os sistemas de compensação de jornada de trabalho, os turnos de revezamento, os abonos e compensações, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), os horários de refeição, o usufruto do período de férias, as férias coletivas e assim por diante. O primeiro objetivo é desmontar a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, a legislação infraconstitucional. Nesse caminho, o próximo passo precisaria ser a retirada dos direitos trabalhistas da Constituição (Art. 7º).

Isso está na contramão do que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) define como trabalho decente. “O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho [...]: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego

produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social”.

Além da eliminação de direitos sociais (PEC 241/2016) e trabalhistas, Temer quer reformar a Previdência Social retirar direitos previdenciários de ativos e inativos. Parece que o governo e seus aliados no mundo dos negócios querem empurrar o país para a instabilidade política de longo prazo, revertendo a trajetória rumo a uma maior unidade nacional observada de 2003 a 2013. As medidas em curso são uma escolha política, não um imperativo objetivo. As centrais sindicais vão realizar um Dia Nacional de Paralisação em 22 de setembro contra toda essa retirada de direitos.

PARTIDO OPERAÇÃO LAVA JATO QUER CONDENAR LULA

Jornal do Brasil - 20/09/2016

Em artigo anterior, referi-me ao Partido Operação Lava Jato (POLJ), caracterizando-o como um grupo de interesse e “braço investigativo-jurídico da coalizão neoliberal-conservadora”. O corpo principal e a cabeça dessa coalizão estão nas elites econômicas – começando nos grandes rentistas e bancos e seus porta-vozes, as corporações midiáticas – e nas elites governantes – aí se destacando a ala neoliberal do PMDB, que emergiu defendendo o programa “Uma ponte para o futuro” (Temer, Moreira Franco etc.) e o PSDB. As pernas, ou seja, sua base popular, espalhada em varandas, ruas e locais de trabalho, são as classes médias conservadoras e os estratos sociais desorganizados dos trabalhadores.

Essa coalizão, pelos braços do POLJ, quer condenar Lula e criminalizar o PT, para interferir nos resultados das eleições de outubro desse ano e, principalmente, nas de 2018 e, assim, impedir que o ex-presidente e seu partido recuperem espaço no sistema político-representativo. O PT perdeu espaço em função dos erros cometidos, mas muitíssimo também devido ao impacto negativo sobre sua imagem resultante da apropriação seletiva, partidarizada e irracional do combate, comandado por seus adversários e inimigos, aos crimes eleitorais e contra a administração pública em que se envolveu. Sabe-se que, o tempo todo,

a Lava Jato tem sido assumidamente implementada em aliança com o oligopólio do espetáculo midiático. Essa partidarização de direita da coerção penal às ilegalidades mencionadas serve ao propósito de resgatar o país para o elitismo liberal e oligárquico, força política tradicional e poderosa na história do Brasil, berço de uma nação profundamente estruturada nas desigualdades (de classe, de cidadania, de raça, de gênero etc.) e nas violências dos de cima sobre os de baixo.

Após um *impeachment* altamente controverso, embalada na fantasia de neutralidade que supostamente rondaria a atmosfera pública devido à cassação de Cunha e às vésperas das eleições municipais, a denúncia organicamente politizada contra Lula, apresentada pelo procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Força Tarefa da Operação Lava Jato, e por Roberson Pozzobon é uma evidência ímpar da sede engajada de caça ao maior líder político do processo democrático em curso desde os anos 1980, ora contra-arrestado pela direita. Ao expor para a mídia as acusações contra o ex-presidente, por corrupção e lavagem de dinheiro, Dallagnol caracterizou-o “como o comandante máximo do esquema de corrupção identificado na Lava Jato”. Haveria tido uma propinocracia no Brasil e Lula teria sido chefe de uma organização criminosa, não só durante seus governos, mas também após eles.

Retórica espetacularosa e megalomaniaca à parte, as acusações são bem mais modestas e, como os próprios denunciantes deixaram claro, sem provas cabais. Lula é acusado pela reforma de um triplex que a própria Lava Jato assume não ter evidência de que é ou foi dele e pelo armazenamento de objetos ganhos durante seus mandatos, que teriam sido pagos pela construtora OAS.

Até mesmo o jornalista Reinaldo Azevedo, membro ultraconservador e direitista da coalizão neoliberal, reclamou da denúncia de Dallagnol: “serve para inflamar a opinião pública, mas constrange, na mesma medida, os meios jurídicos”. Especialistas em direito, de vários cantos do país, questionaram a peça acusatória da Força Tarefa. “Frágil, pouco técnica e espetacularizada. Foi assim que juristas ouvidos pelo UOL classificaram a denúncia feita pelo MPF (Ministério Público Federal)”. A denúncia usa informações de delação rejeitada pela própria PGR etc.

Obviamente, o que está em jogo é muito grave. Uma coisa é combater, de modo isento e universal, os crimes contra a administração pública. Outra é politizar irracionalmente processos investigativos e jurídicos e escolher arbitrariamente boi de piranha ou bode expiatório. Há várias menções a políticos da cúpula do PSDB nas delações da Lava Jato, mas a seletividade institucional não

tem olhos e ouvidos para elas. Entrementes, uma elite de funcionários concursados da burocracia pública se comporta como se implementasse um inconfessável estado de exceção, infringindo o direito em nome da lei, do combate à saúva da corrupção de seu adversário ou inimigo ideológico. Burocratas não eleitos se lançam, irresponsavelmente e sem mandato, ao cumprimento de uma meta política de salvação nacional: condenar antecipadamente e a qualquer custo a maior liderança de um partido político de trabalhadores, por meio de uma operação jurídico-investigativa-midiática inserida sistemicamente em uma ofensiva da coalizão neoliberal contra as políticas social-desenvolvimentistas.

Para esclarecer a questão, desviemos o foco imediato na ofensiva política da Lava Jato, para apreciar o que ocorre nos países desenvolvidos nas relações entre Estado, capital e trabalho, que é o que está em jogo aqui. Na Europa, por exemplo, apesar das políticas de austeridade fiscal e de flexibilização das relações de trabalho, a democracia é muito mais que aqui um valor universal, pois convive com as organizações sindicais e partidárias dos trabalhadores, que, inclusive, participam de arranjos neocorporativos, como o diálogo social do tripartismo e as barganhas coletivas. Quando a social-democracia, Syriza ou Podemos vencem eleições, governam. Onde o regime é parlamentarista, o gabinete ministerial está sujeito ao voto de desconfiança dos políticos eleitos, que podem destituí-lo. Aqui as forças do retrocesso democrático, situadas na Procuradoria Geral da República, no Judiciário, no Legislativo, no Executivo e nos partidos, como o PSDB, força orgânica do rentismo e das finanças, parecem não pensar duas vezes quando se trata de maltratar a democracia, virar as costas para o eleitorado e golpear a existência do PT ou debilitá-lo ao máximo, como se isso fosse possível na maior economia da América Latina.

Essa aposta é equivocada, perigosa para a estabilidade política. As organizações da resistência democrática e o conjunto dos trabalhadores e jovens organizados estão ativos. Não venceram quatro eleições presidenciais por obra do acaso. Houve indignação com o *impeachment*, decisão motivada pela crise, pela ingovernabilidade e pelo sectarismo de direita. Mas não abaixaram a cabeça, estão nas ruas e redes sociais demandando igualdade, participação, inclusão via mercado e via políticas sociais, recusando perda de direitos e querendo Diretas Já. Novas gerações de ativistas continuam surgindo, como os acontecimentos desde 2013 vêm evidenciando.

O POLJ, no qual se insere o juiz Sérgio Moro, quer prender Lula, sem provas, mas com convicção, o que tende a deslegitimar seu propósito. Quem mostra sinais vitais de que não vai aceitar isso é a cidadania progressista, que tem

provas mais do que evidentes dos rumos incertos que o liberalismo conservador, oligárquico e castrador da democracia quer impor ao maior país da América Latina, berço do principal partido de trabalhadores surgido no mundo desde o pós-guerra. As provas estão nas políticas públicas de Estado mínimo e na politização das instituições do Estado de Direito. Os progressistas alimentam uma convicção muito sólida de luta em defesa do pacto democrático ameaçado pela reação conservadora, que tem gerado ódio e polarização política no país.

RETROCESSO NOS DOIS ADJETIVOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Jornal do Brasil - 27/09/2016

A autorização, pelo juiz Sérgio Moro, mesmo que seguida de revogação, da prisão temporária do ex-ministro Guido Mantega, solicitada pelo Ministério Público, em uma ação integrada com a Polícia Federal, foi a mais recente investida política da força tarefa da Operação Lava Jato. Segundo inúmeros especialistas, não havia justa causa para a violência de sua prisão temporária. Há tempos essa operação, por envolver atores políticos relevantes, além de empresários, tem extrapolado muito a alçada criminal. Seus excessos, vários de natureza criminosa, na implementação de condução coercitiva, prisões preventiva e temporária e delação premiada e no uso extraprocessual de vazamentos de escutas telefônicas (cujo ápice foi a ilegalidade cometida contra os ex-presidentes Lula e Dilma, inclusive atropelando prerrogativa de foro) e de outras informações que deveriam seguir em segredo de justiça, enfim, significam luta política de agentes das três instituições públicas contra as lideranças da agremiação que encabeçou o governo federal até maio desse ano.

Se tais excessos em nome do combate à corrupção usurpam a esfera dos direitos civis, o *impeachment* sem crime de responsabilidade e a onda de repressão policial contra os movimentos sociais de esquerda sequestram o

voto e a participação, ou seja, as liberdades e direitos democráticos. Tem-se, então, uma conjuntura de retrocesso substantivo nos dois adjetivos do Estado Democrático de Direito.

Enquanto algumas PMs batiam continência para as manifestações a favor do *impeachment*, agora sua força repressiva é dirigida contra a cidadania. Ou seja, as PMs também estão politizadas, têm lado no campo de forças em disputa. Para citar um exemplo grave, entre tantos outros, estilhaços de bombas da polícia cegaram uma estudante, recentemente em São Paulo. Mas, se já não fosse o bastante, não apenas ocorre a violação dos direitos civis pela própria Justiça e dos direitos políticos pela polícia, como também os direitos sociais vêm sendo minguados pelas medidas em curso de austeridade fiscal do governo Temer, enquanto outras estão por vir. Tudo somado, as igualdades perante a lei, de participação política e de oportunidades não só pararam de se desenvolver, como vêm andando para trás por ações multifacetadas e intensas da ofensiva da coalizão sistêmica conservadora.

Um rápido exame da Lava Jato pode ensejar sua divisão em três momentos, delimitados por características que, rigorosamente, não são separáveis, mas aparentemente prevalecem em cada etapa. No primeiro, tratar-se-ia de uma investigação criminal; no segundo, acrescenta-se a opinião salvacionista; por fim, a indisfarçável politização, na qual a plataforma de purificação nacional funde-se com a ação de expurgação de um adversário ou inimigo político. Se a politização dos delegados da polícia federal, dos procuradores federais e do juiz Sérgio Moro foi se explicitando aos poucos, a aliança da operação com a grande mídia garantiu, desde o início, a instrumentalização partidarizada de todos os passos e resultados da investigação. Os defensores mais despudorados da frente de ataque pela via da opinião pública, como os que alimentam o site “O Antagonista”, não hesitam em explicitar o objetivo político da mídia oligopolizada, cuja comportamento conjuga-se em coalizão sistêmica com a operação criminal: “Nas grandes democracias, figuras que ferem princípios básicos da sociedade têm a execração pública como sentença condenatória determinada pelo costume”. O ódio contra os petistas nas ruas, restaurantes, meios de transporte aéreos e terrestres, enfim, garante o substrato “popular” à direita institucional.

Não há como não inserir a ofensiva contra lideranças vinculadas ao PT e seus governos na cruzada para purificar o país da suposta organização criminoso que essa agremiação constituiria. Nas delações de Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Nestor Cerveró e Delcídio do Amaral foi mencionado que, desde os governos federais de Fernando Henrique Cardoso, havia

irregularidades envolvendo diretores da Petrobras, empresas e líderes políticos. Informações fornecidas às autoridades da Lava Jato relatam que o tucano Aécio Neves recebeu doações eleitorais provenientes da Lista de Furnas, que financiou a campanha do PSDB e seus aliados em 2002, e envolveu-se também no “mensalão mineiro”. Transformadas em dois inquéritos pela PGR, as investigações não avançam, sendo que o ministro Gilmar Mendes, do STF, tentou rapidamente encerrar um deles.

Uma análise dos regimes políticos muito conhecida na ciência política foi formulada por Robert Dahl. Os regimes podem ser examinados como resultantes de arranjos entre duas variáveis, a contestação política e a participação. A poliarquia, regime que mais se aproximaria do ideal democrático, seria caracterizada por amplos níveis de contestação pública e de inclusão da cidadania na participação política. A contestação política ou pública diz respeito à liberalização, ao direito de as elites oporem-se umas às outras. Já a participação, para ele, refere-se à inclusão maior ou menor do eleitorado no direito de votar em eleições livres e idôneas. A democratização do regime seria o processo bimensional de ampliação dos direitos de oposição ao governo e de participação eleitoral. Mas Dahl esclarece duas coisas: considera o direito de votar em eleições livres e regulares como inserido em outras formas de formular e exprimir preferências e avalia ser indispensável que as preferências dos cidadãos sejam igualmente consideradas pelo sistema político.

O país passa, por um lado, pela regressão da liberalização (Estado de direito), devido à seletividade da lei nas mãos da Justiça e do Congresso Nacional e ao propósito de tirar da contestação pública um partido altamente associado à constitucionalização das liberdades democráticas e à renovação das lideranças políticas. Por outro lado, o Brasil passa pelo retrocesso conservador na participação, decorrente da determinação de órgãos do Executivo, como a Polícia Federal e as PMs, de criminalizar e reprimir os movimentos sociais e os partidos de esquerda. Some-se a isso a investida contra as políticas sociais, de incremento à igualdade de oportunidades, tem-se que o Estado democrático está sendo descaracterizado.

No dia 22, o TRF-4 arquivou a representação que vários advogados haviam interposto contra a conduta do juiz Sérgio Moro ao revelar o conteúdo das gravações envolvendo Dilma e Lula. Em síntese, a Corte considerou que uma situação excepcional exige condutas excepcionais. Não há mais limite entre lei e exceção? Ademais, conversando com eleitores em comício eleitoral, no último domingo, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, antecipou que novos

fatos virão à tona. Isso mostra que Executivo, Justiça e Ministério Público estão tecendo relações íntimas. Onde está a separação entre os Poderes? Obviamente, não é por obra do acaso que os calendários da Lava Jato e das eleições municipais estão sincronizados. Os partidos que representam institucionalmente toda essa desdemocratização querem ampliar suas bases municipais visando o pleito de 2018, sem Lula e sem o peso competitivo do PT. (P.S.: este artigo já estava escrito quando veio a notícia de que o ex-ministro Antonio Palocci foi preso.)

URNAS LIBERAL-CONSERVADORAS E ALIENAÇÃO ELEITORAL

Jornal do Brasil - 04/10/2016

A vitória em primeiro turno do candidato tucano João Dória à prefeitura de São Paulo constitui a locomotiva do comboio de votos arregimentados pelo espectro partidário liberal-conservador no primeiro turno das eleições municipais. Com o deslocamento do PMDB, desde a publicação do documento “Uma ponte para o Futuro”, da centro-esquerda para a centro-direita, esse partido e o PSDB, ambos pertencentes à base do governo Temer, que já conquistaram, no domingo, respectivamente, 1028 e 793 prefeituras e estão em segundo turno em 6 e 8 capitais, se afirmam, nesse momento, como o principal campo de forças partidário propulsor da resposta conservadora à crise brasileira. Mas o primeiro turno foi caracterizado também pela alienação eleitoral.

A campanha foi curta e impregnada de temas nacionais (Operação Lava Jato, *impeachment*, reforma trabalhista). Em segmentos numericamente importantes do eleitorado, fortaleceu-se a postura, já presente na conjuntura das manifestações de 2013, de rejeição à política, cuja outra face da moeda foi o discurso de alguns candidatos-chave defendendo sua condição de não políticos, não ideológicos e tecnocráticos. Não à toa está se construindo a estrada da ilusão, que vai e volta da escola sem partido ao reino imaginário da política política partidária sem políticos.

Não à toa, também, cresceu expressivamente a soma dos votos brancos, nulos e abstenções, a chamada alienação eleitoral. Segundo o UOL, em nove capitais, essa soma venceu o primeiro turno. As primeiras informações apontam para 35% de alienação eleitoral no conjunto do país. O sistema representativo foi claramente colocado em xeque, evidenciando a urgência da reforma política, embora não exista consenso sobre quais as melhores alternativas. Aliás, em relação às instituições políticas, essas eleições inauguraram a proibição do financiamento empresarial. Segundo a imprensa, houve R\$ 4 bilhões a menos de doações, pois apenas pessoas físicas puderam contribuir, sob o teto máximo de 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição.

Em relação aos partidos à esquerda, as urnas mostraram dois pontos, a forte perda de espaço do PT e o fortalecimento do PSOL. Em 2012, o PT conquistou 627 prefeituras, enquanto no último domingo, apenas 256, sendo somente uma capital (Rio Branco). Como em 30 de outubro vai para o segundo turno em Recife e em 6 cidades com mais de 200 mil eleitores, poderá diminuir um pouco esse seu desempenho ruim, que o deixará distante dos grandes centros urbanos – como São Bernardo, Diadema e Guarulhos, na Grande São Paulo –, expressão contundente de sua crise e do comprometimento de sua imagem, após um longo período em que a agremiação surfou na crista da onda do sistema partidário. O partido também teve desempenho ruim em Belo Horizonte e na capital carioca, onde sua coligação com o PCdoB, através da candidatura de Jandira Feghali, não decolou. Por outro lado, o crescimento do PSOL, que vai ao segundo turno no Rio de Janeiro e Belém, expressa um desempenho melhor desse partido de esquerda, até o momento, na capacidade de se capitalizar politicamente enquanto alternativa democrático-progressista à via liberal-conservadora que conduziu ao *impeachment* e às políticas de austeridade fiscal, monetária e de aprofundamento da dependência nacional implementadas pelo governo federal. Provavelmente, seu maior desafio na cidade do Rio de Janeiro, seja distribuir mais os votos de Marcelo Freixo no subúrbio, onde Marcelo Crivella até aqui mostrou mais penetração.

Mas, apesar da novidade representada pelo PSOL, o conteúdo maior das urnas, considerando-as nacionalmente, é o avanço da capitalização política do bloco partidário liberal-conservador como resposta à crise brasileira (PSDB-PMDB-PSD-PP-PTB-PR-DEM, entre outros, como o PSB pós-Eduardo Campos). Houve também aumento da fragmentação partidária à direita do espectro ideológico. Note-se que o PP, altamente comprometido na Lava Jato, mas não bombardeado pela grande mídia, conquistou 467 prefeituras no primeiro turno

em 2012 e agora já venceu em 496. Haverá segundo turno em 55 cidades, das quais 18 são capitais. O horizonte que norteia o comportamento dos principais atores políticos, sobretudo nos grandes partidos, como o PMDB, o PSDB e o PT (agora já não tão grande), calculado e lastreado tanto em seus próprios interesses imediatos, como também nos mediatos, que representam ou pretendem representar, são as eleições gerais de 2018.

Não é novidade que as crises do capitalismo, tal qual a que ocorre hoje no mundo, com evidente repercussão no Brasil, são momentos ímpares de mudanças na economia e na política. Nelas, como mostra, por exemplo, a obra de Peter Gourevitch (*Politics in hard times* – “Política em tempos difíceis”), direita, centro e esquerda se repositionam no campo de disputas e algumas opções de políticas públicas emergem e outras submergem, a depender das condições nacionais específicas dos países. No passado, as respostas à Longa Depressão, à Grande Depressão e à crise dos anos 1970 foram informadas por ideários como liberalismo clássico, nacionalização e planejamento, protecionismo, mercantilismo e estimulação da demanda (keynesianismo). A escolha dessas opções de política dependeu das coalizões sociopolíticas e partidárias realizadas.

Uma análise não simplista e contextualizada pode desvendar as alianças que vinculam o Estado, por meio das elites políticas e da burocracia pública, à economia e à sociedade, os partidos, nos governos e fora deles, às classes, enfim, os atores aos interesses. Na atual crise brasileira, o bloco neoliberal retomou a iniciativa política e uma agenda conservadora na economia e contra os direitos de cidadania veio à tona, ao mesmo tempo em que as instituições exalam seu déficit de coerência e estabilidade, tornando-se incertas e voláteis. Aquilo tudo que já não era sólido se desmancha no ar. O pano de fundo das eleições é a rejeição da agenda social-desenvolvimentista pelo ideário ora hegemônico, o prosseguimento do abono tácito ao combate seletivo à corrupção, o enfraquecimento do PT e de Lula enquanto alternativa para 2018 e a abertura de caminho para a permanência do projeto neoliberal nas ações governamentais. O que está em jogo é como governar o capitalismo e quem ganha e perde com as escolhas feitas. Como é a direita que está na ofensiva, o mar está hostil para os peixinhos que nadam na base da pirâmide de estratificação social desse país extremamente marcado pela desigualdade. Mas a alienação eleitoral é uma péssima alternativa.

GOVERNO E EMPRESÁRIOS UNIDOS NO APOIO À PEC 241 (OU 171?)

Jornal do Brasil - 11/10/2016

Por 23 votos a 7, a Comissão Especial formada para dar um parecer sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, de autoria do Poder Executivo, aprovou-a e ela seguirá imediatamente ao Plenário da Câmara dos Deputados. Como se sabe, trata-se da PEC do teto dos gastos públicos, que visa instituir um Novo Regime Fiscal no país, congelando o aumento real das despesas governamentais através de uma norma de reajuste que vinculará o montante do recurso despendido apenas à variação da inflação do ano anterior. Essa medida é impactante e bastante polêmica. O campo de forças progressistas, na sociedade e nos partidos, a rejeita, mas defende-a uma sólida coalizão sociopolítica e político-institucional reunindo empresários de todos os setores de atividade, do mercado financeiro aos industriais, e a ampla base governista no Congresso Nacional.

O que está em questão na PEC 241 é o conflito distributivo em relação ao orçamento público envolvendo, sobretudo, os três principais atores do sistema social, o Estado (por meio das elites políticas e da burocracia pública), o capital e o trabalho. O governo Temer e o conjunto dos capitalistas estão unificados no discurso de que a retomada do crescimento requer “gastar apenas o que

se ganha”, conforme diz o documento “Teto de gastos é remédio indispensável”, publicado como matéria paga nos grandes jornais no dia 9, assinado por dezenas de organizações de classe dos industriais; ou reduzir “gradualmente o descompasso entre receitas e despesas”, segundo as palavras de Roberto Setubal, presidente do Itaú Unibanco, em artigo também publicado no dia 9. Para fazer isso, o comboio liberal-conservador quer cortar drasticamente os gastos primários, destinados às políticas sociais, desmontando por 20 anos o compromisso com o estado de bem-estar oriundo da Constituição de 1988 e que nem sequer ainda foi devidamente honrado. Ao erradicar fortemente as políticas de desmercantilização, pelas quais os trabalhadores e outros estratos sociais de baixa renda acessam direitos de inclusão para contrabalançar minimamente as injustiças do mercado, a coalizão neoliberal quer, muito mais do que promover o ajuste fiscal, instituir o Estado mínimo no país.

Fazer isso com uma nação profundamente marcada pela desigualdade social significa enfrentar a crise econômica pelo desabamento do teto da estrutura de relações de poder sobre a cabeça dos mais pobres, que perderão ainda mais o acesso aos serviços públicos já insuficientes. O Brasil avançará no caminho do darwinismo social, da sobrevivência dos mais aptos, sem nenhuma garantia de que o crescimento sustentado virá, pois o regime fiscal em curso e ainda mais o que se quer implementar fomentam a crise, a recessão.

Essa pretensa solução pró-ricos tem sido o grande programa do neoliberalismo desde o seu surgimento. As políticas fiscais de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA, basearam-se em amplo corte de impostos e diminuição dos gastos sociais. No entanto, desde então, com a generalização dessas medidas e outras, como a desregulamentação dos mercados, as privatizações e a redução dos salários diretos, nunca mais a média de crescimento da economia mundial ultrapassou os 5%, pois as políticas adotadas têm operado no sentido de incentivar a especulação financeira, e não a acumulação de capital através dos investimentos produtivos. Alguns dados sobre uma variável apenas, embora importante: de 1962 a 1966, o crescimento médio da economia mundial foi acima de 5%; de 1980 a 1982, caiu de 1,96% para 0,51%; em 1983 e 1984, cresceu, mas no máximo até 4,56%; de 1988 a 1991, caiu novamente de 4,62% para 1,36%; de 1991 a 1997 teve uma trajetória de crescimento, no entanto, alcançando apenas 3,75% ao final desse período; de 2008 a 2009, houve a Grande Recessão, levando a um resultado negativo, cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir (consultar bit.ly/1lRakVX).

Mas a alegação das elites políticas e econômicas que defendem a PEC 241 é que a substantiva redução dos gastos com saúde, educação, assistência social,

saneamento básico, agricultura familiar, ações contra a seca, políticas de gênero, cota racial, enfim, liberará mais recursos disponíveis para o setor privado investir na retomada do crescimento, promoverá redução da dívida pública e da taxa de juros. O setor privado reclama que está sobrecarregado com os impostos para financiar a ganância governamental e que a dívida pública é alta, enquanto o governo federal alega que há uma crise fiscal estrutural. Embora com algumas variações, desde 1994, quando o Plano Real estabilizou a escalada inflacionária, a abordagem contracionista da política fiscal tem estado na agenda pública e há todo um alarmismo dos economistas neoclássicos e interesses rentistas em relação a esse assunto e um silêncio cínico sobre um dos principais ralos da verdadeira ganância. Na verdade, a emergência da hegemonia da política fiscal restritiva vem desde o governo Collor. Sua lógica é servir à ciranda financeira dos investidores domésticos e estrangeiros com os títulos públicos, na qual os próprios industriais também estão envolvidos. Devido à crise, ao acirramento do conflito distributivo e à necessidade de disciplinar a nação em relação à primazia da austeridade, a ofensiva da ganância, embalada no *impeachment*, vem com unhas e dentes.

Em artigo recente, o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira, que está longe de ser um adepto do keynesianismo vulgar, pois critica o populismo fiscal, afirma: “os economistas liberais [...] inventaram uma crise fiscal ‘estrutural’, embora o orçamento público tenha se mantido razoavelmente equilibrado entre 1999 e 2012, e propuseram uma brutal redução do tamanho do Estado”. Criticando a PEC 241, propõe uma alternativa a ela: a aprovação de “uma emenda que estabeleça um limite para despesa pública em termos de porcentagem do PIB, usando-se como parâmetro a porcentagem verificada nos últimos dois anos”. Mas note-se outra singularidade na proposta dele: “Toda a despesa pública estaria nessa porcentagem, inclusive os juros pagos”.

O grande estelionato embutido no Novo Regime Fiscal é não haver teto para o pagamento dos juros, para a transferência de recursos públicos da totalidade dos contribuintes para as mãos dos rentistas e das instituições financeiras. A taxa básica de juros tem sido sistematicamente alta no Brasil, desde 1991, o que é uma “corrupção” bilionária e desavergonhadamente legal que o Estado propicia aos que capturam a política macroeconômica. As políticas monetária e fiscal estão em desvio de função. A primeira eleva os juros a níveis extraordinários e a outra garante a distribuição da remuneração aos investidores. Uma política que é, na verdade, do interesse de uma minoria é defendida como se servisse ao interesse geral. O verdadeiro número dessa PEC é 171. (Precisarei me ausentar por duas semanas.)

DIREITA DOMINA AS ARENAS DE DISPUTA

Jornal do Brasil - 01/11/2016

Em diversas arenas da disputa política, o partido da ordem, a direita, sobrepuja o partido do movimento, a esquerda, para usar a terminologia francesa. Em Brasília, pelas decisões e omissões das instituições públicas representadas na Praça dos Três Poderes, que atingem direitos sociais, direitos civis e até mesmo direitos políticos; nos municípios, pelo resultado geral das eleições para prefeitos e vereadores; na economia, com a opção perversa envolvendo recessão, desemprego e perdas salariais em relação à inflação; na grande mídia, porta voz do pensamento único neoliberal, mais do que nunca dona da palavra e envolvida na conquista de corações e mentes. Enfim, é virtualmente ubíquo o processo de reconstrução da estrada selvagem da desigualdade, de reatualização do Brasil da República Velha, elitista, oligárquico e conservador pelas forças da direita, que, por meio de um autoritarismo pós-moderno, minimizam e tutelam a democracia.

Em marcha acelerada, a Câmara dos Deputados já aprovou duas vezes a PEC 241, que, em nome de uma fantasmagórica crise fiscal estrutural, vai instituir por longo prazo, após a votação no Senado, o Estado mínimo para os pobres, reformando como nunca o orçamento público para atender aos ricos, em um país extremamente desigual, onde o que restava de esperança para se resgatar a agenda da igualdade e do capitalismo incluyente, retrocedida desde a gestão

fazendária de Joaquim Levy, foi destronado por um *impeachment* casuístico, patrocinado pela ampla aliança conservadora e hipocritamente moralista entre parlamentares de centro e direita, juízes federais e ministros do STF, procuradores, policiais federais, grande mídia, classes médias tradicionais, rentistas e empresariado financeiro e industrial.

E vêm aí mais reformas restritivas nas áreas trabalhista e previdenciária. Júlio Miragaya, presidente do Conselho Federal de Economia, em matéria publicada na imprensa, informou que uma enquete feita pelo Valor Econômico entre os principais empresários do país constatou que 47% deles prioriza a aprovação da referida PEC, 22%, a reforma previdenciária e 10%, a reforma trabalhista. Só 2% estão preocupados com a corrupção e um montante ainda menor, de apenas 1%, prioriza a educação e o crescimento. Recentemente, o senador Cristóvão Buarque (PPS-DF) assumiu que Dilma caiu para que a credibilidade dos investidores pudesse voltar com a aprovação do Novo Regime Fiscal.

Ademais, há outros sinais dos tempos de vacas magras para o mundo do trabalho. Uma liminar recente do ministro Gilmar Mendes, do STF, permite que trabalhadores com acordos coletivos vencidos deixem de continuar recebendo os direitos conquistados enquanto não houver novo acordo. O STF também, por 6 votos contra 4, acaba de decidir que pode haver descontos dos dias parados de servidores em greve mesmo antes da paralisação ser considerada ilegal.

Na economia, o desemprego cresceu 3,8% do segundo para o terceiro trimestre. Há 12 milhões de desempregados e a PEC 241, além de romper prematuramente o pacto social de 1988, que nem sequer havia sido efetivamente honrado, é pró-cíclica. Com a recessão, os empresários fazem os assalariados pagarem as contas do conflito distributivo entre capital e trabalho em torno da alocação dos investimentos, do preço da mão de obra e dos lucros. Afora a opção de substituir investimentos produtivos por financeiros, os capitalistas, com o desemprego, alteram a relação entre a oferta e demanda da força de trabalho, eliminando custos e pressionando os salários diretos para baixo.

Por outro lado, como os ricos, com o apoio do Congresso Nacional, querem manter a atual estrutura tributária injusta, eles forçam para que os pobres paguem a conta do ajuste fiscal, perdendo também o salário indireto, que são as políticas sociais. Ricos não usam escola pública, saúde pública, transporte público, não dependem de projetos de moradia popular, têm segurança privada etc. Para os rentistas, diminuir os direitos sociais é ganho, e não perda, significa, por um lado, ter mais renda disponível com a redução ou a estabilização da estrutura tributária altamente regressiva existente no país, e, por outro, garante

que o Estado continuará pagando os juros, altíssimos e imorais que eles cobram para financiar a dívida pública, na condição de emprestadores.

Para completar o quadro de avanço da direita, o segundo turno das eleições municipais não amenizou a derrota da esquerda, tendo à frente o abatidíssimo PT, que ficará, a partir de 2017, governando basicamente cidades distantes dos centros urbanos, salvo algumas exceções, como Araraquara. O partido não conseguiu nenhuma vitória no último domingo. Ao fim e ao cabo, nas 26 capitais, PT e PCdoB só venceram, respectivamente, em Rio Branco e Aracaju. E a possibilidade de Lula ser candidato em 2018 para reavivar o partido está nas mãos do inquisidor Sergio Moro. Ademais, as esperanças do PSOL em Belém e no Rio de Janeiro não se confirmaram, embora esse partido tenha tido um desempenho relativo positivo, em termos de votos e divulgação de suas propostas, em comparação com o pleito de 2012.

Por outro lado, o eixo partidário que vai do centro-direita à direita se fortaleceu, capitaneado pelo PSDB e o PMDB. Os tucanos venceram em 7 capitais, os pemedebistas, em 4. Esses dois principais partidos de sustentação do governo Temer dão o tom à direita da agenda pública rumo a 2018. A fragmentação partidária prossegue elevada: 13 partidos governarão as capitais brasileiras, e mais 19, os demais municípios. Dessas 31 legendas, a grande maioria pertence à base aliada do governo federal. Note-se também que o número de abstenções, brancos e nulos continuou elevado no segundo turno. A reforma política continua na agenda.

O Brasil entrou com força na onda internacional de direita, espectro ideológico que aqui reina e governa, saiu da oposição e fez-se situação. Por outro lado, a esquerda está enfraquecida, mas não destruída. Suas disputas contra os interesses da direita têm mais do que nunca razão de ser, embora, enquanto a conjuntura não mudar, elas continuarão a se dar, como já vem ocorrendo, em condições de desigualdade de recursos de poder para o partido do movimento, que está desafiado a descortinar novos horizontes para o seu futuro. Afinal, o atual ciclo da história nacional, ao romper o pacto social de 1988, resgata a ordem, mas abandona o progresso da nação, bandeira capaz de ser efetivamente erguida apenas pelas forças ora escanteadas.

TENSÃO ENTRE NAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO AUMENTA

Jornal do Brasil - 15/11/2016

A eleição de Donald Trump à presidência dos EUA é o fato recente mais impactante do aumento da tensão entre nação e globalização, processo que remete ao conceito de desglobalização e aos desdobramentos da crise financeira de 2008. Até então, a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia (UE), tomada no referendo de junho desse ano, era o acontecimento ímpar dessa tensão. Duas pátrias do liberalismo, ideologia de origem anglo-saxã, em cujos territórios habitam imigrantes de todo o mundo, afirmam valores políticos nacionalistas insolidários, aparentemente incomuns em suas políticas internas (mesmo não ignorando o combate ao terrorismo), embora não nas externas.

O posicionamento da nação diante dos passivos da globalização para os cidadãos é a clivagem-chave por trás das vitórias do Brexit e de Trump. Ambas as decisões resultaram de processos democráticos disputadíssimos, que dividiram os respectivos países, com vencedores e vencidos tendo ficado muito próximos do empate na contagem de votos. Aliás, nos EUA, pelo sufrágio direto, Hillary Clinton venceu, mas não nos votos no colégio eleitoral. No Reino Unido, a saída da UE ganhou por 52% a 48%.

As posições ganhadoras nesses dois países membros do seletor G7 (grupo das principais democracias industrializadas) foram lideradas por políticos comprometidos com uma ideologia conservadora, nacionalista de direita, xenófoba,

de apelo populista e componentes racistas. Além disso, antes de vencer, Trump chegou a pôr em dúvida o tradicional respeito ao compromisso democrático com o resultado do pleito, se não lhe fosse favorável. Na liderança do polo vencido, estava o espectro ideológico globalista, sob hegemonia das finanças, encarnado, nos EUA, na candidatura de Hillary Clinton e, no Reino Unido, na ala mais de centro do Partido Conservador, representada pelo ex-primeiro-ministro David Cameron, defensor, sem êxito, da permanência do país na mais avançada instituição de integração regional do mundo, à qual opuseram-se seus correligionários mais extremados, como Boris Johnson, que se coalizou a Nigel Farage, líder de extrema-direita do minúsculo, mas estridente Partido da Independência do Reino Unido, que chega a questionar a ocorrência do Holocausto. Ou seja, do interior das duas tradicionais agremiações políticas de direita dessas duas potências capitalistas com sistemas bipartidários emergiu uma extrema-direita nacionalista, ou algo próximo disso, com respaldo eleitoral majoritário.

Tanto nos EUA como no Reino Unido, entre os principais passivos da globalização, que tem na integração regional uma de suas características, estão a imigração, a perda de postos de trabalho na indústria nas áreas chamadas, nos EUA, de “rust belt” (cinturão de ferrugem) e os déficits comerciais e de conta corrente. Veja-se, por exemplo, o documentário “Roger e Eu”, de Michael Moore, lançado em 1989. Alguns setores da indústria inglesa também enfrentam, há tempo, tendências de declínio. Esses fatores vêm pressionando, nas décadas recentes, a favor do aumento da desigualdade e da decadência econômica de algumas regiões. A capacidade de o Estado fomentar o pleno emprego e o bem-estar é posta em xeque. O populismo da direita xenófoba explora essas fraquezas, colocando-se como alternativa ao globalismo dos centros financeiros de Wall Street e da City of London.

Nas pátrias-mães dos mercados livres e da estabilidade político-institucional, metade ou mais dos cidadãos que foram às urnas das eleições presidenciais nos EUA ou do referendo britânico, insatisfeitos com os resultados das políticas neoliberais sobre suas condições de vida, passaram por cima das lideranças partidárias tradicionais e se coalizaram com políticos “não políticos”, caso de Trump, um outsider que venceu as primárias do Partido Republicano, ou com líderes menos graduados na hierarquia partidária, como Boris Johnson, do Partido Conservador, que, no entanto, tal qual o bilionário norte-americano, também teve importante atuação nos meios de comunicação antes de ingressar na carreira política e tornar-se prefeito de Londres. Além da tensão entre nação e globalização, há outra entre partidos e eleitores, responsável pela crise da

democracia representativa, que se expressa no absentéismo eleitoral, na desconfiança em relação às instituições políticas, no populismo de extrema-direita etc.

Embora Trump seja uma incógnita, por ser especialista em mudar o que diz, entre as suas propostas de campanha estão a construção de um muro na imensa fronteira com o México e uma agressiva política comercial, que inclui a adoção de tarifas protecionistas e a renegociação de áreas de livre-comércio, caso do Nafta, e de acordos bilaterais. Em sua mensagem de congratulação à vitória de Donald Trump, a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, deu um recado claro ao futuro presidente dos EUA: as relações entre os dois países dependem da continuidade dos valores democráticos e liberais que têm prevalecido na cooperação bilateral entre ambos, ou seja, não caberão preconceitos contra estrangeiros, grupos religiosos, de gênero, de orientação sexual e assim por diante.

Por outro lado, no Reino Unido, a indefinição sobre como vai ser efetivamente negociada a saída do país da União Europeia deixa as coisas em suspenso. Recentemente, a Nissan decidiu adiar novos investimentos em sua planta em Sunderland, especificamente por se preocupar com as tarifas que serão adotadas. Ou seja, a crise das políticas neoliberais não facilita os caminhos de saída da direita xenófoba em nenhuma área de política. Há um temor da tríade formada pelo FMI, o Banco Mundial e o Banco Central Europeu sobre as consequências do Brexit para as transações financeiras, particularmente para a internacionalização bancária.

Enquanto duas das principais potências do G7 ensaiam uma alternativa desglobalizada ao neoliberalismo, preocupante pelo teor xenófobo e o viés autoritário de suas lideranças, o Brasil aposta no extremo oposto, na continuidade do espírito neocolonial de abertura dos portos às nações amigas, no aprofundamento da dependência nacional, da inserção passiva na globalização, cuja maior expressão é a alteração da lei do pré-sal, para facilitar a exploração desse recurso natural abundante pelo capital estrangeiro. Lá e cá a questão nacional, questão-chave para a soberania, o desenvolvimento e o bem-estar das nações está na ordem do dia. O que há de comum nas soluções de Trump, do Brexit e de Temer é a inexistência, hoje, de uma consistente alternativa política democrática, universalmente inclusiva, pela via do mercado e dos direitos de cidadania, que possa se apresentar ao conjunto da nação, sem excluir os estrangeiros legalmente residentes, como portadora de uma concepção de interesse nacional fundada na esperança, na equidade e na solidariedade.

GOVERNO DA PONTE À DIREITA PARA O FUTURO PERENIZA A CRISE NACIONAL.

Jornal do Brasil - 22/11/2016

Temer assumiu interinamente a presidência da República em 12 de maio e, em 31 de agosto, tomou posse como presidente efetivo para cumprir o mandato até o final de 2018, desde que não ocorra algum fato que o conduza à perda do cargo, como, por exemplo, eventuais desdobramentos do processo sobre a prestação de contas de sua chapa, junto com Dilma, nas eleições de 2014, em curso no TSE. Considerando que, desde a interinidade, o novo governo entrou para valer em ação, planejando de imediato, sua maior prioridade, o Novo Regime Fiscal, ora em fase de votação conclusiva no Senado, Temer está presidindo o Brasil há mais de seis meses. Cabe uma breve avaliação de seus resultados e de seu impasse.

Em primeiro lugar, caracterizemos o governo Temer. Institucionalmente, ele sustenta-se em uma grande coalizão que vai do centro à direita, com o primeiro a reboque da segunda. Todos os partidos de esquerda ou com algum teor desse espectro ideológico em seu comportamento estão na oposição, como força minoritária, enfraquecidos pela virada conservadora desde 2015, selada na pujante vitória da direita nas eleições municipais de outubro. Do ponto de vista sociopolítico, os principais grupos de interesse que apoiam o

governo federal, a começar pelos agentes do mercado financeiro, cujo principal porta-voz é a grande mídia, levantam bem alto sua bandeira de direita, o neoliberalismo, ideologia responsável pela atual desordem internacional, aberta desde a crise de 2008 nos EUA, que também contagiou a zona do euro. Em setembro, defendendo o Novo Regime Fiscal, a PEC 241 (agora 55) na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, Murilo Portugal, presidente da poderosa Febraban e ex-secretário do Tesouro no primeiro mandato de FHC, além de destacar seu caráter de mudança estrutural, afirmou: “A aprovação pode representar para a política fiscal o que o Plano Real representou para a política monetária”. O telejornalismo da Rede Globo e a grande imprensa escrita defendem essa visão o tempo todo.

Na economia, onde se concentram as principais expectativas do eleitorado e dos atores organizados, os indicadores são muito ruins. Apesar da taxa de desemprego ter caído de 11,4% em setembro para 10,8% em outubro, ela é ainda elevadíssima. O próprio FMI, que tem elogiado as reformas conservadoras de Temer, aumentou em um ponto percentual sua estimativa para a taxa de desemprego no Brasil até o final de 2016, que deverá, segundo a instituição, alcançar 11,2%. O IPCA 15 (IBGE) subiu 8,27% nos últimos 12 meses. A prévia do PIB do terceiro trimestre (julho a setembro), segundo o IBC-BR do Banco Central (BCB), é de queda de 0,79%. O último Boletim Focus (BCB), de 14 de novembro, vislumbra um horizonte, ainda para 2016, de aumento da Selic e da dívida pública, queda do PIB de 3,37%, sendo nada menos que 6,06% na produção industrial, e piora nos déficits da conta corrente do balanço de pagamentos e da balança comercial; e, para 2017, de continuidade do crescimento da dívida líquida e da deterioração da conta corrente, além da diminuição da previsão de crescimento do PIB anteriormente estimada. Os dados do Boletim Focus provêm basicamente de analistas de bancos e demais instituições financeiras, que se nutrem de uma espécie de terrorismo econômico e da retórica perversa contra o pensamento heterodoxo ou progressista, criticada pelo economista político Albert Hirschman.

Como temos visto desde os anos 1990, quando o neoliberalismo aterrissou, a panaceia para todos os males, segundo essa ortodoxia neoclássica, é, por um lado, a austeridade fiscal e monetária (leia-se, hoje, a PEC 55, para solucionar um desajuste fiscal estrutural fantasioso, e o aumento da taxa básica de juros, supostamente para combater a inflação. Por uma emenda constitucional de iniciativa legislativa de um governo não eleito pelo voto direto, tramitada no Congresso Nacional em marcha acelerada, sob os aplausos impacientes do

grande capital rentista, a Constituição Cidadã, elaborada durante dois anos de trabalhos no Congresso Constituinte, está sendo substituída pelo seu oposto, a Constituição Não Cidadã.

Por outro lado, a ofensiva neoliberal, retomada com força nos últimos seis meses, aposta naquilo que o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira tem criticado e denominado de “estratégia de crescimento com poupança externa”, que visa financiar os investimentos no país através do endividamento em moeda estrangeira, seja ele diretamente, atraindo as multinacionais para o território brasileiro, ou por empréstimos, como fizeram os militares nos anos 1960 e 1970. A atração da poupança externa ajuda a explicar os mencionados déficits em conta corrente, pois pressiona no sentido da valorização do real. Além disso, como esclarece o referido autor, a atração de poupança externa, enquanto estratégia de crescimento, inibe a taxa de investimento, ao invés de aumentá-la, pois desvia recursos para o consumo. Ou seja, o choque de mercado visando atrair o capital forâneo não aponta para uma elevação sustentável da taxa de investimentos e mantém a vulnerabilidade externa do país.

Essa perspectiva ideológica de associação com os interesses estrangeiros, desvantajosa para a maioria da nação, mas não para a minoria poderosa que a defende, explica a mudança na lei do pré-sal, aprovada pela Câmara dos Deputados em outubro. A nova regulação retira a obrigatoriedade da Petrobras operar em todos os campos de exploração do óleo do pré-sal, abrindo assim o caminho para as petroleiras estrangeiras se apropriarem desse espaço de lucro com a atividade extrativa na qual a maior estatal brasileira poderia continuar se esforçando para participar plenamente, não fosse o entreguismo do Palácio do Planalto, precedido pelo sensacionalismo jurídico-midiático da Operação Lava Jato, economicamente irresponsável do ponto de vista dos interesses nacionais. O petróleo é um recurso tão estratégico e lucrativo que, nos últimos anos, dentre as dez maiores multinacionais do mundo, pelo menos cinco têm sido as petrolíferas.

Há no país uma contradição que constitui um enigma esfíngico. Decifre-a ou ela prosseguirá devorando a todos. Por um lado, o governo implementa uma política econômica infrutífera para o crescimento, que beneficia a minoria rentista, os bancos e as multinacionais, sem projeto para a indústria manufatureira nacional, setor que vai mal das pernas, mas poderia propiciar avanço tecnológico e melhores salários. Como apontam os dados mencionados, apesar dos imensos sacrifícios cobrados da sociedade, não há, objetivamente, motivo para vislumbrar esperança no horizonte, pois as políticas postas em prática são

pró-cíclicas, aprofundam a crise e a vulnerabilidade da economia nacional.

Por outro lado, esse governo veio à tona em um contexto de ampla mobilização social pela deposição da presidenta Dilma Rousseff, incentivada pela grande mídia e por outras forças empresariais patrocinadoras dos protestos de rua. Uma mobilização multifacetada, com predominância do liberalismo de direita, seja o apoliticista, o exclusivamente antipetista e antiesquerda em geral ou o autoritário. Impulsionados pelas direitas liberais, os partidos da ordem, começando pelo PSDB, e seus políticos capitalizaram nas eleições municipais de outubro (João Dória, Nelson Marchezan Júnior, Carlos Bolsonaro etc.). Em retroalimentação com a mobilização oposicionista, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), cassado em setembro, organizava o boicote institucional à presidenta eleita em 2014, que, por sua vez, desarticulava a sua própria base de apoio ao iniciar a implementação da política de austeridade ora elevada à enésima potência.

O diagnóstico hegemônico das causas da crise, tornado orgânico no atual Executivo e em sua ampla base parlamentar, é que um governo liderado por um partido vermelho, gastão, corrupto, populista e intervencionista mergulhou o país no fundo do poço da irresponsabilidade fiscal, que seria a causa da recessão. Mais do que estancar uma sangria ou prescrever um remédio amargo, a conduta dos doutores da economia é amputar membros do paciente, os recursos estruturantes do Estado de bem-estar, assim como aprofundar a desnacionalização e retomar as privatizações. A essa carnificina cirúrgica, o PMDB governista chama de Ponte para o Futuro.

A contradição está exatamente no desencontro entre passado, presente e futuro embutido na equação programática do governo Temer. Não há como conciliar os péssimos resultados já produzidos na experiência pregressa do neoliberalismo na América Latina e no Brasil nos anos 1990, bem como sua experiência atual também fracassada nos EUA e na Europa, conforme atestam as vitórias nacionalistas de teor de extrema-direita de Trump e do Brexit, com o futuro promissor oferecido pelo neoliberalismo retrô de Temer.

Mais uma vez, o partido neoliberal no Brasil está autografando uma imensa crise e prometendo aquilo que não tem condições de entregar: crescimento e, menos ainda, desenvolvimento. Esse é seu impasse. Por ser uma ideologia oportunista, com nada ou pouquíssimo de bom em seu currículo histórico de realizações, mas que se ampara em recursos de poder de grande porte, como a grande mídia, o neoliberalismo, através de suas forças sociais e políticas, aproveitou-se das crises cíclicas induzidas pelas suas próprias políticas, a começar pela

ultra-irracionalidade subjacente à globalização financeira, comercial e produtiva, para desbancar governos progressistas, mobilizando estratos das classes médias tradicionais e da opinião pública em geral para, na verdade, suportar o darwinismo social, o estado de natureza hobbesiano, sua grande obra destrutiva, a serviço da concentração de renda e riqueza, ou seja, da desigualdade.

O enigma da esfinge voraz é menos teórico que prático. Como reverter a retrocesso histórico conservador em uma nova onda progressista? Um ponto de partida é evidenciar, para a cidadania desesperançada, as fragilidades reais, do passado e do presente, que jazem por trás da retórica onipotente do programa de austeridade suicida e entreguismo.

O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Jornal do Brasil - 29/11/2016

A perseverança da crise nacional e a inexistência de um horizonte de saída da recessão e de retomada das contratações para superar o desemprego produzem um estado de mal-estar, que, pelas evidências disponíveis, é muito acentuado. O governo surgido da resposta conservadora à crise não avança em sua superação, pelo contrário, o próprio presidente acaba de contribuir para o agravamento do quadro ao se envolver em um escândalo cujo roteiro passa por tenebrosas transações, entre elas, aparentemente, a advocacia administrativa. A articulação parlamentar para anistiar o caixa 2 também só jogou lenha na fogueira do desencanto geral. O que virá na delação da Odebrecht? Já está em movimento a contradição entre, por um lado, o que a investidura de Temer prometeu e o que esperam os que a apoiaram ativa ou passivamente e, por outro, o que vem sendo entregue e efetivamente poderá vir a sê-lo em matéria de economia, direitos, serviços, ética pública e democracia. A insatisfação nacional e outros comportamentos emergentes são uma expressão importante dessa contradição.

O capitalismo é inseparável das crises, que, sobretudo nas democracias, exacerbam as lutas políticas pela busca de alternativas para os impasses sistêmicos. O mundo ainda não se recuperou dos desdobramentos da crise de 2008. No caldeirão da crise, emergem novas lideranças e práticas, ideologias tentam se

renovar, os regimes podem mudar, alguns partidos faturam, outros naufragam, formulam-se propostas alternativas de políticas públicas e assim por diante. Bismarck destacou-se na Longa Depressão, Hitler, Roosevelt e Vargas, na Grande Depressão, Reagan e Thatcher, na crise dos anos 1970. Ideias como protecionismo, livre mercado, estimulação da demanda, planejamento econômico, nacionalização, políticas sociais etc. surgiram ou foram colocadas em prática em contextos críticos. O Brexit e a vitória de Donald Trump sintetizam características estruturais da crise internacional em curso e especificidades nacionais.

No Brasil, de 2013 a 2016 a conjuntura tem sido rica na produção de novos eventos, atores, propostas e ações, muitos deles preocupantes. Diante dessa ebulição histórica, até aqui hegemônica pelo liberal-conservadorismo, quanto tempo a sociedade brasileira conviverá com o atual mal-estar? Para vários grupos organizados, discordantes do motivo formal usado para a aprovação do *impeachment*, a queixa, como se não bastasse, não é só econômica, mas também política, de insatisfação com os rumos institucionais do Estado Democrático de Direito. Para as massas do eleitorado, a desaprovação do desempenho do sistema político também é pública e notória. Segundo pesquisa do Instituto Ipsos, publicada em agosto, 87% dos brasileiros estavam pessimistas em relação ao país. Havia, então, um pequeno consolo, pois, em comparação com março do corrente ano, o pessimismo havia caído sete pontos percentuais. De qualquer forma, a desesperança, três meses atrás, era avassaladora, e não parece ter havido mudança até esse mês de novembro.

Recentemente, mesmo economistas que defendem a política de austeridade têm reconhecido que, apesar da suposta maior confiança propiciada aos agentes econômicos pelo novo governo, só ela não basta para a retomada dos investimentos, sobretudo devido à volumosa dívida das empresas e das famílias. Até no meio ideológico conservador, há uma percepção de que a crise fiscal prossegue e que a agenda restritivo-fiscalista não é suficiente. Ou seja, a reforma fiscal, a PEC 55, que era vista como uma das principais ações para a salvação da lavoura, parece agora não ter, por si só, tanto impacto na mudança das expectativas. Exige-se mais e mais reformas orientadas para o mercado, como a aceleração da já prometida reforma da Previdência, a reforma trabalhista, a desburocratização, a reforma tributária, o aprofundamento da abertura comercial e por aí vai. Na perspectiva das oligarquias da riqueza e da renda e de seus atuais representantes políticos, o mundo das reformas neoliberais parece ser a oferta do eterno purgatório para os não privilegiados, em troca da promessa inalcançável do paraíso terrestre dos livres mercados. Enquanto isso, prosseguem

injustiças, como a da estrutura tributária regressiva e os salários de marajás no Judiciário, nos Promotores Federais etc. Até quando uma ordem social de desinvestimento na cidadania se sustentará?

Em setembro, houve um otimismo pontual e específico ao Rio de Janeiro, devido às Olimpíadas, grande evento internacional no qual o Brasil se desempenhou bem, muito, inclusive, em função dos investimentos que haviam sido feitos pelos governos federais anteriores e pela prefeitura do Rio de Janeiro. Note-se que, nesse grande evento, o presidente Temer foi vaiado. Mas a 50 dias das Olimpíadas o Estado do Rio de Janeiro decretou calamidade pública, condição que alcançou o fundo do poço recentemente. Quase todos os estados estão com problemas fiscais, uns mais outros menos graves.

No final do nono mês, pesquisa do Datafolha em várias capitais mostrava a insatisfação com os serviços públicos, tema que emergiu na conjuntura aberta em 2013. Saúde e segurança destacaram-se como os dois serviços mais demandados e que menos atendem às expectativas. Na mesma ocasião, veio a onda de ocupações de escolas contra a reforma do ensino médio e a PEC 55, que terá grande impacto negativo, nos próximos 20 anos, nas verbas da educação e saúde e nos investimentos públicos. Segundo um estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, a previsão de perda anual para a área da educação será de R\$ 24 bilhões. O MEC contestou, mas o cenário para as políticas de bem-estar está longe de ser promissor.

Por que o pessimismo? Resposta: a política de extrema austeridade fiscal em curso não tem nada a ver com uma mera reforma fiscal, e sim com a perspectiva ideológica do Estado mínimo, que orienta as políticas neoliberais. Essa ideologia valoriza o livre mercado, a livre empresa, o individualismo, o esforço pessoal de cada um para garantir suas necessidades. O Estado é considerado ineficiente, esbanjador, berço do paternalismo e do populismo com o orçamento público, meio de promoção de favoritismos a grupos de interesse. Por tudo isso, ele precisa ser reduzido e dar lugar à suposta racionalidade dos proprietários e investidores, autorregulada apenas pela lei da oferta e da procura, que operaria como uma mão invisível socialmente benéfica para todos. Há, então, uma contradição entre o minimalismo estatal do Novo Regime Fiscal e as demandas do eleitorado por mais e melhores serviços públicos. O Estado mínimo está na contramão da opinião pública, que não quer pagar pelos serviços, além do que nem tem condições de fazê-lo. Na verdade, devido à crise, o caminho está sendo o inverso, contingentes da população que, entre 2004 e 2014, adquiriram serviços privados estão retornando ao Estado.

Em outubro, a vitória do conservadorismo-liberal nas eleições municipais, tendo à frente o PSDB, vencedor em sete capitais, entre elas São Paulo, deu-se em meio a um claro recado do eleitorado: a insatisfação com o sistema representativo, expressa na imensa quantidade de votos inválidos e abstenções. Não só os grupos sociais progressistas e organizados, os mais à esquerda, por exemplo, estão insatisfeitos, mas também o cidadão comum. Os movimentos sociais novamente foram às ruas no domingo, em São Paulo para protestar contra o desmonte da rede de proteção social, ameaçada pela PEC 55. A bancada de esquerda no Senado está propondo que o Congresso Nacional convoque um referendo para o eleitorado dizer se realmente quer que o Novo Regime Fiscal vigore.

Em síntese, tem-se o seguinte quadro. O estado de bem-estar da Constituição Cidadã, sequer devidamente implementado, já está regredindo para um estado de mal-estar. O Estado de Direito anda para trás, ganha contorno e conteúdo de Estado Oligárquico. A agenda da anticorrupção, que foi às ruas defender o *impeachment*, já viu, no Executivo, 6 ministros caírem em função de graves irregularidades. A mais recente, inclusive, que resultou na renúncia de Geddel Vieira Lima, envolve também o presidente Temer e o chefe da Casa Civil; por outro lado, no Legislativo, setores da base governista tentam anistiar o caixa 2. A economia de pleno emprego, existente até dezembro de 2014, tornou-se hoje o berço, ou melhor, a sarjeta do desemprego de 12 milhões de brasileiros.

O título desse artigo inspira-se em uma obra de Freud que aborda o conflito entre os instintos individuais e a civilização, especialmente entre, por um lado, os impulsos de vida e morte, amor e ódio, sociabilidade e destruição e, por outro, a lei, a proibição, a comunidade regrada. Quais são os estímulos que a civilização-Estado no Brasil está dando para que os indivíduos renunciem a sua agressividade destrutiva? A onda de ódio foi um dos componentes do próprio movimento que conduziu ao *impeachment*. Não à toa, há vários elementos de estado de exceção nas práticas institucionais em curso. Se quem deveria representar a civilização não consegue fazê-lo avançando na qualificação da vigência dos princípios institucionais, e, ainda por cima, alimenta a barbárie na base da pirâmide com suas políticas ultra-individualistas, onde iremos parar? O tecido social inteiro está permeado de descrença e violência instintiva. Recentemente, um pai matou o próprio filho, em Goiânia, pelo motivo da vítima participar em ocupações na UFG e um grupelho de extrema-direita invadiu o Congresso Nacional para exigir seu fechamento e uma intervenção

militar. Sinal dos tempos, o pai, a suposta lei, vira austeridade bruta brotada da ideologia, pura destruição; cidadãos se valem da democracia para demandar sua extinção. Crescem os sinais de estado de natureza e de autoritarismo liberal na sociedade brasileira.

A CORROSÃO DO GOVERNO TEMER

Jornal do Brasil - 06/12/2016

Ao longo da crise que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma, a expressão “tempestade perfeita” foi muito usada, referindo-se à configuração de um cenário péssimo, em que a interação de um conjunto de conteúdos ruins produz um clima muito propício ao desastre. Agora, antes mesmo dos golpeados pela deposição da presidenta se recuperarem do ocorrido e reorganizarem uma efetiva oposição, a situação do governo Temer, a despeito de todo o respaldo que o movimento conservador concedeu para a sua investidura, já descortina um horizonte de nova tempestade perfeita. A crise permanece e o tempo de validade política de Temer-Meirelles parece se encurtar. Considerando-se o modo como o atual governo veio ao mundo, as contradições entre seus apoiadores sociais e partidários e as políticas implementadas, sua corrosão não surpreende.

Proseguem os sinais de falta de perspectiva para o crescimento. As políticas públicas são altamente ineficientes para estimular a produção e impopulares em curto, médio e longo prazos, a começar pela PEC 55, do Novo Regime Fiscal, que aprofundará a desigualdade e restringirá os investimentos públicos. E vêm aí as reformas da previdência e a trabalhista. A impopularidade do presidente não dá sinal de recuo. Seu envolvimento na contenda patrimonialista, que causou a demissão dos ministros da Cultura e da Secretaria de Governo, comprometeu sua

imagem perante atores da sociedade civil que apoiaram o *impeachment*, como o jurista Hélio Bicudo, defensor agora, embora não tão ativamente, do mesmo cartão vermelho deposicionista para o atual mandatário.

Pondo mais lenha na fogueira da crise da capacidade de estabilização das instituições, que tem a ver não só com aspectos formais da ordem jurídico-política, mas também com o conteúdo das decisões tomadas, o movimento liberal-autoritário anticorrupção voltou às ruas no domingo, em dezenas de cidades, em defesa da Lava Jato, cujas ações avaliam estar sob ameaça dos congressistas devido, principalmente, à mudança nos dispositivos legais sobre abuso de autoridade de juízes e promotores, aprovada na Câmara e agora em tramitação no Senado. Embora as ruas não pediram o “Fora Temer”, pressionaram o nada louvável Congresso Nacional em nome de uma visão salvacionista de combate à corrupção, que eleva o juiz Sergio Moro ao Olimpo Tropical. Entrementes, o principal aliado partidário do presidente, o PSDB, em busca de espaço no núcleo decisório estratégico da Esplanada dos Ministérios, admite que esse governo pode acabar antes de 2018. A divulgação da delação premiada da Odebrecht tende a aprofundar o abalo do frágil sistema político-institucional, a despeito da existência de uma ampla coalizão de partidos vinculando os poderes Executivo e Legislativo. Afora que a relação entre Judiciário e Legislativo não anda nada bem. Tudo somado, o governo é fraco e impopular, desgasta-se diariamente, o alto desemprego continua insolúvel e as contradições entre as forças políticas e sociais do movimento *pró-impeachment* aumentam. O enigma esfíngico da perseverança da crise, ainda não decifrado pela prática política real dos atores, prossegue devorando a todos.

A pesquisa CNI-Ibope do início de outubro informava que apenas 14% dos eleitores aprovavam o governo Temer, ao passo que 39% reprovavam-no e 69% consideravam-no igual ou pior ao de Dilma. Na ocasião, entre 20 governos de todas as Américas, segundo a consultoria mexicana Mitofsky, a impopularidade de Temer era a segunda pior, tendo à frente apenas o presidente da Costa Rica, Luis Guillermo Solís. No extremo oposto, os dois líderes mais populares nesse ranking recente são de esquerda, Daniel Ortega (Nicarágua) e Rafael Correa (Equador).

Em 5 de agosto, logo após ser confirmado no cargo, Temer foi vaiado na abertura dos Jogos Olímpicos. Um mês depois, acompanhado da primeira-dama, recebeu renovadas vaias no desfile do 7 de setembro, em Brasília, e, ainda no mesmo dia, na abertura das Paraolimpíadas. Ciente de sua impopularidade, Temer quase não foi ao velório coletivo das vítimas do trágico

acidente aéreo com a comitiva do Chapecoense. Acabou indo. Não houve vaias, tampouco aplausos, mas sua hesitação atesta a má acomodação ao cargo de presidente da República.

Em qualquer processo de transformação política, mesmo quando regressivo, como é o caso atual, a liderança é fundamental. A ex-primeira-ministra Margareth Thatcher, por exemplo, foi a Dama de Ferro do neoliberalismo no Reino Unido. Foi pioneira da ofensiva conservadora contra o Consenso Keynesiano. Uniu o conjunto de sua base. Aqui, as contradições nas hostes governistas são muitas, inclusive por estarem na contramão da história, com a retomada do nacionalismo nas duas principais pátrias do liberalismo econômico diante da crise da globalização. Apesar de possuir maioria no arranjo institucional denominado presidencialismo de coalizão, que lhe tem garantido agilidade em votações-chave para sua agenda, Temer reina, mas não governa, por não ter conteúdo, a começar por abandonar o povo e a indústria (produção) ao mercado hostil, com taxas de juro elevadíssimas, descapitalização do BNDES etc.

A queda de Geddel Vieira Lima prejudica as negociações do Planalto com a base aliada, que tentou evitar a saída do ex-ministro baiano envolvido no escândalo do empreendimento imobiliário cujo projeto o Iphan restringiu. Pelo que a imprensa tem informado, a delação da Odebrecht vai comprometer os ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco com barganhas ilícitas para atender pleitos da construtora relacionados à alçada da Secretaria da Aviação Civil. Se Temer vai mal das pernas e seus principais assessores estão caindo (seis já fizeram as malas) ou ameaçados de se envolver em escândalos, a tendência de enfraquecimento da liderança política deve prosseguir. Mas o problema não acaba aí: as políticas que essa liderança fraca propõe para o país são uma bomba relógio: redução drástica das verbas públicas para políticas sociais e investimentos, reforma da previdência e reforma trabalhista, além do aprofundamento das privatizações, reestruturação do Banco do Brasil, com fechamento de 402 agências etc.

A corrosão do governo corrói todo o país. A principal conta que não fecha é a conta política, e não a fiscal. No centro da conjuntura nacional está a crise de projeto político, que arrasta a economia e esvazia as receitas públicas. O anteprojeto político que chegou a Brasília pelo *impeachment* é inconsistente em termos econômicos, morais e sociais. Isso tudo era previsível. Muitas vozes alertaram. No centro do problema político está a democracia, a vontade dos eleitores expressa nas eleições de 2014 e ignorada por uma coalizão de elites conservadoras, ora em processo de fragmentação, respaldada nas camadas

médias tradicionais, que se identificam com o andar de cima. O resultado das eleições municipais tem a ver com toda a pujante ofensiva do partido conservador, nacionalmente televisionada e irresponsável, contra o progresso da igualdade em curso até Dilma 1. Diz o dito popular que não há bem que sempre dure, nem mal que nunca acabe.

CRISE DE LEGITIMIDADE E O BONAPARTISMO JURÍDICO-POLICIAL

Jornal do Brasil - 20/12/2016

A tentativa de inclusão, pelo Congresso Nacional, de uma nova qualificação do crime de abuso de autoridade, no projeto de lei de iniciativa popular de combate à corrupção, capitaneado pelo Ministério Público e apoiado por Sergio Moro e outros expoentes do Judiciário, inclusive no STF, e o conflito, seguido de “acordão”, em torno do afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado, por um lado, confirmaram o protagonismo corporativo do aparato jurídico-policial na conjuntura e, por outro, trouxeram à tona sua disputa com as duas casas do Legislativo. Há uma relação política entre a crise de legitimidade das instituições do sistema representativo – o Congresso, os partidos e a Presidência da República – e a exacerbação do ativismo do partido jurídico-policial.

No processo do *impeachment*, tanto a maioria dos partidos e parlamentares do Congresso como o aparato jurídico-policial (Judiciário, Ministério Público da União e Polícia Federal) e Michel Temer (primeiro enquanto vice-presidente, depois na condição de presidente interino) estavam do mesmo lado, cada um, na divisão de trabalho institucional, atuando e exercendo funções que contribuíram para as condições estruturais e de agência que resultaram na deposição da presidenta, mesmo que não por corrupção, mas por suposto crime de

responsabilidade na gestão fiscal. No confuso clima político-midiático então criado, corrupção, crime fiscal e crise econômica emergiram, na percepção de segmentos numerosos do eleitorado, como elementos bastante indistintos. Observe-se, por exemplo, as declarações de votos favoráveis ao processo de *impeachment* na Câmara e no Senado, nas duas ocasiões-chave protagonizadas por cada uma dessas casas legislativas, como evidência da confusão motivacional do *impeachment*. Agora, apenas após pouco mais de cem dias da posse do governo Temer, há fissuras importantes tanto entre as forças institucionais dirigentes da nova ordem, situadas nos Três Poderes, como também entre o movimento social anticorrupção, os insatisfeitos em geral com o estado do país e os representantes políticos.

A crise de legitimidade das instituições pode ser percebida empiricamente por vários indicadores, que possuem diferentes metodologias e alcançam resultados diferentes, mas não deixam de ser reveladores. O Índice de Confiança Social (ICS) do IBOPE Inteligência avalia a confiança da população em 18 instituições públicas e privadas. Os dados disponíveis do ICS vão de 2009 a 2015, mas identificam claramente a queda na confiança em todas elas ao longo do período. Considerando apenas as instituições públicas nacionais, vejamos essa queda de 2014 para 2015, em termos percentuais: Poder Judiciário/Justiça, de 48 para 46; Eleições/Sistema Eleitoral, de 43 para 33; Governo Federal, de 43 para 30; Presidente da República, de 44 para 22; Congresso Nacional, de 35 para 22; Partidos Políticos, de 30 para 17. Por outro lado, há o Índice de Confiança na Justiça brasileira – ICJBrasil, formulado pela Escola de Direito da FGV-SP com o objetivo de detectar a percepção dos cidadãos sobre o Judiciário, mas que também coleta dados, para fins comparativos, do sentimento em relação a outras 12 instituições públicas e privadas. Em duas pesquisas, uma delas referente ao período do 1º ao 4º Trimestre de 2014 e a outra ao 1º semestre de 2016, os resultados foram os seguintes: Índice de Confiança (IC) nas Forças Armadas, cai de 67% para 59%; IC no Ministério Público, de 49% para 36%; IC no Poder Judiciário, de 30% para 29%; IC na Presidência da República/Governo Federal, de 29% para 11%; IC no Congresso Nacional, de 18% para 10%; IC nos Partidos Políticos, 7% nos dois momentos. Ademais, a mais recente pesquisa do Datafolha revelou que, de julho a dezembro, a reprovação do governo Temer aumentou de 31% para 51%. O próprio modo como o atual chefe do Executivo chegou ao cargo máximo das instituições representativas já não lhe favorece perante importante parcela dos eleitores.

Esses dados permitem sustentar a hipótese, que não é nova, da crise de

legitimidade das instituições públicas, especialmente as do sistema representativo, haja vista a insatisfação com o desempenho do Poder Executivo, do Poder Legislativo e dos partidos. Mas a confiança no Judiciário também é baixa, por ele ser lento, ineficiente, portador de privilégios corporativos etc. Então, como entender que, na crise do “mensalão” o ex-ministro Joaquim Barbosa, que relatou no STF a Ação Penal 470, e agora, na Lava Jato, o juiz Sérgio Moro viram sua reputação ascender perante a opinião pública?

Uma tentativa de resposta passa pela compreensão da relação entre o aparato jurídico-policial e a grande mídia na Operação Lava Jato e na crise brasileira. Desde seu início, a Lava Jato, que reúne em seu exército uma nova safra de juízes, procuradores e policiais federais, se mostrou disposta a exercer um papel político ativo na renovação nacional. Não à toa, ela foi alcunhada de “República de Curitiba”. Suas lideranças, a começar por Sérgio Moro, requisitaram e conseguiram o apoio midiático para a divulgação tanto de seus atos formais e públicos quanto dos informais, como os vazamentos de delações premiadas. O objetivo é garantir, através da grande mídia, que faz a mediação comunicativa entre a Justiça e a opinião pública, suporte sociopolítico para combater a corrupção.

Esse combate tem razões materiais, ideológicas e políticas. Ele visa sanear moralmente o sistema político, rompendo os vínculos criminosos entre os representantes eleitos e os empresários; serve para que os novos ocupantes de cargos públicos altamente bem remunerados do aparato jurídico-policial, ao mostrarem serviço no seio de instituições que, em regra geral, são pouco confiáveis, busquem justificar seus ganhos e alavancar novos privilégios; ademais, a bandeira da rejeição ao crime contra a administração pública tem sido a plataforma monotemática recorrente, na história do Brasil, da classe média tradicional, segmento social de pertencimento dessa elite da burocracia pública e da principal base de suporte do partido anticorrupção. Diante do acirramento do conflito distributivo, decorrente do crescimento baixo no primeiro mandato de Dilma e ainda mais agora com a recessão inédita, a classe média tradicional rejeitou as políticas redistributivas e o aumento da autonomia relativa do Estado, observado até 2014, resultante do maior equilíbrio de forças entre os grupos do capital e do trabalho assalariado. Do ponto de vista da grande mídia, a dobradiça com a Lava Jato visou e ainda visa combater as gestões petistas, vencedoras de quatro pleitos presidenciais consecutivos, criminalizar a sua liderança máxima, resgatar a perda de confiança dos meios de comunicação perante a opinião pública e afirmar seu poderio empresarial e de agenda na cena política.

O referido ICS do IBOPE Inteligência dos meios de comunicação caiu de 71%, em 2009, para 59% em 2015. Não é baixo, mas a trajetória foi de queda. Por outro lado, no último ICJBrasil, a confiança nas emissoras de TV foi de 33%, ou seja, baixa.

Se, por um lado, a corrupção é um crime que qualquer Estado de Direito deve combater, a Lava Jato, com a preciosa ajuda dos oligopólios da comunicação, incorpora, apenas na aparência, esse valor universal e parte para a ação punitiva como se o encarnasse, mas, apoiando-se em práticas investigativas e judiciais com assumido caráter de exceção, conforme reconheceu o próprio TRF-4, e no ilusionismo midiático, acaba por esconder sua parcialidade, seletividade e violência atrás da ideologia de que serve ao interesse geral. Até recentemente, a cruzada contra a corrupção abriu caminho político para as políticas ultraliberais do governo Temer. Nesse sentido, a Lava Jato auxiliou muito no desempenho, pelo Estado, da função de coesão contra a crise, crise que a própria operação jurídico-policia-midiática, em um primeiro momento, ajudou a construir, para, em seguida, propor como solução a defenestração do governo do partido que encarnaria a criminalização da política.

No entanto, com a perseverança da crise econômica, com o aprofundamento da crise de legitimidade das instituições do sistema representativo, com as incessantes novas revelações de irregularidades investigadas pela Lava Jato, sobretudo agora através dos primeiros vazamentos da delação premiada dos executivos da Odebrecht, e com a manutenção do espírito salvacionista e justiceiro das forças que apoiam a iniciativa popular legislativa contra a corrupção, emergiu um conflito entre os Poderes da República opondo, por um lado, Executivo e Legislativo, particularmente o PMDB, e, por outro, o partido anticorrupção, cujo nível de autonomia no seio do aparato estatal passa a reunir características bonapartistas decorrentes da disputa política em contexto de crise de liderança. Como apontou recentemente o cientista político Armando Boito (Unicamp), em um breve artigo, observam-se elementos de conflito entre a frente econômico-política do projeto neoliberal e seu braço jurídico-político-ideológico. Nessa hipótese, haveria, nesse momento da crise, uma tensão importante, embora não uma ruptura, ao menos até agora. Por um lado, estariam os interesses econômicos e políticos vinculados à resposta conservadora ao conflito distributivo entre as classes no sistema produtivo e entre cidadania e Estado e, por outro, o partido anticorrupção, apoiado pela grande mídia e pela classe média tradicional, liderada pelos seus estratos de renda alta. Para se fortalecer na disputa, tentar se livrar da pecha de seletividade e mostrar-se como portador

de uma luz na escuridão nacional não sujeita a restrições, mesmo que razoáveis, o partido jurídico-político-policia vai exacerbando seu ativismo bonapartista, de viés autoritário, inclusive restringindo ao Congresso Nacional o direito, que lhe é inerente, de legislar, a não ser que não seja sobre a questão do abuso de autoridade. As manifestações de rua do partido anticorrupção, ocorridas em 4 de dezembro, a decisão monocromática de Marco Aurélio Mello afastando Renan Calheiros da Presidência do Senado e a suspensão, por Luiz Fux, da tramitação do projeto de Lei de iniciativa popular contra a corrupção são eventos que encarnam a referida tensão.

NOVA DIREITA, ESQUERDA E O CAPITALISMO DEMOCRÁTICO

Jornal do Brasil - 17/01/2017

Um dos resultados políticos do processo de estabilização monetária do Plano Real, em 1994, foi a convergência do espectro ideológico do sistema partidário para o centro, oscilando, no entanto, nas eleições presidenciais, entre a centro-direita, capitaneada pelo PSDB, e a centro-esquerda, liderada pelo PT, mais claramente configurada, enquanto programa eleitoral e de governo, a partir das eleições de 2002 e, principalmente, 2006. Esse bipartidarismo estruturador das eleições para o Executivo Federal caracterizou todos os pleitos presidenciais durante seis disputas presidenciais consecutivas, a última em 2014.

Em tal enquadramento, a opção de coalizão eleitoral ou de governo das forças partidárias do centro político-ideológico, nucleado pelo PMDB, era fundamental. Porém, por um lado, a emergência da chamada nova direita, na mídia e nas ruas, nos desdobramentos da conjuntura dos protestos de junho de 2013 e ao longo da crise política que desaguou no *impeachment*, e, por outro, o substantivo enfraquecimento do PT, evidenciado nas eleições municipais de 2016, resultaram em uma direitização do sistema político, com impacto no quadro partidário, nas políticas públicas, que se tornaram ultraliberais, nas relações entre Estado e sociedade – reformatadas à imagem e semelhança de

uma concepção minimalista de democracia e permeadas de ideias-força como a negação da política (até por candidatos às eleições), a retórica da meritocracia, a valorização do trabalho ininterrupto (para tentar facilitar a reforma da Previdência), a crítica ao populismo e também, em vários casos, às pautas comportamentais progressistas –, na cultura da intolerância e mesmo do ódio (veja-se o caso da chacina em Campinas, por exemplo) e assim por diante.

Essa virada na conjuntura, com a emergência de novos atores e lideranças, nas instituições públicas (Judiciário, PGR, MPs estaduais, PF, TCU) e privadas, apoiados em valores liberal-conservadores, alguns deles com indumentária autoritária, representa um imenso desafio para os setores sociais e políticos que, até 2014, vinham se empenhando na construção de um capitalismo democrático, pela via das tendências, ações e decisões social-desenvolvimentistas ensejadas pela relação de forças vigente no contexto das sucessivas vitórias eleitorais do PT e de um ambiente latino-americano e internacional mais favorável ou bem menos desfavorável. Mas parece ser um grande equívoco a esquerda pensar que a alternativa ao direitismo seja o esquerdismo, caminho do isolacionismo infrutífero e da derrota do movimento de transformação do atual status quo elitista. Veja-se, por exemplo, a derrota das esquerdas em geral no último pleito eleitoral. Por mais que o PT tenha cometido erros, atribuir a ele toda a culpa – ignorando o novo perfil da sociedade brasileira, inserida na globalização, o individualismo estimulado pelo conjunto das relações sociais, a emergência dos evangélicos, a precarização das relações de trabalho, enfim, o banho estrutural de capitalismo e credo liberais que, na onda atual, *pós-impeachment*, tornou-se um tsunami – pode ser um grande equívoco.

A mudança de governo, em 2016, considerando como as coisas ocorreram, passando pelo rearranjo das alianças entre forças dos campos civil e político-institucional e pela redefinição liberal-radical do programa de políticas públicas visto como caminho de solução da crise, não significou o retorno da centro-direita ao controle do Executivo e do Legislativo, mas uma direitização do centro. Não voltamos ao campo ideológico que, em 1994, no plano institucional, era representado pela coalizão PSDB-PFL-PTB, em uma situação na qual havia, na oposição, um campo democrático-popular liderado pelo PT, então com reputação ilibada. As quatro vitórias consecutivas do PT e o envolvimento desse partido em esquemas ilegais de financiamento político, mesmo que em nada diferentes dos utilizados pelas outras duas principais agremiações partidárias ora no governo, estimularam uma reação oposicionista de grande porte, gestada na disputa política balizada por uma série de variáveis contextuais e estruturais,

entre elas a existência de uma mídia oligopolizada e da Operação Lava Jato.

Essa ofensiva da oposição aos governos encabeçados pelo PT resultou, entre outros, na metamorfose conservadora de importantes lideranças do PMDB (quando esse partido desembarcava do apoio a Dilma) e na direitização do PSDB, que avançava desde a década passada, transformações essas que interagiram com a nova direita da mídia e das ruas e com o protagonismo de elites da burocracia pública na área jurídico-policial. Há hoje no Brasil, país com abissal concentração de renda, uma compressão da igualdade democrática e da democracia procedimental pela avalanche do bloco liberal-conservador, hegemonizado pelas finanças, visando retomar, com intensidade maior, as transformações orientadas para o mercado iniciadas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, no sentido do Estado mínimo, da desregulamentação dos mercados, das privatizações, da desnacionalização do sistema produtivo e da desindustrialização.

Nesse contexto, cabe à esquerda reerguer-se, com racionalidade e perseverança, construindo um programa para a nação, um programa nucleado por um projeto econômico, centrado no desenvolvimento com justiça social, que dialogue com um leque amplo de potenciais aliados, com setores do capital produtivo, com pequenos produtores da cidade e do campo, com os trabalhadores, não só os do setor formal e organizado da economia, mas também os precarizados, com os excluídos, com os microempreendedores, com as classes médias, intelectuais, juventude, mulheres, negros e assim por diante. Política e aliança são inseparáveis. Governar o capitalismo sem os capitalistas está fora de cogitação. Também está fora de cogitação conquistar o governo para suprimir as relações de dominação fundadas na propriedade privada. A disputa é entre modelos de capitalismo e, no exato momento, as elites governantes e econômicas se lançaram na perspectiva oposta à do capitalismo democrático, uma perspectiva fortemente orientada para o mercado, visando atrair investimentos externos (conforme, por exemplo, a postura de Temer nas reuniões internacionais em que tem participado ao viajar para fora do país). A pauta comportamental progressista, dos direitos e liberdades civis, também é necessária para a esquerda, mas não suficiente. Outro ponto-chave é o comprometimento com um Estado republicano, capacitado, a serviço da cidadania, e não da pirataria de grupos organizados.

Há contradições entre interesses nacionais e estrangeiros (pense-se no Brexit e em Trump, por exemplo), assim como há contradições entre interesses produtivos e rentistas. Por mais que o empresariado produtivo tenha apoiado

o *impeachment*, vários deles são críticos da macroeconomia liberal, mesmo que essa contradição dê nó na cabeça. Recentemente, até o liberal André Lara Resende criticou a elevada taxa básica de juro implementada no Brasil desde 1994, devido ao seu impacto negativo sobre o equilíbrio fiscal e na própria expectativa de inflação.

O capitalismo é cíclico, as crises são inerentes a ele. Sem a *virtù* de um programa nacional amplo, a esquerda não estará à altura de aproveitar uma maré positiva que possa surgir. As eleições de 2018 se aproximam. O país precisa de uma esquerda forte, democrática e competitiva, enraizada em amplas bases, para contrabalançar a nova direita ultraliberal e defender, com competência, estratégias políticas que maximizem a possibilidade de equacionamento entre lucro, investimento e redistribuição. O esquerdismo não é a alternativa para a reconstrução de uma esquerda que fale para a nação. Por outro lado, essa perspectiva nacional da esquerda de maneira nenhuma significa que as organizações dos trabalhadores não defendam seus interesses nas relações com os setores privado e público. A defesa dos interesses é a regra do jogo na economia de mercado e na democracia, por mais que esta última esteja ferida pelos últimos acontecimentos.

O PT E AS ELEIÇÕES PARA AS MESAS DO CONGRESSO NACIONAL

Jornal do Brasil - 31/01/2017

Nos dois primeiros dias de fevereiro, ou seja, nessa semana, haverá eleições para a escolha dos membros das mesas das duas casas do Congresso Nacional, para o mandato bienal de 2017 a 2019. Amanhã será no Senado Federal e dia 2, na Câmara dos Deputados. Qual é o contexto e os desafios em jogo nessa nova Legislatura a ser eleita, especialmente no que diz respeito à oposição, força política essencial tanto para o equilíbrio como para o fortalecimento das instituições democráticas, mas que se enfraqueceu com a avalanche do *impeachment* e da virada conservadora na conjuntura nacional, corporificada, no plano eleitoral, no resultado das eleições municipais de 2016, amplamente favorável à direita e desfavorável à centro-esquerda e esquerda.

Apesar dos problemas que a crise brasileira, desde 2015, evidenciou em relação a certas características duvidosas do comportamento dos atores institucionais e da cultura política que suporta o regime democrático, o Legislativo é um poder fundamental da democracia representativa, cuja função é formular, apreciar e aprovar ou rejeitar proposições de lei (incluindo matérias como as medidas provisórias), além de ser um espaço de desenvolvimento das lideranças políticas, sejam elas os políticos individuais ou as agremiações partidárias.

No entanto, a despeito de sua importância para o regime político democrático-representativo, a duras penas conquistado pela nação brasileira, principalmente a partir dos feitos de 1988 e 1989 (Constituição e eleição presidencial), o Congresso Nacional passa por uma aguda crise de legitimidade que abrange esse complexo institucional como um todo, desde os partidos e os parlamentares até os mecanismos que o vinculam tanto ao Poder Executivo como ao poder econômico nas relações para a obtenção da maioria parlamentar necessária ao exercício do governo, na obtenção de financiamento político e na produção das leis.

Segundo o Datafolha, a avaliação negativa da opinião pública sobre o desempenho do Congresso Nacional era de 43% em julho de 2016 e piorou, alcançando 58% em dezembro, sendo o pior resultado da série histórica. O percentual de ótimo ou bom caiu de 12% para 7% e o de regular, de 40% para 31%. O último Índice de Confiança nos partidos políticos, relativo ao primeiro semestre de 2016, indicador mensurado pela Escola de Direito da FGV-SP para várias instituições também, é de apenas 7%.

Rodrigo Maia (DEM-RJ), atual presidente da Câmara dos Deputados, é candidato à reeleição. Tal como ocorreu em julho de 2016, quando ele se candidatou à vaga aberta com o afastamento do hoje ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), as bases parlamentares que apoiaram o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff estão divididas. Grosso modo, de um lado há o chamado Centrão, grupo pluripartidário que, em meados de 2016, agrupava cerca de 270 deputados e emplacou vários ministros no atual Executivo, cujo principal líder foi o hoje cassado Eduardo Cunha; de outro lado, estão, principalmente, o PSDB e o DEM, que apoiaram Maia já no ano passado. Além de Rodrigo Maia, Jovair Arantes (PTB-GO), recém-egresso do Centrão, é outro candidato das forças governistas. Rogério Rosso (PSD-DF), aliado de Cunha e vinculado ao Centrão, que disputou o segundo turno com Maia na eleição anterior e foi derrotado, aguarda uma definição do STF sobre a legalidade da reeleição do atual presidente para decidir sobre a sua recandidatura no dia 2. Outro candidato é o oposicionista André Figueiredo (PDT-CE), oficializado por seu partido.

Entre as principais características das forças do Centrão, pode-se destacar o elevado grau de fisiologismo, de nível superior ao costumeiro, e a defesa mais aguerrida da autonomia do Legislativo em relação ao Judiciário, em função tanto da Operação Lava Jato como da interferência do STF na dinâmica do Congresso, mesmo quando ela ocorra pela iniciativa de parlamentares ou partidos de acionar a Corte Constitucional, prática que tem sido denominada de judicialização da política. Quanto às políticas públicas ultraliberais (como a mudança da lei

do pré-sal, a emenda constitucional do teto de gastos, as reformas previdenciária e trabalhista etc.), as diferenças intragovernistas são bem menores e, quando aparecem, como na recente votação da renegociação das dívidas dos estados, não têm se desdobrado em impasses.

Política depende de aliados e a formação das alianças no presidencialismo de coalizão requer negociar cargos e ideias, como são as proposições legislativas. Mas, por outro lado, a crise de legitimidade do Parlamento é imensa, e isso se deve tanto a certas práticas institucionais legais como ilegais, assim como aos resultados insatisfatórios, haja vista a atual crise econômica, das políticas governamentais, nas quais o Congresso também tem responsabilidade. É urgente que os partidos políticos com assento no parlamento coloquem efetivamente em sua agenda a renovação e qualificação das práticas formais e informais, tanto legais como ilegais, do Legislativo, internamente e em sua relação com o Executivo, assim como urge que o sistema político como um todo procure resgatar sua reputação perante a opinião pública e os eleitores. Há anos se discute a reforma política com o objetivo de melhorar o sistema político, mas ela não tem avançado, especialmente no que diz respeito à superação do grau elevadíssimo de fragmentação do sistema partidário e do excessivo personalismo que norteia as relações entre representantes e representados nas eleições proporcionais, favorecendo muito mais a ênfase na reputação pessoal do político do que na reputação dos partidos, que são organizações coletivas.

No primeiro turno da eleição de julho de 2016, o PT, que havia decidido não apoiar nenhum candidato que fora favorável ao *impeachment*, decidiu se somar às fileiras da candidatura de Marcelo Castro (PMDB-PI). Porém, no segundo turno daquela eleição, cerca de metade da bancada não compareceu à votação, deixando assim de seguir a orientação de Lula de votar a favor de Rodrigo Maia. Na eleição em que Cunha tornou-se presidente da Câmara dos Deputados, o candidato governista foi Arlindo Chinaglia (PT-SP). Naquela acirrada disputa, o PT, ao negociar cargos para tentar vencer a disputa, acabou, por perder a votação principal, ficando de fora da Mesa Diretora, composta por sete titulares (presidente, dois vices e quatro secretários) e quatro suplentes, e das mesas das Comissões Permanentes e Especiais. Para tentar evitar isso, a Direção Nacional do partido, após ouvir seus deputados federais, aprovou uma resolução visando garantir que a proporcionalidade na composição da Mesa Diretora, conforme as bancadas parlamentares, seja respeitada, como estabelece o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No entanto, há um receio nas bases petistas de que o empenho em não ficar de fora da Mesa Diretora se desdobre em apoio, mediante negociação, a Rodrigo Maia. Este, por sua vez, já acenou para o PT, agremiação de quem recebeu uma parte de seus votos na eleição de 2016, conforme mencionado. Segundo algumas fontes, Maia, em troca dos votos da bancada petista, oferecerá a ela uma vaga na Mesa Diretora e a incluirá nas comissões. Lula e Gilberto Carvalho estariam avalizando essa negociação.

Diante da crise de legitimidade do Legislativo e dos partidos, sobretudo do PT, cuja reputação perante a opinião pública regrediu significativamente de 2015 para cá e diante da necessidade de se implementar práticas renovadoras no presidencialismo de coalizão, não parece mais saudável e coerente apostar na estratégia da mudança? Embora a política não se resuma à oposição simplista e purista entre principistas e oportunistas, nesse momento, o PT não dialogaria mais com suas bases e com os eleitores que gostaram de seus acertos, mas também se decepcionaram com seus erros, se orientasse seu comportamento mais para o principismo que para uma posição pragmática com alto risco de ser percebida como oportunista, ainda mais sabendo que Rodrigo Maia avançará no programa ultraliberal? O que vale mais no contexto atual, o apego a cargos isolados ou a reconstrução da imagem do partido perante todo um eleitorado insatisfeito com o sistema político, inclusive devido ao excessivo oportunismo dos atores institucionais? Ademais, um eventual apoio a Rodrigo Maia jogaria lenha nas divisões internas do PT. Pode-se aplicar o mesmo argumento à eleição para a Mesa Diretora do Senado.

MERCADO VERSUS DEMOCRACIA NA CRISE ATUAL

Jornal do Brasil - 28/02/2017

Em recente edição do programa Momento Político, na rádio CBN, Carlos Sardenberg e o entrevistado Merval Pereira abordaram a vantagem propiciada pela impopularidade de Temer, reprovado por 66,6% da população e investido ao cargo sem o voto popular. Segundo Merval, Temer, que mal conseguira eleger-se como deputado federal, tornou-se presidente por um fato fortuito, de modo que não precisaria mais se preocupar com seu futuro político, pois este já estaria garantido. Livre das amarras da ambição político-eleitoral, Temer estaria se comportando como um estadista, um decisor desapegado em relação à opinião pública e despreocupado com a popularidade. Esse comentarista político relembrou o conselho que o publicitário Nizan Guanaes deu ao atual presidente: - aproveite sua impopularidade e faça as reformas que precisam ser feitas! Prosseguindo em sua análise, Merval disse que o Congresso pode atrapalhar na realização da reforma da Previdência Social. “A base aliada é forte, mas vive de voto”. Claríssima a dicotomia, na política e economia enquanto realidades, e não ficção, examinadas pelo jornalismo engajado no ideário neoliberal, entre as reformas orientadas para o mercado e a democracia.

Segundo o pensamento econômico liberal, a economia de livre-mercado

é a principal alavanca da democracia. A propriedade privada funcionaria como uma força centrífuga, movida pela liberdade individual, que irradiaria ao sistema político nacional uma pujante demanda microssocial pelas instituições do regime democrático. A dispersão do poder que caracterizaria a expansão horizontal da propriedade privada protegeria a todos de uma eventual coerção estatal. Essa ideologia pode ter servido para fundamentar, há alguns séculos, a luta das classes proprietárias europeias contra o absolutismo ou dos colonos americanos contra a Monarquia Inglesa, na etapa histórica de concentração do capital, ou seja, da separação entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. E é verdade, também, que tendências pluralistas da ordem social competitiva, principalmente nos países desenvolvidos, propiciaram, em alguma medida, certa dispersão dos recursos de poder e associativismo, assim como o Estado incorporou direitos civis, políticos e sociais, os dois últimos, inclusive, paridos a partir das lutas dos trabalhadores contra as restrições participativas do sistema representativo censitário e contra as desigualdades promovidas pelo mercado.

Porém, desde o final do século XIX, com a centralização do capital, geradora dos monopólios encarnados nas grandes corporações em todos os setores de atividade e mais ainda após a queda do Muro de Berlim, com o aprofundamento da internacionalização das relações econômicas, o Estado, incluindo seu regime político, até mesmo quando este se trata de uma democracia, é estrangido, pela financeirização do capitalismo em todo o globo, a aprofundar sua servidão aos megainvestidores.

O Brasil atual que, como nunca, através do governo resultante do *impeachment*, está optando por um modelo de capitalismo intensamente orientado para o mercado, propicia claras evidências de que, longe dos agentes econômicos – que são grandes corporações e, com a globalização, se desterritorializam, perdendo nacionalidade operativa – demandarem dispersão do poder e fortalecimento da democracia, eles recorrem à mão invisível do Estado e à concentração do poder decisório para atender sua inesgotável necessidade de reformas visando enfrentar os problemas de acumulação gerados pelas crises recorrentes do capitalismo. O neoliberalismo depende de uma colonização do Estado pelos interesses econômicos vinculados a esse modelo ultramercadista, para o qual a política democrática tende a ser um empecilho.

O pensamento político-liberal de Alexis de Tocqueville sustenta com muita propriedade que o principal conteúdo do processo democrático é a igualdade de condições. Mas a colonização da democracia pelo neoliberalismo depende de

expandir as opções dos investidores, para os quais a saúde pública, a previdência social, as políticas sociais em geral (assistência social, educação pública, programas de transferência de renda etc.) são concorrentes a serem eliminados ou, pelo menos, drasticamente restringidos, além do que, pressionariam no sentido da elevação da carga tributária. Ou seja, o mercado, na perspectiva dos megainvestidores, regidos pela lógica da financeirização, não se harmoniza com a igualdade, com a democracia, nem tampouco com a ideia de projeto nacional. É isso que explica a emenda constitucional do teto de gastos, a reforma da previdência, a reforma trabalhista, a privatização da Petrobras, o desmonte da política de conteúdo local, que visa fortalecer a indústria etc. Essas são as políticas do governo *pós-impeachment*, resultando de um processo no mínimo duvidoso de deposição presidencial.

Não à toa, o golpe contra Salvador Allende no Chile foi feito em nome da economia de mercado, com o respaldo do então presidente Nixon, e aquele país, sob Pinochet, tornou-se o primeiro laboratório do neoliberalismo, pelas mãos dos Chicago Boys, economistas chilenos treinados por Milton Friedman e outros professores do Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Choque de mercado tende a pressupor choque de autoritarismo.

O mercado, dominado pelo megacapital, vive da acumulação, não tem pátria e não tem compromisso com a igualdade, seja ela política ou social. Não só o voto do qual os representantes políticos dependem para se eleger pode atrapar a economia, como disse Merval Pereira, mas também o combate à pobreza, ou seja, a justiça distributiva, a equidade. Como tem sido ao longo da história, a democracia é uma demanda dos de baixo.

A MIGRAÇÃO DOS CONSERVADORES PARA A REFORMA POLÍTICA DOS PROGRESSISTAS

Jornal do Brasil - 21/03/2017

Chama a atenção na agenda do Congresso o conteúdo e a base de sustentação da proposta de reforma política em tramitação. Por um lado, as principais forças de alavancagem das alterações são as mesmas lideranças conservadoras que promoveram institucionalmente a deposição da presidenta Dilma Rousseff e que, durante anos, se opuseram à reforma política democrática. Por outro lado, como que por ironia da história, a proposta em debate traz dois componentes defendidos desde os anos 1990 pela esquerda, a começar pelo PT, e outros progressistas, quais sejam, o avanço no sentido do financiamento público das campanhas eleitorais e a alteração da modalidade de lista aberta para a de lista fechada no sistema proporcional que regula a eleição de deputados (federais e estaduais) e vereadores. O que se passa?

Diante da decisão do STF, tomada em 2015, de considerar inconstitucional o financiamento empresarial das campanhas eleitorais e dos partidos políticos, que contrariou conservadores na Suprema Corte, como Gilmar Mendes, e no Congresso, a começar pelo então presidente da Câmara, o hoje famigerado ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ); diante da falta de condições para que os figadais escudeiros do financiamento patronal ressuscitem esse

dispositivo legal, mormente a crise de legitimidade do sistema político e o receio do empresariado de continuar abrindo os caixas 1 ou 2 (crime eleitoral) ou 3 (corrupção); e, finalmente, diante da dificuldade que muitos parlamentares anteveem no caminho rumo à sua almejada reeleição em 2018, em função dos sucessivos escândalos políticos, principalmente os associados à Operação Lava Jato (com destaque à segunda lista de Rodrigo Janot), líderes da direita, para salvar a própria pele e a de seus correligionários, estão migrando para defender uma moeda de dupla face, que há muito vem sendo defendida pelos progressistas: a lista fechada e um modelo de financiamento político que, embora não seja exclusivamente público, mas misto, avança no sentido da correção do principal problema existente na regra atual, testada em 2016, baseada na contribuição de pessoas físicas, inclusive a do próprio candidato, que opera no sentido de substituir a anterior plutocracia dos eleitos com os milhões recrutados das pessoas jurídicas para aquela da eleição dos candidatos individualmente ricos, continuando a impedir, assim, que o sistema representativo torne-se menos distorcido pelo poder do dinheiro. Com a lista aberta, fica praticamente inviabilizada tecnicamente a possibilidade de implementação de uma dose substantiva de financiamento público, medida que, por outro lado, a lista fechada facilita.

Em 2015, no processo de decisão do STF sobre a (in)constitucionalidade do financiamento empresarial, o conservador Gilmar Mendes, hoje também presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) assim se posicionou: “Nenhuma dúvida de que ao chancelar a proibição das doações privadas estaríamos chancelando um projeto de poder. Em outras palavras, restringir acesso ao financiamento privado é uma tentativa de suprimir a concorrência eleitoral e eternizar o governo da situação”. Golpeada politicamente, ao menos parcialmente, a principal força que então encarnava o suposto “projeto de poder”, o PT, os vencedores da disputa do *impeachment*, como é o caso de Gilmar Mendes, Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Rodrigo Maia (DEM-RJ), os dois últimos ora presidindo, respectivamente, o Senado e a Câmara, preocupam-se, se não com a garantia da eternização do governo da situação, ao menos com a sua preservação em um horizonte de curto e médio prazo, até 2022 (para os atuais deputados) ou 2026 (caso dos senadores a serem (re)eleitos em 2018).

Oportunismos à parte, é salutar avançar na autonomia do processo eleitoral em relação ao vil metal, assim como o é investir na redução do grau de individualismo e de fragmentação do sistema partidário fomentados pela quase-jabuticaba que é a lista aberta. A possibilidade de os eleitores passarem a se relacionar

com partidos e não mais com um emaranhado de nomes associados a dezenas de legendas desconhecidas será, em caso de aprovação da lista fechada, uma novidade que, potencialmente, pode trazer ganhos para o confuso sistema político brasileiro, no qual há um quadro partidário ainda carente de maior institucionalização.

A novidade ruim é que a lista fechada está sendo proposta agora para tentar garantir que os atuais representantes proporcionais logrem obter novamente presença na nominata de seus respectivos partidos no pleito de 2018. Teme-se a oligarquização dos partidos, como se hoje eles já não fossem oligarquizados. No entanto, em médio prazo, o fortalecimento da disputa interna nas legendas partidárias poderá minimizar problemas desse tipo. Há situações em que o ótimo é inimigo do bom e amigo do ruim ou do péssimo. Se o financiamento plutocrático baseado nas pessoas físicas e a lista aberta permanecerem como regras do jogo, o sistema político tende a manter-se na atual inércia que o levou à crise de legitimidade em que se encontra, embora o insucesso na economia também conte muito para a descrença geral.

PROTESTOS DE RUA MOTIVAM MAIS A ESQUERDA QUE A DIREITA

Jornal do Brasil - 28/03/2017

Fracassaram as manifestações convocadas para o último domingo pelas lideranças que foram às ruas protestar contra o governo Dilma em 2015 e 2016. O objetivo maior seria respaldar politicamente o prosseguimento efetivo da Operação Lava Jato. Porém, a incoerência e falta de foco do conjunto das motivações da mobilização (fim do foro privilegiado, rejeição à reforma política, ao financiamento público, à mudança no sistema eleitoral etc.) ajuda a compreender o seu fiasco, por terem reunido apenas alguns gatos pingados em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por outro lado, a esquerda, que levou dezenas de milhares de manifestantes ao espaço público para protestar contra as reformas da Previdência e da legislação trabalhista, está retomando sua presença na cena política e tem agenda marcada para voltar às ruas novamente na próxima sexta-feira, dia 31 de março.

A polarização política em curso no Brasil nos últimos três anos, para a qual muito contribuiu a emergência de uma nova direita nas ruas, processou-se no sentido da direitização do sistema político, impactando negativamente no conjunto do Estado e do regime democrático, politizando intensamente as instituições, acentuando o conservadorismo dos partidos, cravando um

conteúdo ultraliberal às decisões sobre políticas públicas e fazendo emergir a bandeira contra a corrupção, embora efetivamente ela venha sendo, até aqui, encaminhada de modo seletivo.

No entanto, com o avanço no Congresso Nacional das reformas previdenciária e trabalhista, tão demandadas pelo conjunto do grande empresariado (como a terceirização generalizada recentemente aprovada) e com a perda de foco e fragmentação das bandeiras do conservadorismo das ruas, o gigante da direita vai ficando sonolento, enquanto a esquerda desperta, nutrida pela insatisfação dos trabalhadores contra os ataques aos seus direitos históricos de cidadania, que remontam ao trabalhismo varguista.

Enquanto o governo Temer segue sendo altamente impopular, a insatisfação dos eleitores e cidadãos passa a ganhar um conteúdo defensivo, de preservação de direitos, um conteúdo democrático-progressista, ao passo que o programa da direita governamental e das ruas (está última nada tendo a dizer para o conjunto da nação, a não ser reclamar da corrupção da classe política, mas, contraditoriamente, sacramentando o ilegítimo governo Temer) fica cada vez mais descolado da vida real da população, afetada negativamente pelas decisões de Brasília, tanto as já aprovadas como as que se deseja aprovar.

Após o expressivo Dia Nacional de Paralisação, de 15 de março, as forças do campo democrático-popular, lideradas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), vão novamente às ruas na próxima sexta-feira, quando ocorrerá o Dia Nacional de Mobilização, preparatório para a greve geral de 28 de abril “contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e por nenhum direito a menos”, agendada pelas centrais sindicais em decisão unitária. “A única coisa que reverte a tragédia que está em curso no Brasil é promover uma grande greve geral”, disse o secretário-geral da CUT, o metalúrgico Sérgio Nobre.

Na América do Sul, há um processo de mudança econômica e política no sentido do retorno das políticas neoliberais, que vêm sendo executadas por governos conservadores, em contexto de desemprego e inibição da atividade produtiva. Os dois casos principais dessa tendência são o Brasil e a Argentina, mas a direita tenta se afirmar em vários países, inclusive naqueles em que a esquerda governa, caso da Venezuela, Bolívia e Equador. A Confederação Geral do Trabalho (CGT), a central sindical peronista da Argentina agendou um dia de greve nacional contra Macri para 6 de abril.

De um modo geral, não há mudança econômica sem decisões e ações políticas, sobretudo quando os agentes do mercado demandam alteração nas legislações que afetam seus interesses, a começar pelas relacionadas aos custos

trabalhistas e tributários, eventualmente também de importações, exportações, crédito etc. As políticas públicas envolvem interesses muito concretos e os empresários, de um modo geral, possuem substantivos recursos de poder para encaminhar as suas demandas. As crises cíclicas do capitalismo são momentos ímpares para se tentar mudanças. Quando elas ocorrem em regimes democráticos, a direita oposicionista pode se fortalecer e chegar ao governo desbancando a esquerda, e vice-versa.

A curta vida do governo *pós-impeachment* não está fácil. Ao mesmo tempo em que os conservadores apresentam sinais de divisão e irracionalidade em relação a como prosseguir na bandeira contra a corrupção (a Operação Carne Fraca foi executada com cabeça fraca) – bandeira que os ajudou a alcançar o Palácio do Planalto, pois os problemas fiscais atribuídos a Dilma e as irregularidades identificadas na Lava Jato quase que se fundiram no imaginário da opinião pública, graças à atuação politizada da grande mídia –, agora passam a nadar contra a corrente, pois suas propostas de mudança regressiva vêm encontrando resistência nas classes populares. Na própria votação da terceirização, recentemente realizada na Câmara dos Deputados, a base governista perdeu alguns votos entre seus membros.

Enfim, há que se atentar para a econômica política e a sociologia política da política econômica, no sentido amplo do termo, particularmente para o comportamento dos atores, seja da direita ou da esquerda. A política é dinâmica e hoje no Brasil, como nunca na história.

DESORDEM E REGRESSO

Jornal do Brasil - 11/04/2017

O governo Temer, empossado em decorrência de um *impeachment* bastante controverso (que corrobora para a deterioração do consenso quanto ao teor democrático atribuído às instituições), vem executando um programa não sancionado em pleito eleitoral algum e social e economicamente regressivo. A atual gestão presidencial não conta com o respaldo da opinião pública. Segundo pesquisa CNI-IBOPE divulgada em 31 de março, 55% dos entrevistados consideram o governo Temer ruim ou péssimo e apenas 10% avaliam-no como ótimo. O Latinobarômetro de 2016 indicou que apenas 9% dos brasileiros acreditam que se governa para o bem de todo o povo. Se uma das principais estruturas de alavancagem da legitimidade do regime democrático é a soberania popular expressa pelo voto universal, sendo a outra o desempenho do governo, então o país está no pior dos mundos, pois não conta, efetivamente, na conjuntura *pós-impeachment*, com nenhuma dessas duas dimensões do processo de legitimação da democracia. Para agravar o quadro, diga-se de passagem, a crise produziu um fenômeno inédito: o desaparecimento da confiança interpessoal. O país está na desordem e em trajetória de regresso ao desempenho decadente tanto dos índices de desigualdade quanto da estrutura produtiva. No entanto, o slogan do governo é “Ordem e Progresso”.

A democracia pode ser entendida apenas como um regime político cujos

procedimentos formais permitem a seleção periódica dos representantes, através do mecanismo eleitoral, desde que acompanhado de alguns requisitos, como a idoneidade do pleito, as liberdades de associação (não só partidária) e de expressão e o direito à informação. Mas a democracia também pode ser vista em uma dimensão mais ampla que a de um regime institucional, para a qual importa haver uma sociedade democrática, estruturada em uma cultura política de suporte aos valores, às instituições e às práticas da democracia.

De 2015 para cá, com a emergência de uma nova direita, estimulada pela grande mídia e apoiada no conservadorismo liberal e, em certa medida, em valores autoritários; com o casuísmo de certas decisões e práticas institucionais, a começar pelas que resultaram no impedimento, mas também aquelas observadas nos abusos jurídicos da Operação Lava Jato, que têm sido referendados pelo TRF-4 com base no argumento de que “uma situação inédita, [merece] um tratamento excepcional”; com o aumento da repressão policial aos movimentos sociais, inclusive, por exemplo, no âmbito das instituições de ensino, como se estivéssemos na velha ditadura militar; enfim, essa involução no conteúdo das ações de atores com recursos de poder no Estado e na sociedade aponta para uma reversão do teor de democracia nas instituições e na cultura política.

Por outro lado, afora a dimensão política, há também em curso uma regressão imensurável nas esferas econômica e social. Desde antes de assumir a Presidência, o PMDB vinha defendendo a realização de um conjunto de reformas de cunho liberal, visando, em tese, resgatar a “confiança” dos investidores e retirar o Brasil da recessão iniciada no segundo semestre de 2014. O documento “Uma Ponte para o Futuro” enfatizava a necessidade de “executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada”, colocando em primeiro plano as empresas (cuja racionalidade formal, de mercado, apoia-se na busca sistemática do lucro), e não a Nação. Obviamente, as empresas têm uma importância-chave, porém, a nação é a construção histórica de um povo que, organizado politicamente por meio de seu Estado, procura ser soberano, isto é, dispor dos meios necessários para projetar e realizar de maneira autônoma o seu futuro coletivo. Uma racionalidade econômica apartada de um projeto nacional de inclusão popular da cidadania vai de encontro ao ideal democrático de igualdade e aponta para a instabilidade política, sintoma claramente em manifestação nesta conjuntura em que os interesses neoliberais, cuja operacionalização tem produzido em todo o mundo fortes tendências de exclusão social, estão sendo convertidos em decisões de políticas públicas.

A constitucionalização, por vinte anos, de um teto de gastos públicos com

base na variação da inflação do período anterior marca uma ruptura com o pacto social firmado na Constituição de 1988 e impede que o Estado cumpra a função de indução do desenvolvimento, que requer crescimento, para o que os investimentos públicos são fundamentais. A mudança no marco regulatório do pré-sal desobriga a Petrobras de participar em no mínimo 30% da extração de petróleo, para abrir caminho às multinacionais, ou seja, ao aprofundamento da desnacionalização da estrutura produtiva e da dependência externa. O fim da política de conteúdo nacional para a cadeia produtiva de petróleo e gás enterra uma iniciativa importante de estímulo à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico. A regulamentação da aquisição de terras para estrangeiros visa que o capital forâneo se ocupe do agronegócio e da destruição ambiental. (Será mera coincidência o anúncio, depois não confirmado, de ocorrência do mal da vaca louca no Rio de Janeiro, seguido da exagerada Operação Carne Fraca?). A aprovação da terceirização das atividades-fim e o intuito de abolir a legislação trabalhista apontam para a versão pós-moderna da superexploração do trabalho nas terras tupiniquim, onde há uma das nações mais desiguais do planeta. A proposta de estabelecer uma idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres aos 65 anos e um tempo de contribuição de 49 anos para o cidadão usufruir do benefício integral, enfim, a reforma da previdência vai, na prática, restringir muito os estratos sociais mais vulneráveis ao acesso a esse direito, prejudicar os que possuem expectativa de vida menor e os que estão no mercado informal de trabalho. Por outro lado, a dívida ativa das empresas para com o INSS é de R\$ 462 bilhões, três vezes o déficit do RGPS (Regime Geral da Previdência Social) em 2016 (R\$ 151,9 bilhões). Vários programas estão sendo engavetados, por exemplo, o Ciência Sem Fronteiras. Seremos a fronteira sem Ciências? Outros, que tinham uma função relativamente importante para a sustentação do investimento e da atividade, como o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento, passaram por uma forte redução de recursos. O ajuste recessivo só piora as condições precárias e de calamidade pública de alguns estados da federação e de áreas-chave como a segurança pública.

Essas decisões e políticas públicas visam reorientar a organização formal da sociedade segundo princípios liberais de empresa e concorrência. Visam induzir a que a dinâmica das relações sociais seja voltada em grau muito maior para a eficiência de mercado, mas de uma concepção desregulada de mercado, um mercado selvagem e, como nunca na história, promotor de injustiças e desequilíbrios estruturais. O Estado está sendo profundamente transformado, reduzido,

com a concentração das suas atividades na efetivação jurídica dos contratos. Abre-se ao setor privado uma maior capacidade de impor as decisões de alcance coletivo, de modo a se subordinar o todo às partes mais poderosas.

A aprovação e implementação do conjunto dessas medidas em tempo recorde na história do Brasil deve-se à posição politicamente dominante alcançada pela coalizão de classes e parlamentar que sustentou o *impeachment*, nucleada nos grandes rentistas, financistas e industriais, que, por meio de suas associações de interesses e outros laços, têm ampla influência e suporte nos atuais partidos governistas. Essa coalizão possui também tentáculos nas elites da burocracia pública de todos os Três Poderes e nos segmentos conservadores da classe média, que se mobilizaram para o *impeachment*.

Há um forte movimento no sentido de buscar atrair a poupança externa, ou seja, as empresas estrangeiras, as multinacionais, que veem o país como uma plataforma de valorização do capital. A coalizão no poder promove um aprofundamento da associação dependente, tanto material quanto ideológica, com as grandes corporações dos países do Hemisfério Norte. Os trabalhadores, formais e informais, e os setores médios ligados a sindicatos foram excluídos da base sociopolítica do governo a partir do *impeachment*, tornando-se politicamente mais frágeis, isto é, menos capazes de influenciar a tomada de decisões. Entretanto, a reforma da previdência parece anunciar uma retomada da ação das forças progressistas. Mas, no que depende do vetor de classes que assumiu o leme do Estado, a estrutura social e de poder do Brasil caminha no sentido de aprofundar o seu caráter imensamente desigual.

Ocorre no Brasil a crescente fusão do poder econômico e do poder político, em contexto de dependência nacional frente aos centros financeiros e tecnológicos internacionais. O compromisso entre capital e trabalho para o desenvolvimento nacional, institucionalizado na Era Vargas e recuperado nos governos petistas, é seriamente fragilizado, com graves consequências para a maioria da sociedade, sobretudo os setores mais vulneráveis e dependentes das políticas econômicas e sociais do governo. No lugar desse compromisso são colocadas a desorganização e a desvalorização não só do trabalho, com o aumento da informalidade e da precarização dos empregos, mas igualmente do capital produtivo nacional que, apesar de ter apoiado o *impeachment*, é acossado, junto com os trabalhadores, pelo aperto do ajuste fiscal de longo prazo, pela valorização cambial e pela política monetária restrita.

Somam-se a tudo isso a continuidade da Operação Lava-Jato e a deflagração da Operação Carne Fraca, que, no intuito de combaterem práticas ilícitas em

grandes empresas, direcionaram suas investigações para os setores nos quais o Brasil é internacionalmente competitivo: petróleo, construção civil e agronegócio. A seletividade e a irresponsabilidade da Polícia Federal e do Ministério Público na condução das investigações provocam o desmantelamento de empresas nacionais, gerando perdas significativas para a economia, e beneficiando as corporações internacionais, que passam a ter no Brasil um amplo mercado para operar, inclusive adquirindo gigantescas propriedades rurais. A desnacionalização da economia, ao deslocar os núcleos dinâmicos do país para o exterior, reforça a dependência em relação aos centros decisórios mundiais e às estratégias dos interesses estrangeiros. O ataque simultâneo ao trabalho e ao capital nacionais torna o país menos capaz de oferecer à maioria dos seus cidadãos possibilidades de engrandecimento individual e coletivo, assim como de efetivar a soberania popular no que diz respeito aos rumos históricos da Nação. Enfim, o ultraliberalismo do atual governo recria a desordem e o regresso à trajetória de decadência do Brasil. 2018 trará um fundo ao poço que parece não existir? (Agradeço ao apoio de Felipe Maruf Quintas).

SECTARISMO OU COMPROMISSO?

Jornal do Brasil - 21/04/2017

A ampla publicidade conferida à lista de Fachin, contendo nomes mencionados na delação premiada em que 77 (ex)executivos da Odebrecht admitem terem financiado campanhas eleitorais com caixa dois para praticamente todos os partidos e terem pagado propina para a realização de obras públicas contratadas pelo Estado, atingiu em cheio a classe política.

Apesar de Fachin ter autorizado o início das investigações juntamente com a divulgação dos envolvidos, o que em tese não condena nenhum citado, a abordagem escandalosa e ideologicamente interessada que tem circunscrito a Operação Lava Jato faz com que a mera presença nominal na lista de delatados já complique a situação dos envolvidos. A grande mídia e as redes sociais incitam o pré-julgamento e o ódio público antes de qualquer ação formal da Justiça e do direito de defesa dos acusados, o que seria imprescindível em se tratando de vigência do Estado de Direito. Essa postura sectária aponta para um horizonte no qual estarão jogados pelo ralo o bebê (o sistema político e a ordem constitucional), e a água do banho. Se a direita paneleira e das ruas estivesse interessada em fazer agora com o governo Temer o que fizeram com Dilma em 2015 e 2016, o apocalipse institucional estaria plenamente configurado. Porém, como a Globo e os movimentos liberal-conservadores (MBL, Vem pra Rua etc.), não tem interesse em destituir Temer, o presidente segue governando, atolado na lama,

mas tentando prosseguir na implementação de seu projeto ultraliberal e antinacional, para o que conta com o precioso apoio do mercado.

Grande parte do problema do sistema político está no antigo padrão de financiamento empresarial das campanhas eleitorais que a grande mídia sempre ou defendeu ou se omitiu sobre o assunto, como se omite até hoje ao não analisar as causas dos problemas investigados nas delações. O Jornal Nacional e a Globo News não dizem uma palavra sobre o erro que era o financiamento empresarial, mas se esforçam para a criminalização dos partidos, especialmente do PT, ao invés de se preocuparem com o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Não à toa, no passado, as Organizações Globo apoiaram o golpe militar de 1964. Para o liberalismo extremado, sobretudo em contexto de crise, a política atrapalha a economia, a democracia atormenta o mercado e corrupção é plataforma política para encobrir interesses de outra ordem.

A escandalosa implementação da Operação Lava Jato, mormente agora após a divulgação do conteúdo da “delação do fim do mundo”, está colocando o país em um problema insolúvel, irracional e destrutivo, enraizado nos pressupostos idealistas e nos interesses materialistas-neoliberais que a motivam. Do ponto de vista de seus pressupostos idealistas, trata-se de uma cruzada política de purificação nacional contra a corrupção, conduzida por elites burocráticas não eleitas, ou seja, sem mandato político e vocação política. Querer resolver, em uma tacada só e por meio de abusos aos direitos civis, as ligações irregulares entre o empresariado e a classe política sem se preocupar com a ordem econômica e a ordem política tem consequências destrutivas, conforme estamos vendo. Como ensinou Weber, uma coisa é a ética da convicção, que costuma pautar a conduta individual, outra a ética da responsabilidade, mais consequencialista, que pauta a ação de coletivos, grupos, partidos e, assim, instituições políticas, tais como partidos e Estados. Em meio a tantas fraquezas humanas, querer aplicar o critério da ética da convicção, sem mediações, às relações políticas de caixa 2 é uma inconsequência que está custando muito caro à nação. A orientação mais sensata seria buscar um compromisso entre ética e política que não prejudicasse tanto o processo democrático e o desenvolvimento econômico nacional. Como se sabe, o ótimo pode ser inimigo do bom, o bom do regular e o regular do péssimo. No entanto, desde o *impeachment*, a opção de várias elites que o apoiaram foi sacrificar a democracia, diminuindo seu teor nas instituições e na cultura política, e a economia. A mesma lógica sectária e irresponsável em relação ao caixa 2 foi aplicada para avaliar as chamadas pedaladas fiscais que Dilma teria feito.

A coalizão que apoiou o *impeachment* aproximou dois “partidos” principais, ambos liberais, pois não divergem quanto ao programa de Estado mínimo (emenda do teto de gastos, concessão ampla da exploração do pré-sal às multinacionais, terceirização, reforma trabalhista e reforma da previdência): o partido do mercado e o partido anticorrupção. Eles abrigam contradições internas. No partido do mercado, além dos capitalistas nacionais e estrangeiros, há 68 políticos da situação mencionados na lista de Fachin, distribuídos no PMDB, PSDB, PP, PSD, DEM etc. 24 nomes da lista do ministro do STF são de partidos da oposição. O partido do combate à corrupção é o Partido Operação Lava Jato (POLJ), apoiado, principalmente, na grande mídia e na direita que hoje saiu das ruas. Algumas forças ocultas mais irracionais e ferozes do mercado o respaldam. O principal objetivo desse partido é impedir que Lula seja candidato em 2018 e implodir o PT. Para tanto, o POLJ está disposto a sacrificar a imagem pública de algumas de suas lideranças no Congresso Nacional e nos partidos formais, como Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin etc, pois, sendo Lula um peixe muito grande, é arriscado politicamente devorá-lo sem garantir a impressão de que a suposta justiça esteja sendo aplicada de modo minimamente igual para todos.

Para prosseguir em sua seletividade, o POLJ, através da grande mídia, seu braço de comunicação, procura, em alguma medida, incitar a polarização do país entre dois partidos: o da corrupção, representado por todos os partidos formais e políticos envolvidos nas disputas de poder e influência no Legislativo e no Executivo, e o da honestidade, representado por ela própria, obviamente, e pelas elites burocráticas privilegiadas do aparato jurídico-policial. O partido da autodeclarada honestidade visaria abrir o caminho para que o mercado, tido como mecanismo neutro e aberto aos interesses de todos, possa ser o eixo de coordenação do país. Na verdade, tal polarização é falsa, pois o que está em questão não é nem a honestidade e nem a corrupção, e sim o confronto entre dois projetos: um de defesa dos interesses da financeirização da economia e da maior abertura do mercado interno às multinacionais, caso do “partido da honestidade”, e outro de defesa dos interesses do setor produtivo nacional e da maioria da população, caso do partido espertamente rotulado como o suprasumo da corrupção, mais especificamente o PT, cuja maior liderança é Lula.

Então, o que se observa é um descolamento, no interior das forças de direita que apoiaram o *impeachment*, entre, por um lado, as elites mais dispostas a prosseguir na cruzada de salvação nacional, para viabilizar a condenação e eventual prisão de Lula e aprofundar no caminho da dependência nacional e,

por outro, as elites políticas que garantiram o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef. Há, no momento, uma disjunção na direita entre sectarismo e compromisso. Fala-se que algumas forças políticas da direita estariam buscando compromisso com a esquerda. Essa rota disjuntiva aponta para o que tem sido chamado de golpe dentro do golpe. Talvez ela sirva apenas para tentar criar um clima que favoreça o intuito de se livrar de peixe grande e recolonizar o país. Talvez ela ameace ainda mais o processo democrático brasileiro, hoje bastante ferido. Os progressistas estão retomando a ação, pois as reformas de Temer são impopulares, e não vão assistir passivamente à tentativa de crucificação de Lula. A tragédia nacional continua corroendo a todos. Sem política não há solução. (Agradeço ao apoio de Felipe Maruf Quintas.)

ALIANÇA NA SOCIEDADE CIVIL PARA A GREVE GERAL DE 28 DE ABRIL

Jornal do Brasil - 25/04/2017

As nove entidades nacionais do movimento sindical dos trabalhadores, que abrangem todas as centrais sindicais reconhecidas pelo Estado brasileiro e outras organizações sindicais de âmbito nacional, estão organizando uma inédita greve geral unificada para a próxima sexta-feira, dia 28 de abril, contra as reformas da Previdência e da legislação trabalhista e contra a Lei nº 13.429/2017, recentemente sancionada, que instituiu a terceirização. Essas mudanças são estruturais e ameaçam direitos históricos dos trabalhadores, que remontam às decisões tomadas a partir da Revolução de 1930, como a criação naquele ano do Ministério do Trabalho, seguida pela ampliação das caixas ou institutos de aposentadorias e pensões para as mais diversas categorias profissionais e o decreto-lei instituindo a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1º de maio 1943. A presença dos trabalhadores no meio urbano e a necessidade de organizar o mercado de trabalho para a modernização do país ajudam a explicar tais decisões, ampliadas mais ainda com a Seguridade Social da Constituição de 1988. Agora o governo as quer restringir intensamente, para prosseguir colocando o fardo da crise nas costas dos mais vulneráveis, enquanto mantém privilégios inaceitáveis para minorias corporativas, como juizes, militares e

políticos, e enquanto a dívida das empresas privadas com o INSS é gigantesca.

Em documento conjunto, tornado público em 27 de março, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas), a Força Sindical (FS), a Intersindical, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT) afirmam o seguinte: “As centrais sindicais conclamam seus sindicatos filiados para, no dia 28, convocar os trabalhadores a paralisarem suas atividades, como alerta ao governo de que a sociedade e a classe trabalhadora não aceitarão as propostas de reformas da Previdência, Trabalhista e o projeto de Terceirização aprovado pela Câmara, que o governo Temer quer impor ao País. Em nossa opinião, trata-se do desmonte da Previdência Pública e da retirada dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT. Por isso, conclamamos todos, neste dia, a demonstrarem o seu descontentamento, ajudando a paralisar o Brasil”.

A oposição a essa agenda de reformas regressivas, que operam no sentido de tentar superar a crise sacrificando o salário direto (desemprego, que rebaixa a remuneração do trabalho, e retirada da legislação trabalhista das relações de contratação de mão de obra) e o salário indireto (políticas sociais, como é o caso da Previdência e dos serviços públicos, hoje submetidos à restritiva lei do teto), é ainda mais ampla, tendo outros apoios na sociedade civil. Em relação especificamente à reforma da previdência, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Federal de Economia (Cofecon), a UNE, o MST, entre outras organizações, a apoiam. Segundo a CNBB, a PEC 287/2016 (reforma da Previdência), “escolhe o caminho da exclusão social”. O arcebispo da Paraíba, dom Manoel Delson Pedreira da Cruz, convocou a população do estado a aderir à greve geral.

Criticando o recém-aprovado regime de urgência na tramitação da reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, assim se pronunciou Claudio Lamachia, presidente nacional na OAB: “aprovar uma reforma trabalhista controversa, de modo açodado, significa assumir o risco de esfacelar completamente a solidez das instituições e os direitos conquistados pela cidadania, a duras penas, nas últimas décadas”.

Com a urbanização e a industrialização, as cidades brasileiras cresceram, passaram e concentrar a maior parte da população e a abrigarem uma estrutura social com três classes fundamentais: os capitalistas de diversos setores (finanças, indústria, comércio, serviços etc.), os trabalhadores e a classe média. Em linhas

gerais, no processo do *impeachment*, os políticos que o apoiaram associaram-se a certas elites da burocracia pública, aos capitalistas em geral e às camadas médias urbanas, sobretudo seus estratos ideologicamente mais conservadores. Com as reformas regressivas em curso, as forças hoje na oposição, nucleadas em torno da classe trabalhadora, vão reconquistando apoio nas camadas médias, cujos interesses estão sendo contrariados com as reformas da Previdência e nas relações de trabalho. É como se os trabalhadores da linha de produção e do escritório estivessem se aliando para enfrentar a conjuntura de ataques aos seus interesses. Nas duas manifestações nacionais ocorridas em março, preparatórias à greve geral do dia 28 de abril, a adesão significativa às ruas, a partir do chamado das lideranças de centro-esquerda e esquerda, já indicou essa tendência, que tende a se acentuar na ação dessa semana.

Há uma intensa crise no Brasil, tanto econômica quanto política, e ocorre uma ofensiva imensa do governo, com o apoio dos empresários, contra os salários indiretos e diretos, visando reverter o processo de combate à desigualdade que vinha ocorrendo nos governos de Lula de Dilma. A novidade recente é a tendência de certa reconfiguração da coalizão entre trabalhadores e estratos médios para se defenderem das reformas orientadas para o mercado, implementadas sob a batuta de Temer e Meirelles. A paralisação do dia 28 parece prometer ser mais um capítulo importante da conturbada situação nacional.

QUEM (NÃO) PRECISA DA DEMOCRACIA?

Brasil Debate - 05/05/2017

Enquanto alguns preferem chamar de golpe parlamentar o *impeachment* sem claro crime de responsabilidade, prefiro chamá-lo, por três fatores, de golpe de Estado. Abaixo explicarei essa posição. De qualquer modo, o golpe abriu um debate sobre a democracia brasileira. O que ele significa para o regime democrático, qual é a qualidade da democracia hoje e qual é a relação da democracia com os interesses das principais forças nas lutas de classes em curso no país?

A ideia de golpe parlamentar foca em que, do ponto de vista do início e do acabamento institucionais e formais do processo de impedimento, foi o Congresso (a Câmara e o Senado) que o executou, respeitando a Constituição apenas na aparência das coisas. No entanto, as bases de sustentação do golpe extrapolaram, inclusive no plano institucional, os partidos e os parlamentares, de modo que pensar apenas em golpe parlamentar parece ser impressionista, formalista e reducionista.

O próprio pedido do impedimento, acatado na Câmara dos Deputados por Eduardo Cunha, foi assinado e subscrito por forças conservadoras da sociedade civil, vinculadas, grosso modo, à classe média alta: três juristas, 43 movimentos contra a corrupção, mais o MBL e o Vem Pra Rua. Além disso, ancorada na Operação Lava Jato (reunindo uma alta burocracia pública da Justiça Federal, do Ministério Público Federal e da Polícia Federal), a grande mídia, desde a primeira

hora, foi peça-chave como porta-voz e liderança do golpe, gerando uma opinião pública favorável ao *impeachment* e alavancando a mobilização para os protestos de rua ocorridos em 2015 e 2016. Por fim, ao final de 2015, o empresariado, primeiramente através da FIESP, foi aderindo sistemicamente ao golpe, até ao ponto de haver praticamente uma unificação das frações de classe da grande burguesia em torno do impedimento.

Porém, além dos promotores e apoiadores do golpe transbordarem a esfera parlamentar, o conteúdo decisório das políticas públicas é um segundo elemento-chave ao se analisar o significado do *impeachment*. Nesse aspecto, considere-o um golpe de Estado por ele ter reorganizado para melhor as condições do exercício da hegemonia da fração rentista-financista no bloco no poder através da redefinição ultraliberal e temporalmente acelerada do conteúdo decisório do Estado. O terceiro aspecto diz respeito ao regime político e à cultura política. Há uma regressão do teor de universalidade dos procedimentos e de democracia tanto nas decisões institucionais do Estado – que passam a ser seletivas e casuísticas, astutamente politizadas no sentido da direita ideológica – como na subcultura política dos estratos sociais conservadores defensores das mudanças em curso, nos quais proliferam manifestações de autoritarismo, ódio de classe, intolerância, antipetismo histórico, mentalidade justiceira etc.

Desde o resultado das disputadíssimas eleições de 2014, quando pela quarta vez consecutiva candidatos do PT venceram o pleito presidencial, a coalizão golpista foi ingressando em um curso de ação que tornou a democracia relativamente dispensável, aceitável apenas em intensidade baixa e em condições seguras para os seus interesses: uma democracia expurgada da principal ameaça, a existência de uma representação político-partidária enraizada no eleitorado e no campo democrático-popular, cujo núcleo está na classe trabalhadora organizada na cidade e no campo.

A equação ultraneoliberal não fecha com o PT, sobretudo com Lula, pois os interesses a que ela atende não estão mais dispostos, no contexto da crise do capitalismo, da hiperconcorrência global e da pressão por mercados desregulados e instituições padronizadas, a conviver com uma versão flexível do tripé macroeconômico (juros mais baixos, câmbio desvalorizado e política fiscal contracíclica), com o regime de partilha do pré-sal, com bancos públicos ativos (BNDES, BB e CEF), concorrendo com espaços de mercado do setor privado e com o pacto social da Constituição de 1988. Essa equação também não pode fechar com um curso de ação do processo da democracia que caminhe no sentido de uma revolução democrática. O golpe reverte a trajetória expansiva da

democracia brasileira, observada entre 2003 e 2014, impulsionada pela mudança na relação de forças aberta com a vitória de Lula em 2002 e pelas novas políticas públicas colocadas em práticas, mesmo que o tripé macroeconômico neoclássico, herdado do governo Fernando Henrique Cardoso, não houvesse sido estruturalmente reformulado.

Quem precisa de democracia plena para levar à frente seus interesses são as forças da revolução democrática, o *demos*, as classes populares. A resistência democrática e contra a captura do Estado pelos interesses neoliberais são duas faces da mesma moeda. Em vários países a questão de fundo é mais ou menos a mesma. Ou o capital fictício vai tornar fictícia a democracia e a proteção social, previdenciária e trabalhista, ou as forças da revolução democrática, reanimadas com a combativa e impactante greve geral de 28 de abril e com as manifestações do 1º de Maio, hão de prosseguir na construção de uma virada da conjuntura nacional, retomando um maior equilíbrio na relação de forças entre capital e trabalho e a formulação de um projeto alternativo de governo e de Estado, sob pena do naufrágio em curso do Brasil ser uma versão superlativa, quase continental, da tragédia do Titanic.

TEMER AGONIZA

Jornal do Brasil - 22/05/2017

A divulgação tanto da gravação da conversa entre o megaempresário Joesley Batista e o presidente Temer quanto dos vídeos com as delações dos executivos da JBS, multinacional brasileira e maior produtora e exportadora de proteína animal do mundo, caiu como bomba atômica sobre o governo federal. O STF autorizou o inquérito investigativo contra o presidente por obstrução da justiça, corrupção e formação de organização criminosa, solicitado pela Procuradoria-Geral da República. O Conselho da OAB pedirá *impeachment* de Temer por crime de responsabilidade e oito pedidos com o mesmo teor foram protocolados na Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. A possibilidade de outra deposição presidencial retorna à cena política da dramática crise nacional, quando a economia ainda sequer saiu da UTI.

Se até a semana passada o presidente lograva organizar a governabilidade, por manter uma forte base de apoio no Congresso, mas era desprovido de legitimidade – devido à esmagadora rejeição da opinião pública às suas políticas e, em alguma medida, ao modo como chegou à chefia do Executivo –, após os fatos recentes, sua sustentação partidária, na grande mídia e no próprio mercado financeiro passou a desmoronar. Sua coalizão institucional e social corrói-se, mas prossegue em pé a demanda pela continuidade das reformas trabalhista e previdenciária por parte do poder econômico.

A reação de Temer, que, em pronunciamento ao público, atacou a gravação e o empresário e alegou ter sido vítima de uma conspiração, além de recorrer ao STF pedindo perícia no áudio, que considera ser fraudado, e engavetamento do inquérito, não parece ter surtido efeito político efetivo, ao menos até o momento. Tampouco dá para desenhar um prognóstico que lhe seja favorável. Pelo contrário, sua perda de legitimidade parece ter ingressado em uma espiral irreversível. Em todo o caso, o pleno do STF apreciará na quarta-feira o pedido da defesa de Temer de suspensão do inquérito até a conclusão da perícia solicitada e já acatada por Fachin.

Um outro capítulo da inacreditável crise nacional se abriu no rastro das investigações contra a corrupção. Se, até então, a repercussão na classe política das irregularidades envolvendo as empresas (Petrobras e grandes empreiteiras) atingiam, em primeiro lugar, o PT e seus dirigentes, a começar por Lula, as informações provenientes da JBS pegam em cheio o PMDB de Temer e o PSDB, através de seu presidente, o senador Aécio Neves, que foi afastado das funções pelo ministro Edson Fachin (relator da Lava Jato) e da presidência do PSDB pela cúpula tucana, além de sua irmã, Andrea Neves, ter sido presa. O senador José Serra (PSDB-SP) também foi mencionado na delação da JBS. Assim, os dois principais partidos de sustentação do atual governo, PMDB e PSDB, estão na linha de fogo da crise política. O PPS e o PSB decidiram romper com Temer e entregar seus cargos ministeriais. Eles possuem, respectivamente, 9 e 35 deputados. O PSDB, que possui 47 deputados, rachou sobre sua saída do governo e passou a condicionar seu apoio à continuidade das reformas

Especula-se que Temer poderá renunciar se o inquérito prosseguir. Aumentou muito também a chance de que a chapa Dilma-Temer seja cassada pelo TSE, no julgamento agendado para 6 de junho. Em caso de queda do presidente, a solução constitucional formal é a eleição indireta. Alguns nomes vêm sendo mencionados para preencher essa possibilidade, como Henrique Meirelles, Carmem Lucia, Nelson Jobim, Tasso Jereissati e Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, há também na Câmara a proposta de emenda constitucional do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ), que prevê eleição direta em caso de vacância presidencial. Considerando a regressão institucional da ordem jurídico-política da República Federativa do Brasil tanto em relação ao Estado da Lei quanto na dimensão democrática, devido ao impedimento sem claro crime de responsabilidade, uma volta ao princípio da soberania popular, através do voto, parece ser a única luz no fim do túnel.

Levando em conta a indispensabilidade da existência consistente do Estado Democrático de Direito como fator de estabilidade política, a alternativa das eleições gerais é a melhor, pois o atalho que enveredou na rota atual, caracterizada por comprometimentos em relação aos direitos civis e à regra da maioria, abriu a fratura imensa configurada na lamentável crise em curso desde 2015, que devora os sistemas político e econômico. Diretas Já, no âmbito de um pacto de salvação nacional!

TRÊS CENÁRIOS DA CRISE PRESIDENCIAL

Jornal do Brasil - 30/05/2017

A revelação do conteúdo da gravação da conversa entre Joesley Batista, proprietário da JBS, e o presidente Temer vem sendo um divisor de águas na trajetória do governo pós-*impeachment*. Se, até então, o Executivo conseguia sustentar a governabilidade, reunindo ampla maioria no Congresso, mas não possuía legitimidade, após o episódio, que se desdobrou em autorização do STF para a investigação do presidente da República por suspeita de praticar três crimes (corrupção passiva, obstrução à justiça e envolvimento em organização criminosa), a própria condição de governabilidade já não é mais a mesma, devido ao abalo que os novos fatos provocaram nos partidos da base.

Mudou a relação de forças, tanto na esfera institucional quanto na social, mas, como o processo de rearticulação política está em curso e os atores dependem de decisões em andamento para definirem suas preferências futuras, fica difícil prever qual será o desfecho da crise presidencial. No entanto, é possível arriscar o desenho de três cenários: Temer fica ou cai; nesse último caso (renúncia ou cassação), o substituto pode ser empossado por via indireta, conforme prevê a Constituição, ou por eleições diretas, alternativa que depende da aprovação de uma emenda constitucional. Por ora, descartarei a alternativa do *impeachment*, por ser a mais demorada e, salvo engano, a menos provável.

A probabilidade de Temer concluir seu mandato reduziu-se. Aumentou a chance de um desfecho desfavorável ao presidente no julgamento do processo

de cassação de sua chapa com Dilma às eleições de 2014, que será retomado em 6 de junho. Além disso, as tratativas para um sucessor indireto e a própria campanha por eleições Diretas Já estão em curso. Em todo o caso, Temer busca reagir à encrenca em que se enfiou. Por um lado, tenta estancar as perdas em sua base e direciona sua coalizão para a continuidade das reformas trabalhista e previdenciária. Mas PSB, PPS, PTN e PHS, que somam 66 deputados federais, já romperam com o governo, juntando-se à oposição. Por outro lado, a mudança de titular na pasta da Justiça, saindo Osmar Serraglio e entrando Torquato Jardim, agrada a base aliada, acuada pela Lava jato, e expressa uma tentativa de autodefesa de Temer, que, tal como muitos de seus correligionários, tem interesse em contar, o quanto possível, com uma Polícia Federal menos ameaçadora e com canais melhores de interlocução com o STF e o TSE. Mas esse contra-ataque abre mais contradições entre as forças que apoiaram a deposição de Dilma. Caso o presidente consiga cumprir todo o seu mandato, aquilo que já estava ruim em termos de clima político tende a piorar e é incerto qual será o impacto disso na capenga economia nacional.

A oposição já anunciou a obstrução dos trabalhos legislativos até que a comissão de *impeachment* seja instalada, com base em um dos 14 pedidos já protocolados na Mesa Diretora, entre os quais o assinado pelo Conselho Federal da OAB. A base governista mais fiel procura resistir e prosseguir com as reformas, que são para ela uma força estrutural de sustentação de sua ação, com ou sem Temer. No entanto, as divergências em relação ao conteúdo concreto das mudanças tendem a aumentar. A reforma trabalhista está mais avançada, já foi aprovada na Câmara e encontra-se no Senado, onde já foi analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos e aguarda agora a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Sociais, antes de ir para a votação final em plenário. Em relação a essa reforma, as disputas políticas aumentaram ainda mais com a crise presidencial. Por outro lado, a reforma da Previdência está para ser votada no plenário da Câmara, sob a liderança de Rodrigo Mais, fiel aliado de Temer, mas essa matéria é talvez ainda mais polêmica.

Se Temer renunciar ou for cassado pelo TSE, a disputa em torno de um nome de consenso entre os governistas já se mostra uma equação difícil de ser resolvida. PMDB, PSDB e DEM, os três principais partidos coalizados na (des) ordem atual, tendem a disputar espaço e, como todas as agremiações foram prejudicadas por suas ligações com as irregularidades investigadas na Lava Jato, todos sentem-se “iguais” e com o mesmo direito e ambição de emplacar o eventual sucessor. A mera menção pública feita pelo governador Geraldo

Alckmin de dois nomes tucanos, Tasso Jereissati e Fernando Henrique Cardoso, foi criticada tanto pelo PMDB como pelo DEM. A alternativa de um nome externo, como o de Modesto Carvalhosa, de setores da sociedade civil liderados por alguns juristas e advogados, esbarra em questões legais, pois ele não é filiado a nenhum partido político, conforme requer a lei. O STF precisaria se posicionar sobre a legalidade dessa alternativa.

Por outro lado, a insatisfação com as reformas e com o sistema político tem reagrupado setores populares da sociedade civil, como se evidenciou na greve geral de 28 de abril e, mais recentemente, no reforço alcançado pelos que defendem as Diretas Já, tendo como gancho institucional a proposta de emenda constitucional de autoria do deputado Miro Teixeira (Rede-RJ). No domingo, 28 de maio, um massivo ato em defesa das eleições diretas, organizado pela Frente Brasil Popular e pela Frente Povo sem Medo, reuniu mais de 100 mil pessoas na praia de Copacabana. A novidade é que a esquerda está conseguindo, na luta contra as reformas e pela deposição de Temer, retomar o diálogo e a ação conjunta com setores sociais mais amplos que seus ativistas regulares. Ou seja, a oposição de esquerda está aos poucos saindo do isolamento em que foi sendo empurrada desde 2015, com a ofensiva das forças de direita.

Há três cenários na crise presidencial, todos eles difíceis. A continuidade de Temer, que parece ter se enfraquecido, alimenta e unifica a oposição institucional e social, podendo colocar a aprovação das reformas em risco. Um elemento-chave é o comportamento dos grandes capitalistas em relação a essa perspectiva. A Globo partiu para a ofensiva contra o presidente, mas opta pela alternativa prevista na Constituição. A deposição pela via indireta envolve dois problemas: por um lado, a obtenção de um nome de consenso tanto entre os atuais governistas como entre as forças que apoiam a luta contra a corrupção em uma perspectiva liberal, vinculada à continuidade das reformas antipopulares e, por outro, a aceitação dessa solução pelo eleitorado, que, segundo dados de opinião pública, prefere as eleições diretas e rejeita o atual Congresso Nacional. Por fim, a alternativa do restabelecimento da soberania popular, pelo retorno imediato do voto direto, em função da ferida provocada pelo impedimento sem claro crime de responsabilidade e, ainda mais, pelo envolvimento de Temer em irregularidades cometidas durante o atual mandato, parece ser promissora em termos de obtenção de respaldo na sociedade civil, mas precisaria ter a força suficiente para ser aprovada pelo parlamento em votação que exige quórum qualificado. Como os historiadores futuros narrarão essa impressionante crise brasileira?

DIRETAS E CONSTITUINTE: A DEMOCRACIA E A NAÇÃO

Jornal do Brasil - 13/06/2017

Muitas vezes têm se referido à falência do sistema político brasileiro. Cientistas sociais, jornalistas, políticos da situação e da oposição, magistrados, empresários, lideranças da sociedade civil, enfim, quase que em coro, sustentam essa avaliação. Esse sistema deriva da Constituição de 1988, que inseriu institucionalmente o Brasil no Estado Democrático de Direito, conceito de regime cuja efetividade objetiva de seu funcionamento depende do processo político real, das capacidades estatais e do comportamento dos atores, no sentido de as elites não tornarem a lei letra morta e da sociedade demandar sua aplicação.

Na contramão desse conceito, observa-se um processo de desdemocratização, cuja maior expressão é a implementação de um programa de governo, por Temer, que não passou pelo aval dos eleitores, regressão também manifesta no aumento do autoritarismo do Estado; além disso, os direitos passam por uma série de ameaças e de efetivos retrocessos. A crise do sistema político ou do regime insere-se em uma crise da ordem constitucional, expressa na deslegitimação do conjunto do poder público, o que significa o divórcio entre a nação e o Estado. Cada vez mais, temos um Estado antinacional, e não meramente por abrir ainda mais as portas do país para o capital estrangeiro, mas também no sentido de que ele induz ao movimento regressivo da nação enquanto formação social e política, pela via da involução econômica e da desdemocratização.

A falência do sistema político pulula ao mesmo tempo em que se abandona a trajetória, perseguida principalmente por Lula e Dilma, de se incorporar nas organizações públicas e nas políticas públicas o espírito do estado de bem-estar social da Constituição de 1988. Cabe lembrar que, já no início dos anos 1990, desde o governo Collor, os neoliberais consideravam a Carta Magna ultrapassada, como não correspondente aos novos ventos que sopravam a partir dos países desenvolvidos, com os quais os setores não nacionalistas das elites econômicas e políticas se identificam.

O modo no mínimo duvidoso como Temer chegou à presidência da República e as novas políticas públicas ultraliberais ajudam a explicar, junto com a recessão brutal que as medidas aprovadas contribuíram para gerar, a crise de legitimidade do conjunto das instituições do Estado, nos Três Poderes. Se até recentemente o Executivo e o Legislativo federais eram os poderes mais rejeitados, a decisão do TSE de aprovar as contas da chapa Dilma-Temer explicitou a seletividade política do processo decisório do Judiciário, o que induz ao aumento da desconfiança em relação a esse poder da União. Nas comarcas e nas capitais, as cortes jurídicas já não gozam de prestígio, são desaprovadas, devido à ineficiência do sistema de justiça. Se, por um lado, a falência do sistema político, a crescente judicialização da política e o menosprezo oligárquico pela democracia e pelos direitos abriram caminho para o ativismo jurídico-policial, por outro, a crise de legitimidade das instituições do Estado não vai ser superada, pelo contrário, tende a ser agravada por esse protagonismo politizado do judiciário, seja o antipetista, o governista ou a salvacionista. Se combater a corrupção é fundamental, tão importante quanto é o modo de se fazê-lo. Várias vozes consideram inadequado combatê-la desrespeitando os direitos civis, assim como não se deveria domar a inflação destruindo a economia. Além disso, não cabe à burocracia togada ter um programa político, seja ele qual for, como vem ocorrendo na aliança salvacionista entre o Ministério Público, a Polícia Federal e setores do Judiciário.

Por outro lado, a situação política do presidente Temer continua insustentável, a tal ponto que, devido ao desgaste público representado pela continuidade do PSDB na base de apoio do governo, o próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, líder tucano, passou a defender eleições diretas, pronunciando-se assim em nota: “A ordem vigente é legal e constitucional [...] mas não havendo aceitação generalizada de sua validade, ou há um gesto de grandeza por parte de quem legalmente detém o poder pedindo antecipação de eleições gerais, ou o poder se erode de tal forma que as ruas pedirão a ruptura da regra vigente exigindo antecipação do voto”.

Além das eleições diretas, está se abrindo no horizonte a necessidade de uma nova Assembleia Constituinte. A Constituição está sendo reescrita sem a soberania popular. Uma coisa é uma emenda constitucional, outra coisa é uma nova Carta Magna parida através de emendas. O pacto social de 1988, por exemplo, pilar da ordem constitucional até 2016, foi emendado para se limitar o gasto público conforme a variação da inflação. Isso equivale a remover a viga principal de um edifício, o que resulta no desabamento das demais e, portanto, de toda a obra. A atual proposta de reforma da Previdência, se aprovada, vai enterrar a Seguridade Social. Tais reformas reduzem o salário indireto e os direitos de aposentadoria, assim como o desemprego e a reforma trabalhista retiram o salário direto e outras garantias do mercado de contratação do trabalho assalariado. Não se pode esquecer que o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta e o desenvolvimento demandado pela população é, obviamente, incluyente, e não excluyente.

O sistema político brasileiro é um cadáver insepulto exalando o odor fétido de sua putrefação. O regime partidário virou uma indústria, com novas agremiações surgindo descontroladamente. Os partidos não representam eleitores, mas grupos de interesse sem programa para o país, cuja formação é estimulada pela existência de recursos institucionais com critérios de distribuição questionáveis, como o fundo partidário e o horário eleitoral gratuito. Não obstante, os parlamentares da coalizão de governo, na Câmara e no Senado, têm aprovado mudanças de profundo impacto, sob o aplauso dos grandes capitalistas que os financiaram. E fazem-no ao mesmo tempo em que, regidos pelo desgastado presidente da República, buscam se salvar das investigações e processos em que estão envolvidos no âmbito da Lava Jato.

A questão da democracia está no centro da crise nacional. Nesse contexto, há duas tarefas democráticas nos horizontes imediato e mediato, respectivamente, a realização de eleições diretas e de uma nova Assembleia Constituinte. Ambas são polêmicas e de realização difícil, mas tocam no essencial, a reconstrução da ordem democrática. A reforma política não avança, assim como a reforma econômica dos meios de comunicação e a reforma tributária. A soberania popular é a via ético-política de resgate da legitimidade perdida capaz de tirar a democracia e o país do caos atual.

CENTRAIS SINDICAIS PARALISARÃO SUAS BASES SEXTA, DIA 30

Brasil Debate - 28/06/2017

A CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), a CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), a CSP Conlutas (Central Sindical e Popular), a CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a Força Sindical, a Intersindical (Central da Classe Trabalhadora), a NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores) estão convocando uma nova paralisação para o dia 30 de junho, próxima sexta-feira. O motivo é o mesmo que vem concentrando as preocupações e ações dos sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais progressistas, especialmente desde o início de março, quando passaram a promover mobilizações unitárias: a luta contra as reformas trabalhista e da previdência, que estão em tramitação no Congresso Nacional. Até o momento, o pico dessas mobilizações foi a greve geral de 28 de abril.

Uma das principais características da crise brasileira é a ofensiva dos grandes capitalistas de todos os setores de atividade contra o trabalho assalariado, tanto pela via do salário direito como do salário indireto. O combate ao salário direto se dá pela recessão em curso desde 2015, que produz desemprego e rebaixa a remuneração do trabalho, e pela reforma, mais exatamente contrarreforma, dos direitos trabalhistas, orientada para favorecer os interesses dos

empregadores. Nos últimos dois anos, o salário médio no Brasil tem caído, já sendo inferior ao da China, país onde esse indicador vem subindo. Em março, foi sancionada a Lei da Terceirização, que permite às empresas contratarem outras empresas para prestarem serviços em todas as atividades, mesmo as atividades-fim. Por exemplo: uma empresa de ensino superior poderá terceirizar a contratação de professores. O objetivo é reduzir custos com a folha de pagamentos.

Apesar de propiciar algumas garantias ao trabalhador terceirizado, a reforma trabalhista visa ir além da terceirização, flexibilizando ou eliminando direitos da CLT, como a jornada de trabalho, as férias e a contribuição sindical. Tal reforma, ora em estágio avançado de aprovação no Congresso Nacional, também quer permitir que, nos acordos coletivos, o negociado prevaleça sobre o legislado. Ao mesmo tempo em que o patronato quer enfraquecer o movimento sindical, extinguindo a contribuição sindical, ele aposta na vigência jurídica de negociações erguidas sobre um nível ainda maior de desigualdade de poder entre capital e trabalho, visando forçar os assalariados a aceitarem acordos coletivos nos quais direitos como salário, jornada e férias possam ser contratados em termos piores do que a lei estabelece. Após aprovada na Câmara, esta proposta está no Senado, casa na qual, na semana passada, foi rejeitada na Comissão de Assuntos Sociais, mas o governo do golpe promete reagir aprovando-a na Comissão de Constituição e Justiça e na votação final em plenário.

Já a redução do salário indireto está ocorrendo através de um ajuste fiscal ultraliberal, direcionado para a perspectiva do Estado mínimo. Nesse sentido, o governo do golpe de Estado aprovou o Novo Regime Fiscal, institucionalizado pela Emenda Constitucional nº 85/2016, que, ao limitar o gasto público à variação da inflação do ano anterior, estabelece uma pressão imensa sobre as despesas do Estado destinadas à política social, aos investimentos e ao custeio, enquanto o pagamento da dívida pública aos rentistas, contratada a juros sobrelevados, fica garantido como compromisso sagrado. Essa nova regra fiscal caracteriza a ruptura do pacto social incorporado na Constituição de 1988, que teve o maior avanço no sentido de sua concretização nos governos de Lula e Dilma, até 2014.

Outra contrarreforma-chave para atacar o salário indireto está nas mudanças que se quer fazer na previdência social. A reforma na previdência não visa corrigir injustiças, mas aumentá-las, impondo perdas significativas aos direitos dos despossuídos, seja aumentando a idade mínima e o tempo de contribuição, seja diminuindo o valor dos benefícios. A aposentadoria integral, por exemplo, vai se tornar muito difícil de ser alcançada. As mudanças significam um grande retrocesso no combate à desigualdade.

As reformas inserem-se em um projeto político de capitalismo que aposta nos mercados livres como o principal caminho de estruturação da ordem social. Sua aprovação induzirá ao enfraquecimento da Previdência Social e ao fortalecimento da Previdência Privada Aberta (nas modalidades VGBl e PGBL), fatia de mercado cuja expansão é cobiçada pelas instituições financeiras e incentivada por seus aliados ideológicos e orgânicos, os comentaristas econômicos da grande mídia oligopolizada ou os analistas financeiros do setor privado que ela cotidianamente coloca no ar para propalar o pensamento único aos cidadãos.

Em todo o mundo há uma pressão contra os trabalhadores e os sindicatos. O modelo neoliberal de capitalismo está tendo uma péssima performance, colecionando resultados medíocres e impopulares: concentração de riqueza e renda, crescimento baixo, aumento da desigualdade e da instabilidade financeira. Ademais, as políticas de austeridade e de ataque aos direitos trabalhistas e sociais, típicas do neoliberalismo, assim como a colonização dos sistemas políticos pelo poder econômico estão minando a democracia, regime político que, onde existe, tem atrapalhado o capitalismo financeirizado, focado em garantir níveis de remuneração aos investidores que têm se mostrado prejudiciais aos investimentos produtivos que poderiam minimizar a instabilidade inerente ao sistema econômico e melhorar seu desempenho. O fato da China, potência emergente, manter um regime político autoritário opera, devido à competição econômica global, como fator de pressão contra a democracia nos países desenvolvidos e nos demais emergentes.

Essa pressão contra o trabalho e suas organizações e contra a democracia é um elemento central da crise brasileira, que conjuga fatores conjunturais e estruturais de ordem política e econômica, inseridos em um contexto internacional desfavorável. O golpe é uma ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais e contra a revolução democrática que vinha em curso no Brasil, ainda que gradualmente, desde a vitória de Lula em 2003, pela via da inclusão social através do mercado de trabalho e dos direitos de cidadania, mas também por meio de alguns avanços nas relações entre Estado e sociedade, como, por exemplo, a realização de cerca de uma centena de conferências nacionais de políticas públicas e direitos.

O governo Temer é ilegítimo em vários sentidos: pelo modo como veio ao mundo, pelas políticas antipopulares que implementa e pelas práticas de corrupção. Temer é o primeiro presidente da República a ser investigado no STF por corrupção passiva, obstrução da justiça e por associação a organização criminosa. Nos próximos dias, ele deverá ser denunciado pelo procurador-geral da República,

Rodrigo Janot, e caberá à Câmara dos Deputados autorizar ou não o processo. Enquanto o presidente Temer, altamente rejeitado pela população, tenta aprovar no Congresso, instituição também desprovida da confiança dos eleitores, medidas contra o desenvolvimento social e democrático, os atores interessados em um modelo de capitalismo alternativo ou que militam pelo socialismo vão à paralisação para tentar, mais uma vez, se fazerem ouvir pelos representantes do povo que, em sua maioria, apoiaram o golpe que tornou caótica a situação nacional. A luta de classes no Brasil é história do tempo presente.

POR QUE OS PROTESTOS DA DIREITA DESAPARECERAM?

Jornal do Brasil - 07/07/2017

Muitas pessoas, principalmente as posicionadas no campo progressista, têm se perguntado por que as forças sociais que foram às ruas em 2015 e 2016 protestar contra a corrupção e, ao mesmo tempo, demandar o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff – em lutas que, deliberadamente, semeavam a vinculação entre as duas questões – estão agora passivas, quando uma avalanche de irregularidades entre políticos e grandes empresários desaba diante da cidadania e envolve, entre outros, ninguém menos que o próprio presidente da República. Cadê o Movimento Brasil Livre (MBL), os Revoltados On Line e o Vem pra Rua, as principais lideranças organizadas da nova direita surgida na onda conjuntural que desaguou no golpe de Estado parlamentar?

A resposta a essa questão depende do entendimento de que tais “movimentos sociais” comungam um programa e uma ideologia liberais, de inclinação antiestatista, e reproduzem um comportamento motivado pela individualidade individualista, egoísta, não solidária. Essas “organizações” não são politicamente neutras, têm partido, representam interesses e valores da classe média tradicional e conservadora, especialmente seus estratos de renda mais alta, que ou têm uma práxis coerente com uma concepção bastante restritiva de democracia ou, em alguns casos, inclinada ao autoritarismo, inclusive ao fascismo. Aliás, não à

toa, o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC-RJ) está posicionado em segundo lugar em pesquisas de intenção de voto para 2018.

A bandeira anticorrupção tem sido erguida pelos liberais brasileiros, especialmente em contextos de governos progressistas, que implementam políticas de enfrentamento da mecânica excludente e pró-dependência nacional provocada pelos mercados livres. Tais políticas de protagonismo do Estado são fundamentais para o esforço de realização do desenvolvimento incluyente, que visa combinar diversificação produtiva, industrialização e combate à desigualdade. A maior expressão desse esforço, a despeito das limitações de várias ordens, foram os governos de Lula e Dilma. Para se opor às políticas social-desenvolvimentistas, os liberais não pararam de atacar o governo Lula e foram às ruas contra o governo Dilma. Eles continuam almejando criminalizar o PT e que o ex-presidente Lula seja condenado e preso, para não participar das eleições de 2018.

Apesar do grande empresariado, com exceção da grande mídia, golpista de primeira hora, não ter aderido ao *impeachment* logo no início, as corporações e rentistas acabaram depois fechando questão a favor da deposição da presidenta e esse posicionamento foi o fiel da balança para a tramitação acelerada do *impeachment* casuístico no segundo quartil de 2016. Os recursos ideológicos e financeiros e o sinal verde para os protestos nas ruas vieram da grande burguesia, que hoje prioriza a governabilidade, e não a legitimidade do sistema político, afundada devido ao envolvimento profundo do presidente e de seu primeiro escalão em escândalos de corrupção. A bandeira da moralidade foi instrumentalizada para servir ao propósito maior que era se livrar do governo Dilma e abrir o caminho para o padrão de governabilidade requerido para a implementação das políticas ultraliberais em curso no país.

A nova direita não está nas ruas simplesmente pelo fato de que a maioria dos congressistas e o grande empresariado estão efetivamente preocupados apenas em garantir essa governabilidade neoliberal e salvar a própria pele, ou seja, aprovar as reformas trabalhista e previdenciária e frear a Lava Jato. O business precisa de estabilidade política. As outras medidas do programa ultraliberal já foram aprovadas (desnacionalização da exploração do pré-sal, emenda constitucional do teto de gastos e lei da terceirização). Sem financiamento e incentivo dos partidos e dos donos do dinheiro que apoiaram o golpe, esses pseudomovimentos sociais não têm vida. A nova direita não tem mais motivação para ir às ruas contra a imoralidade, mesmo em um contexto em que, pela primeira vez na história do Brasil, o presidente da República é denunciado

no STF por corrupção passiva, afora outros dois crimes que estão sendo investigados (obstrução da justiça e formação de organização criminosa). O chamado cansaço da nova direita é conversa fiada. Ela não está cansada. Sua passividade é tomada de posição.

No entanto, não apenas a passividade da nova direita das ruas está presente na conjuntura. A direita institucional, a começar pelos políticos da base governista, estruturada em torno do PMDB e do PSDB, esforçam-se para se livrar da Lava Jato e de outras investigações. Temer acaba de romper o costume iniciado por Lula de nomear como Procurador Geral da República o promotor mais votado na lista tríplice do Ministério Público Federal. Por outro lado, a Polícia Federal acaba de fazer mudanças em sua equipe na Operação Lava Jato, que deixará de contar com policiais exclusivamente dedicados a ela. Além disso, Aécio Neves foi rapidamente absolvido pela Comissão de Ética do Senado.

Em abril, a lista de Edson Fachin, ministro relator da Lava Jato no STF, autorizou a investigação de nada menos que 9 ministros do governo Temer, 29 senadores e 42 deputados federais, todos com foro privilegiado, afora outros nomes, incluindo governadores, prefeitos, ex-políticos etc. No final de junho, Temer foi denunciado e a autorização para que ele seja processado depende da Câmara dos Deputados. No momento, o caso está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator nomeado para o caso é o deputado Sergio Sveiter (PMDB-RJ), tido como não tão alinhado ao governo. Os políticos da situação estão entre a cruz e a caldeirinha: aliar-se ao eleitorado, que rejeita o sistema político degenerado, ou “legislarem” em causa própria para se salvarem e garantirem a governabilidade ultraliberal, à custa da legitimidade hoje praticamente inexistente. Nesse contexto, tem aumentado a chance de haver uma separação, no seio dos próprios políticos e partidos governistas, entre o apoio a Temer e o apoio ao programa de reformas do governo. Ou seja, embora seja difícil e nada ainda esteja garantido, parece aumentar a chance de a Câmara autorizar a abertura de processo contra Temer, mas ao mesmo tempo manter seu apoio às reformas ultraliberais. O PSDB, por exemplo, parece caminhar nesse sentido. Mas, para essa separação avançar, falta a pressão popular contra Temer, que, no momento, só emana da esquerda e dos progressistas. A Globo continua na bandeira da corrupção, mas não tem incentivado a mobilização da nova direita, como fez desde a conjuntura de 2013 até o *impeachment*.

A situação nacional é muito confusa. Por um lado, no plano jurídico, há tendências institucionais no sentido da retomada do garantismo, expressas recentemente na decisão do TRF-4 de absolver João Vaccari Neto, que havia sido

condenado por Sergio Moro, e na devolução do mandato de senador a Aécio Neves, que estava afastado do cargo representativo por liminar de Edson Fachin. O relator do caso, ministro Marco Aurélio Mello, optou por uma decisão fundada no garantismo. Mas ocorre que, até recentemente, as instituições jurídicas, principalmente em Curitiba e Brasília, estavam rejeitando o garantismo em nome de um populismo jurídico que, segundo vários juristas, desrespeitava o devido processo legal, como ocorreu no caso dos grampos telefônicos que levaram o ministro Gilmar Mendes a suspender a posse do ex-presidente Lula, em março de 2016, como ministro-chefe da Casa Civil, conforme demandava o mandado de segurança do PSDB e do PPS. Como escreveu o professor espanhol José Maria Maravall, “quando o estado de direito se torna uma arma política, alguns dos seus princípios acabam por ser minados. Assim, o fim justifica os meios; os casos são selecionados por razões políticas; o ‘populismo judicial’ conduz a violações da presunção de inocência e de garantias legais; os casos duram vários anos e tornam-se inquisições gerais em busca de causas; os processos secretos tornam-se públicos. Uma rede de conivências desenvolve-se entre os juízes, os meios de comunicação social e os políticos”.

Se o garantismo é necessário e bem-vindo, todo esse casuismo é uma afronta ao Estado democrático de direito. E se o *impeachment* foi casuístico, a situação de Temer é muito diferente, é insustentável e se agrava a cada dia. Novas delações parecem estar por vir, como a da dupla de peso pesado, Eduardo Cunha e Lucio Funaro. É lamentável que os interesses políticos, econômicos e sociais das forças liberais atuem no sentido de desequilibrar a relação balanceada entre governabilidade e legitimidade no interior do sistema político. Isso gera apatia, sensação de “salve-se quem puder”, maquiavelismo vulgar, descrédito geral em relação às instituições republicanas. Ao sair das ruas e das varandas, onde fez peneiras em 2015 e 2016, a nova direita mostra estar comprometida com o Brasil excludente e dependente que os grandes capitalistas estão patrocinando. Democracia? Justiça? Corrupção? Igualdade? Desenvolvimento? Soberania Nacional? Que tudo isso se lixe! A aposta mais promissora é o resgate da reconstrução do curso democrático prejudicado pela desdemocratização. Diretas Já!

A CONDENÇÃO POLÍTICA DE LULA

Jornal do Brasil - 19/07/2017

A exceção tem se incorporado ao direito e à democracia no Brasil, subvertendo a ambos e convertendo-os à regressão, à imagem e semelhança do regime institucional apropriado ao conservadorismo neoliberal, cuja origem está no golpe parlamentar. Já mencionei aqui (em 27 set. 2016) que, para a Corte Especial do TRF4, “uma situação excepcional exige condutas excepcionais”. Essa pérola da racionalidade autoritária (usada e abusada nos regimes fascistas) foi proferida em resposta à representação que um conjunto de advogados interpuseram contra a revelação, pelo juiz Sergio Moro, do conteúdo da interceptação telefônica entre os ex-presidentes Lula e Dilma, em março de 2016, obtido ilegalmente. Na semana passada, esse mesmo juiz condenou Lula, motivado pela necessidade de lançar mão da exceção, uma vez que só ela, deformando a Constituição, é capaz de servir de instrumento farsesco para a condenação política da maior liderança do PT, muito baseada na delação premiada.

Vários juristas e advogados têm se oposto veementemente à sentença condenatória de Sergio Moro contra Lula. Segundo a Frente Brasil de Juristas pela Democracia, a sentença “expõe de forma clara a opção do julgador pelo uso do Direito com fins políticos, demonstrando nítida adoção do processo penal de exceção, próprio dos regimes autoritários. Para Dalmo de Abreu Dallari, “o Juiz Moro dá muitas voltas, citando fatos e desenvolvendo argumentos que não

contêm qualquer comprovação da prática de um crime que teria sido cometido por Lula”. Os argumentos críticos são variados e abrangem diversos aspectos da sentença. Um elemento estrutural foi mencionado pelo cientista político Leonardo Avritzer: “É direito dedutivo com descarte de provas contrárias à opinião do juízo”.

Mais de uma centena de juristas nacionais e internacionais escreverão um livro para argumentar que o julgamento de Moro foi uma farsa. E toda essa encenação vem sendo erguida pelo populismo jurídico, que se dirige às massas visando agradá-las, para o que necessita da grande mídia, cuja influência sobre a opinião pública pode ser decisiva, como a longa conjuntura da crise brasileira tem evidenciado. O combate à corrupção promovido pela Lava Jato tem sido encarado como uma bandeira política mais importante que o compromisso com o Estado Democrático de Direito. Sendo Lula visto como o comandante máximo de uma organização criminosa, conforme expresso no famoso episódio do Power Point de Dallagnol, há que se condená-lo, prendê-lo e excluí-lo das eleições de 2018, para que uma nova política purificada passe a vigorar no país. Lembre-se que a Lava Jato foi também peça fundamental na construção do ambiente político e social que levou ao controverso impedimento da presidenta Dilma Rousseff, abrindo uma fissura institucional muito séria no regime, propensa a induzir à instabilidade política e à perseverança temporal da crise de legitimidade do sistema representativo. O *impeachment* foi também visto por alguns atores que o apoiaram como um momento da idealizada e ingênua purificação política.

Obviamente, há opiniões de profissionais do meio jurídico favoráveis à decisão de condenação de Lula. A régua para avaliar certos fatos depende de valores, ideologias etc. Mas o relativismo não é absoluto. A margem de liberdade de interpretação valorativa de fatos do direito está sujeita ao crivo social. Os homens públicos estão sujeitos à ética da responsabilidade. O país está dividido em relação a vários temas e a condenação de Lula é uma questão-chave. Ele é a maior liderança política do Brasil atual, dirigente do partido político cuja legenda, apesar do desgaste recente, ainda ocupa o primeiro lugar nas preferências partidárias dos eleitores e, sobretudo, Lula está posicionado no topo das pesquisas de intenção de voto presidencial para as eleições de 2018. O maior objetivo da condenação de Lula, segundo várias opiniões, inclusive a minha, é impedi-lo de concorrer às eleições do ano que vem. A decisão de Moro expressa a consumação da forte tendência da República de Curitiba e de seus aliados midiáticos, observada desde 2014, no sentido de condenar Lula de antemão, por motivo político-ideológico.

Uma breve digressão. Várias vezes, como a do cientista político Bruno Wanderley Reis, avaliam que a delação premiada deveria ser utilizada exclusivamente para combater o crime organizado, não a corrupção, devido à destruição imediata que esse instrumento provoca no sistema político, ao mesmo tempo em que tal caminho não aponta para um ponto final melhor que o ponto de partida. Ele sugere um “processo de ajustamentos sucessivos de conduta”. Ademais, a questão fundamental do financiamento privado das campanhas eleitorais tem sido pouco abordada pelo partido da moralização, a começar pela grande mídia.

Note-se que a não aprovação, pela CCJ da Câmara, da autorização para que Temer seja processado pelo STF por crime de corrupção é apenas uma evidência da ruptura entre o “partido da delação premiada” e o “partido do presidencialismo de coalizão”. Essa blindagem seletiva do sistema político à corrupção governista é uma evidência de que o projeto político policialesco de combate à corrupção está divorciado da classe política. Essa tensão é contraproducente, seja para a perspectiva do combate à corrupção, seja para a perspectiva de se avançar rumo a uma institucionalidade política e a uma classe política mais próximas do denominado interesse público. O resultado atual é que o país é uma nau à deriva.

A absolvição pelo TRF4 de João Vaccari, ex-tesoureiro do PT, após ter sido condenado por Moro, abre uma fresta de esperança em alguma retomada do garantismo jurídico perdido no ambiente de euforia criado com a aplicação do método das delações premiadas para investigar crimes de corrupção, ou seja, crimes que envolvem duas partes, por um lado, políticos e funcionários públicos e, por outro, o setor privado. Se o PT não conseguiu escapar do *modus operandi* irregular envolvido no financiamento político pelas grandes empresas, ao qual se seguiam contrapartidas em obras, serviços públicos, leis e decisões administrativas pró-financiadores, não é por isso que se pode aceitar uma condenação forçada, com caráter de exceção, na qual parte-se de um pressuposto inaceitável: a presunção de culpa, ainda por cima, politicamente motivada. A absolvição de Lula pelo TRF4 é indispensável. Sem isso, a barbárie do sistema político brasileiro e o retrocesso no Estado de direito tendem a aumentar, levando o conjunto do país a reboque. O partido da esquerda não vai aceitar que o partido da direita faça isso com o maior líder da democracia brasileira. A crise política tende a dificultar a superação da crise econômica, embora essa última diga respeito também às escolhas de políticas públicas, o que é outra estória...

TEMER E A LEI DE GERSON

Jornal do Brasil - 01/08/2017

Um dos princípios estruturantes da ordem social capitalista é a competição. Florestan Fernandes, brilhante professor do qual tive a honra de ser aluno, qualificava a sociedade capitalista como uma ordem social competitiva. A competição é uma consequência da validação social da ação motivada pelo interesse pessoal. Em que medida essa ordem social não instituiu a Lei de Gerson nas práticas econômicas e políticas? Em que medida a sustentação de Temer pela coalizão entre o grande capital e os partidos da base governista não decorre da primazia do interesse egoísta dos atores políticos e privados, à custa da ética e da coerência entre meios e fins?

Para o pensamento econômico liberal, a começar por Adam Smith, ao buscarem seu próprio ganho, os indivíduos geram resultados não intencionais, socialmente benéficos, como se estivessem liderados por uma mão invisível. Essa polêmica tese do liberalismo serve de justificativa filosófica para a competição na economia de mercado. Os liberais também concebem a democracia como inserida em um mercado político, no qual os partidos competem entre si pelo voto dos eleitores, sendo o sistema representativo baseado no sufrágio universal um mero mecanismo de seleção das lideranças.

Não raramente, na história do capitalismo, a busca da vantagem competitiva leva as empresas, a começar pelas grandes, a renunciarem à ética e partirem

para a fraude, espionagem, suborno etc. Ainda se observa o trabalho infantil, principalmente na Ásia, África e América Latina, o trabalho escravo e superexploração do trabalho. Entre as causas da crise de 2008, estão os incentivos a ganhos ilimitados pelos executivos das instituições financeiras, que os induzem a práticas corporativas irresponsáveis, manipulações contábeis, sonegação fiscal e assim por diante. O capitalismo ultraliberal tem pressionado contra a qualidade da democracia. O bem comum que se espera resultar das políticas públicas vem sendo sacrificado em benefício do bem dos ricos. Nesse processo, em vários países do mundo o tema da corrupção tem sido debatido na esfera pública, principalmente em períodos eleitorais. Ademais, os partidos políticos, de um modo geral, estão na berlinda, sendo inclusive ameaçados pela onda autoritária supostamente apolítica.

Essa cultura da astúcia desregrada, acentuadamente oculta na meritocracia da competição, é muito forte e permeia as práticas empresariais destinadas a enfrentar a concorrência. Mas como temos visto no Brasil, essas práticas imorais e amorais também são recorrentes nas relações privado-público. Com frequência, a concorrência é menos a alma do negócio que a negociata e a ética na política, como diria o elitista Robert Michels, parece mais uma história da carochinha para iludir as massas.

O governo Temer veio ao mundo no contexto da imensa onda de combate à corrupção, que propositadamente misturou as pedaladas fiscais e os crimes contra a administração pública. Basta, por exemplo, rever o vídeo do que se passou na lamentável votação ocorrida em 17 de abril de 2016 na Câmara dos Deputados. Não obstante, estamos à véspera de uma decisão que tende a explicitar a primazia da Lei de Gérson, a lei da vantagem sem freio, liberada do regramento moral, governada pela mão invisível da ganância econômica e da ambição política e a serviço de interesses particulares.

Amanhã (dia 2 de agosto) a Câmara deverá apreciar se o presidente Temer será ou não processado por corrupção passiva, conforme denúncia da PGR. No entanto, salvo exceções, o grande capital apoia o governo *pós-impeachment*, pois as reformas neoliberais estão sendo aprovadas, embora haja dúvidas quanto à amplitude da reforma da previdência, pelo seu impacto eleitoral. Os ativistas de direita desapareceram das ruas, financiados que são pelo poder econômico, ao mesmo tempo em que apoiam as reformas orientadas para o mercado e para o Estado mínimo.

Nesse contexto, há, por um lado, o presidente mais impopular da história do país e, por outro, uma minoria de atores sociais e políticos, com fortes recursos de

poder dando-lhe sustentação, em nome da ordem social competitiva, em nome dos interesses dos grandes jogadores da economia de mercado e dos partidos da ordem conservadora, que se preocupam muito mais com sua própria ganância e carreiras, que com a construção de uma sociedade justa e democrática e com a coerência moral. A ordem política que interessa ao mercado é a que hoje domina a Praça dos Três Poderes, uma ordem segundo a qual só a corrupção advinda das forças partidárias e sociais que atrapalham a primazia dos mercados e das oligarquias precisa efetivamente ser combatida. A tendência na Câmara dos Deputados parece ser a da não autorização do processo contra o presidente da República. Mas novas denúncias contra Temer devem surgir. Às vezes, em nome da Lei de Gerson, alguns aliados precisam ser sacrificados, mesmo que a contragosto. Vamos acompanhar.

MERCADO MANDA, GOVERNO OBEDECE, ELEITORES CHORAM

Jornal do Brasil - 08/08/2017

Como nunca na história do regime democrático derivado da Constituição de 1988, o divórcio entre representantes e representados esteve na potência máxima observada na conjuntura atual. O presidente Temer, não eleito, investido no poder institucional por meio altamente duvidoso e coalizado a uma base governista de um Congresso Nacional (Câmara dos Deputados à frente) altamente rejeitado pela opinião pública, aprova medidas ilegítimas e imorais, a mais recente tendo sido a recusa em autorizar o processo do chefe do Executivo Federal pelo STF, por crime de corrupção passiva, conforme denúncia da PGR.

Mas isso é apenas uma parte aparente da questão de fundo: o divórcio, na verdade, é abençoado não pelo papa ou pela CNBB, que têm tido posições progressistas sobre a política brasileira, e sim pelo grande capital, eufemisticamente chamado de mercado, para ocultar as diferenças de poder econômico entre os seus agentes e o mecanismo de acumulação que motiva sua existência. E não se trata meramente do grande capital nacional, mas, principalmente, do globalizado, o internacional. O mercado tão glorificado pela coalizão governista comporta-se como um verdadeiro dragão da maldade, não se importando nem com a corrupção e nem com a impopularidade e ilegitimidade de Temer. Na

verdade, os grandes investidores usam e abusam do divórcio entre o governo e a nação, promovem-no, alimentam-no, para nutrirem-se das contrarreformas, como que cobrando, em troca da vista grossa em relação à corrupção, que as políticas de austeridade e desregulamentação nas áreas fiscal, econômica (desnacionalização produtiva, liberação da venda de terras para estrangeiros etc.), trabalhista e previdenciária sejam consolidadas o quanto antes.

Em setembro de 2016, em reunião com investidores em Nova York, Temer afirmou que Dilma, na verdade, caiu por ter se recusado a apoiar as propostas ultraliberais formuladas no programa do PMDB denominado Uma Ponte para o Futuro, tornado público pela Fundação Ulysses Guimarães em outubro de 2015. Desde o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, toda a preocupação do governo Temer e de seus apoiadores no Congresso Nacional tem sido sinalizar para os agentes do grande capital que as reformas por eles demandadas estão sendo implementadas pela coalizão governista e que isso resultará tanto na estabilidade política como no retorno dos investimentos necessários à recuperação da atividade econômica, enclahada em uma recessão já trienal, com 14 milhões de desempregados. Em maio último, Rodrigo Maia afirmou, diante de empresários internacionais reunidos no Fórum de Investimentos Brasil 2017, que a agenda da Câmara dos Deputados é a do mercado financeiro.

Esse discurso foi sendo ameaçado com a crise aberta pela revelação do conteúdo das gravações envolvendo o empresário Joesley Batista e o presidente Temer. Agora, com a vitória do governo na Câmara dos Deputados, à custa de muita compra de votos e da deterioração ainda maior da imagem pública do sistema político como um todo e das forças partidárias que sustentam o chefe do Executivo Federal, Henrique Meirelles, o ministro pró-mercado financeiro, volta a falar em estabilidade política e econômica. No entanto, apesar da queda da taxa Selic, os juros reais continuam altíssimos, inibindo os investimentos; a inflação caiu devido à recessão, mas a taxa de investimento (público e privado) foi para o abismo, de modo que não há o que comemorar. Por outro lado, o fracasso da política fiscal obriga a equipe econômica a rever as metas nessa área, inclusive devido aos gastos utilizados para lograr a vitória de Pirro na Câmara, embora o principal problema seja a baixa arrecadação, devido ao colapso do produto e da renda nacional.

Enquanto os representantes governistas (embora Temer não se inclua exatamente nessa categoria) curvam-se perante o grande capital que financia suas campanhas ou ao qual eles próprios pertencem, seja ideologicamente ou por serem também empresários e membros das oligarquias em seus estados,

os eleitores, sobretudo a imensa maioria de pobres, assalariados e excluídos são lançados à selvageria feroz do mercado e da ausência de uma esfera pública defensora da cidadania, uma vez que o reino do Estado mínimo alça-se, como nunca, ao poder político, para livrar-se, nesse momento de crise internacional e nacional, das conquistas sociais que os governos petistas vinham implementando, mesmo que com limitações e insuficiências. Essas conquistas tinham custos fiscais e salariais. O mercado apoiou a deposição de Dilma para se livrar desses custos e instituir o Estado mínimo neoliberal. Apesar de tudo, de 2003 a 2014, a trajetória do Brasil era progressista. Já a lamentável opção pela deposição presidencial e pelas políticas ultraliberais enfiaram o país nas trevas da desesperança e do salve-se quem puder. E o pior é que a alternativa de rir para não chorar está totalmente descartada. De um lado, estão a democracia, o eleitorado, a moralidade, a justiça social, a nação, o desenvolvimento; de outro, o mercado, Temer e sua coalizão de pseudo-representantes do povo. A pátria do capital requer que o presidencialismo de coalizão seja um presidencialismo de colisão com o bem-estar dos cidadãos. Esse divórcio é estruturalmente instável.

'DISTRITÃO' ARRUINARÁ OS PARTIDOS

Brasil Debate - 17/08/2017

A Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados acaba de decidir que, a partir das eleições de 2018, o novo sistema eleitoral para deputados federais, estaduais e vereadores será o distritão, e não mais o sistema proporcional. Esse sistema, tecnicamente conhecido como voto único não transferível, é extremamente nocivo à afirmação dos partidos políticos e, portanto, do sistema partidário, conforme avaliam inúmeras instituições de pesquisas e especialistas em todo o mundo. Embora a decisão final da matéria será levada ao plenário de 513 deputados federais, a direita parlamentar logrou, até o momento, submeter a proposta de emenda constitucional (PEC) do distritão à votação final na Casa. As forças de esquerda e demais progressistas, dentro e fora do Congresso Nacional, que compreendem a importância dos partidos, estão tentando impedir mais essa derrota. Após a criminalização da política, implementada pelo sensacionalismo liberal-midiático da Operação Lava Jato, a direita quer avançar em sua obra destrutiva da democracia marginalizando o protagonismo dos partidos no sistema representativo. Democracia para as forças do golpe é uma palavra vazia, uma farsa retórica a serviço da desigualdade.

O distritão baseia-se em uma disputa personalista de candidatos, a partir da qual os deputados mais votados são eleitos sem contar com nenhuma transferência de votos dos partidos e coligações, que passarão a ser, em caso de sua

aprovação, meras pessoas jurídicas necessárias apenas para a inscrição dos políticos nas eleições. Pelo sistema proporcional atual, em vigor desde as eleições gerais de 1945, os partidos ocupam as cadeiras legislativas em disputa conforme a proporção dos votos adquiridos por suas legendas. Com o distritão, esse método democrático, surgido no século XIX para superar a exclusão operada pelo sistema majoritário e incorporar ao sistema político das democracias europeias em fase de construção os novos partidos populares, acabará.

No caso das eleições da bancada de deputados federais do Rio de Janeiro, por exemplo, composta por 46 cadeiras, os candidatos mais votados vencerão as eleições, independentemente de qualquer proporcionalidade da representação de seus partidos. Um partido com pouquíssima ou praticamente nenhuma organicidade, uma mera organização criada para, oportunisticamente, participar da política como empreendedorismo, por assim dizer, poderá oferecer sua legenda para uma celebridade televisiva obter votos do eleitorado sensível ao sensacionalismo midiático, na esperança de elegê-lo. Essa artimanha já existe hoje, mas será exponenciada com o sistema de voto único não transferível. Esse sistema dificulta a formação de quadros políticos, ao tornar a competição eleitoral uma corrida de cavalos ou uma São Silvestre.

Segundo o jornal *El País*, o distritão existe apenas em quatro países, sendo dois amplamente desconhecidos e os outros dois, o Afeganistão e a Jordânia, que não têm nenhuma tradição em democracia representativa. De acordo com o IDEA (*International Institute for Democracy and Electoral Assistance* – Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral), apenas 1,7% dos potenciais candidatos participaram das eleições de 2010 no Afeganistão, “um claro indicador do papel extremamente marginal que os partidos políticos desempenham” naquele país. Ou seja, esse indicador revela que o novo único não transferível desestimula a participação política e a oligarquiza, ao favorecer candidatos com mais recursos financeiros e/ou de imagem. Ademais, o distritão vai implicar um desperdício muito maior de votos. Todos os votos dados nos candidatos não eleitos serão desperdiçados, ao passo que hoje o desperdício é bem menor, uma vez que votos dados em candidatos que não logram vitória são transferidos para contar na proporção de votos obtida pelas legendas partidárias.

Como o voto proporcional é matéria constitucional, a aprovação do distritão depende de emenda à Carta Magna de 1988 (cujos conteúdos referentes ao pacto social vêm sendo jogados no lixo e, a depender das forças políticas e sociais que sustentam o governo do golpe, serão ainda mais, com a almejada contrarreforma da previdência). O quórum para emenda constitucional é de três quintos,

308 votos em quatro votações, duas em cada Casa do Congresso Nacional, o que dificulta um pouco os planos dos destruidores da política democrática. O próprio líder do governo, deputado André Moura (PSC-SE) admitiu que não há, no momento, base garantida para garantir essa vitória. Por outro lado, há uma significativa oposição pluripartidária ao distritão, reunindo PT, PCdoB, PSOL, PHS, PR, PRB, PSD, PDT e alguns parlamentares do PSB e da Rede, que soma mais de 200 deputados, número que seria suficiente para impedir a liquidação do sistema proporcional.

Por mais que haja no projeto da reforma política uma perspectiva de que, nas eleições de 2022, passaria a vigorar o sistema distrital misto, proposta menos nociva ao sistema partidário e que até possui pontos positivos, o mais importante é derrotar a aprovação do distritão, que deverá ir à votação em plenário ainda nessa semana. O distrital misto é uma mera promessa, o distritão, o pesadelo atual. Abrir as portas de vez para o personalismo praticamente apartidário na política brasileira é inaceitável. Democracia depende de partidos políticos fortes, cuja ausência no Brasil explica muito dos males que produziram a atual crise de legitimidade do sistema representativo.

LULA E O ANTI-LULA

Jornal do Brasil - 05/09/2017

Durante sete eleições gerais consecutivas, de 1989 a 2014, passando por 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010, houve a disputa entre Lula e o anti-Lula. Em 1989, o segundo foi Collor; em 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (FHC); em 2002, José Serra; em 2006, Geraldo Alckmin; em 2010, novamente José Serra, então contra a lulo-petista Dilma Roussef, que também enfrentou e derrotou Aécio Neves em 2014. Até aqui o placar marca 4 a 3 a favor de Lula e do social-desenvolvimentismo, em sua disputa contra o bloco neoliberal. No Brasil da crise que legou ao golpe contra a presidenta Dilma, muita coisa é incerta, ou muito mais incerta que na incerteza costumeira do capitalismo. Lula em pessoa concorrerá em 2018 ou será forçado a indicar outro nome, como Fernando Haddad? E quem será o anti-Lula, Bolsonaro, Dória, Alckmin, Marina? Haverá mesmo eleições? O parlamentarismo, o semipresidencialismo ou outra descontinuidade ainda mais grave ocorrerá?

Em primeiro lugar, é importante delimitar a questão de fundo que está em jogo na disputa política em curso no país. Uma abordagem muito profícua da economia política argumenta que o capitalismo oscila entre dois grandes modelos de relação entre Estado e sistema econômico: por um lado, a primazia do mercado e, por outro, a coordenação compartilhada entre mercado e poder público.

Em um sentido estrutural bem preciso, essa dupla tendência tem se

expressado desde 1989, quando, no contexto da crise do nacional-desenvolvimentismo, Collor, então apoiado pelo conjunto do empresariado, venceu o pleito com um discurso pró-reformas orientadas para o mercado, o chamado pensamento neoliberal. Mas o fez deixando em segundo plano a costura política dos termos de implementação das reformas e, sobretudo, não conseguiu estabilizar a moeda. A partir do Plano Real, o então ministro da Fazenda FHC logrou implementar as políticas do Consenso de Washington em um contexto de construção de consenso com as elites econômicas. Seus dois mandatos avançaram nas mudanças orientadas para o mercado, como as privatizações, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o regime de metas de inflação. Mas o fato das promessas neoliberais de crescimento e bem-estar não terem sido cumpridas abriu espaço político para a vitória de Lula em 2002, ensejando as medidas de motivação social-desenvolvimentistas executadas por ele e sua sucessora, com sucesso na área social (hoje sob desmonte), mas limitações na transformação ou sofisticação produtiva, especialmente medida pelas condições desfavoráveis da indústria de manufaturas.

O governo Temer representa a retomada com força da estratégia ultraliberal, que deve ser apreciada à luz da crise internacional e de seus desdobramentos, sobretudo devido ao seu impacto negativo, durante o primeiro mandato de Dilma, na principal alavanca das mudanças social-desenvolvimentistas: o boom internacional das commodities, puxado, sobretudo, pela economia chinesa.

A importância do anti-Lula na perspectiva dos grandes agentes dos mercados oligopolizados está, acima de tudo, na existência de uma alternativa eleitoral ao lulo-petismo em 2018. Os interesses em jogo são de tal monta e tão estratégicos que as quatro vitórias consecutivas de um presidente vinculado ao PT geraram o esgotamento dos limites de tolerância das forças protagonistas dos mercados, a começar pelas Finanças, ao risco de centro-esquerda, o social-desenvolvimentismo. Mas esse risco não é outra coisa que o risco da democracia, daí que o *impeachment* de Dilma foi um meio astuto e ardisoso de se apegar à aparência da ordem constitucional para, na verdade, descartar seu conteúdo, tal como o faz qualquer propaganda enganosa. Com a grande mídia nas mãos, a empreitada de se livrar de 54,5 milhões de votos incômodos mediante motivos formais no mínimo altamente controversos fica muito mais fácil de ser colocada em prática.

Mas o bloco neoliberal, vencedor desde o golpe de 2016, encontra uma dupla dificuldade, na economia e na política. Suas reformas são, na verdade, contrarreformas, pois retiram direitos sociais, trabalhistas e previdenciários dos mais pobres e, além disso, operam no sentido de desmobilizar a ação indutora

do Estado ao crescimento econômico. Não é novidade que o neoliberalismo, a começar no mundo desenvolvido, tem se caracterizado por atrofiar o crescimento, promover aumento da desigualdade e das chances de ocorrência de crise fiscal e financeira. Até aqui, as profundas mudanças já aprovadas ou em processo de aprovação não resultaram na retomada da atividade econômica, a não ser o recém-divulgado crescimento de 0,2% no segundo trimestre em relação ao primeiro, puxado pelo consumo das famílias. Veja só que ironia! Consumo puxar crescimento, ainda que píffio? Para os neoliberais, a oferta é o grande demiurgo, não a demanda. E se o Estado, ao invés de estar retraindo seu consumo e seus investimentos, estivesse fazendo o contrário, sem que isso significasse qualquer tipo de *oba-oba* fiscal, como a direita costuma caracterizar as políticas anticíclicas?

A outra dificuldade está na política. Além de o presidente Temer ter baixíssima ou nula taxa de aprovação e estar pressionado por nova denúncia da PGR, que parece pairar no ar, ameaçando ainda mais a tão almejada reforma da Previdência, filet mignon ou lagosta do apetite dos mercados, a continuidade da Ponte para o Futuro é incerta, dada a inexistência de uma candidatura que encarne organicamente o programa ultraliberal. Até então, o PSDB fornecia a safra de lideranças pró-capitalismo financeirizado. Mas o inveterado coadjuvante PMDB, que esteve com FHC em seus dois mandatos, depois migrou para a base de apoio dos governos encabeçados pelo PT, deslocou-se agora com força para a direita ultraliberal. Isso ocorreu com a maioria de seus quadros dirigentes e de sua base parlamentar. Enquanto o PSDB se fragmenta, a começar pela separação e disputa entre Dória e Alckmin para o pleito de 2018, o casal Temer-DEM (PMDB-DEM?) tenta atrair o prefeito-paulistano-pré-candidato-presidencial para seus planos sucessórios. Marina (Rede) é uma alternativa da direita light ou soft. Essa direita conta, então, com alavancar partidárias, sem falar nas sociais, enraizadas, sobretudo, no PMDB, no PSDB, no DEM e na Rede.

Bolsonaro (PSC) corre na raia da extrema direita, empatado com Marina, segundo o Datafolha. Ele tem alguma base entre o empresariado, embora não tão orgânica quanto as demais alternativas supramencionadas. Mas que não se esqueça: as elites econômicas migraram para Collor no segundo-turno das eleições de 1989, para derrotar Lula. Será Bolsonaro, por assim dizer, o Collor de 2018, a falar para os descamisados e para os endinheirados, em função do salve-se quem puder reinante no país?

Do outro lado do Rubicão, o sapo barbudo segue na primeira colocação nas pesquisas de intenção de voto. Sua peregrinação pelo Nordeste vai de vento em popa, para o desespero da grande mídia, medido, por exemplo, pelo

banimento desse fato (na verdade, conjunto de fatos) do noticiário. Sua condenação pelo TRF-4 é fundamental para pavimentar o projeto eleitoral do anti-Lula. O plano B do PT é uma preocupação-chave. A essa altura do campeonato, a opção do parlamentarismo ou de semipresidencialismo parece se ajustar pouco às possibilidades do calendário institucional. Mas em contexto de exacerbação da incerteza, o golpe dentro do golpe, sob várias formas, não pode ser desconsiderado com uma das cartas na manga. Afinal, cada vez mais neoliberalismo e democracia estão se desencontrando, no mundo todo, não só aqui, sob formas e conteúdos variados.

A NAÇÃO DAS OLIGARQUIAS

Brasil Debate - 26/09/2017

Em minha fala na mesa com o tema “Uma nação capaz de promover o desenvolvimento?”, no recém-realizado 14º Fórum de Economia, promovido pela FGV-SP, argumentei que, na história nacional brasileira, há uma forte e recorrente tendência estrutural de divórcio entre, por um lado, os sistemas político e econômico e, por outro, o sistema social, ou seja, de desencontro entre o senhor, o bloco Estado-economia, e o súdito, a sociedade. Essa separação coloca, de um lado, as oligarquias associadas ao grande capital, de outro, o povo, o *demos*. Devido a isso, em quase dois séculos de história do Brasil independente, nosso regime democrático, quando existe, é, frequentemente, mais refreado pela forma ruim do regime dos poucos, a oligarquia, que impulsionado no sentido da forma boa do regime dos muitos, para usar os termos da análise política de Aristóteles.

Em um trabalho instigante, Carlos Lessa observa que o Estado brasileiro surgiu, a partir da Independência, em 1822, em um contexto no qual, apesar de haver um sistema produtivo agroexportador herdado da Colônia, praticamente não se podia considerar que existia uma nação, uma vez que a mão de obra escrava tornava no mínimo muito difícil se pensar em uma unidade nacional. Por outro lado, outra dimensão essencial da nação enquanto comunidade imaginada, a soberania, também já se revelava fragilíssima desde o nascedouro,

pois a dependência externa, a princípio em relação à Inglaterra, constituiu-se em uma variável de origem a impedir o controle do Estado sobre a base econômica, ou seja, a autodeterminação.

A construção da identidade brasileira não foi feita em oposição a algum inimigo externo. Em vários momentos, a ameaça foi identificada no inimigo interno, e não no inimigo externo. Em regra, o Estado tem sido pacífico com os estrangeiros, mas violento com os membros da suposta comunidade nacional, sobretudo os negros e pobres.

Outro momento importante da história nacional foi a libertação dos escravos, que imediatamente se fez acompanhar da queda da Monarquia, erguida sobre a escravidão. Mas a República herdou a estrutura político-econômica oligárquica, assentada sobre um sistema produtivo agroexportador, que aparta a massa rural e analfabeta de qualquer bem-estar e cidadania.

A partir da Revolução de 1930, a questão do desenvolvimento e, em alguma medida, a questão social passaram a ser encaradas pelo novo Estado como meios de construir a nação, diante da penúria do povo e da dependência externa. As mudanças de então avançaram na construção da nação. Apesar da acomodação entre velho e novo, houve alteração de trajetória em alguns aspectos importantes, particularmente na estrutura organizativa do Estado, no sistema produtivo e na urbanização. Uma nova coalizão de classes, não mais exclusivamente composta pelas oligarquias agrárias, forneceu o suporte às transformações conduzidas pelo Estado, ensejando que Vargas alavancasse uma safra inédita de políticas públicas, que expressava também um incremento da autonomia relativa do Leviatã em relação aos interesses econômicos e sociais.

O Estado nacional se afirmou e a estratégia nacional-desenvolvimentista industrializou o Brasil. Mas a transformação produtiva induzida pelo Poder Público foi bem mais impactante que a inclusão social, uma vez que amplas parcelas da população continuaram excluídas do dinamismo econômico.

A crise do nacional-desenvolvimentismo ajuda a explicar a década perdida no Brasil, nos anos 1980. A partir de 1994, o Plano Real, ancorado no Consenso de Washington, equacionou a estabilidade monetária e abriu um processo de reformas orientadas para o mercado, mas que não resultaram na retomada do crescimento.

Os governos encabeçados pelo PT, entre 2003 até 2014, tentaram ser uma alternativa às políticas dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto duraram, as novas políticas de motivação social-desenvolvimentista avançaram na promoção da unidade nacional, do mercado interno, da igualdade, da

formalização do mercado de trabalho, da política externa independente etc. Mas as mudanças não foram bem-sucedidas na transformação da estrutura econômica, na sofisticação produtiva, limitando assim o dinamismo do desenvolvimento e a sua sustentabilidade fiscal. A política macroeconômica continuou desfavorecendo os investimentos produtivos. Muito do que foi conseguido dependeu do boom das commodities. Quando a crise internacional finalmente chegou e caiu a exportação de produtos de baixo valor agregado, não tínhamos um modelo alternativo pra prosseguir nas mudanças includentes.

A partir de meados de 2014, a recessão foi se desenhando e o período 2015-2016 foi de muita disputa política entre oposição e situação, que resultou na deposição da presidenta Dilma. O governo Temer inaugura um período novo, de ofensiva dos interesses ultraliberais. Como resposta à crise, avança-se na perspectiva do Estado mínimo (reforma fiscal e reforma da previdência), das privatizações, da desnacionalização, das reformas no mercado de trabalho (terceirização e reforma trabalhista).

No entanto, tais medidas não têm promovido o crescimento e a inclusão social, pelo contrário, o desemprego é elevadíssimo e o crescimento, baixíssimo. O país passa a perder protagonismo na comunidade internacional de Estados. Em setembro do ano passado, o presidente Temer criticou na ONU o nacionalismo exacerbado, mas não defendeu o nacionalismo moderado. É possível uma nação em desenvolvimento se desenvolver sem um projeto de nação, que passa por algum modelo de nacionalismo econômico, ainda que não fechado à globalização? A China, a locomotiva da economia mundial atual, é bastante nacionalista. A esquerda com vocação para o governo precisa equacionar a questão nacional, por meio de um projeto desenvolvimentista social-democrático e popular, adaptado ao contexto de globalização, visando a inserção ativa e competitiva na economia mundial, a elevação da renda per capita das famílias, a inclusão política e a afirmação dos direitos da cidadania, nas suas diversas facetas. O desenvolvimento inclusivo não é apenas um imperativo moral e de justiça social, é uma questão de segurança nacional, de paz social e é necessário para o sistema econômico, que depende de mercado de consumo, de renda e de cidadania.

Mas desenvolvimento requer liderança política, não meramente liderança individual, mas coletiva. A experiência histórica do processo de transformação capitalista mostra que ele é impregnado de liderança coletiva. Gabriel Cohn já observou que Marx e Weber preocuparam-se com a constituição de um sujeito histórico impactante, portador de um projeto de ação política que desse um

rumo ou um sentido à história. Marx destacou as classes sociais, os empresários e os trabalhadores. Weber enfatizou o papel dos agentes do Estado, ou seja, a burocracia qualificada, mas submetida à direção dos políticos. Ele destaca a importância do líder carismático, por exemplo.

Gramsci pensou sobre a hegemonia, situação política em que há uma força dirigente sobre a nação, que organiza o consenso. Para ele, o príncipe moderno era o partido político, que é uma liderança coletiva. A principal liderança coletiva na história do capitalismo é a coalizão formada entre forças sociais, políticas e burocráticas, incluindo, obviamente, os partidos. Entre as forças sociais, destacam-se os empresários. Em contextos democráticos, com partidos de esquerda fortes, os trabalhadores também jogaram um papel importante na modernização social, econômica e política.

As coalizões dizem respeito à disputa política em torno de determinadas escolhas de políticas públicas. Essa disputa política e essas escolhas são, sobretudo, presentes em períodos de crise e de mudança, como mostrou Peter Gourevitch. As coalizões estão por detrás da Revolução Industrial, que fez da Inglaterra uma potência capitalista, assim como nas rotas de modernização, conforme argumentou Barrington Moore. Elas também explicam o desenvolvimento industrial da Alemanha, desde sua unificação nacional, o milagre japonês, os diferentes tipos de *welfare state* etc.

As abordagens estruturalistas da economia política argumentam que, no capitalismo, há uma dependência estrutural do Estado em relação ao capital. As três grandes rendas, o lucro, o salário e os impostos dependem das relações econômicas, cujas principais decisões são tomadas pelos empresários. Nesse sentido, há uma coalizão estrutural entre o Estado e a economia capitalista, que pode assumir diversas formas e conteúdos. Mas, grosso modo, elas oscilam entre duas grandes tendências, dois grandes modelos de capitalismo, o intervencionista/desenvolvimentista, por um lado, e, por outro, o modelo (neo)liberal. Não à toa, há duas grandes teorias econômicas dedicadas à compreensão e funcionamento do capitalismo: a neoclássica e a keynesiana. O marxismo apresenta uma teoria crítica fundamental, mas voltada à transformação socialista.

A coalizão alternativa à do desenvolvimento inclusivo é a coalizão neoliberal, que, do ponto de vista ideológico se apoia nos princípios da economia neoclássica e, em termos socioeconômicos, é composta, em primeiro lugar, pelos rentistas e financistas. Essa coalizão, cuja origem em escala internacional remonta aos governos Reagan e Thatcher, está orientando as decisões do Estado brasileiro desde a posse do governo Temer.

Talvez a principal encarnação institucional do programa dessa coalizão neoliberal no Brasil atual seja o documento do PMDB “Uma ponte para o futuro”. O coração e o cérebro desse programa são os interesses e a racionalidade dos grupos associados ao rentismo e às finanças. Se olharmos a agenda da CONSIF-CNF e a agenda do governo, constataremos que elas são idênticas (reforma da previdência, reforma trabalhista e reforma fiscal no sentido do Estado mínimo). Essa coalizão também tem implementado medidas de desnacionalização.

A taxa de investimento público de 2017 deve ser menor que 0,3%. Tem havido queda da participação do BNDES nos investimentos e aumento relativo de investimentos com recursos de estrangeiros (IDE). Investimento baixo não alavanca crescimento e investimento com poupança externa é dependência externa. Hoje no Brasil, vemos desconstrução do Estado, desnacionalização, desindustrialização, desemprego alto e aumento da desigualdade, puxado pelo desemprego, que deteriora o Índice de Gini. Sua trajetória de queda foi revertida, voltando a subir desde 2016. A política econômica parece ser inadequada e custosa para alcançar a competitividade e a retomada do crescimento. Se o Estado e o setor privado não investem, como vamos sair dessa?

Se os indícios de uma retomada da atividade com a diminuição da capacidade ociosa progredirem, levarão a que tipo de crescimento, baixo e concentrador de renda, sem mobilidade social? A austeridade fiscal está aprofundando o problema fiscal, por ser pró-cíclica. Temos hoje uma economia fraca, que não gera receita tributária. Estamos privatizando tudo para fazer receita com a venda de ativos do setor público.

Em síntese: temos uma forte coalizão política conservadora, no Congresso e na sociedade civil, destacando-se o capital financeirizado e a burguesia rentista. O neoliberalismo propõe reformas permanentes, como se o mundo bom sempre estivesse por vir, desde que reformas infundáveis sejam feitas. Enquanto isso, no mundo todo há crescimento baixo e aumento da desigualdade. Cresce a irracionalidade do sistema econômico. Há no sistema político brasileiro uma separação entre governabilidade e legitimidade. O presidente Temer é rejeitado pelo modo como foi investido e pelo péssimo desempenho de sua gestão.

Em toda a história do Brasil, há um dilema, tanto nos períodos autoritárias como nos períodos democráticos: de um lado estão o Estado (a política) e a economia e, de outro, a desigualdade social, ou seja, a sociedade. Temos um sistema político e um sistema econômico que operam à custa do sistema social. O sistema político-econômico é de tendência fortemente oligárquica, ao passo que a sociedade é marcada pela exclusão social.

Uma nação assim, não solidária, não é promissora em termos de desenvolvimento, de unidade nacional e de soberania nacional. Precisamos de uma coalizão política que promova um desenvolvimento inclusivo, econômico e social. A Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães virou coisa do passado. Na aversão liberal ao populismo oculta-se a aversão ao povo. Enquanto nação, o Brasil é uma comunidade mal imaginada. Não à toa emergiu a polarização política.

Por outro lado, as duas fases mais progressistas em nosso país, quando houve um melhor arranjo entre os sistemas político, econômico e social e certa diminuição relativa das tendências oligárquicas, foram em períodos democráticos nos quais a ação estatal foi orientada por ideologias desenvolvimentistas, seja no populismo de 1945-1964, seja nos governos encabeçados por presidentes petistas, de Lula a Dilma.

O DIREITISMO BONAPARTISTA CONTRA A DEMOCRACIA

Jornal do Brasil - 03/10/2017

O grande capital governa, mas, contraditoriamente, não reina em paz, pois o rei (o regime representativo) está nu, exibindo continuamente em público sua reprochável mácula, novamente exposta na segunda rodada de denúncias da PGR contra o presidente Temer, desta vez abrangendo também dois de seus ministros mais importantes, todos suspeitos de obstrução da justiça e organização criminosa.

Nesse mar de lama, emergem do bloco heterogêneo da direita que induziu à atual deformação regressiva do Estado Democrático de Direito novas manifestações de autoritarismo social, com respaldo dos políticos, e, na esfera institucional, expande-se o bonapartismo, alastrando-se, preocupantemente, do Judiciário e demais instituições de controle até nada mais nada menos que a esfera militar. Os autoritarismos social e bonapartista reforçam-se mutuamente, embora essa dinâmica ainda não tenha um curso decidido. A crise de legitimidade é o centro de gravidade do direito.

A deposição de Dilma, feito embalado na onda conservadora-neoliberal, não tem logrado nem recuperar a atividade econômica e nem garantir a estabilidade institucional, dada a desavença entre o Judiciário e os dois outros poderes supremos da República. Apesar de haver governabilidade, graças à aprovação da agenda política e legislativa do Palácio do Planalto sob o guarda-chuva do presidencialismo de coalizão, o sistema político carece de legitimidade. As

maiores evidências disso são a rejeição ao presidente Temer, nesse caso praticamente unânime, e aos três principais partidos governistas: PMDB, PSDB e DEM, estes repelidos por nada menos que 75% dos entrevistados, conforme a mais recente sondagem de opinião, encomendada pelo próprio partido do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A perseverança da instabilidade trouxe novamente à cena a direita social. No início de setembro, foi fechada, após protestos do MBL, a exposição do Santander Cultural, em Porto Alegre, dedicada a temas LGBT. Recentemente, ocorreu forte reação contrária a uma performance de nudez artística no MAM-SP. Tais fatos, entre outros (como a questão da “cura gay”) representam um avanço do conservadorismo e da intolerância da direita social e política no plano da cultura e do comportamento. O prefeito João Dória (PSDB-SP), por exemplo, acaba de publicar um vídeo criticando as duas referidas manifestações e defendendo a censura delas. Não por acaso, esse notório antipetista é virtual candidato à sucessão presidencial de 2018, agenda eleitoral que várias forças progressistas têm colocado em dúvida sobre se realmente será cumprida. Segundo a última pesquisa do Datafolha sobre para a corrida eleitoral que se avizinha, Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que também corre em raia da direita raivosa, aparece em segunda posição com 16% das preferências, 20 pontos atrás do arquetemido líder Lula.

Mas o direitismo não para por aí. Com a falência do Estado, que no Rio de Janeiro é paroxística, a política de segurança pela via das tropas federais do Exército ocupou territórios para combater o tráfico de drogas, ainda que em parceria com as polícias locais e em contexto do grande evento Rock in Rio. A paz dos moradores da Rocinha fica associada à presença dos tanques de guerra. A retirada dos militares traz de volta a sensação de insegurança à comunidade dos pobres e excluídos e de seus vizinhos privilegiados da zona sul carioca, como um virtual saldo político do autoritarismo em emersão lenta, gradual e segura.

Entrementes, os generais Hamilton Mourão e seu superior e comandante do Exército, Eduardo Villa Bôas, já admitiram entrar em ação para, nas palavras deles, evitar mais caos, saneando o problema da corrupção no sistema político, expressão de outra falência, a da liderança no sistema representativo democrático realmente existente. O bonapartismo militar surge como outro ingrediente autoritário da crise, como um salvacionismo em busca de apelo popular para restaurar a ordem. Não se esqueça que, nas manifestações de 2016, houve cenas de identificação mútua entre a direita das ruas e as polícias militares que

fizeram a segurança dos protestos, nem que há saudosismo da ditadura entre uma minoria da opinião pública e que o apoio à democracia tem caído em toda a América Latina.

Ademais, como já apontado nessa coluna (e. g. 20 dez. 2016), o ativismo do sistema jurídico-policial (Operação Lava Jato, MPF, Polícia Federal, STF) abriu seu caminho de ação no processo político conjuntural um tanto quanto motivado pela vontade de passar o país a limpo e inaugurar uma nova etapa da história nacional. Até recentemente, esse ativismo era a principal manifestação do bonapartismo decorrente da crise de legitimidade que desequilibrou a balança de força entre os Três Poderes em benefício do Judiciário. Sua mais recente manifestação foi a inédita decisão da primeira turma do STF de afastar Aécio Neves (PSDB-MG) do cargo e o submeter a recolhimento noturno, o que causou inúmeras reações contrárias no Congresso Nacional, principalmente no Senado, e renovou a tensão entre, por um lado, o Legislativo e o Executivo e, por outro, o Judiciário. O nada exemplar senador mineiro é uma importante liderança governista. Ainda que não tenha havido cassação do mandato de Aécio, a prerrogativa para afastamento de cargo representativo cabe constitucionalmente ao Congresso, de modo que a tese do bonapartismo judiciário é plausível por mais esse fato.

A economia continua muito mal das pernas. O colapso do Estado brasileiro e a adesão à disciplina de mercado servem à penetração do capital internacional, os chamados “investidores”, por via indireta e direta e por políticas macroeconômicas e microeconômicas, como o teto de gastos pró-rentismo na política fiscal, a reforma trabalhista, o reforço à dependência nacional pelo estímulo ao investimento externo direito, a desnacionalização do pré-sal e, a depender apenas da vontade dos ultraliberais, da infraestrutura, facilitada pelos acordos de leniência prejudiciais às grandes empreiteiras, e não ao patrimônio de seus proprietários enquanto pessoas físicas e assim por diante.

Feitas as contas, temos uma crise econômica, política e institucional. Governabilidade, mas não legitimidade. Um presidente muito fraco perante a nação, mas servil ao poder econômico. Se, por um lado, ele se esforça para atender à demanda do mercado por previsibilidade, tem também havido muita incerteza na esfera política e institucional, que nutre a expansão do autoritarismo social e político, inclusive por sinais de contágio militar do ímpeto bonapartista até então presente no Judiciário. A democracia, golpeada e submetida às rédeas oligárquicas das elites políticas e do grande capital com a deposição de Dilma, prossegue com a saúde fragilizada.

A CÂMARA SALVARÁ TEMER NOVAMENTE!?

Jornal do Brasil - 17/10/2017

Em agosto, o plenário da Câmara dos Deputados não obteve os dois terços de votos necessários, entre as 513 cadeiras existentes, para autorizar que o presidente Temer fosse processado pelo STF por corrupção passiva, crime que lhe fora atribuído por uma denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR). Esta semana, será votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da casa o relatório do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), que recomenda o arquivamento da nova denúncia da PGR contra o presidente, desta vez vinda em dose dupla, obstrução da justiça e organização criminosa. Ao que tudo indica, a Câmara salvará Temer novamente. Será isso mesmo?

As duas denúncias são desdobramentos dos áudios divulgados por Joesley Batista, proprietário da JBS, entre eles um gravado no próprio Palácio do Jaburu, documentando uma conversa do empresário com o presidente. Mas, após a posse de Temer, temos visto que as forças que apoiaram a deposição de Dilma vêm se dividindo em relação ao combate à corrupção. A relação de forças, considerando as instituições políticas, o mercado e na sociedade, evoluiu no sentido de frear o ímpeto salvacionista do bloco repressivo constituído pela Justiça (Moro e STF), PGR e Polícia-Federal.

O acontecimento mais recente foi a divulgação, nos últimos dias, pelo site da Câmara dos Deputados, de vídeos e áudios da delação premiada de Lúcio

Funaro, operador do PMDB, no qual novamente Temer é mencionado como beneficiário de propinas para distribuir entre seus aliados. A disputa de interesses na esfera institucional chega a uma temperatura alta, às vésperas da nova votação, abrindo-se uma frente de atrito entre Rodrigo Maia, primeiro nome na linha sucessória em caso de vacância presidencial, e Michel Temer, em função da divulgação dos depoimentos de Funaro.

Em meio a toda essa balbúrdia institucional – não comentarei aqui o caso STF/Senado/Aécio Neves –, não há como engavetar a pergunta que não quer calar: onde estão os paladinos do combate à corrupção, a direita dos protestos das ruas e dos painéis das varandas? Uma chave para entender a indignação seletiva é que o mercado quer ordem, quer a ordem liberal que Temer esforça-se por promover com suas políticas orientadas para o mercado. Não havendo efetivo interesse do poder econômico, essa direita-classe-média-tradicional, saída do armário nos últimos anos, não tem organicidade nenhuma em relação ao combate à corrupção, tal qual teve e ainda tem, essa sim profunda, com a rejeição ao petismo, símbolo ameaçador da hierarquia social erguida sobre a desigualdade estrutural, que remonta à escravidão.

Em todo o caso, novamente a Câmara dos Deputados, em tese um grande símbolo da democracia representativa, ficará nua diante da nação. Salvará mesmo Temer, para a alegria dos investidores, e prosseguirá renunciando à legitimidade do sistema representativo em nome da governabilidade ultraliberal? A democracia e a legitimidade andam muito custosas para a minoria beneficiada pelo capitalismo financeirizado. A representação democrática está em rota oligárquica.

QUARTETO EM SI DE DIREITA INEXPERIENTE

Jornal do Brasil - 07/11/2017

Muitos analistas da política têm observado que as eleições presidenciais de 2018 (se efetivamente ocorrerem) tendem a reproduzir, no primeiro turno, a mesma fragmentação verificada em 1989, quando Collor e Lula, dois opositores ao governo Sarney, chegaram ao segundo turno, após uma disputa entre nada menos que 22 candidatos. Tanto naquele pleito como no que se aproxima, a conjuntura, elemento sempre imprescindível para a compreensão da política como processo, ajuda a entender a fragmentação e o que está em jogo.

Destacaria um denominador comum a ambos os contextos: a crise política e econômica. Em 1989, o país se encontrava no final da “década perdida”, marcada por crescimento baixo e crise inflacionária crônica. O nacional-desenvolvimentismo agonizava e o parto consensual e normal (distinto do feito por fórceps ou cirurgia) da alternativa neoliberal no Brasil, em ascensão no mundo, estava difícil. Mas a democracia havia saído fortalecida do processo Constituinte, encerrado em outubro de 1988. As demandas da sociedade civil sobre a sociedade política pululavam. Sarney foi o saco de pancadas de quase todos os candidatos, a começar por Collor, Lula e Brizola. Os competidores do PMDB e PFL, fiadores da Aliança Democrática, desfeita após o colapso do Plano Cruzado, se saíram muito mal no primeiro turno. O vencedor do pleito era, até então, um político menor, jovem e sem base partidária.

Hoje, a alternativa neoliberal, mais configurada nos anos FHC, e flexibilizada nos governos Lula e Dilma, retornou com força à agenda pública, mas não por demanda do eleitorado ou pela construção democrática do consenso, como se deu no processo político do Plano Real, e sim parida por um golpe de Estado elitista de novo tipo, que, não ocasionalmente, adequou-se aos interesses políticos dos grandes investidores, os agentes poderosos dos mercados, ansiosos por reformas legais e institucionais direcionadas para o Estado mínimo.

Mas vem chegando 2018. Além de o mercado ser sensível à sucessão presidencial, o futuro da “Ponte para o Futuro” é incerto. Este é um dos motivos do processo de fragmentação atual, no qual pode-se destacar um quarteto em si de direita, a vertente HDMB (Huck, Dória, Meirelles, Bolsonaro): todos inexperientes ou muito pouco experimentados na competição política e na política partidária. A experiência de Dória como prefeito recém-eleito e liderança partidária é residual.

Além de debutantes na política eleitoral para a presidência da República, eles compartilham a mercadofilia, por iniciativa do guru-mercado ou por se renderem a ele, ao fim e ao cabo, como parece ser o caso do capitão reservado e pouco discreto Bolsonaro, defensor, até um passado recente, de medidas nacionalistas na economia. Um terceiro elemento é o não envolvimento dessas pessoas com as investigações da Lava Jato. A emergência da diáspora da direita tem a ver também com a crise geral dos partidos no Brasil, especialmente com seu impacto sobre a agremiação até então orgânica do mercado financeiro, o PSDB. Finalmente, mas de estratégica importância para impedir a indesejada ponte para o passado, na perspectiva dos conservadores, a necessidade de um anti-Lula (líder isolado nas pesquisas sobre cenários eleitorais de 2018) induz ao aventureirismo, como é o caso da eventual candidatura do animador de auditório Luciano Huck. Enfim, o mercado busca um presidenciável de direita e vice-versa.

Já se falou em Joaquim Barbosa, Sérgio Moro e no candidato avulso Modesto Carvalhosa (o que depende de posicionamento do STF sobre sua constitucionalidade). Os casos de Alckmin (PSDB) e Marina (Rede) são diferentes, por serem políticos experientes, vinculados a partidos. Há candidátáveis também como o senador Álvaro Dias (Podemos). Todos os citados compõem o que pode ser considerado como a “direita-do-centro”, assim como três nomes da vertente HDMB, propensa a cair de quatro perante o eleitorado, exceto Bolsonaro, mais do tipo puro sangue, adestrado cão raivoso da direita e o melhor posicionado, até aqui, para enfrentar o temido Lula. “Tem muita gente mais preparada do que

eu, mas no Brasil hoje o pessoal está alvejado”, disse o pitbull em Nova York. Ou seja, o mercado mira 2018 posicionado da extrema-direita à direita-do-centro. Todos os mencionados também apoiaram o arremedo de *impeachment*, menos Joaquim Barbosa.

Dória vinha sendo paparicado por Temer e pelo DEM. Mas seu desempenho político pouco entusiasmante parece desaconselhar grande investimento nessa margarina alternativa doriana. Daí alguns atores do mercado e dos partidos da direita (DEM) tirarem da manga do colete a carta com a figura do incrível Huck (versão tropical, apelativa e quixotesca do super-herói da TV, o Hulk?), que entraria com toda a sua fúria de mercador do Estado mínimo, disfarçada em sorrisos para a almejada plateia, nos rincões nordestinos, onde Lula reina absoluto. Seria ouvido? Duvidoso. Ele não é cristão e os evangélicos, com as asas soltas, andam em briga com a Globo.

Meirelles é o ministro forte da Fazenda, queridinho do mercado, experiente na função técnica (embora nem todo empresário produtivo o admire). Mas nunca disputou a presidência (embora FHC e Dilma se elegeram na primeira vez que disputaram) e não é homem experimentado na política partidária. O PSD tem oferecido a ele a legenda para 2018. No entanto, outro problema complicado desse “homem econômico” é o déficit de carisma.

Enfim, há uma luta figadal do mercado contra qualquer ameaça de modelo de capitalismo que busque equacionar de maneira mais socialmente inclusiva, nacional e democrática as relações entre Estado (política) e economia. Embora o pior da crise econômica esteja passando, a crise de legitimidade do sistema representativo democrático atinge em cheios as instituições políticas. O eleitorado está muito insatisfeito. A fragmentação partidária rola solta e os agentes de mercado, por ora, estão preocupados e apelando para alternativas arriscadas no primeiro turno de 2018, na ânsia de alcançar um bom nome para continuar salvando a lavoura neoliberal contra a ameaça da praga petista.

ANTICIDADANIA E DESDEMOCRATIZAÇÃO

Jornal do Brasil - 21/11/2017

Em um ensaio clássico, o sociólogo britânico T. H. Marshall argumentou que a cidadania experimentou, nos países desenvolvidos, durante os séculos XVIII, XIX e XX, um desenvolvimento progressista, que foi abarcando, respectivamente, em cada um desses três grandes períodos históricos, os direitos civis, políticos e sociais. No primeiro momento, a constitucionalismo liberal foi fundamental para a limitação do poder do Estado, até então absoluto, e a garantia dos direitos fundamentais. A democratização (extensão do sufrágio e liberdade de organização), processo no qual os trabalhadores desempenharam um papel estrutural, teve importância chave na conquista dos dois últimos grupos de direito mencionados.

O pensador político Norberto Bobbio italiano qualificou essa evolução da cidadania como circunscrevendo “a era dos direitos”, que teriam primazia em relação aos deveres para com o Estado. Deixando de lado a avaliação do quanto os direitos foram universalizados e efetivados, no Norte e alhures, o tempo histórico de “capitalismo da austeridade” pressiona para mudar o discurso e as decisões públicas no sentido da primazia dos deveres, configurando um processo político de desconstrução simultânea da cidadania e da democracia.

Exagerando na dose da tendência internacional de consolidação fiscal, o Brasil está precocemente renunciando ao pacto social da Constituição de

1988. Em nome do reequilíbrio fiscal e da redução do que se considera ser uma elevada carga tributária, considerada incompatível com a competitividade dos produtos e serviços, a emenda constitucional do teto de gastos (EC 95), aprovada em 2016 por uma ampla coalizão reunindo forças governistas e o grande capital e orientada ideologicamente pela perspectiva ultraliberal do Estado mínimo, já está comprometendo, em um processo de alcance estrutural, os recursos orçamentários de dois pilares fundamentais do Estado de bem-estar social desenhado na aurora do regime democrático, ora submetido à desdemocratização: a educação e a saúde públicas. Veja-se, por exemplo, o estudo de Pedro Rossi e Esther Dweck (bit.ly/ztO4ShZ).

A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), em vigor desde o dia 11 do mês corrente, é rejeitada por 81% dos trabalhadores, segundo pesquisa CUT-Vox Populi. Ela alterou 100 itens da CLT, praticamente revogando-a. Seu ponto central já denuncia seu caráter: a negociação (através das convenções e acordos coletivos) prevalecerá sobre a legislação, em temas como parcelamento de férias em até três vezes e duração de horário de almoço, que não poderá ser menor que 30 minutos. Embora os direitos trabalhistas garantidos constitucionalmente não foram suprimidos (como salário-mínimo, férias e 13º), o objetivo da reforma é dificultar o acesso a esses e outros direitos e esvaziá-los. A relação de força tende a ser desfavorável ao trabalho em suas lutas contra o capital.

Tais mudanças têm provocado muita reação contrária entre os juízes trabalhistas e, de certo modo, no Ministério Público do Trabalho, apontando para divergências e disputas jurídicas entre as partes envolvidas (Justiça, trabalhadores e empregadores). Uma das polêmicas e motivo de greves já em curso diz respeito ao que passa a ser considerado como hora extra e ao pagamento dela. Estudo do CESIT-Unicamp indica que a reforma induz à precarização (insegurança, perda de garantias) das condições de trabalho, conforme se deu em outros países (Espanha, Reino Unido, Alemanha, Chile e México).

Outra ofensiva de grande porte é a reforma da previdência. Após os aliados do presidente Temer terem logrado impedir, por duas vezes, o processo do chefão no STF, o líder no Executivo da deposição da presidenta Dilma Rousseff, ao lado do ex-deputado e ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (preso pela Lava Jato), está lançando uma grande ofensiva política para aprovar uma versão sintética da reforma da previdência ainda esse ano, ou seja, a toque de caixa. A ofensiva inclui uma reforma ministerial, negociações com Rodrigo Maia e com a bancada do centrão e uma campanha publicitária de R\$ 20 milhões, dirigida à população. Mote: acabar com os privilégios. Sim, das pessoas idosas e

pobres, pois se pretende definir, como critério de acesso ao benefício, uma idade mínima única de 62 anos para as mulheres e 65 para os homens. Considerando a dimensão continental do país e as imensas desigualdades, inclusive regionalmente agravadas, como é o caso da expectativa de vida, essa idade mínima fixa e elevada não condiz com a realidade nacional. Enfim, a matéria é constitucional, por isso depende de maioria qualificada (três quintos do total de cadeiras, com duas votações em cada casa do Congresso).

Na verdade, a austeridade em relação aos gastos sociais e às modalidades de contratação trabalhista tem um grande beneficiário: os ricos, os capitalistas. Os prejudicados são os trabalhadores e os pobres. Os muito ricos querem nada mais, nada menos que pagar pouco imposto e poucos salários e demais custos trabalhistas. Note-se que a estrutura tributária brasileira já está entre as mais injustas do mundo. Tributamos muito os bens e serviços, mas tributamos pouquíssimo a renda e a riqueza, além de premiarmos a sonegação com programas politicamente desenhados para favorecer os poderosos, como o Refis. Os muito ricos querem também mais duas coisas importantes: garantir que o orçamento público seja administrado de modo a que os títulos da dívida pública sejam emitidos e contratados com boa remuneração e sejam devidamente honrados; e investir em áreas ocupadas pelas políticas sociais: educação, saúde e previdência pública.

Esse destrutivo projeto de ofensiva do capital contra a cidadania, contra o Estado social e contra o trabalho precisa subordinar um grande obstáculo político: o processo democrático. Enfim, a anticidadania requer a desdemocratização. A deposição da presidenta Dilma abriu a porteira da direita para a boiada neoliberal.

BRASIL DO 1% MAIS RICO

Jornal do Brasil - 19/12/2017

Segundo informações recentes do Banco de Dados de Riqueza e Renda Mundial, produzido por uma equipe de pesquisa liderada pelo economista francês Thomas Piketty, o Brasil é o país onde o 1% mais rico da população (cerca de 2,1 milhões de pessoas) detém a maior fatia proporcional de renda do mundo (wid.world/country/brazil). No caso brasileiro, os dados desse seguimento referem-se apenas ao período de 2001 a 2015. Nesse último ano, o 1% detinha 27,8% da renda nacional (antes dos impostos). Mais que qualquer outra nação, o Brasil é o país do 1%.

Considerando os 10% mais ricos, esse grupo concentrava, ainda em 2015, a bagatela de 53,4%; os 40% abaixo do topo, 32,4%; por fim, os 50% restantes, apenas 12,3%. No relatório mais recente, referente a 2016, Oriente Médio (61%), Brasil (55%), Índia (55%) e África Subsaariana (54%) são áreas avaliadas pela referida equipe como possuindo desigualdade de renda de nível extremamente alto, medida pelo que abocanha o Top 10%. Isso, imagino, seja um tanto quanto intuitivo, não estranho ao leitor. A região menos desigual do planeta é a Europa, onde os 10% mais ricos compartilham 37% da renda produzida.

Recentemente, o IBGE divulgou a “Síntese dos Indicadores Sociais 2017” (bit.ly/2oFgIKP), apoiada na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Segundo esse trabalho, em 2016 o Brasil tinha 52,2 milhões (¼ das pessoas)

abaixo da linha de pobreza (renda per capita mensal de até R\$ 387,07). Desse total, 13,35 milhões (6,5% da população) vivem em situação de pobreza extrema (com renda per capita mensal de até R\$ 133,72). A pobreza varia conforme a região, a raça e o gênero, impactando mais no Nordeste, entre os pretos e mulatos e nas famílias com filhos de até 14 anos, mantidas pelas mães.

De acordo com a “Síntese dos Indicadores Sociais 2016”, entre 2006 e 2014, os residentes em domicílio com rendimento per capita mensal de até ¼ do salário-mínimo vinham caindo ano a ano, com exceção de 2009 (crise internacional, recessão). Em 2006, essas pessoas eram 12,4% da população, em 2014, 7,9%, embora em 2015 tenham passado para 9,2% (recessão de meados de 2014, encerrada no ano corrente). Por outro lado, segundo o banco de dados de Piketty, a renda média nacional cresceu regularmente de 2003 a 2013, exceto em 2009. Desde 2014, ingressou em ciclo de queda.

Há controvérsia entre os especialistas sobre a desigualdade no Brasil, tema-chave, histórico e estrutural da realidade nacional. Dois pontos importantes do debate desse ano foram sobre o tamanho da desigualdade no Brasil e sobre o quanto ela caiu nos governos de Lula e Dilma. Pesquisadores próximos da metodologia de Piketty (usando dados da Pnad, de Imposto de Renda e estatísticas de cálculo do PIB), como o irlandês Marc Morgan Milá, consideram que o tamanho da desigualdade é maior do que se imaginava e que sua queda recente, apesar dele a confirmar, não teria sido tão acentuada.

Ao que tudo indica, a desigualdade tem aumentado, devido à crise econômica (a recuperação da atividade ainda é tímida) e ao elevado desemprego. Em março desse ano, o FGV Social, dirigido por Marcelo Neri (ex-presidente do Ipea), indicou que, pela primeira vez desde 1994, o índice de Gini da renda domiciliar per capita subiu em 2016, significando aumento da desigualdade de renda, que retornou ao nível de 2014, ao invés de prosseguir na trajetória de queda. Esse índice vinha caindo de modo relativamente mais significativo entre 2001 e 2015, principalmente em função da melhoria da renda salarial, mas também devido às políticas de transferência de renda.

Nos EUA, há nítida tendência de concentração tanto de renda quanto de riqueza de 1980 até hoje. No mundo como um todo, de 1980 a 2016, há uma clara dupla tendência: a ascensão da renda do 1% mais rico (de 16% para 22%) e a estagnação da metade (50%) inferior (de 8% para 10%). Ou seja, a era das políticas neoliberais, que promoveram a globalização, sob hegemonia das finanças desreguladas, é concentradora de renda no topo da pirâmide social.

A crise econômica e a retomada da perspectiva ideológica do Estado mínimo

nas decisões governamentais colocam tudo a perder. O teto já está desabando sobre a cabeça de milhões de brasileiros, especialmente a dos pobres, ¼ da população. Milá alerta em relação a essa tendência, decorrente da austeridade fiscal extremada. A opção política de superação da crise, adotada pelo governo Temer, não questiona a estrutura tributária regressiva, que penaliza o consumo, e não a renda e a riqueza. É uma política fiscal centrada no corte de gastos, que, ao mesmo tempo, é pró-cíclica, ao debilitar a geração de receitas. A agenda pública que Meirelles enfatiza é a agenda da despesa. A discussão da receita é desprezada, remetida à confiança dos mercados, supostamente salvadora da lavoura desprovida de investimentos.

O debate da justiça social está ausente, a não ser como farsa, enfiado em uma retórica puramente confusionista de que a proposta de reforma da Previdência formulada pelo governo combateria os privilégios. Nem a base governista acredita nisso, tanto que a votação dela, altamente impopular, foi adiada para fevereiro. A agenda pública é a do Brasil do 1% mais rico. A exclusão política de Lula das eleições de 2018 é peça-chave para esse Velho Brasil da plutocracia, resgatado com a deposição de Dilma, pois foi nas presidências petistas que alguma coisa aconteceu em termos de enfrentamento das inúmeras desigualdades. Como disse o Washington Post, o Brasil aprovou, há um ano, a mãe de todos os planos de austeridade, a emenda do teto de gastos públicos, que ora desaba sobre a cabeça dos humildes. Neoliberalismo e democracia estão cada vez mais incompatíveis, no mundo todo, mas ainda mais aqui que alhures. Feliz Natal!

QUEM REINA E QUEM GOVERNA?

Jornal do Brasil - 02/01/2018

Nas democracias, os resultados eleitorais dependem do desempenho econômico dos governantes. Nessa fórmula, o desempenho econômico é uma variável dependente da política, especialmente, mas não só, da política econômica, que se apresenta como variável independente. Outras dimensões da política, além das decisões econômicas, podem também prejudicar interesses dos agentes econômicos e a própria economia. No Brasil atual, vozes de várias ideologias têm dito que a crise política atrapalha a recuperação da economia. Mas nenhuma voz ignora a supremacia do ideário ultraliberal na agenda pública de mudanças.

Na medida em que a política econômica demandada pelos seus mais poderosos demandantes, que, cada vez mais, não são os eleitores, mas os investidores, não apenas impacta com êxito sobre o regime quanto é impopular, a democracia passa a ser colocada em xeque, seja pelo deslocamento da soberania popular para a soberania do capital, seja pela inadequação do governo do povo ao cálculo dos interesses dos investidores desterritorializados. De direito, os Estados são nacionais, de fato, muitos deles, cada vez mais se deixam controlar por um soberano que não vota apenas com cédulas eleitorais, mas também com recursos econômicos, inclusive aplicados em poderosas corporações da comunicação de massa.

Desequilibrando-se a relação de forças entre a soberania do capital e a soberania popular, por meio de um processo que favorece a primeira, a convivência entre capitalismo e democracia só será conciliável se os investidores colonizarem o regime do sufrágio universal, ou seja, se eles lograrem subordinar a política competitiva e as decisões do Estado aos seus interesses. Não alcançando tal feito, abrem-se vários dissensos entre capitalismo e democracia, como a rejeição dos agentes do capital às decisões do Estado, fuga de capitais, pé no freio dos investimentos, terrorismo econômico midiático e dos políticos conversadores, aumento das pressões sobre os governos etc. Nessa configuração, a equação do poder emerge invertida: a variável independente passa a ser a economia, não exatamente o desempenho econômico, mas os interesses econômicos, ao passo que a política, incluindo o tipo de regime, torna-se a variável dependente. Exemplo atual: as agências de classificação de risco de crédito têm sinalizado que a não aprovação da reforma da Previdência deverá implicar em rebaixamento ainda maior do Brasil nesse indicador. Para o mercado, o sistema político não tem outra escolha a não ser aprovar a reforma das aposentadorias e pensões. A decisão democrática está altamente constrangida à pré-formatação de conteúdo. O nível atual de colonização do Estado pelos interesses do capital financeirizado indica um paroxismo na tendência estrutural de captura do poder público pelo capitalismo.

Norberto Bobbio destaca que uma entre as tradições históricas que compõem o cabedal reflexivo da teoria democrática provém do pensamento político medieval. Nela, emergiu a distinção entre duas concepções distintas de soberania, a ascendente e a descendente. Na primeira, o poder soberano deriva do povo e estrutura-se no sistema representativo; na segunda, ele se origina e se espalha de cima para baixo, do príncipe aos súditos, transmite-se, por delegação, da realeza aos níveis inferiores da hierarquia social típica da sociedade estamental. Nessa perspectiva de análise, os processos em curso nas relações entre soberania e capitalismo vão no sentido da oligarquização do poder do povo, da elitização da democracia, da desdemocratização. No complexo e não linear processo histórico que opôs o parlamento à monarquia, uma frase do político e historiador Adolphe Thiers sintetiza a questão em jogo, na perspectiva dos liberais, então em ascensão contra o absolutismo e defensores da limitação do poder real: “O rei reina, mas não governa”. Hoje, no capitalismo ultraliberal, o andar da carruagem percorre e reforça uma estrada institucional que leva para onde “a democracia reina, mas não governa”. Enquanto no século XIX a questão burguesa era submeter o absolutismo ao *laissez-faire*, mantendo o rei,

mas retirando-lhe o poder despótico de tributar e prejudicar a livre iniciativa, a invenção política do século XXI submete a democracia aos mercados desregulados, tornando-a, o quanto possível, tão inofensiva e útil à estabilidade quanto “Sua Majestade Real” nas monarquias liberais.

Esse processo ocorre, sob formas e intensidades variadas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Na Europa, sua principal característica é a redução substantiva de direitos trabalhistas e previdenciários, que atacam a democracia social inventada no Velho Mundo. Lá, a obra contrarreformista vem sendo feita por governos eleitos. Mas, no mesmo movimento conservador, o nacionalismo de direita se expande em vários países (França, Inglaterra, Áustria, Alemanha etc.). Trump veste uma ideologia que pode ser chamada de nacional-liberalismo. No caso do Brasil, enquanto em 1964 a democracia foi banida por um golpe militar, a retirada de direitos em curso, impedida de lançar mão de força bruta, recorre ao golpe institucional, uma subversão da soberania popular que tenta se passar por legal.

Na história do pensamento político é clássica também a distinção entre governo dos homens e governo das leis. Na crítica ao absolutismo por direito divino, por exemplo, expressão ímpar do governo dos homens, o poder político foi racionalizado como derivado do contrato social, que supera o estado de natureza para, não obstante, garantir os direitos naturais à vida e à propriedade, por meio de um governo civil. A supremacia dos interesses particularistas do grande capital sobre o Estado coloca em questão a efetividade do governo das leis, uma vez que um grupo desequilibra, como nunca, a dinâmica política.

A guinada ultraliberal e conservadora em curso impregnou o conjunto das instituições do Estado, inclusive o Judiciário. O combate à corrupção tem sido feito por uma ideologia jurídica que penaliza as empresas nacionais e criminaliza a política econômica, ou seja, dois baluartes de um projeto nacional, ideia fora de moda para o dependentismo-neoliberal. Ademais, a austeridade tem castrado a recuperação da economia e a perspectiva de atração dos investimentos estrangeiros anda, como nunca, livre, leve e solta nas mentes do partido da ordem pós-golpe. Nesse ano, haverá eleições presidenciais. Mas haverá mesmo? Quem concorrerá? A marcação do julgamento de Lula pelo TRF-4 em tempo recorde é obra divina, dos homens predestinados ou das leis? A politização das instituições jurídicas e de controle, observada na Lava Jato, prosseguirá? Nós, cidadãos brasileiros, experimentaremos a continuidade da desdemocratização, e até mesmo seu aprofundamento, ou resgataremos o regime popular?

O INCÓGNITO 2018 (COM FELIPE MARUF QUINTAS)

Brasil Debate - 15/01/2018

2017 caracterizou-se pela forte ofensiva neoliberal, que aprofundou a construção da ponte para o Estado mínimo, obra regressiva iniciada com o golpe contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff. Mesmo pressionado pela crescente e enorme rejeição, o governo Temer, o mais reprovado desde a redemocratização, reuniu ampla maioria no Congresso em diversas ocasiões, seja para aprovar seu programa impopular ou para o chefe do Executivo livrar-se de processo pelo STF, nas duas rodadas de denúncias da Procuradoria Geral da República.

A reforma trabalhista alterou 100 itens da CLT, esvaziando-a substantivamente, e fortaleceu o poder dos empregadores nas relações contratuais trabalhistas, além de ter enfraquecido tanto a Justiça do Trabalho (a começar pela prevalência do negociado sobre o legislado), como os sindicatos, com o fim do imposto sindical. O governo pós-golpe contra a presidenta eleita logrou êxito em aprovar a Lei nº 13.483/2017, que aproximou as taxas de juros pagas pelo setor privado aos financiamentos do BNDES às oferecidas pelo mercado financeiro, diminuindo o papel desenvolvimentista desse histórico banco de fomento aos investimentos de longo prazo.

Realizaram-se os dois primeiros leilões de campos de exploração da mega reserva de pré-sal sob as regras de exploração aprovadas em 2016, pelas quais a

Petrobras não mais precisa ter participação obrigatória nos novos blocos exploratórios vendidos. Conforme visava o governo, a novidade desses leilões foi a presença das multinacionais, como a Shell, ainda que o investimento estrangeiro não tenha vindo na dimensão esperada pelos estrategistas do Brasil dependente.

Temer também anunciou o processo de privatização de 57 empresas, entre elas a Eletrobras e a Casa da Moeda. Pesquisa recente do Datafolha mensurou que 70% dos brasileiros desaprovam as privatizações. Só entre os mais ricos, com vencimentos acima de dez salários-mínimos, a maioria (55%) defende a venda das empresas estatais. Por outro lado, o adiamento para este ano da votação da reforma da previdência foi a principal, senão a única, derrota política do governo em 2017, mas passível de ser revertida em fevereiro, quando a polêmica matéria deverá ir a voto no plenário da Câmara dos Deputados. Essa derrota provisória também prejudica os interesses materiais e ideológicos dos grupos sociopolíticos coalizados nessa ofensiva liberal-conservadora, sobretudo os rentistas, financistas e a grande mídia.

Em 2017 também passou a vigorar a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu, por um período de duas décadas, o teto de gastos públicos conforme a variação da inflação. Tal política contém as despesas primárias, mas não as financeiras, que favorecem os credores da dívida pública. Seus efeitos já se fizeram presente em 2017 em várias áreas, a começar pelas duas políticas sociais fundamentais estabelecidas no pacto social de 1988, desestruturado com a emenda do teto: a saúde e a educação.

Na saúde, por exemplo, os 13 milhões de desempregados pressionam por mais serviços e recursos do SUS, uma vez que os demitidos perdem o acesso aos planos privados patrocinados pelas empresas onde trabalham. Na educação, pode-se citar, por exemplo, o caso das universidades federais, sufocadas duplamente, pela redução dos recursos e pelo contingenciamento dos repasses. Assim se pronunciou o presidente da Andifes, Emmanuel Tourinho: “O orçamento de 2017 é aproximadamente 15% menor nos recursos de manutenção e de 50% na verba de investimentos das universidades em relação a 2014”. A recessão, seguida pelo atual crescimento em nível muito baixo, além da redução da presença social do Estado, enfim, todos esses fatores juntos têm impactado na regressão dos indicadores da desigualdade de renda, que estão piorando.

Em síntese, 2017 foi marcado, entre outros, pelo desemprego, pela retomada tímida do crescimento (Boletim Focus prevê 0,89% de variação do PIB), pelo aumento da desigualdade de renda e pelo esforço político visando a uma ampla reestruturação produtiva, trabalhista e previdenciária, para redesenhar o padrão

de acumulação e de relações entre Estado, economia e sociedade. Ocorre uma ampla e profunda ruptura com os treze anos de governos petistas, que se esforçaram, ainda que com limites e erros, mas também com certos êxitos, para juntar, por um lado, o desenvolvimentismo do século 20, que erigiu o Estado como principal indutor e coordenador do desenvolvimento capitalista nacional, e, por outro lado, a perspectiva político-social de incluir, na repartição das riquezas geradas pelo sistema econômico, o grande contingente de brasileiros historicamente jogado na informalidade, na pobreza e na miséria.

A internalização extremada do padrão financeiro de acumulação, produzido nos países centrais e alastrado nas relações econômicas e políticas da globalização e do sistema internacional, radicaliza no Brasil a tendência verificada lá fora de desacoplamento entre capitalismo e democracia, deslocando o centro decisório do conjunto da população nacional para os grandes investidores globais, que submetem os governos e as sociedades aos ditames do capital financeiro.

A crise de representatividade e legitimidade do sistema político brasileiro, exponenciada em 2017, se expressa não apenas na continuidade de um governo ilegítimo do ponto de vista procedimental, por ter se originado em um golpe apenas aparentemente constitucional, mas também na facilidade com que os novos donos do poder aprovam no Congresso Nacional medidas fortemente impopulares, sem qualquer debate público consistente e muito menos por consulta direta ao povo. O Executivo e o Legislativo tornam-se, assim, espelhos políticos do grande capital, e não do conjunto dos cidadãos que, em tese, representam.

Paralelamente a isso, e em consonância com o que ocorre em outros países da América Latina, como a Argentina, há o *lawfare* do Judiciário, apoiado abertamente pela grande mídia oligopolizada, contra lideranças populares de esquerda, individuais e coletivas, sobretudo Lula e o PT. Em julho, o ex-presidente foi condenado pelo juiz Sergio Moro, sem provas claras. O objetivo é retirar da disputa política lideranças e partidos não só comprometidos com um projeto nacional de desenvolvimento e inclusão social, mas também com capacidade organizacional e relacional de colocá-lo em prática.

Almeja-se reduzir a competição eleitoral em favor do centro direita e da direita, que esposam o liberalismo conservador emerso no processo político da crise brasileira. A principal consequência dessa empreitada político-jurídica, que desrespeita o devido processo legal, é o enfraquecimento do caráter democrático das instituições políticas, tornando-as menos pluralistas e representativas e mais oligárquicas e excludentes. O regime passa por um processo de desdemocratização, embora haja oposição a ele.

Paradoxalmente, com as inúmeras denúncias de corrupção envolvendo diretamente o governo Temer e com o aprofundamento do neoliberalismo e do *lawfare*, os grupos e partidos que os apoiam se veem às voltas com a perda de popularidade e o risco de perder as eleições de 2018 para uma candidatura de esquerda, principalmente Lula, que assume a liderança absoluta em todas as pesquisas de intenção de voto. Nesse cenário, as forças de direita competem pela liderança da manutenção do projeto golpista no quadriênio a se abrir em 2019.

Por um lado, a candidatura de Bolsonaro, alinhando-se completamente ao neoliberalismo, procura oferecer aos rentistas e financistas a segurança de que seus interesses materiais estarão garantidos em um contexto de crescente autoritarismo e conservadorismo. Por outro, o golpismo aberto do general Mourão, ainda que sem tanto apoio visível, aponta no sentido de posicionar o Exército como ator autônomo na crise, não mais contido na retaguarda do golpe. Falta, entretanto, coesão interna na corporação para avançar nesse sentido e seu papel constitucional de defensor armado da soberania nacional é posto em xeque pela tolerância às privatizações e pela abertura da Amazônia a operações militares estadunidenses.

O balão de ensaio da candidatura de Luciano Huck, apoiada por forças neoliberais não vinculadas ao conservadorismo comportamental e saudada como de “centro”, em contraposição aos “extremismos” de Lula e Bolsonaro, foi abortado em menos tempo que o do seu antecessor, o prefeito de São Paulo João Doria Jr., devorado pela sua própria ambição. O pré-candidato do Podemos, Álvaro Dias, mantém-se discreto. O tucano Geraldo Alckmin conseguirá se manter distante dos escândalos de corrupção e entusiasmará o eleitorado? E o que será da opção Meirelles, que se apresentou com cara de presidenciável no programa de TV do PSD? Ademais, parece não estar descartada a possibilidade de implementação do semipresidencialismo já neste ano.

2017 terminou sem resolver a crise. Diversas questões continuam em aberto: o governo Temer é viável até o fim? As medidas impopulares, aprovadas sem terem sido submetidas ao crivo eleitoral de 2014, resistirão ao governo seguinte? Qual será o impacto da crise de legitimidade do governo Temer nas eleições de 2018? A condenação de Lula será confirmada e impedirá a sua candidatura? Quem serão os candidatos a presidente? Haverá eleições? Por ora, qualquer previsão pode ser um exercício pouco útil, devido à multiplicidade e à complexidade dos fatores envolvidos na disputa política e na economia. O país passa por uma encruzilhada histórica. As decisões e desenlaces de 2018 serão cruciais para o destino do Brasil e dos brasileiros.

A POLÍTICA NO JULGAMENTO DE LULA

Jornal do Brasil - 15/01/2018

Toda decisão do Estado, em qualquer dos Três Poderes, é política, pois implica em cursos de ação com obrigatoriedade de cumprimento, garantida, no limite, pelo uso monopolístico da força, que o poder público proclama assentar-se na legitimidade. O veredito jurídico é uma decisão política do Poder Judiciário.

No entanto, enquanto tende a ser aceitavelmente alto o grau de politização de uma decisão sobre política pública ou sobre as regras do jogo político (a chamada reforma política, por exemplo), a decisão jurídica deve se pautar em critérios de racionalização técnica de corte mais universal, como as teorias doutrinárias e a jurisprudência. Afinal, a Justiça não é cega, ainda que ela seja um órgão político cumpridor de uma função institucional essencial do poder do Estado? Em que medida o julgamento de Lula não tem sido conduzido pelo processo de politização que tem caracterizado a ação do populismo jurídico emergente no Brasil, onde a polarização política alcançou expressão inédita?

Como já apontado nessa coluna, o ativismo do sistema jurídico-policial abriu seu caminho de ação no processo político movido pela vontade de passar o país a limpo e inaugurar uma nova etapa da história nacional. Mas não compete a esse sistema, composto por pessoal não eleito pelo voto popular, assumir as rédeas de um projeto de país, adentrar no terreno contingente da política

programática e desincumbir-se dos procedimentos técnicos regulamentados aos quais seus integrantes são investidos do poder-dever de cumprir.

Segundo a Constituição, todo poder emana do povo, que escolhe seus representantes políticos em eleições livres e regulares. A ilegitimidade e ilegalidade flagrantes da usurpação da soberania popular pelos estamentos jurídico-repressores, assim como a irresponsabilidade de sua conduta, motivada por um projeto salvacionista de “lavar a jato” o país, sem atentar para as consequências de suas escolhas e ações, colocam os sistemas político, econômico e social do Brasil em uma encruzilhada histórica. Perante tais ambições higienistas, onde fica a maioria da população, que depende de políticas públicas para ter acesso a um mínimo de bem-estar? Onde fica a produção nacional, questão estratégica não só internamente, para o abastecimento doméstico dos cidadãos, mas também para a segurança internacional, dada a competição interestatal? E onde ficam os direitos civis? Em março de 2015, por exemplo, o juiz Sérgio Moro deixou vaziar conteúdo de grampo telefônico ilegal, que prejudicou tanto Lula quanto a então presidenta Dilma.

Há uma grande disputa política no Brasil na qual o Poder Judiciário está inserido, mesmo que, formalmente, por via indireta. Por um lado, estão Lula e o PT e a esquerda com capacidade e disposição de governar, defensores de um projeto de desenvolvimento com inclusão social, experimentado, com sucessos e fracassos, de 2003 até a deposição de Dilma Rousseff, em 2016, após quatro vitórias consecutivas nas urnas. Tais forças estão sob fogo cruzado desde as eleições de 2014, alvos prioritários da Operação Lava-Jato, iniciada em março daquele ano (lembramos, por exemplo, das capas da revista *Veja* durante o pleito presidencial ou do centro do PowerPoint de Deltan Dallagnol). Por outro lado, há a direita, o projeto neoliberal-conservador, no qual, por várias mediações, abriga-se a Lava Jato. Esta, em nome do combate à corrupção, tornou-se peça-chave na conjuntura do golpe institucional contra a presidenta eleita e na função de criminalização do partido que é ainda hoje a única ameaça efetiva à política de Estado mínimo e de terra arrasada ditada pelos interessados nos mercados livres.

Não há santos nem de um lado e nem de outro, como o ingênuo maniqueísmo poderia imaginar. O julgamento de Lula é a cereja do bolo da Lava Jato e insere-se nesse cenário político polarizado. A burocracia togada tornou-se ator político no sentido amplo do termo, e não meramente no natural sentido estrito, decorrente da sua função oficial no Estado. Conforme vários juristas e criminalistas têm apontado, constituem indícios da politização indevida do Judiciário no processo do ex-presidente, entre outros pontos: a sua condenação

por corrupção passiva, não associada a ato de ofício; a não-comprovação de que ele possuía o triplex; o reconhecimento de Moro, por escrito, em resposta a um embargo de declaração da defesa, de que o réu não se beneficiou de vantagem indevida com os recursos da Petrobras desviados pela construtora OAS; a tramitação veloz da ação penal em Curitiba e o agendamento do recurso no TRF-4 compassado ao calendário eleitoral, ambos desviando-se da média temporal de procedimentos técnicos afins, ensejando avaliar que um poder do Estado sem mandato e legitimidade para interferir na política competitiva está extrapolando suas funções.

A declaração do procurador Dallagnol de que Lula deverá ser preso logo após ocorrer a por ele desejada confirmação da condenação do réu pela Corte Recursal também evidencia o caráter político do processo. Seria no mínimo controversa a necessidade de prisão no caso em tela. Recentemente veio a público, pelas redes sociais, que a chefe de gabinete da Presidência do TRF-4, Daniela Tagliari K. Lau, milita pela prisão de Lula. Não à toa, seu direitismo se faz acompanhar do apoio ao Exército nas ruas, ao MBL e ao “Escola sem Partido”.

Mas a hipótese do caráter político da condenação de Lula e do julgamento do recurso, agendado pelo TRF-4 para 24 de janeiro, não se esgota no Judiciário. Há uma coalizão de interesses em torno da condenação do líder isolado nas pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018. Poucas semanas atrás, em 12 de dezembro, editorial de O Globo, supostamente em defesa da igualdade de todos perante a lei, afirmou o seguinte, ao criticar Fernando Henrique Cardoso, que disse preferir combater Lula nas urnas a vê-lo preso: “O Brasil de hoje felizmente é outro: um país em que as instituições republicanas estão sendo reconstruídas a duras penas”. Tamanha desfaçatez para um órgão da grande mídia só é inteligível considerando-se que se trata de “imprensa com partido”, que investe na criminalização do PT e de seu líder máximo. Por duas vezes, nos últimos seis meses, escândalos gêmeos de repercussão internacional envolveram a enlameada Câmara dos Deputados: vitaminada com uma liberação recorde de emendas parlamentares pelo Executivo, que alcançou a bagatela de R\$ 10,7 bilhões em 2017, a casa dos representantes do povo se negou a autorizar processo de Temer pelo STF.

Jamais o mercado, a grande mídia e a sociedade civil da direita, como os paneleiros revoltados das varandas elegantes e pró-MBL, aceitariam tal desfecho se fosse para livrar os ex-presidentes Lula e Dilma de processo semelhante. Porém, como o governo tem sido generoso com os endinheirados dos mercados, o sentimento desses poderosos, que financiam e estimulam as novas direitas,

não foi de indignação, mas de alívio e euforia. Assim informou a Folha de S.Paulo em 3 de agosto, quando o presidente escapou da primeira ação penal: “Investidores aproveitaram a quinta-feira [...] para embolsar lucro após cinco sessões seguidas de alta da Bolsa brasileira e depois de os aliados do presidente Michel Temer conseguirem barrar, no Congresso, a denúncia contra o peemedebista por corrupção passiva”. O sumido “Vem pra Rua”, que nada fez contra Temer, saiu da toca agora para informar que está organizando manifestações simultâneas em várias cidades, na véspera do julgamento do recurso da defesa de Lula, para demandar e apoiar a confirmação de sua condenação.

O TRF-4 encontra-se perante uma decisão política crucial, de grande envergadura histórica, que deve ser tomada no mais rigoroso insulamento burocrático e no rigor do Direito. No entanto, o relator do recurso, desembargador João Pedro Gebran Neto, é amigo muito próximo do juiz Sergio Moro, cuja isenção funcional está sob suspeita. Aliás, a popularidade do juiz de Curitiba vem caindo. Segundo pesquisa recente do Ipsos, 53% dos entrevistados o reprovam. Ademais, o presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, que não é relator do recurso e nem compõe a Turma de julgamento do caso, elogiou a sentença condenatória. Segundo alguns especialistas, tal posicionamento fere a Lei Orgânica da Magistratura, por se tratar de processo em tramitação.

Enfim, é muito preocupante que, diante de uma decisão de profundo impacto na ordem política nacional, agentes institucionais do Poder Judiciário exibam, de algum modo, sua suscetibilidade às intensas pressões da coalizão antipetista, em relação à qual não haveria outra postura aceitável a não ser o isolamento hermético. A polarização política aberta desde 2014 tem feito o Estado Democrático de Direito retroceder substantivamente em seus níveis de democracia e de legalidade. Aliás, veio do TRF-4, no contexto da Lava Jato, uma das aberrações monstregas do ideário sombrio atual da direita emergente: “uma situação excepcional exige condutas excepcionais”. O vir-a-ser do processo de desadjetivação do Estado brasileiro sinaliza a versão pós-moderna do Leviatã de Thomas Hobbes? (Agradeço à colaboração de Felipe Maruf Quintas.)

A CRISE DA DIREITA E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Jornal do Brasil - 16/01/2018

Desde as eleições de 2014 e, principalmente, a partir de 2015, o processo político da crise brasileira produziu, entre outros resultados, a polarização política entre direita e esquerda, acionada, sobretudo, pela primeira, e a guinada à direita na relação de forças. Dois tipos de direita emergiram desde que os tucanos Aécio Neves e seu candidato a vice-presidente na chapa derrotada, Aloysio Nunes Ferreira, declararam guerra ao governo Dilma: a direita-do-centro e a extrema-direita. Como tais direitas vão se apresentar nas eleições gerais de outubro e o que significa sua emergência plural?

Essas duas direitas compartilham a visão conservadora da ordem, da autoridade e da hierarquia sociais e abonam a desigualdade com o guarda-chuva da meritocracia. Distinguem-se quanto ao grau desses componentes. A extrema-direita é mais propensa ao autoritarismo e a direita-do-centro, à concepção minimalista de democracia ou elitismo democrático. Em matéria de economia, a direita pode ser intervencionista ou liberal. O contexto internacional e nacional de políticas de austeridade e a ofensiva contra o petismo têm reforçado no Brasil os gêmeos siameses paridos no mundo pós-crise de 2008, de modo desigual e combinado: desdemocratização e ultraliberalismo. Esses dois pontos são o núcleo programático da direita brasileira que está no poder e quer continuar a controlá-lo no quadriênio a se abrir em 2019.

Em terra *brasilis*, a propensão dependentista das oligarquias é forte, diferentemente da trajetória da Ásia desenvolvimentista. As elites políticas e econômicas que apoiaram a deposição casuística de Dilma têm se curvado perante a globalização financeira e comercial, mesmo que à custa da desindustrialização. Aqui, o nacionalismo-liberal de direita verificado no Brexit e na vitória de Trump não alçou voo, pois o contexto é outro. O que emergiu foi um internacionalismo regressivo de mercado, em resposta a um irracional antipe-tismo, anti-bolivarianismo etc.

Em artigo recente nessa coluna (bit.ly/2CZsdPU), referi-me à diáspora pré-eleitoral na direita, especialmente na direita-do-centro, uma vez que a extrema-direita tem em Bolsonaro sua força centrípeta. Observei que três nomes inexperientes em eleições presidenciais e na liderança político-partidária (características também atribuíveis a Bolsonaro) disputavam a direita-do-centro: Meirelles, Dória e Huck. Os dois últimos parecem ter desistido da corrida, tendo surgido, no entanto, o nome de Rodrigo Maia (DEM). Mencionei também que as pré-candidaturas de Alckmin (PSDB), Marina (Rede) e Álvaro Dias (Podemos), embora situadas na direita-do-centro, são de políticos experimentados.

Com exceção de Bolsonaro, prefiro considerar as demais pessoas mencionadas como direitistas abrigadas no centro, e não centristas. A polarização atual estabeleceu uma linha divisória acentuada entre direita e não-direita. Só se pode incluir na não-direita (centro e esquerda) quem, no mínimo, está fora do fundamentalismo de mercado, perspectiva incompatível com o combate à desigualdade. Por outro lado, dado o vínculo entre igualdade de oportunidades e democracia, os interesses neoliberais (fiscais, trabalhistas etc.) necessitam da desdemocratização. Entre os candidatáveis, quem mais se adequa ao centro assim delimitado é Ciro Gomes (PDT), que tem uma perspectiva desenvolvimentista. Marina Silva, que hoje critica a polarização política, apoiou Aécio Neves no segundo turno de 2014, o tucano mais semeador do ódio contra Dilma e o PT. Seus programas econômicos eram similares. A candidata ambientalista também contribuiu para a contaminação do ambiente político ao defender o “*impeachment* tabajara” da presidenta eleita.

A pluralidade da direita seria imediatamente inteligível se representasse diferenças programáticas substantivas disputando visões contraditórias dos rumos do país. Mas não se trata disso. Todos os qualificados como de direita defendem a receita ultraliberal posta em prática por Temer: Estado mínimo, privatização, desnacionalização (atração de poupança externa) e desregulamentação.

A fragmentação das candidaturas de direita indica a ausência de uma liderança capaz de articular politicamente os grupos favoráveis ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, déficit explicável também pela crise dos partidos políticos no Brasil. A diáspora direitista decorre, outrossim, da ofensiva pró-marginalização de Lula e do PT do pleito presidencial e da política nacional, que tenta enquadrar o espectro político-ideológico e os partidos no conservadorismo e, ao mesmo tempo, estimula o velho e recorrente mercado eleitoral do “novo”, do “não corrupto” etc, que já veio à tona nas eleições dos prefeitos, em 2016.

Em síntese: o que explica esse nível de fragmentação? Além da guinada à direita e da crise dos partidos, destaca-se a questão da relativa autonomia da política com respeito à economia. A diáspora da direita não é programática, não se vincula ao seu horizonte de economia política, mas à crise de liderança. Isso não é pouco, pelo contrário, trata-se de um problema imenso, pois seu programa econômico tem sido, como diria Leonel Brizola, um rotundo fracasso. Como se não bastasse, Lula está bem vivo e sua liderança imbatível nas pesquisas para a eleição presidencial amedronta. A imensa ofensiva da coalizão do golpe contra ele é muito diferente das dezenas de milhões de brasileiros que o querem de volta ao Palácio do Planalto. Além disso, PCdoB e PSOL, diferenças eleitorais à parte, estão na campanha contra a condenação do grande líder petista e pelo direito de ele concorrer ao pleito de outubro, assim como inúmeros atores progressistas da sociedade civil.

A ilegitimidade do golpe contra Dilma, agravada com a do desempenho programático e ético do governo Temer, estimula a tradicional solução personalista e salvacionista, que aposta na imagem individual do político, um tanto quanto descolada das propostas. Bolsonaro se encaixa nesse figurino que vestiu Collor em 1989. O mercado e a grande mídia vão mesmo embolsar Bolsonaro, por falta de opção? Outra moeda corrente na política eleitoral é que o lançamento de candidaturas e os recursos institucionais tendem a alavancar poder de barganha para alianças nos dois turnos do pleito entre os próprios concorrentes.

Noves fora, as eleições se aproximam e a direita está desunida politicamente e com pouco a oferecer em matéria de perspectiva para o futuro, a não ser mais do mesmo programa que nega a ordem e o progresso. Em ordem alfabética, seus principais nomes no momento são cinco: Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (PSD), Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede Sustentabilidade) e Rodrigo Maia (DEM). A má acomodação da direita na cena política leva o pré-candidato tucano, por exemplo, a fazer contorcionismo para tentar aparentar distância do governo federal, no qual seu partido ocupa cargos ministeriais.

Nesse cenário, não surpreende que a adoção do semipresidencialismo seja cogitada e defendida por Michel Temer e Gilmar Mendes. Em novembro do ano passado, o ministro do STF Alexandre de Moraes incluiu na pauta da Corte uma ação jurídica visando esclarecer se o Congresso poderia alterar o sistema de governo, mesmo diante da rejeição ao parlamentarismo no plebiscito de 1993. Se nenhum dos candidatos da direita despontar nas pesquisas eleitorais ao longo desse primeiro semestre, pode se fortalecer a via semipresidencialista, embora, a princípio, a sua viabilidade jurídico-política seria pouco factível para o ano em curso. Em todo o caso, essa matéria constitucional também está sob formulação no Congresso. Enfim, apesar de apetitosa, a direita não está com a bola toda, como parece. (Agradeço ao apoio de Felipe Maruf Quintas.)

DIA D DA DEMOCRACIA: TRF-4 *VERSUS* LULA

Jornal do Brasil - 23/01/2018

Amanhã, dia 24 de janeiro, será tomada uma decisão-chave do Estado, pelo Poder Judiciário do Brasil, cujo resultado poderá aprofundar a crise estrutural de uma democracia definhante: o julgamento do recurso de Lula pela 8ª Turma do TRF-4, composta por três desembargadores. Dada a fragilidade da sentença do juiz Sérgio Moro e a celeridade anormal do agendamento desse julgamento, entre outras tantas estranhezas dessa quadra histórica macartista nacional, a confirmação da condenação do grande líder político, sobretudo se for por unanimidade, agravará ainda mais a crise de legitimidade das instituições do Estado Democrático de Direito, de modo que restará nessa expressão menos ainda de democracia e de legalidade e muito mais de Estado repressor, nu e cru, ainda que se tente ocultar seu real caráter.

Essa avaliação não ignora que a eventual manutenção da condenação de Lula se desdobrará na continuidade de sua luta jurídica e política para exercer o direito de candidatura à eleição presidencial, cujo primeiro turno está agendado para 7 de outubro. O ponto é que, desde 2014, a disputa política vem transbordando as instituições jurídicas e exacerbando tendências de judicialização da política e de ativismo e bonapartismo jurídicos. Tal politização, que também inundou o Congresso com comportamentos políticos casuísticos, apoiados em maiorias circunstanciais, constituídas por procedimentos que opõem a

governabilidade e a legitimidade, enfim, essa politização à base do vale tudo tem deteriorado o Estado da Lei e o regime democrático. Lei, democracia? Só quando forem convenientes! E está claro que poderosas forças da coalizão ultraliberal vetam a candidatura de Lula, necessitam excluí-lo das eleições ou prejudicar a sua reputação moral e política.

A deposição de Dilma, ao menos duvidosa, na verdade, ardilosa, deu-se nesse processo de politização desregulada das instituições, um processo de desdemocratização, de redução do teor de democracia no sistema político e na cultura política. O impedimento foi a primeira grande fratura estrutural recente na democracia brasileira. Ele circunscreveu-se na ofensiva política liderada pelas forças ultraliberais para controlar o Estado e combater a principal ameaça atual à continuidade da ordem política pós-golpe, o líder do PT.

Os valores oligárquicos, casuísticos e autoritários das elites políticas e econômicas, compartilhados também por estratos privilegiados da classe média, têm contribuído para a deterioração dos fundamentos socioculturais da democracia. Sem a farsa do *impeachment*, o governo orgânico da coalizão neoliberal de interesses nacionais e estrangeiros, hegemônica pelas finanças, não teria tomado posse. Atores políticos nos partidos, no Congresso Nacional e nas instituições de controle (Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Polícia Federal e Tribunal de Contas da União) compõem a frente político-institucional da desdemocratização-neoliberal, enquanto os agentes dos mercados financeiros, os banqueiros, os rentistas, os empresários produtivos curvados às finanças, a grande mídia e a classe média tradicional formam a sua face sociopolítica. O fato do combate à corrupção não se esgotar na repressão aos dirigentes do PT em nada nega que os olhos dos atores políticos dessa ampla coalizão ideológica e de interesses, quando mirados para esse partido, apresentem-se muito mais arregalados, odiosos e devoradores que quando se direcionam a outros políticos e empresários envolvidos, justa ou injustamente, nas irregularidades identificadas na Lava Jato.

No conto da carochinha, o apetite do lobo mau por Chapeuzinho Vermelho era muito maior que pela vozozinha, engolida para o selvagem tentar devorar o prato principal, sua netinha. Se Lula, tal como qualquer grande líder político, da direita à esquerda, não é Chapeuzinho Vermelho, mais certamente ainda o processo do triplex evidencia que não dá para vesti-lo, mediante coerções diversas e visando agradar a plateia, com a fantasia de lobo mau, figurino mais apropriado aos principais atores da astuta coalizão de direita que querem, a qualquer preço, enquadrá-lo na Ficha Limpa. Não sendo Lula proprietário de

direito do imóvel, quer-se considerá-lo como proprietário de fato de um apartamento da OAS, já penhorado para pagamento de dívida dessa empresa, no qual o ex-presidente também não tomou posse. Há algo de podre no reino da Dinamarca, exalando o odor fétido da tragédia nacional. Se a força e a astúcia são inerentes à política e alavancam e sustentam projetos de poder, a promiscuidade do Poder Judiciário, do MPF e da PF com a hiperpolitização institucional em curso no país e a apropriação indevida da Constituição e das leis pelos representantes do povo, como no caso da deposição casuística da presidenta eleita, têm desestruturado o regime democrático, agravando sua crise de legitimidade.

Apenas na narrativa da coalizão no poder a seletividade das preferências em relação ao combate à corrupção e ao que seja crime de responsabilidade de natureza fiscal não explica o curso das principais decisões tomadas pelas instituições do Estado, nos Três Poderes, desde que a polarização política aberta em 2014 resultou na guinada à direita da relação de forças. No discurso por ora vencedor da luta política em curso, haveria uma agenda pública universal, pautada na moralidade administrativa e na austeridade fiscal em relação aos recursos orçamentários. Essa dupla face farsesca da moeda discursiva dos ideólogos da coalizão no poder sintetiza-se na permissividade das forças que a sustentam em relação às duas etapas de denúncias da PGR contra o presidente Temer, combatidas à custa do erário e aceitas passivamente pela nova direita das ruas e das varandas chiques e barulhentas, contrastando notoriamente com sua indignação e militância aguerrida contra Dilma em 2015 e 2016. Mas a divergência entre o “partido da delação premiada” e o “partido do presidencialismo de coalizão” desaparece quando se trata de combater Lula e o PT (bit.ly/2FZ9xBJ).

Não passa de hipocrisia Temer dizer que “é melhor Lula perder politicamente a ser vitimizado”. Que pré-candidato pode hoje sonhar em derrotar o líder isolado nas pesquisas de intenção de voto para presidente, em todos os cenários? E por que Lula, mesmo enfrentando desigualmente as garras da grande imprensa, mantém essa performance? Sintetizar uma resposta não é fácil. Ele é fundador e presidente de honra do principal partido de esquerda surgido no mundo no pós-1945, segundo avaliou o historiador Perry Anderson. Elegeu-se duas vezes seguidas à Presidência da República, em 2002 e 2006, além de ter escolhido e alavancado sua sucessora, Dilma Rousseff, que também logrou eleger-se duas vezes consecutivas, em 2010 e 2014. Tornou-se uma das principais lideranças emergidas no campo da esquerda-do-centro no século XXI, entre outros motivos, pela notoriedade das políticas de combate à pobreza e à miséria de seus governos, promovidas tanto por motivação enraizada em sua própria vida

pessoal de migrante nordestino, cuja família mudou-se para o sudeste em busca de oportunidade de sobrevivência, como pela identificação político-ontológica do PT com o ideário da justiça social e com os sujeitos demandantes, os trabalhadores e excluídos; políticas inclusivas explicáveis também pela presença, nas fileiras do partido, de militantes e dirigentes formados nas pastorais da Teologia da Libertação e em agrupamentos socialistas, todos devidamente reconhecidos pela democracia interna da agremiação. Toda essa herança histórica organizada ainda viva, apesar dos pesares, e pronta para encarar os desafios do presente tanto explica sua ótima performance perante o eleitorado, como também explica o PT e Lula terem se tornado inaceitáveis para as forças elitistas que levantaram, desde 2013-2014, a bandeira do antipetismo como programa político número um. O antipetismo militante tem razões sociais, econômicas, políticas e ideológicas, provenientes de dentro e de fora da nação.

Retomando, ao se falar na narrativa ou discurso moralista dos praticantes do ativismo jurídico, há que se destacar o comportamento político da grande mídia, oligopolizada, partidarizada, adepta do ultraliberalismo e aliada explícita do juiz Sérgio Moro e dos promotores e policiais federais da Lava Jato. Em tal casamento, aparentemente banal e de interesse geral, pois combater a corrupção é necessário, abriga-se a judicialização da política e a politização das instituições jurídicas.

O antipetismo da mídia oligopolizada remonta às eleições de 1989, especialmente na disputa entre Collor e Lula, no segundo turno, tendo perseverado firmemente desde então. Nas eleições de 1994, o escândalo das antenas parabólicas denunciou a aliança entre uma grande organização de mídia eletrônica e os atores interessados na eleição do então candidato Fernando Henrique Cardoso, na qual o ministro da Fazenda, na ocasião, Rubens Ricúpero estava engajado, sendo que Lula era o concorrente do hoje ex-presidente tucano. Os exemplos de antipetismo da mídia ao longo do tempo são inúmeros, mas o “escândalo das parabólicas” dos tempos atuais de Lava Jato ganhou muito em tecnologia e inovação. Na deposição de Dilma, as irregularidades envolvendo líderes petistas e o suposto crime de responsabilidade da presidenta foram abordados e propalados pelas corporações da comunicação de massa como temas indistintos por uma ampla gama de poderosos atores institucionais, no Estado e na sociedade civil.

A perseguição jurídico-politizada de Sérgio Moro a Lula chegou ao ponto do magistrado não só interceptar, sem cobertura judicial, conversas telefônicas entre os dois ex-presidentes petistas da República, como também de divulgar irregularmente seu conteúdo, conforme reconhecido no despacho do falecido

ministro Teori Zavascki, que anulou a validade das interceptações. Antes disso, esse ministro já havia reconhecido que o ocorrido causara “efeitos práticos irreversíveis”. Lula então havia sido nomeado por Dilma para tomar posse na Casa Civil, mas a ação política de Moro desdobrou-se na suspensão unilateral da nomeação por Gilmar Mendes, alegando desvio de finalidade.

O mesmo ministro falecido também criticou o comportamento dos procuradores da Lava Jato, que, em 14 de setembro de 2016, na coletiva convocada para a apresentação da denúncia contra Lula, patrocinaram, em sua avaliação, um espetáculo midiático: “Essa espetacularização do episódio não é compatível nem com o que consta nos autos, nem com a seriedade que se exige na apuração desses fatos”, afirmou Zavascki. Por outro lado, apenas em 5 de maio de 2016 esse ex-ministro respondeu positivamente ao pedido da PGR para afastar o então deputado Eduardo Cunha da presidência da Câmara e suspender seu mandato. No mesmo dia, o pleno do STF confirmou a decisão de Zavascki. Mas o pedido da PGR havia sido feito por Rodrigo Janot em 15 de dezembro de 2015. Só após a Câmara, liderada por Cunha, ter autorizado o pedido de impedimento de Dilma, em 17 de abril, o STF decidiu sobre a matéria, embora muitas vezes viessem argumentando que o presidente da casa dos representantes do povo agia em desvio de poder para depor a presidenta eleita. A Suprema Corte abençoou o golpe institucional.

A corporação da elite togada usufrui de status, peleja para preservá-lo e para desvencilhar-se da rejeição pública à ineficiência da Justiça e aos seus privilégios funcionais. Sua emergência como paladina da moral, desde a Ação Penal 470, pode ajudá-la a enfrentar desafios do presente, como a distinção salarial, sobretudo em tempos de austeridade, quando, inclusive, tem prestado vários serviços de retaguarda e vanguarda para o ultraliberalismo do Estado mínimo, ideologia que orienta muitos de seus membros, sendo o ministro Luís Roberto Barroso um exemplo paradigmático, entre tantos outros. Vários juízes e, principalmente, desembargadores, como Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, presidente do TRF-4, têm origem social nas oligarquias. O avô de Flores Lenz foi ministro do STF durante a linha-dura de Costa e Silva e Tomás Thompson Flores, irmão de seu trisavô, fez parte das tropas militares que massacraram a insurreição de Canudos, conforme informou a revista Piauí.

Essa elite da Justiça Federal, bem como a do MPF, ambas aliadas na Lava Jato, também estabelece redes relacionais entre seus pares e com os atores políticos, seja na mídia, nos partidos etc. Kennedy Alencar qualificou como “patrimonialismo moral” a reação da Frentas (Frente Associativa da Magistratura

e do Ministério Público) contra a decisão do STF de descartar previsão de reajuste salarial para a corporação de modestos 16,3% no Orçamento de 2018. As fotos que documentam Sérgio Moro com os tucanos, ora com Aécio Neves, ora com João Dória, por exemplo, são também indícios da perspectiva das redes. Outro indício é o juiz que condenou Lula mediante uma guerra jurídica disposta ao vale tudo receber o prêmio “Faz Diferença”, da Rede Globo. Mas o iceberg é muito maior que sua ponta emersa.

A politização do Judiciário, sobretudo quando se trata da condenação, sob condições jurídicas precárias, de um ex-presidente da República da estatura política de Lula, pré-candidato ao pleito desse ano, até agora liderando com folga todas as pesquisas de intenção de voto, é um segundo golpe estrutural na frágil democracia brasileira. O país atravessa uma longa conjuntura crítica, quando comumente ocorrem mudanças de trajetória. Mas as mudanças estão sendo feitas mediante escolhas seletivas não mais apenas pertinentes às políticas públicas, como também à aplicação das regras do direito penal – ora banhadas no *lawfare* – e do *impeachment*, configurando um curso de ação que tanto manipula restritivamente o pluralismo político-partidário, pela criminalização forçada da principal líder do PT, como substituiu a soberania popular pela das elites que controlam as instituições do Estado. Essa seletividade é de alto risco para os direitos civis e políticos, para a competição democrática e para a estabilidade social, ainda mais por servir a um ultraliberalismo econômico excludente e concentrador de renda e riqueza.

Concluo citando o jurista italiano Luigi Ferrajoli, um dos principais teóricos do garantismo: “A impressão que esse processo desperta em extenso setor da cultura jurídico-democrática italiana é aquela de uma ausência impressionante de imparcialidade por parte dos juízes e procuradores que o promoveram, dificilmente explicável, senão com a finalidade política de pôr fim ao processo de reformas realizado no Brasil nos anos dos governos de Lula e Dilma Rousseff, que retiraram da miséria 40 milhões de brasileiros”. (Agradeço ao apoio de Felipe Maruf Quintas).

TRF-4 APROFUNDA A CONQUISTA DO ESTADO PELA DIREITA

Jornal do Brasil - 30/01/2018

O esperado resultado do julgamento do recurso do ex-presidente Lula pelo TRF-4 não deixou de ser um golpe de mestre da direita, mesmo que enraizado em golpe baixo, por fortalecer, em um país dividido pela polarização política, a causa-mor do controle do poder de Estado pela coalizão das oligarquias posicionadas estrategicamente nos Três Poderes e na sociedade civil endinheirada. A confirmação da condenação do ex-presidente, líder incontestado das pesquisas eleitorais, reduz a chance de sustentabilidade jurídica de sua candidatura e, ainda mais, de sua eventual posse no posto presidencial. A decisão do TRF-4 dá prosseguimento, em condições ainda mais favoráveis, ao processo combinado de contrarreformas conservadoras, que reúne, por um lado, a desconstrução, calculada sob medida, do que há de Direito e de Democracia na superestrutura jurídico-política e, por outro lado, a construção da ponte para o Estado mínimo.

A deposição de Dilma foi chamada por alguns de “golpe parlamentar”. Mas o STF avalizou todo o encaminhamento do casuístico processo de *impeachment*, desde a autorização pela Câmara até sua conclusão no Senado, abençoando essa decisão-chave, de legalidade altamente controversa. O insuspeito

ex-presidente da instância máxima do poder judiciário, Joaquim Barbosa, assim se posicionou ao abordar o impedimento: “É como se o país estivesse reatando com um passado na qual éramos considerados uma República de Bananas”. A grande mídia, liberada pelas Organizações Globo, e o mercado (grandes investidores) também apoiaram o impedimento, bem como as elites do aparato repressivo (juízes, promotores, delegados da Polícia Federal) e a maioria da classe média tradicional. Nesse sentido, o golpe parlamentar inseriu-se em uma ofensiva de reconquista do Estado em condições mais favoráveis para o conjunto dos socialmente privilegiados, por lhes propiciar os recursos de poder necessários para redefinir o pacto de dominação à imagem e semelhança de seus interesses de classe e frações de classe.

A ação política dos três desembargadores do TRF-4 no julgamento do recurso de Lula, marcado por exemplar nível de organização, união corporativa (aumento unânime da pena de 9 anos e meio para 12 anos e um mês) e espetacularização midiática, tem o potencial de praticamente consumir a solução do maior problema que intranquilizava a coalizão do golpe de Estado, liderada pelos financistas e rentistas: a presença de Lula na eleição presidencial. Além disso, esse trunfo tende a operar como alavanca para uma alternativa conservadora segura à sucessão presidencial, preferencialmente posicionada na direita-do-centro, e não na extrema-direita.

Como tem sido praxe desde a deposição de Dilma, o mercado comemorou a derrota recursal de Lula da mesma forma que tem comemorado todas as vitórias da direita contra a esquerda, sejam elas no campo jurídico-político, na competição política ou nas políticas públicas: valorizando as ações da bolsa e a moeda nacional, o real. Como nunca na história recente do Brasil, as decisões do Estado encarnam o interesse das oligarquias, a começar pela plutocracia, que abrem seu caminho de poder. A histórica campanha contra a cleptocracia conduziu ao governo plutocrático, que extrai a renda dos pobres, por diversas políticas, e a direciona aos ricos.

A tão cara segurança jurídica dos neoliberais se vê realizada por meio da institucionalização de uma insegurança legal endereçada, acima de tudo, à esquerda, mediante contorcionismos técnicos vergonhosos, conforme vários profissionais do Direito, inclusive de outros países, têm apontado. Duas falsas cruzadas santas sustentam a tragédia política. Uma e outra, a primeira falsa cruzada, a da austeridade fiscal, e a segunda falsa cruzada, a da austeridade moral, profanam a legitimidade do Estado, jogam-na pelos esgotos poluentes da sociedade burguesa. Recompõe-se o equilíbrio entre a força e a legitimidade em

benefício da primeira. O Estado torna-se mais força que consenso, a não ser aquele contido na concertação oligárquica, como se voltássemos à República Velha.

Não sendo recomendável à disciplina dos mercados o apelo à força especializada na disciplina da guerra propriamente dita, ela expande seus tentáculos para o Direito, para a guerra jurídica. O Estado se redefine enquanto conteúdo e forma para servir à (des)ordem social ultracompetitiva, na qual não cabem o grito organizado contra as injustiças, lideranças populares carismáticas e partidos de esquerda, sobretudo quando esses dois últimos não são quimeras, têm CPF e CNPJ claramente identificáveis, caso de Lula e do PT. A democracia desdemocratiza-se, vira uma fantasia farsesca, um rei que não governa; e o Direito endurece seletivamente, transformando-se a toga em uniforme da “força de vanguarda paramilitar” à disposição para solucionar, em tribunais de exceção, conflitos políticos pululantes na conjuntura histórica brasileira e, também, de outras nações da América Latina, desde quando os desdobramentos da crise internacional de 2008 foram ensejando, gradativamente, a ofensiva contra a Onda Rosa. Golpe branco e guerra jurídica são as novas armas do velho autoritarismo.

Lula está condenado, mas sua candidatura ao pleito de outubro mantém-se como meio de resistência. A opção pelo confronto prosseguirá com sua prisão ou prevalecerá uma posição mais garantista, vista como menos arriscada à já precária estabilidade política? Mas à oposição de esquerda não resta alternativa a não ser a reconstrução de suas fileiras. Quem pode representar os pobres e excluídos senão a esquerda política? Enquanto no Brexit e nos EUA de Trump o estorvo são os imigrantes, aqui quem incomoda o carnaval do bloco dos privilegiados são os migrantes brasileiros, retirantes, favelados, negros, aposentados etc. Quem demanda Estado de bem-estar social estorva quem precisa de Estado mínimo.

Mas, enfim, qual o custo das duas cruzadas da austeridade? Há um país dividido, perda abissal de legitimidade do Estado, avanço da desigualdade, uma economia fraca, enfraquecimento da importância do Brasil na cena internacional e por aí vai. Aliás, cabe um parêntese: fosse mesmo o Poder Judiciário realmente comprometido com a moralidade pública, e não com seus privilégios de casta, cortaria a própria carne, ao invés de pleitear a indecente Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional), cujo objetivo é exclusivamente ampliar suas regalias bilionárias de casta parasitária dos cofres públicos. Arrematando, parece que a polarização veio para ficar, pois as elites e a maioria da classe média tradicional, mas não o eleitorado, rejeitam sectariamente o grande líder que, em passado recente, mais avançou na unificação da imensa nação desigual. Vitória de Pirro!

ESTADO PROTEGE PRIVILÉGIOS DE JUÍZES & CIA. LTDA

Brasil Debate - 20/02/2018

Em uma conjuntura de acirramento do conflito distributivo, de implementação de políticas de austeridade fiscal e no exato momento em que a propaganda governamental pró-reforma da previdência procura denunciar os privilégios em abstrato dos servidores públicos, emergem detalhes sobre regalias de alto custo ao erário, instituídas no Poder Judiciário e no Ministério Público, além das existentes no Legislativo e no Executivo.

São privilégios relacionados ao processo de produção da aberrante desigualdade que caracteriza a estrutura de estratificação social da sociedade brasileira, das mais injustas do mundo. No Brasil, a desigualdade é produzida e reproduzida não apenas no âmbito das relações de produção tecidas no setor privado, mas também nas relações sociais no interior do Estado, bem como na interação entre o poder público e a sociedade, caso, por exemplo, do sagrado rentismo atrelado à dívida pública, uma degradação de valores morais e costumes (corrupção) tão absurdamente legalizada quanto o auxílio-moradia e outras sinecuras. O foco aqui é o privilégio no âmbito do Estado, mas em uma perspectiva republicana, portanto, distinta da ideologia neoliberal, que defende o Estado mínimo.

Nas corporações jurídicas, as regalias legais, mas de legitimidade no

mínimo altamente duvidosa, como é o caso do auxílio-moradia na União e nos estados, que ora veio à baila, beneficiam, principalmente, o alto escalão: juízes, desembargadores, procuradores e promotores. Mas o auxílio-moradia, R\$ 4,3 mil mensais no caso dos juízes, também é concedido a alguns privilegiados no Executivo e no Legislativo. (Apenas um contraste: em novembro, o IBGE informou que o rendimento domiciliar médio real em 2016 foi de R\$ 1.242.) Segundo dados recentes do Senado, a prebenda custou à União, nos três poderes, em 2017, R\$ 817 milhões.

No caso da área da Justiça, os privilégios vão muito além do auxílio-moradia indiscriminado: 60 dias de férias (com 50% a mais), auxílio-mudança, auxílio-educação, auxílio-saúde, auxílio-alimentação, auxílio-transporte etc. E essa oligarquia ainda quer mais. A revista Isto é (nov. 2016) informou que a média salarial dos magistrados e procuradores do Judiciário, que então somavam 18.487 servidores, era de R\$ 46 mil. Tal montante excedia bastante o teto constitucional de R\$ 33.763. O gasto anual com vencimentos irregulares no Judiciário, contando apenas o valor que excede o teto, é de cerca de R\$ 3 bilhões por ano.

Mesmo que haja variações nas regalias conforme a unidade federativa, como é possível que tanta imoralidade combine com o discurso moralizante de juízes e promotores, emerso no contexto da Lava Jato? Os paladinos da lei, Moro e Bretas, enrolaram-se para explicar seus auxílios-moradia, benesse que Dallagnol também usufrui.

Em outubro de 2017, a Força Tarefa da operação autoproclamada redentora declarou que já havia devolvido cerca de R\$ 4 bilhões aos cofres públicos. Mas isso se deu com altos custos (alguns calculáveis outros nem tanto) em queda da atividade, desemprego e enfraquecimento da democracia e do Estado de Direito. Não é escandaloso que a coalizão do Judiciário e do MP, apresentada à nação, via grande mídia, como vanguarda da moralidade, custe, a cada ano, em penduricalhos, quase o mesmo que o montante tão celebradamente recuperado, ainda que não seja o valor definitivo, da corrupção praticada nos anos anteriores, quando, irregularidades à parte, o Brasil crescia e distribuía alguma renda? O combate à corrupção não parece ocultar a continuidade de sua legalização, no sentido amplo, sob a forma da oligarquização dos costumes e das leis, por aqueles que têm força para tanto?

Uma explicação plausível, embora não a única, para o ativismo jurídico dos últimos anos argumenta que ele seria exatamente um meio de justificar tais privilégios corporativos perante a baixa confiança dos cidadãos na Justiça. Tratei

disso aqui em 20/12/2016 (bit.ly/2BZ8q1A). Outro aspecto correlato é que tais profissionais têm lastro na classe média, que, embora tenha se levantado contra a corrupção, o faz de maneira tão seletiva quanto seus líderes institucionais.

Trago ainda à reflexão a hipótese de que as elites econômicas, embora defendam o Estado mínimo, parecem, no momento, muito mais preocupadas com a consolidação da atuação da Justiça no processo de mudança institucional conservadora em curso no país do que com as prebendas de seus aliados. Recentemente, por exemplo, Carmen Lúcia jantou com representantes das multinacionais, quando garantiu a eles que a matéria da prisão em Segunda Instância não seria colocada em pauta. A aliança entre Judiciário e MP se estende à sociedade civil endinheirada, também privilegiada.

Enfim, somos uma república, tal qual inscrito na República Federativa do Brasil? O Estado é a coisa pública ou a coisa dos poucos, as oligarquias? Os privilegiados estão restaurando a saudosa República Oligárquica de muitos de seus antepassados? A austeridade continuará a oprimir a maioria desfavorecida e a favorecer a minoria rica? Há avanços na igualdade sem controle do Estado, sem República Democrática? Não à toa, a desigualdade tem aumentado. (Agradeço o apoio de Felipe M. Quintas).

POR QUE A LIDERANÇA DO PT NA PREFERÊNCIA DO ELEITORADO PERSISTE?

Carta Capital - 27/02/2018

Na medida que muita água tem passado debaixo da ponte programática governamental e que o país não ruma para futuro promissor nenhum, pelo contrário, a trajetória social, econômica, política, cultural e moral é regressiva, o PT, que desde 1999 nunca deixou de liderar a preferência partidária dos eleitores, voltou a exercê-la, ao longo de 2017, com grande folga em relação aos demais partidos políticos brasileiros. Se levarmos em conta os dois problemas centrais enfrentados pelo partido no biênio 2015-2016, como a onipresente exposição midiática de suas principais lideranças nas investigações da Lava Jato e a deposição da presidenta Dilma Rousseff, como é possível ele ter voltado a ser o partido preferido dos brasileiros?

O Datafolha começou a fazer pesquisa de preferência partidária em 1989 (um ano antes, o Ibope havia dado o pontapé inicial nessa sondagem). Em agosto do derradeiro ano da década perdida, quando em 15 de novembro as eleições presidenciais seriam retomadas – a última havia ocorrido em 1960 –, o PMDB era o primeiro colocado, com 12%, enquanto apenas 6% preferiam o PT. Mas note-se uma inversão de performance: o candidato pemedebista ao Palácio do Planalto, Ulysses Guimarães, recebeu apenas 4,73% dos votos no primeiro turno, ao passo que o petista Lula foi sufragado por 17,18% dos eleitores, tendo ido,

como sabemos, à disputa final com Fernando Collor. Esses dados já sugerem a necessidade de cautela em relação aos indicadores de identificação partidária no Brasil, entre outros motivos, porque o atual sistema de partidos remonta à redemocratização, tendo poucos lastros de continuidade com o sistema partidário do período 1946-1964.

Após empatar com o PMDB em 1996 e 1998, ambos com 11% das preferências partidárias, o PT passou a liderar esse indicador em fevereiro de 1999, quando alcançou 15%, ficando o PMDB em segundo, com 12%. No final do ano 2000, superou os 20% e, em maio de 2002, ano em que Lula será eleito, o partido possuía 23% da preferência partidária em nível nacional. No Brasil, mais da metade dos eleitores não tem preferência nenhuma em relação a esse quesito importante, embora a desconfiança em relação ao sistema representativo seja um fenômeno generalizado nas democracias nas décadas mais recentes. Note-se, novamente, que no primeiro turno daquela eleição presidencial, Lula obteve 46,44% dos votos, ou seja, o dobro das preferências conferidas ao PT.

No biênio 2005-2006, no contexto da Ação Penal 470, o PT caiu, indo de 24% (dez. 2004) para 16% (fev. 2006), mas Lula se reelegeu e o partido foi se recuperando, alcançando 25% em agosto de 2010, ano em que Dilma venceu pela primeira vez. A preferência petista caiu entre 2013 (“manifestações de junho”) e 2016 (deposição de Dilma). Mas a oscilação negativa ocorreu, sobretudo, em 2015 e 2016, afinal, Dilma conseguiu se reeleger em 2014. Em março de 2013, o PT era o preferido de 29%; 17% o preferiam em outubro do ano seguinte. Em junho de 2015, essa preferência caiu para 11%, indicando um PT moribundo, enquanto os tucanos, em seu auge, eram preferidos por 9%. Em dezembro de 2016, ainda definhando, o PT continuava como o mais preferido, embora regredindo a um dígito, 9%.

Mas, em 2017, a recuperação foi contínua, chegando a 21% em dezembro. Nessa sondagem, 57% disseram não ter nenhum partido preferido, 5% mencionaram o PMDB (hoje novamente MDB) e 5%, o PSDB. Num país imerso em trajetória de decadência, onde a crise de representação corrói a legitimidade do sistema político e a identificação partidária é baixa não é pouca coisa o PT absorver entre 20% e 25% das escolhas, sem esquecer que seu teto já chegou a um terço.

Não há relação direta entre preferência partidária e voto, além do que a análise precisaria ser desmembrada entre o que ocorre nas eleições majoritárias (cargos para o executivo e para o senado) e o que acontece nas eleições proporcionais (deputados e vereadores). A oferta de candidaturas nas eleições

proporcionais é duplamente inflacionada, seja devido ao multipartidarismo excessivamente fragmentado, seja pelo personalismo que tece as relações entre políticos e eleitores, mediadas pela combinação entre lista aberta e desigualdade social, que prejudicam a ênfase na reputação partidária e estimulam a reputação individual.

No entanto, de um modo geral, o desempenho do PT nas eleições proporcionais tem garantido a ele uma maior simetria entre preferência partidária e reputação partidária. Considerando, para o caso do desempenho do PT nas quatro últimas eleições gerais (2002, 2006, 2010 e 2014), as relações entre sua preferência partidária e os votos dos eleitores, esse partido tende a crescer bastante nas eleições presidenciais e a manter-se próximo de seu indicador de preferência nas eleições para deputados federais, ao passo que o contrário se passa com as demais agremiações, que, nas eleições proporcionais, têm um desempenho bem acima da média de suas preferências partidárias. Provavelmente, isso tem relação com o maior investimento de dinheiro e maior posse de outros recursos de poder por parte dos candidatos a deputados do MDB, PSDB, DEM, PP e assim por diante, em comparação com os possuídos pelos candidatos petistas. Ademais, o eleitor tem mais facilidade de entender e acompanhar as eleições presidenciais que as proporcionais.

As pesquisas e o debate acadêmico sobre identidade partidária e sua relação com o voto dos eleitores apresentam resultados e interpretações distintos. Mas vários autores observam que, desde 1994, duas grandes referências partidárias foram se consolidando nas eleições presidenciais: de um lado, PSDB e seus aliados, de outro, PT e seus aliados. Grosso modo, essas duas legendas foram estruturando os campos da esquerda, centro e direita. A coalizão PSDB-PFL-PTB, apresentada às eleições de 1994, depois engordada com a participação do PMDB na sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso, foi qualificada como de centro-direita, ao passo que a coalizão do PT com o PMDB, costurada desde o segundo mandato de Lula, constituiu a centro-esquerda.

Essas duas grandes estruturas de referência partidária, a despeito de algumas mudanças, ainda sobrevivem, especialmente para o PT enquanto agremiação de esquerda moderada, uma vez que o deslocamento do MDB para a direita neoliberal, que se viu forçada, após quatro vitórias consecutivas de presidentes petistas, a revisar suas relações com o Estado Democrático de Direito, torna o centro um tanto quanto desencorpado. Talvez o centro hoje seja a liderança pedetista de Ciro Gomes, bem menor em tamanho e representação política que o “centrão” ou “direitão” multipartidário liderado pelo ex-deputado

Eduardo Cunha, encarnação legislativa do conservadorismo emerso na crise, que reavivou ainda mais o fisiologismo estrutural e estruturante das relações políticas.

Se for correta a hipótese de que o PT constitui uma das âncoras de referência do mecanismo de identificação partidária em curso nas eleições presidenciais desde a estabilização monetária orientada para o mercado, em 1994, então ela nos ajuda a compreender a resiliência dessa agremiação no imaginário popular. Apesar dos pesares, inclusive da rejeição aos partidos e da crise de legitimidade do sistema político, os governos petistas implementaram mudanças que propiciaram, mesmo que com limitações, mobilidade social ascendente. É aí que mora o antineoliberalismo real, por mais que tenha havido conciliação de classes e programática nos governos petistas, que não chegaram a romper com várias amarras na economia e na política.

Ademais, em 2017, Lula fez as caravanas no Nordeste e Sudeste, o golpe foi mostrando a que veio, transformou ascensão social em retrocesso, o Congresso salvou Temer duas vezes, um escândalo (inter)nacional, os eleitores rejeitaram e ainda rejeitam as reformas ultraliberais contra as quais o PT lutou e vem lutando, inclusive tendo organizado a greve geral de 28 de abril. Por outro lado, o caráter seletivo do combate à corrupção pelas instituições jurídicas foi se explicitando, assim como a perseguição a Lula. O PT tem hoje dois grandes trunfos: um candidato competitivo, imbatível, em um país no qual o voto para presidente é estratégico e transcende, em certa medida, o sistema partidário formal; e o PT é também o partido preferido dos eleitores, líder isolado nesse quesito.

Para o PT cair, a não ser que fosse pela força bruta, seria necessário o partido perder substantiva organicidade no movimento sindical (um racha antipetista na CUT, por exemplo, para a esquerda ou para a direita) e no MST, na CONTAG, na UNE, nos movimentos por igualdade racial e de gênero, nas pastorais católicas progressistas, nos movimentos populares por saúde, educação, moradia, contenção de barragens, juventude, livre orientação sexual etc. E, perdendo essas e outras estruturas, principalmente as constituídas hoje nos governos municipais e estaduais, assim como nos parlamentos das três unidades federativas, estaria, provavelmente e simultaneamente, caindo na preferência partidária e na contagem dos votos depositados nas urnas pelos eleitores.

Mas não é isso o que ocorre. Segundo Marcos Coimbra, do Vox Populi, Lula vence as eleições até se estiver preso. O PT está vivo! A memória das realizações positivas de seus governos persiste e sustenta esperanças. Esse partido cometeu erros importantes e tem pagado o preço por isso. Ele precisa repensar

profundamente a sua atuação, suas bandeiras, suas alianças, renovar as suas lideranças, pois Lula não é imortal, e assim por diante, mas não será com a cruzada por sua criminalização que ele deixará de representar o que representa.

Apesar de toda essa cruzada, levada a cabo pelo aparato repressivo-jurídico-policial, pela grande mídia, pelos seus opositores nos partidos conservadores e pela direita em geral, o PT não desaparece da consciência popular, pelo contrário, nela se abriga. Isso tem a ver com o fato dessa agremiação encarnar, como nenhuma outra no passado e no presente do país – seja na ação de seus militantes, na imaginação dos que o consideram como seu partido preferido ou na esperança dos eleitores que pretendem votar em Lula em 2018, enfim –, o ímpeto da vontade de superação da desigualdade pela nação secularmente oprimida. Quem é maltratado pelo mercado depende mais da política como fator de correção das injustiças. Ou seja, a relação com a política não é exatamente a mesma para todos os grupos sociais, embora essa dinâmica possa variar conjuntamente.

PT LIDERA PREFERÊNCIA DO ELEITORADO

Jornal do Brasil - 28/02/2018

PT lidera a preferência partidária dos eleitores desde 1999 e voltou a exercê-la, em 2017, com folga. Diante dos dois problemas centrais enfrentados pelo partido em 2015-2016, a exposição midiática de seus líderes na Lava Jato e a deposição de Dilma Rousseff, como ele voltou a ser o preferido?

O Datafolha iniciou a pesquisa de preferência partidária em 1989. Em agosto de então, o PMDB liderava com 12%; apenas 6% preferiam o PT. Mas os resultados das urnas inverteram-se: o pemedebista Ulysses Guimarães teve só 4,73% dos votos no primeiro turno e Lula, com 17,18%, foi à disputa final com Collor. Avaliar indicadores de identificação partidária requer cautela.

Após empatar com o PMDB em 1996-1998, o PT tornou-se líder em 1999, com 15%, seguido pelo PMDB (12%). Em 2000, superou os 20%; em 2002, quando Lula se elegeu, possuía 23% da preferência. Aqui, cerca de 60% dos eleitores não preferem nenhum partido, mas a desconfiança no sistema representativo é generalizada nas democracias. No primeiro turno de 2002, Lula teve 46,44% dos votos, o dobro das preferências do PT. Em 2005-2006, durante a Ação Penal 470, o PT caiu: 24% em 2004, 16% no início de 2006. Mas Lula reelegeu-se e o partido reagiu, alcançou 25% em ago./2010, ano em que Dilma venceu pela primeira vez. A preferência petista caiu das manifestações de junho de 2013 à deposição de Dilma. Mas caiu, sobretudo, em 2015-2016, afinal, Dilma reelegeu-se em 2014. Em mar./2013, o PT era o preferido de 29%; em out./2014, pontuou

17%. Em jun./2015, no breve Dilma II, caiu para 11%, indicando um PT abatido; e os tucanos, no auge, somavam 9%. Em dez./2016, ainda fraco, o PT seguiu na liderança, mas regredira a um dígito, 9%, e acabara de se dar mal nas eleições municipais. Em 2017, retomou a ascensão e chegou a 21% em dezembro. Diante das crises da representação e de legitimidade do sistema político, da baixa identificação partidária e dos ataques sofridos, é significativo o PT percorrer essa trajetória.

A partir de 1994, dois partidos foram se firmando nas eleições presidenciais: PSDB e PT. Eles estruturaram a disputa política. A coalizão PSDB-PFL-PTB, nas eleições daquele ano, conformou a centro-direita; a coalizão PT-PMDB, costurada por Lula, constituiu a centro-esquerda. Com a passagem do MDB para a direita neoliberal, o centro desencorpou-se. A ponte da direita está dividida.

Mas a preferência pelo PT persiste. Explica-se pela mobilidade social ascendente induzida por seus governos. Em 2017, Lula fez caravanas regionais, a máscara do governo caiu, a ascensão social virou declínio, o Câmara salvou Temer de processos penais, os eleitores e o PT rejeitaram as reformas ultraliberais, a seletividade do Judiciário desnudou-se. O PT tem dois trunfos: um candidato imbatível, sendo aqui o voto presidencial estratégico e peculiar; e lidera com folga a preferência dos eleitores. Para o PT cair, excetuando a violência, precisaria perder corpo no movimento sindical e popular e nas instituições políticas (governos municipais e estaduais e parlamentos da federação). Ao perder tais estruturas, estaria caindo na preferência partidária e nos votos dados nas urnas. Mas ocorre o oposto.

Segundo Marcos Coimbra, Lula vence as eleições até se estiver preso. O PT errou e paga caro por isso. Precisa repensar a atuação, as bandeiras, as alianças, renovar as lideranças (Lula não é imortal), mas não será com cruzadas por sua criminalização que perderá significado. O PT não desaparece da consciência popular, nela se abriga. Por quê? Por representar a vontade nacional organizada de superação da desigualdade secular. Quem é maltratado pelo mercado depende da política para corrigir as injustiças. A relação com a política não é idêntica para todos os grupos sociais, embora essa dinâmica possa variar conjuntamente.

A ESTRELA SOBE?

Carta Capital - 02/08/2018

A estratégia do PT de manter a candidatura de Lula, mesmo com ele preso, tem se revelado frutífera do ponto de vista eleitoral. Em primeiro lugar, a campanha de denúncia e de luta contra o processo judicial arbitrário, sem provas, altamente politizado, enfim, que o levou à prisão é uma posição de resistência política fundamental contra a deterioração do Estado Democrático de Direito associada ao golpe contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Em segundo lugar, a criminalização do PT e a exclusão política da candidatura de Lula são as principais motivações da marcha à direita em curso no País, de modo que o PT apostou, e considero que o fez corretamente, na exploração de todas as possibilidades políticas e institucionais de resistência possíveis, usando o próprio processo eleitoral como um caminho singularmente fértil para maximizar a luta contra o arbítrio e, assim, fortalecer seu cacife para o pleito presidencial de 2018.

Na última pesquisa Vox Populi/CUT, Lula tem 41% das intenções de voto. O segundo colocado, Jair Bolsonaro aparece bem distante, com apenas 12%. Como disse um humorista recentemente, o candidato preso está com a vida bem mais fácil que os candidatos livres, que suam a camisa percorrendo o Brasil, mas não chegam a ameaçar o petista. Nesse cenário, Lula venceria no primeiro turno.

Mas há também duas novidades importantes no campo progressista. A

primeira é que, confirmada a cassação do registro da candidatura de Lula ou, mesmo em caso mais grave ainda, se esse próprio registro for casuisticamente negado pelo TSE, as tendências apontam para o aumento de sua capacidade de transferência de votos para outro candidato, mecanismo que já ocorreu nas eleições de 2010, 2012 e 2014: a eleição e reeleição de Dilma Rousseff e a eleição de Fernando Haddad.

Há cerca de um mês, uma pesquisa eleitoral feita por encomenda da XP Investimentos constatou que se a candidatura de Haddad, por exemplo, for apresentada isoladamente, reúne 3% das preferências, mas esse número sobe para 11% se o candidato for vinculado a Lula.

Há dez dias, a Vox Populi mensurou que a capacidade de transferência de Lula, nesse momento, varia entre um mínimo de 20% até um teto de 32%. Esse quadro colocaria o eventual Plano B do PT no segundo turno. Dois terços dos eleitores de Lula tendem a votar em quem ele indicar.

A outra novidade importante que impacta no campo progressista é o revés enfrentado, no momento, pela candidatura de Ciro Gomes em função do Centrão (PP, PR, DEM, PRB e SD) ter recuado em apoiá-lo e estar negociando o apoio a Geraldo Alckmin.

Embora hoje, como nunca na história nacional, tudo que era sólido se desmancha no ar e, por isso, a previsibilidade está um tanto quanto pressionada pela volatilidade, não é pouca coisa essa reação da direita neoliberal mais orgânica, capitaneada pelo PSDB, para fazer frente ao Bolsonaro.

Desenha-se uma forte candidatura alternativa de direita à extrema-direita, inclusive pelo tempo de tevê que pode arregimentar. A maré conservadora é forte, mas, como seu programa tem pouco a oferecer à Nação, essa força pode ser um mero castelo de areia.

Por outro lado, a esquerda enraizada na base popular e competitiva para governar não está sangrando, pelo contrário, a estrela petista sobe. O programa de governo da candidatura Lula, coordenado por Fernando Haddad, começou a ser divulgado.

Contém propostas inovadoras, que, por um lado, motivam a militância, por outro lado, representam alternativas ao caos econômico e político nacional: a revogação da emenda constitucional do teto de gastos e da reforma trabalhista, o aumento da oferta de crédito, inclusive por meio da redução do spread bancário pela via da política tributária e o incentivo à democracia direta prevista na Constituição de 1988, com os plebiscitos e referendos.

Enfim, prevalecendo o cenário desenhado nesse artigo, se repetirá a

estrutural disputa entre esquerda e direita que ocorre desde as eleições de 1994: a efetiva competição será entre, por um lado, PT e seus aliados e, por outro lado, PSDB e o Centrão.

Uma virada política à esquerda tem sido construída e se revelando factível de viabilizar-se em 2018. Mas toda a perseverança e a inteligência política são poucas para garantir essa vitória que poderá tirar o País do fundo do poço e recuperar a democracia maltratada pela ofensiva conservadora.

Um pacto de não agressão e uma ponte de diálogo entre os progressistas precisam ser cultivados. Boas ideias para a economia também são fundamentais.

A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA REGISTRA CHAPA ELEITORAL COMPETITIVA

Carta Capital - 21/08/2028

A coligação PT, PCdoB, PROS, PCO registrou a chapa Lula-Haddad no TSE. O evento foi respaldado por uma marcha de apoiadores vinculados ao MST e por lideranças petistas. Afirmar a candidatura de Lula – objeto-chave da perseguição jurídico-política das forças golpistas, tendo sido o outro objeto-chave a deposição presidencial de Dilma Rousseff, em 2016 – é, simultaneamente, um ato de resistência democrática, no campo jurídico e político, e um ato de demonstração de força para a disputa especificamente eleitoral.

Por um lado, a ação e a decisão políticas, provenham elas dos atores institucionais do Estado ou dos atores sociais, dependem dos recursos políticos disponíveis e utilizados, ou seja, dependem de poder. Por outro lado, apesar dos ataques sofridos e dos erros cometidos, o PT é a principal organização de esquerda no Brasil e a mais empoderada para levar à frente a resistência democrática contra o retrocesso político, econômico e social em curso no país, capitaneado pela ofensiva das forças que se alinham na direita neoliberal. E o maior trunfo individual do PT é Lula, líder incontestado da corrida presidencial. Por que o partido deveria se curvar, de antemão, ao arbítrio em curso? Para não atrapalhar os planos de quem se sente incomodado com a sua candidatura?

Como previsto, houve reação imediata das forças institucionais do bonapartismo-jurídico que, desde 2014-2015, emergiram – Sergio Moro, STF e MPF à

frente – com a pretensão salvacionista de sanar a crise de legitimidade do Estado. Raquel Dodge, a Procuradora Geral da República, imediatamente entrou com pedido de impugnação da presença de Lula na chapa da esquerda competitiva, apoiando-se na Lei da Ficha Limpa: “Segundo a lei vigente, o cidadão que tenha sido condenado por órgão colegiado nos últimos oito anos perde a capacidade eleitoral passiva”, diz sua petição. Em outra frente da luta jurídico-política, os procuradores da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, acabam de pedir à juíza Carolina Lebbos, da 12ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela execução da pena de Lula, a restrição de visitas de Fernando Haddad e Gleise Hoffmann, que são advogados e obtiveram procuração para defender o ex-presidente. No caso de Gleise, os procuradores querem a proibição de suas visitas a Lula, com base em decisão judicial de que parlamentares não podem exercer a advocacia.

Óbvio ululante: a condenação de Lula é, acima de tudo, política. A motivação política atropela o devido processo legal, tal como se deu no *golpeachment*: a deposição presidencial e a prisão de Lula são duas faces da mesma moeda. A perseguição de Moro ao ex-presidente é muito anterior à sua condenação. Houve vários abusos nos últimos anos, dois deles ocorridos em março de 2016, na conjuntura que desaguou no *golpeachment*: a condução coercitiva, dia 4, e a divulgação ilegal de conteúdo de grampo de telefônico entre Dilma e Lula, dia 16, que serviu de pretexto para Gilmar Mendes, monocraticamente, inviabilizar a posse do ex-presidente na Casa Civil. Não é o caso aqui de descrever todas as exceções jurídicas que envolvem os processos contra o líder das pesquisas eleitorais para o pleito presidencial que se aproxima. A defesa de Lula acionará os tribunais superiores (STJ, TSE e STF).

Parece imprópria a crítica de atores à esquerda do PT de que a sigla estaria presa à ilusão institucional. A agremiação está combinando as frentes de ação sociopolítica, político-eleitoral e jurídico-política. O partido não está virando as costas para a esfera institucional e nem tampouco se curvando ao estado de exceção.

Ademais, cabe uma referência à crítica de Ciro Gomes de que a candidatura de Lula é uma fraude e uma manipulação do eleitorado. Mesmo preso, o líder petista é o primeiro colocado nas preferências eleitorais. Fraude e manipulação são as ações que a direita tem patrocinado contra a democracia, a começar por ela ter forjado um golpe, uma troca de governo por meio não previsto, apoiada em uma interpretação casuística e politizada da lei do *impeachment*, ao mesmo tempo em que vocaliza hipocritamente para a opinião pública que a

deposição de Dilma foi legal. O custo dessa farsa tem sido o agravamento da crise de legitimidade do Estado, especialmente do sistema representativo. Fraude e manipulação estão também presentes na perseguição contra Lula, movida por ações jurídico-policiais altamente midiático-dependentes, em um país onde os meios de comunicação conformam oligopólios, apesar da Constituição proibi-los nesse setor de atividade. Ora Ciro Gomes critica o PT por ter aceitado Temer como vice-presidente de Dilma, em 2010 e 2014. Ora o mesmo candidato faz uma crítica legalista e formalista à candidatura de Lula. O candidato progressista Ciro Gomes acaba fazendo coro com a indignação da direita contra a candidatura da coalizão PT-PCdoB.

Críticas à parte, a conjuntura é de intensa luta política na frente jurídica e na frente político-eleitoral, sem prejuízo de outras formas de luta dos movimentos sociais, dos sindicatos etc. Há duas semanas, sete militantes estão em greve de fome, nas imediações do STF, em prol da liberdade de Lula. Recentemente, uma delegação de juristas e ativistas dos direitos humanos, tendo à frente Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, reuniu-se com a ministra Carmen Lúcia, presidente do STF, para pedir que seja respeitado o princípio constitucional da presunção de inocência, que, por decisão da Suprema Corte encontra-se violado, uma vez que a prisão após condenação em segunda instância está em vigor. A presidente do STF, em sintonia com os prazos e ritmos calculistas do processo de fraude e manipulação contra as instituições do Estado Democrático de Direito, está engavetando a necessária e já certa reavaliação da matéria.

POR UM PACTO PLURIPARTIDÁRIO EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Brasil Debate - 18/09/2018

Os últimos posicionamentos de líderes ligados à candidatura do PSL e às Forças Armadas, a começar pelo vídeo gravado por Jair Bolsonaro no hospital em que está internado, reforçam o sinal amarelo para a debilitada democracia brasileira que, desde 2016, com a deposição presidencial altamente polêmica, ingressou em um processo de desdemocratização. É hora de atenção, de muito cuidado na travessia em curso.

No vídeo, o líder nas pesquisas de intenção de voto diz que não houve ditadura militar no Brasil, que Lula tem um plano B, a se materializar na fraude eleitoral nas eleições em curso, supostamente facilitada pela não aceitação do voto impresso pelo STF, a pedido de Raquel Dodge; que o voto eletrônico é o caminho descoberto pelo PT para se perpetuar no poder; que não há qualquer garantia nas eleições atuais; que Dilma apoiou a criação da Unidade Técnica Eleitoral da Unasul, deixando implícito ser tal medida uma conspiração bolivariana; referiu-se também a documentos do PT supostamente comprometedores da liberdade, como um que aborda a regulação da comunicação social, embora, como é publicamente sabido, o objetivo seria cumprir o estabelecido no Art. 220, a proibição de monopólio ou oligopólio no setor.

Com base em uma interpretação volátil do artigo da Constituição que afirma que as Forças Armadas “destinam-se [...] à garantia dos poderes constitucionais”,

o general Mourão, candidato a vice-presidente na chapa de Bolsonaro, disse na GloboNews, em 8 de setembro, que os militares têm debatido como seria possível eles intervirem ou respaldarem medidas para garantir a lei e a ordem. Essa posição enseja avaliar o risco de um autogolpe em caso de vitória do candidato do PSL.

No dia seguinte, o comandante do Exército, general Villas Boas, previu um possível questionamento da legitimidade das eleições por setores derrotados. Apesar do caráter político do pronunciamento, ultrapassando a delimitação constitucional de suas funções, o presidente Temer, cuja crise de autoridade e legitimidade é gigantesca, não contestou o comportamento do general.

Mais recentemente, Mourão também sugeriu uma Constituição elaborada por notáveis, sem povo. No dia 15 de setembro, o general da reserva Luiz Eduardo da Rocha Paiva afirmou, em programa na GloboNews, que o problema não seria nem o Lula e nem o Haddad, mas os que estariam abaixo deles: José Dirceu, o falecido Marco Aurélio Garcia e o Pomar (o Vladimir ou o Valter?), todos engajados ou interessados em organizar uma suposta revolução gramsciana, silenciosa.

Essas declarações são muito preocupantes. Quem acha que falar em metralhar “petralhas” em público é brincadeira de um candidato brincalhão, ou está mal-informado e precisa entender o que se passa no país ou efetivamente compartilha a subcultura política que desvaloriza a democracia. Entre a alusão à metralhadora e o discurso irracional do hospital há um nexo claríssimo de coerência.

No contexto da crise brasileira e do sistema democrático-representativo, atores institucionais de órgãos do aparelho repressivo do Estado, primeiramente a Justiça, o MPF e a Polícia Federal, em seguida alguns expressivos militares da ativa e da reserva passaram a se colocar como engajados na promoção e na garantia de uma nova ordem, mediante comportamentos políticos de conteúdo bonapartista e autoritário. Na perspectiva de Bolsonaro, uma quinta vitória consecutiva do PT nas eleições presidenciais seria inaceitável.

A não aceitação do resultado eleitoral por Aécio Neves, em 2014, foi um dos três pontos recentes da autocritica de Tasso Jereissati, ex-presidente do PSDB, sendo os outros dois a posição desse partido contra o ajuste fiscal de Joaquim Levy, em 2015, e o ingresso na coalizão de sustentação do governo Temer no Congresso Nacional. Pelo andar da carruagem, uma eventual vitória do PT nas eleições em curso poderá ser objeto de ataque de uma emergente fonte política de questionamento do resultado das urnas.

Enfim, prevalecendo o provável cenário de segundo turno entre Bolsonaro e Haddad, um ponto-chave será a (in)capacidade de se constituir um pacto pluripartidário pela democracia, pelo respeito às urnas, envolvendo, entre outros atores, o PSDB, o PDT, o MDB, o PT, ciristas, marinistas, alckministas, petistas, uma frente que abranja, mas expanda, o conteúdo da frente das mulheres contra o candidato extremista, pois envolveria, além das questões de gênero, a governabilidade do próximo período e, ainda mais, a própria defesa do regime político em estado de maus-tratos.

O DIA D BRASILEIRO: DEMOCRACIA OU DITADURA

Brasil Debate - 23/10/2018

Nas urnas eleitorais do dia 28 de outubro serão depositados votos para a disputa presidencial, cujo resultado terá um impacto imenso, não só para o país, mas para o mundo. Afinal, o que estará em jogo, indo ao ponto essencial, são dois tipos de regime: a democracia ou o autoritarismo (ditadura, protofascismo etc.). No título, uso o termo ditadura para expressar o autoritarismo do Estado que novamente ameaça com veemência a sociedade brasileira e que pode alterar também a relação de forças no Cone Sul e na esfera internacional como um todo, beneficiando forças políticas e regimes que atacam as liberdades fundamentais nos planos civil e político. Além disso, na política econômica, estará em questão outra clivagem fundamental: a disputa entre o ultraliberalismo excludente e o capitalismo inclusivo, social-desenvolvimentista.

Liberais defensores dos direitos civis e políticos e democratas do mundo inteiro estão olhando para o Brasil com muita preocupação. São intelectuais, políticos, estadistas, juristas, jornalistas, artistas etc. Entre tantas ações de atores estrangeiros, emergiu, por exemplo, o Manifesto Internacional contra o Fascismo no Brasil, encabeçado pelo argentino Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz e assinado por renomadas personalidades de vários países.

Um deputado federal eleito pela primeira vez em 1991 e sucessivamente reeleito desde então, mas que, durante todos esses anos, foi um político

inexpressivo, do baixo clero, com nula produção legislativa e capacidade de formulação política e, sobretudo, um defensor explícito e despudorado de valores antagônicos aos princípios mais elementares dos direitos humanos e de civilidade democrática, tem chance de se tornar o próximo presidente da República.

Em pronunciamento dado no domingo, 21 de outubro, aos seus apoiadores nas ruas e ao público em geral, novamente manifestou seu ódio à oposição democrática de esquerda, incluindo os movimentos sociais, qualificando seus integrantes, como sempre faz, como vagabundos, do mesmo modo que denomina os bandidos em geral. Prometeu “uma limpeza nunca vista na história do Brasil”, o endurecimento institucional do aparato repressivo, a exclusão política dos “petralhas”, aos quais considera como não brasileiros, por atribuir-se, alucinadamente, a condição de líder do Partido do Brasil, ou seja, um líder de um virtual regime de partido único. Não por mero acaso, vazou nos últimos dias um vídeo no qual o recém-eleito deputado federal pelo PSL-SP, Eduardo Bolsonaro, membro do clã autoritário, admite, com a maior naturalidade, fechar o STF.

Relato recente do jornalista Willian Waack retrata que a imagem do Brasil na imprensa internacional está amplamente negativa, em função da possibilidade de posse do governo Bolsonaro, decorrente de sua vitória nas urnas. Esse jornalista, de posição econômica claramente neoliberal, destaca a boçalidade dos líderes bolsonaristas de qualificar essa grande imprensa do mundo desenvolvido como esquerdista. Obviamente, essa imagem negativa pode ser um risco expressivo para mobilizar a tão almejada confiança dos investidores. Por outro lado, há atores do mercado que minimizam o foco no risco político e apostam, provavelmente de modo irracional, nas benesses que o economista Paulo Guedes tem oferecido, como um amplo programa de desestatização e privatizações.

O recente escândalo da indústria ilegal de notícias falsas pelo *Whatsapp* para difamar o candidato Fernando Haddad, que alcançaram dezenas de milhões de eleitores e foram financiadas por caixa dois empresarial, provocou uma onda suprapartidária de indignação na sociedade civil, mas que parece não estar efetivamente sensibilizando a Justiça Eleitoral, cuja reação tímida e burocrática aos fatos divulgados pela reportagem da Folha de S.Paulo parecem indicar que o processo de absorção institucional da estratégia de negação seletiva do Estado de Direito, pelo Poder Judiciário e pela Polícia Federal, ao campo popular e democrático não possui ainda contrapeso reversivo.

A contagem regressiva já começou. Faltam poucos dias. O candidato que tentou recentemente se vestir de pacificador não conseguiu acomodar-se a essa fantasia por mais que alguns minutos. Ela não cabe em seu corpo ditatorial. A

essência repressiva e destrutiva de sua candidatura é pública e notória. Toda a luta dos progressistas nos próximos dias é pouca para conversar com os eleitores e tentar virar o jogo em prol da candidatura democrática, cujo vínculo com o petismo é, a essa altura, amplamente secundário em função do perigo iminente e de efeito catastrófico. O empoderamento eleitoral e governamental do projeto de país embutido na candidatura de Jair Bolsonaro poderá ter o efeito de uma rajada de bombas nucleares sobre o sonho de uma ordem social civilizada e próspera. O risco é imenso. A liberdade vale essa luta! Domingo próximo será o Dia D. Democracia ou Ditadura?

DIREITA, ESQUERDA E GRAMSCI NA CENA HISTÓRICA

Brasil Debate - 05/12/2018

Várias vozes da direita, com diversos conteúdos e tonalidades, atribuem à esquerda um marxismo cultural ou uma revolução gramsciana, termos concebidos por esses críticos como práticas que propiciam conspirações surdas. As novas direitas vêm se levantando contra esse marxismo cultural, que, banalizações pseudointelectuais à parte, atribuem, aqui no Brasil, a Gramsci e, nos EUA, à Escola de Frankfurt. Vou me referir apenas ao marxista italiano.

Se deixarmos de lado o viés conspiratório de personalidades bizarras como Olavo de Carvalho e do futuro chanceler Ernesto Araújo, e se tentarmos nos munir do realismo analítico e dos conceitos de Gramsci para entender o processo político brasileiro, quem lançou mão, a qualquer preço, do “gramscismo” tão denunciado pelos conservadores, a não ser eles próprios?

Na elaboração teórica de Gramsci, destaca-se a reflexão sobre a questão da hegemonia, que diz respeito aos aspectos culturais e ideológicos do exercício da liderança política. Hegemonia diz respeito à dimensão não coercitiva da dominação, quando ela se sustenta em uma direção política de natureza moral, intelectual e ideológica, ficando a força como retaguarda e salvaguarda indispensável, mas não como vanguarda. Hegemonia e legitimidade são conceitos muito próximos.

Imagino que, se efetivamente o processo de transformação democrática do capitalismo e no capitalismo tentado nos governos Lula e Dilma tivesse sido apoiado não somente nas decisões de políticas públicas, mas também em uma estratégia clara e explícita de publicização política do programa transformador, poderia ter havido mais êxito na construção de uma base de apoio consciente das características da mudança em curso.

Lula se esforçou nesse sentido, mas não o suficiente, pois a própria estratégia não foi definida com precisão. Por exemplo: ele disse, desde a posse, que queria que todos os brasileiros fizessem três refeições diárias. Ou seja, aliou-se aos pobres. Mas falou várias vezes, também, que os empresários nunca ganharam tanto dinheiro quanto em seus governos. Isto é, ele não foi de encontro aos ricos, pelo contrário. (Confrontar a dominação do capital me parece uma opção temerária.)

O maior líder petista defendeu várias vezes a democracia como diálogo, como participação e como inclusão social, mas também implementou várias ações nesse sentido, como as conferências nacionais de políticas públicas e direitos e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o chamado Conselho, reunindo atores do Estado e da sociedade civil.

Em todo o caso, faltou politizar, no sentido de unificar ação e pensamento, prática e teoria. Faltou a politização enquanto processo de explicitação do projeto e de esclarecimento contínuo – para o governo, para o PT, para a base aliada, para o eleitorado em geral, para os trabalhadores, para as frações de classe da burguesia – do que era o social-desenvolvimentismo (rótulo que, avalio, melhor expressa o que se tentou fazer de Lula ao fim do primeiro mandato de Dilma) e do que é o neoliberalismo.

Quais as características de um e de outro modelo de capitalismo? Onde o país estava, para onde a prática governamental queria induzi-lo a chegar e qual seria o programa de transição? Que forças precisariam alavancar o social-desenvolvimentismo e como elas promoveriam a concertação? Quem se opunha ao modelo proposto e por qual motivo? Embora as pressões estruturais das relações econômicas e interesses neoliberais, a começar na política macroeconômica, fossem imensas, ensejando algumas tendências de compromisso nessa área, como se poderia alcançar um arranjo monetário, cambial e fiscal mais favorável ao crescimento com distribuição de renda?

Um projeto de transformação social, sobretudo quando ele possui uma vocação volitiva nacional e popular, precisa de estratégia, requer aliados e ideias. Isso é especialmente importante quando se nada contra a correnteza, dada a

resiliência do neoliberalismo, mesmo no contexto da maré rosa na América Latina, na primeira década desse século 21, e na segunda década, quando, nos desdobramentos da crise de 2008, emergiu na OCDE uma nova ofensiva apoiada na ortodoxia econômica, em torno da consolidação fiscal, impactando ideologicamente e politicamente outras regiões do mundo.

Uma boa comunicação política da estratégia também é fundamental. Ademais, pesou a pedagogia do exemplo, desperdiçada pelo envolvimento do PT em práticas irregulares de financiamento eleitoral. Liderança depende de valores, de legitimidade, de ideias-força eticamente lastreadas.

O partido que mais defendeu a reforma política acabou sendo prejudicado por não ter conseguido realizá-la, ao passo que os que mais se opuseram ao fim do financiamento empresarial, entre eles Bolsonaro, levaram a melhor, dada a hipocrisia e o ilusionismo que estão no cerne do combate à corrupção.

Enfim, transformação econômica, social e política depende de liderança, de coalizão envolvendo atores sociais e partidários, uma coalizão em torno de um programa, com seus protagonistas munidos de capacidade política e técnica para implementá-lo.

Penso que o mais viável é um programa alternativo ao neoliberalismo, um programa social-desenvolvimentista, cujas diretrizes principais precisam estar claras para o conjunto dos atores, da liderança aos apoiadores: um modelo econômico centrado na produção e no emprego, na geração de renda para o capital produtivo, para o trabalho assalariado e para os cofres públicos; o combate às desigualdades (social, racial, de gênero e regional) associado à inclusão da cidadania nos sistemas econômico e político; o aumento da arrecadação tributária através do crescimento do produto; a reforma tributária progressiva; a reforma política para fortalecer os partidos (e reduzir a fragmentação partidária), a representação, a participação e o controle democrático do Estado; a regulação contra a concentração da propriedade da mídia (conforme determina o Art. 220 da Constituição Federal); o fortalecimento do Estado republicano, para garantir os direitos civis, políticos e sociais e minimizar a captura do poder público pelas oligarquias, como tem sido a maioria dos representantes políticos e a burocracia togada. Outros pontos-chave podem compor esse programa.

No momento, que talvez não dure muito, quem efetivamente está implementando bem a tal metodologia da hegemonia cultural é a extrema-direita, com sua indústria de *fake news*, com seu exército neopentecostal, com seu discurso fácil e maniqueísta contra a corrupção, com sua aliança com a burocracia

togada de Moro & cia. e demais elites do aparato repressivo, mas também com a indústria da mídia e, sobretudo, com o mercado e com seus acenos a Washington.

Nessa empreitada, diversos aparelhos privados de hegemonia (grande mídia, igrejas, organizações de representação de classe, universidades privadas, famílias, enfim) jogaram um papel importante na missão de desconstrução da imagem pública do PT, missão que operou, ao fim e ao cabo, como um fato-processo social coordenado sistemicamente, mesmo que sem necessariamente contar com uma direção centralizada.

Mas, Gramsci apreende o Estado como ditadura e hegemonia, coerção e consenso. O “projeto” do presidente eleito também tem se apoiado em intimidações e violências e não parece disposto a deixar de fazê-lo. Ainda que, na equação política de Bolsonaro, a variável da hegemonia tenha tido um destaque, trata-se de um uso um tanto quanto peculiar de dimensão moral e intelectual do poder, pois a imoralidade, a amoralidade e a anti-intelectualidade, sob roupagens disfarçadas, que enganam os desavisados, compõem de tal modo sua ação política que, ao fim e ao cabo, alimenta-se a subcultura autoritária.

Coerentemente, a autoritarismo nu e cru é cultivado pela liderança dessa coalizão conservadora, em que se alinham militares da reserva saudosistas do combate ao “comunismo”, magistrados dispostos a relativizar o regime ditatorial de 1964-1985 e empresários descomprometidos com os direitos civis e políticos, todos apoiadores do golpe de Estado contra Dilma Rousseff.

Mas a hegemonia e a legitimidade dependem, por um lado, de valores, de aspectos simbólicos, e, por outro lado, de pressupostos materiais mínimos, de resultados, de desempenho. Que resultados se pode esperar de um ultraliberalismo de extrema-direita? E o que o “partido da esquerda” democrática e eleitoralmente competitiva tem a oferecer como projeto de vontade coletiva transformadora nessa nova quadra histórica nacional?



uff